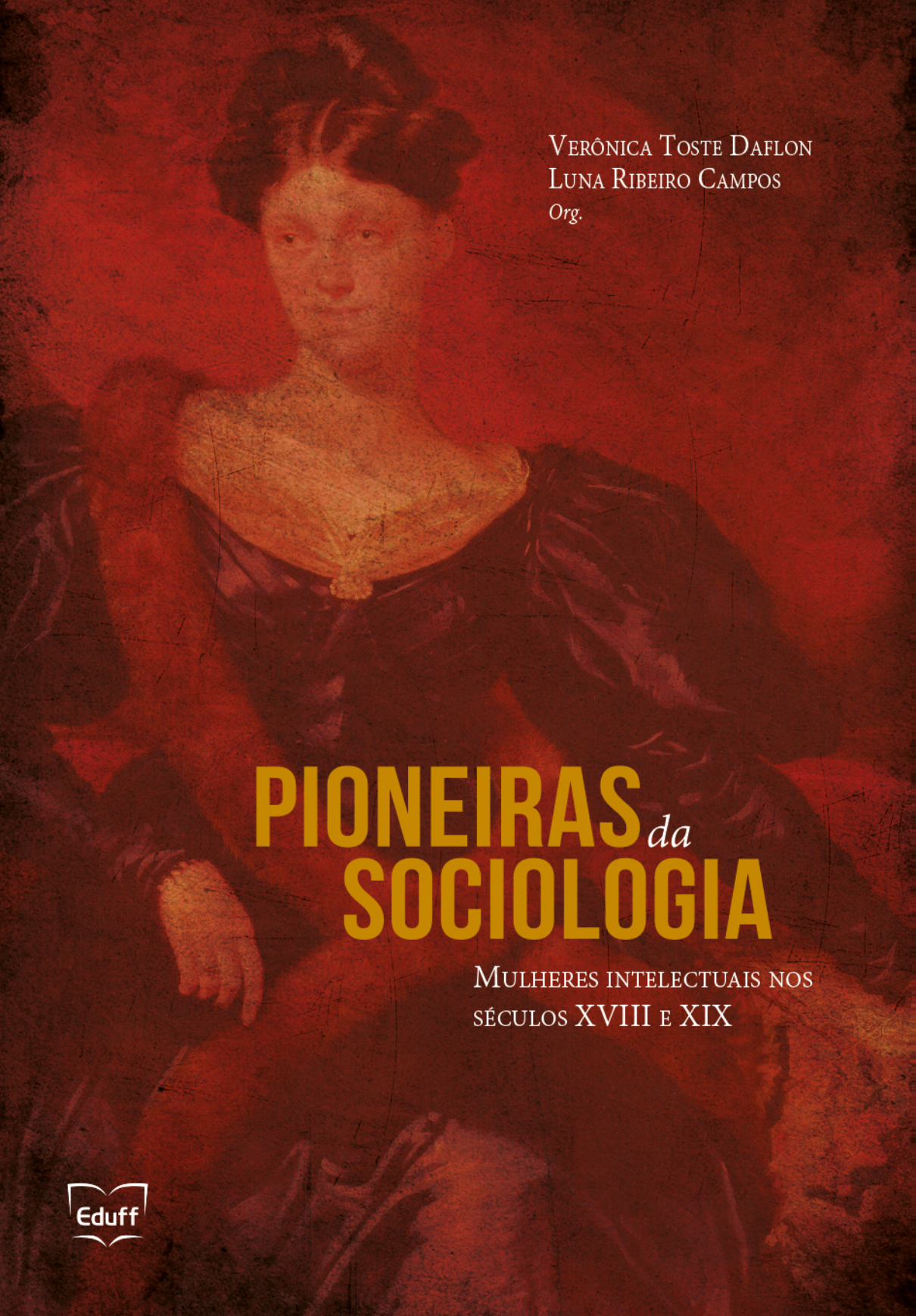




VERÔNICA TOSTE DAFLON
LUNA RIBEIRO CAMPOS
Org.

PIONEIRAS *da* SOCIOLOGIA

MULHERES INTELECTUAIS NOS
SÉCULOS XVIII E XIX

Universidade Federal Fluminense

REITOR

Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

VICE-REITOR

Fabio Barboza Passos

Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense

CONSELHO EDITORIAL

Renato Franco [Diretor]

Ana Paula Mendes de Miranda

Celso José da Costa

Gladys Viviana Gelado

Johannes Kretschmer

Leonardo Marques

Luciano Dias Losekann

Luiz Mors Cabral

Marco Antônio Roxo da Silva

Marco Moriconi

Marco Otávio Bezerra

Ronaldo Gismondi

Silvia Patuzzi

Vágner Camilo Alves

PIONEIRAS *da* SOCIOLOGIA

MULHERES INTELECTUAIS NOS
SÉCULOS XVIII E XIX

VERÔNICA TOSTE DAFLON
LUNA RIBEIRO CAMPOS
Org.



Copyright © 2022 by Verônica Toste Daflon e Luna Ribeiro Campos
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Editor responsável: Renato Franco
Coordenador de produção: Ricardo Borges
Supervisão gráfica: Marcio Oliveira
Normalização: Camilla Almeida
Revisão: Sonia de Onofre
Projeto gráfico e diagramação: Marcio Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - CIP

P662 Pioneiras da sociologia [recurso eletrônico] : mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX / organizado por Verônica Toste Daflon e Luna Ribeiro Campos. – Niterói : Eduff, 2022. – xx kb. ; ePUB. – (Coleção Biblioteca Básica).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5831-135-5

BISAC SOC026000 SOCIAL SCIENCE / Sociology / General

1. Sociologia. 2. Feminismo. I. Daflon, Verônica Toste. II. Campos, Luna Ribeiro. III. Título. IV. Série.

CDD 305.4

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida CRB7-0041/21

Direitos desta edição reservados à
Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense
Rua Miguel de Frias, 9, anexo/sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ
CEP 24220-008 - Brasil
Tel.: +55 21 2629-5287
www.eduff.uff.br - faleconosco@eduff.uff.br

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	15
Introdução	17
Verônica Toste Daflon e Luna Ribeiro Campos	
Capítulo 1: Olympe de Gouges	39
Raquel Simas	
Capítulo 2: Mary Wollstonecraft	53
Eliana Debia e Verônica Toste Daflon	
Capítulo 3: Sojourner Truth	67
Maria Abreu	
Capítulo 4: Harriet Martineau	75
Luna Ribeiro Campos e Verônica Toste Daflon	
Capítulo 5: Flora Tristan	95
Luna Ribeiro Campos	
Capítulo 6: Harriet Taylor Mill	111
Hildete Pereira de Melo e Lucilene Morandi	
Capítulo 7: Juana Manuela Gorriti	125
Carolina Castellitti	

Capítulo 8: Maria Firmina dos Reis Luciana Diogo	137
Capítulo 9: Olive Schreiner Raquel Gryszczenko Alves Gomes	149
Capítulo 10: Anna Julia Cooper Cátia Cristina Bocaiúva Maringolo	161
Capítulo 11: Beatrice Potter Webb Eliana Debia	177
Capítulo 12: Josephina Álvares de Azevedo Laila Thaís Correa e Silva	191
Capítulo 13: Pandita Ramabai Verônica Toste Daflon	203
Capítulo 14: Ida B. Wells Cinthia Marques Santos	221
Capítulo 15: Marianne Weber Giulle Vieira	237
Capítulo 16: Alexandra Kollontai Anna Bárbara Araújo	257
Sobre as autoras	271

Prefácio

Raquel Andrade Weiss

Há alguns anos, talvez este livro tivesse passado despercebido a meus olhos. Caso o visse na prateleira de alguma livraria, hesitaria antes de tomá-lo nas mãos, por considerá-lo apenas mais um “tema da moda”, sem implicações diretas para meu campo de predileção, a teoria social.

Há cerca de dez anos, comecei a ministrar a disciplina de Sociologia 2, dedicando todo esforço possível para transmitir, de forma rigorosa, atualizada e criativa, a herança da Sociologia clássica. Minha expectativa era a de fazer com que a turma experimentasse a mesma inspiração que eu sentia pelos textos de Marx, Durkheim e Weber. Causou-me desconfortável surpresa quando, durante a apresentação de um seminário, uma aluna questionou a ausência de mulheres naquele currículo. Pela primeira vez, via-me confrontada com a crítica ao cânone clássico constituído por “homens brancos mortos”. Nunca mais a vi pelos corredores da faculdade, mas ainda recordo bem de seu nome, da indignação de sua voz, da convicção em seus olhos.

Minha resposta veio com um misto de constrangimento e certeza titubeante: mas é um curso de Sociologia Clássica! Essa é a história da Sociologia... se não havia mulheres fazendo sociologia nesse momento fundacional, como poderia colocá-las no currículo?

Tal episódio produziu um movimento cujos efeitos ainda não cessaram de desdobrar-se. O movimento reflexivo de minhas práticas como docente e pesquisa-

dora engendraram o esforço de olhar para aquela ementa cristalizada e buscar formas de, pouco a pouco, subvertê-la.

Não obstante o mal-estar em olhar para esse passado, compartilho-o aqui por considerá-lo elucidativo de como operam os processos de invisibilização e injustiça epistêmica (FRICKER, 2007) que tornam tão necessária a publicação deste livro. Ademais, ele ajuda a mitigar uma das maiores dificuldades na prática docente, qual seja, romper grades cognitivas sedimentadas desde nosso processo formativo. Ministrar aulas exige enorme esforço intelectual, e fazê-lo sem uma base minimamente consolidada tem algo de vertiginoso. O trabalho de pesquisa aqui apresentado permite narrar o momento fundacional da Sociologia em termos diferentes daqueles aprendidos por minha geração.

Se havia mulheres expondo publicamente seu pensamento e até mesmo praticando sociologia de forma institucionalizada, o que aconteceu no meio do caminho, para que tanto dessa história se perdesse? Essa pergunta vem mobilizando pesquisadoras de vários países há algumas décadas (COOLE, 1988; GOETTING; FENSTERMAKER, 1995; HILL; HOECKER-DRYSDALE, 2014; HONEGGER; WOBBE, 1998; ISAKSSON, 2020; LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1998; SPENDER, 1983; SYDIE, 1994) em um movimento no qual as lutas feministas voltam-se para o universo das ciências sociais, desafiando uma história cujos efeitos não encerram-se apenas no passado, afetando nossas práticas contemporâneas.

Em um livro incontornável para pensar essa questão, Patricia Madoo Lengermann e Jill Niebrugge, tomando como referência principal o contexto norte-americano, reúnem documentos que permitem afirmar a significativa presença de mulheres no momento fundador da Sociologia. O argumento central das autoras era o de que seus colegas homens faziam valer seus privilégios masculinos de forma derogatória, tomando-as como sujeitos que não precisam ser levados a sério, cujas palavras não gozavam de autoridade (LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1998, p. 10). Ou seja, essas mulheres eram percebidas, mas não reconhecidas como pares. Com a emergência da universidade como local privilegiado para exercício da Sociologia, cujo acesso às mulheres – e também a pessoas negras, é importante que se diga – foi pautado por toda forma de restrição, suas preocupações e suas vozes tornaram-se cada vez mais insignificantes, até restarem apenas uns poucos vestígios de sua presença.

Em pesquisa recente centrada no caso da Alemanha, Nicole Holzhauser (2021) mobiliza dados qualitativos que permitem entender por que, a despeito de sua signifi-

cativa presença na Sociologia na década de 1930, não adentraram o cânone. Em uma análise bourdiesiana sobre o papel dos diferentes tipos de capital no campo acadêmico, a autora consegue perceber que o capital cultural é mais importante que o capital social para o processo de inclusão de um autor no cânone, mas isso só se aplica aos homens! No caso das mulheres, nem capital social, nem capital cultural são suficientes para que sua influência perdure para muito além de seu tempo presente: a marcação de gênero segue operando como traço central para barrar a entrada no cânone.

Esses dois trabalhos permitem perceber diferentes mecanismos, mediante os quais a estrutura patriarcal finca suas garras, sulcando o território do conhecimento e da práxis com valas difíceis de transpor. A complexidade é reduzida a uma história tão elegante quanto possível, na qual existe apenas o que cabe nessas fronteiras. É nesse ponto que os estudos de gênero operam um corte que interrompe a linearidade narrativa, explicitando o caráter relativo e arbitrário da circunscrição de certos temas e procedimentos, instituindo a possibilidade de afetar os parâmetros pelos quais a Sociologia opera.

Nesse ponto, talvez seja preciso fazer nova interrogação, acerca da relação entre as pioneiras, o cânone, a ideia de clássico e, sobretudo, de que modo tudo isso afeta o cotidiano da Sociologia em nossos dias. Ou seja, por que todo esse trabalho de escavar o passado em busca de histórias e ideias soterradas?

Essa pergunta aparentemente simples pode nos levar a um passeio por algumas das maiores controvérsias no campo da Sociologia, que disputam diferentes concepções do que seja essa disciplina, diferentes formas de pensar a relação entre teoria e pesquisa empírica, diferentes percepções sobre o impacto das relações de poder etc. Conquanto adentrar esse território possa ser fascinante, proponho nos atermos a dois argumentos cruciais para pontuar a importância deste livro.

Em primeiro lugar, recompor parte da paisagem cujas ruínas sequer deixavam-se entrever permite não ficarmos reféns da falsa suposição de que a existência de mulheres intelectuais data de ontem ou de que tematizar a “condição da mulher” é algo que passou a acontecer apenas em meados do século XX e em pontos geográficos muito circunscritos.

O caminho para formulação do segundo argumento talvez suscite alguma frustração: caracterizar uma autora como pioneira da Sociologia não é o mesmo que considerá-la uma clássica. Atribuir a alguém o título de pioneiro ou fundador supõe reconhecer seu papel na construção de um campo. Via de regra, isso interessa mais à história da disciplina, não bastando para justificar tomar tal obra como

referência indispensável ou fonte de contínua inspiração para a constituição das práticas do presente.

A partir de um apanhado pela literatura especializada, podemos dizer que alguém se torna um clássico em virtude de certas qualidades intrínsecas à sua obra e mediante um lento processo de consagração, que depende, tanto de mecanismos institucionais atrelados a relações de poder, quanto de uma comunidade disposta a estabelecer esse diálogo constante com o passado, por meio de releituras e reinterpretções. Um dos principais caminhos para que isso possa ocorrer é a inclusão da autora ou autor no “cânone”, isto é, no conjunto de referências consideradas obrigatórias por uma determinada comunidade intelectual, cujo papel se faz sentir, sobretudo, nos processos de formação das novas gerações e, assim, colocam uma série de textos como referências compartilhadas que serão merecedoras de nossa atenção. Alguns dos membros do cânone acabam por receber a maior dentre todas as distinções possíveis, a de “clássico” da disciplina.

No âmbito da Sociologia, os clássicos operam como figuras totêmicas em relação às quais estabelecemos nossas relações de filiação, assumindo posição em relação a um conjunto de premissas, cujo papel tem sido o de delimitar o universo daquilo passível de ser considerado como “propriamente sociológico”. Afinal, as mulheres apresentadas nas páginas que seguem poderão ser consideradas “clássicas” da Sociologia? Essa é uma questão que ainda não podemos responder. Todavia, já passou da hora de que mulheres ocupem lugar proeminente no cânone, para que possamos escutá-las, pensar a seu lado e compreender de que forma suas vidas e seu pensamento sobre a realidade social pode afetar nossa prática nas ciências sociais.

Como bem pontuou Holzhauser (2021, p. 116), tal processo supõe um trabalho reflexivo acerca dos critérios subjacentes à constituição do cânone já consagrado, somado a um esforço de construção de compilações que possam alargar suas fronteiras e fazer com que as mulheres – e outras vozes silenciadas (ALATAS; SINHA, 2017) – possam ocupar seu lugar de direito em nosso imaginário. Quanto ao trabalho de extrair significações mais profundas do trabalho dessas mulheres pioneiras e entender seu potencial de tensionar os contornos das ciências sociais tais quais as conhecemos hoje, trata-se de um desafio lançado às novas gerações.

O livro organizado por Veronica Daflon e Luna Campos soma-se a esses esforços de arqueologia intelectual e, ao fazê-lo, oferece subsídios significativos para alargar o horizonte de nossas referências incontornáveis. Aqui, no Brasil, cumpre pontuar que este trabalho pode ser pensado como parte de um movimento maior, protagonizado

por diversas pesquisadoras que vêm se dedicando a apresentar ao público brasileiro a obra de diversas autoras pioneiras das ciências sociais¹ e da Filosofia.² Em que pese a dimensão mais ampla desse quadro geral, o livro que a leitora tem em mãos guarda algumas peculiaridades que não podemos deixar de levar em conta.

A primeira singularidade concerne ao critério inicial para selecionar as pensadoras que seriam objeto de discussão: todas elas tematizaram a dimensão de gênero. Com isso, Daflon e Campos justificam esse trabalho como uma forma de contribuir para a legitimação dessa temática como questão “propriamente sociológica”. Como as autoras afirmam neste livro, suas obras “permitem trazer para a órbita da Sociologia clássica uma série de temas e perspectivas que não estão contemplados atualmente”. Aqui, encontramos uma pista para um dos caminhos possíveis para fundamentar sua inclusão no cânone e, quem sabe, torná-las figuras clássicas.

Um segundo aspecto marca a especificidade deste livro em relação a outros trabalhos já consagrados dedicados a tornar visível a obra de mulheres, qual seja, seu caráter significativamente mais inclusivo. Nas páginas a seguir, somos apresentadas à vida e à obra de mulheres oriundas de diversos contextos geográficos, classe social, posição política, raça. Tal preocupação em abrir espaço para palavras enunciadas não apenas desde contextos privilegiados da geopolítica do conhecimento, nem apenas desde um cenário local, dá testemunho de um traço – ousaria dizer – que constitui o potencial inovador de uma sociologia feita desde o Brasil. Qual seja, uma sociologia verdadeiramente cosmopolita, que reconhece as marcas do passado colonial de sua própria história e de países irmanados por essa experiência e, ao mesmo tempo, aberta a recolher ideias potentes onde quer que estejam.

A generosidade no escopo da pesquisa protagonizada por Veronica Daflon e Luna Campos deixa-se ver em outra característica, impossível de dissociar da anterior. Em vez de tomar como critério mulheres institucionalmente engajadas com a criação

1 Note-se, por exemplo, Circuito Lilás de Sociologia, inaugurado no 19º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia (https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=976); o GT do 20º Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia, de 2021; “Teoria, Gênero e Conhecimento”, coordenado por Fernanda Alcântara e Giulie Viera da Mata; o curso de extensão realizado em parceria entre a Anpocs e o Labgen/UFF, “Mulheres na Teoria Social”, em 2021; o livro *Clássicas do pensamento social*, organizado por Verônica Toste Daflon e Bila Sorj (2021) e o Dossiê “Das Margens ao Centro: A Sociologia pela Perspectiva das Mulheres”, com diversos artigos dedicados ao tema (DAMION *et al.*, 2021; GARCIA, 2021; LIMA, 2021; WEISS; HAMLIN, 2021).

2 Em nosso país, foi na Filosofia que esse processo conheceu as primeiras iniciativas de maior fôlego. Em particular, note-se o Encontro Vozes Femininas na Filosofia (<https://vozesfemininasnafilosofia.wordpress.com/>), o *blog* Mulheres na Filosofia (<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/>) e o GT Mulheres na História da Filosofia, da Anpof (<https://www.anpof.org/gt/gt-mulheres-na-historia-da-filosofia>).

da Sociologia, operam com uma concepção tensionada de “intelectual”, no sentido proposto por Patricia Hill Collins, que permite acolher nessa categoria não apenas mulheres que formalizaram seu pensamento pela via da escrita, mas também aquelas a quem não foi dada a chance do letramento e, ainda assim, tiveram a coragem de fazer uso da palavra publicamente para enunciar seu pensamento analítico e crítico. As organizadoras do livro assumem, com isso, o risco de uma crítica recorrente, que recusa o título de “teóricos” a quem não produz um pensamento sistemático e tecido conforme parâmetros estritos. Com esse movimento, abre-se a possibilidade de uma interlocução com os conceitos de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, e de oralitura, proposto por Leda Martins, oriundos da literatura negra, que nos ajudam a pensar em estratégias metodológicas de tensionamento do cânone: é preciso ressignificá-lo para que outras coisas possam “caber”.

A disputa pelos critérios (de definição, de classificação etc.) é movimento central, pois definidora do que pode entrar e do que deve sair. Como sabemos, a própria história da Sociologia é construída *a posteriori*: conhece-se menos “os clássicos” e mais a versão imaginada deles. Por isso, importa encontrar teoria também fora dos espaços institucionalizados e em textos não formalmente assumidos como teóricos. Diria, ainda, que é justamente tarefa de quem situa-se no campo da teoria social de forma “profissional” coletar a potência desses pensamentos para construir uma teoria social, a partir dessas peças de alta densidade oferecidas na fala e nos escritos dessas mulheres.

Todas essas características dão testemunho de que este livro não é apenas uma versão em português de alguma das excelentes coletâneas já publicadas em outros países. Este livro é a materialização de um trabalho de pesquisa nascido do encontro entre duas intelectuais brasileiras, Verônica Daflon e Luna Campos. Percorrendo sendas diversas, ambas foram impulsionadas pela pergunta: mas onde estão as mulheres do período clássico da Sociologia?

O primeiro trabalho em conjunto das autoras resultou em um artigo que punha em diálogo a obra de Flora Tristán e Harriet Martineau (DAFLON; CAMPOS, 2020). A ideia deste livro veio acompanhada pela constituição de uma rede de pessoas que atuam em diversas etapas de formação, em múltiplas localidades e áreas do conhecimento, como fica patente quando conhecemos as autoras que assinam os diversos capítulos deste livro. Trata-se, portanto, de uma obra coletiva no melhor sentido do termo, inserida em um cenário mais amplo, no qual outras redes se cruzam e se alimentam, com projetos que vêm tomando corpo em mesas-redondas, grupos de

trabalho e cursos de extensão realizados juntos em espaços institucionais como a Anpocs e a SBS.

Esse movimento é uma aposta na possibilidade de contar outra história e isso, sabemos bem, é sempre um risco. Não importa o quão vasto seja seu percurso pelas ciências humanas, o leitor e a leitora com coragem suficiente para pôr à prova suas certezas terão uma experiência vertiginosa com as biografias e as ideias aqui reunidas. Nas páginas deste livro somos apresentadas às vozes de algumas de nossas ancestrais, mulheres excepcionais de seu próprio tempo, que inventaram as mais variadas formas de dizer a seus contemporâneos e às gerações futuras que não estavam satisfeitas com o lugar que lhes era destinado.

A grandiosidade dessas mulheres não deve ser mensurada em termos de números de páginas escritas, do prestígio de cargos ocupados, tampouco pela construção de rigorosos sistemas teóricos. Estamos diante de uma excepcionalidade de outra ordem, talvez mais radical: ousar expressar seu pensamento em uma esfera pública que insistia em dizer “aqui não é seu lugar e seus assuntos não nos interessam”. Dizer o que não se espera ouvir exige força tremenda. Essas mulheres tomaram a palavra em um mundo em que diziam que seu único pertencimento era o lar.

O que isso importa à Sociologia? Antes de mais nada, o acesso ao ponto de vista de quem experiencia em seu próprio cotidiano as imposições da lógica patriarcal e a lucidez de quem mergulha de forma radical nas lógicas de aprisionamento. Outra sociologia poderá emergir disso tudo? Se os clássicos – e as clássicas – tomam corpo, a partir das inquietações do presente, e a Sociologia se constitui nessa relação dialógica, como sustenta Jeffrey Alexander, podemos apostar em um futuro mais plural e generoso. Gostaria de reencontrar aquela aluna de dez anos atrás para tomar um café.

Referências

ALATAS, Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. [S.l.: s.n.], 2017. E-book.

COOLE, Diana H. *Women in political theory: from ancient misogyny to contemporary feminism*. Sussex: Wheatsheaf Books, 1988.

DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro. Gênero e conhecimento: um diálogo entre o pensamento de Flora Tristan e Harriet Martineau. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 70, p. 424-443, 2020.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

DAMION, Daniela *et al.* Apresentação Dossiê “Das Margens ao Centro: a Sociologia pela perspectiva de mulheres”. *Revista Contraponto*, v. 8, n. 3, 2021.

FRICKER, Miranda. *Epistemic injustice: power and the ethics of knowing*. New York: Clarendon Press, 2007.

GARCIA, Amanda Kovalczuk de Oliveira. A sociologia de Silvia Rivera Cusicanqui: aproximações ch’ixi sobre o cuidado. *Revista Contraponto*, v. 8, n. 3, 2021.

GOETTING, Ann; FENSTERMAKER, Sarah (org.). *Individual voices, collective visions: fifty years of women in sociology*. Philadelphia: Temple University Press, 1995. (Women in the political economy).

HILL, Michael R.; HOECKER-DRYSDALE, Susan (eds.). *Harriet Martineau: theoretical and methodological perspectives*. New York: Routledge, 2014.

HOLZHAUSER, Nicole. Quantifying the exclusionary process of canonisation, or How to become a classic of the social sciences. *International Review of Sociology*, v. 31, n. 1, p. 97-122, 2021.

HONEGGER, Claudia; WOBBE, Theresa (org.). *Frauen in der soziologie: neun Portraits*. Originalausged. München: C.H. Beck, 1998. (Beck’sche Reihe, v. 1198).

ISAKSSON, Anna. Classical sociology through the lens of gendered experiences. *Frontiers in Sociology*, v. 5, p. 532792, 2020.

LENGERMANN, Patricia M.; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill (eds.). *The women founders: sociology and social theory, 1830-1930: a text/reader*. Boston: McGraw-Hill, 1998.

LIMA, Thamires Costa Rodrigues. Léia Gonzalez e o feminismo decolonial como lente de análise. *Revista Contraponto*, v. 8, n. 3, 2021.

SPENDER, Dale. *Women of ideas and what men have done to them: from Aphra Behn to Adrienne Rich*. London: Ark Paperbacks, 1983.

SYDIE, R.A. *Natural women, cultured men: a feminist perspective on sociological theory*. Vancouver: UBC Press, 1994.

WEISS, Raquel; HAMLIN, Cynthia. A outra margem. *Revista Contraponto*, v. 8, n. 3, 2021.

Apresentação

Bila Sorj

Qualquer um que se depare com a bibliografia de cursos introdutórios em Sociologia vai constatar que alguns autores, sempre os mesmos, marcam presença como os “pais fundadores” da disciplina. Os departamentos de Sociologia parecem invariavelmente ensinar o mesmo núcleo de pensadores, o francês Émile Durkheim (1858-1917) e os alemães Max Weber (1864-1920) e Karl Marx (1818-1883). Embora estes autores não sejam sempre ensinados da mesma forma ou apareçam na companhia de uma variedade de outros pensadores, a verdade é que eles compõem a estrutura básica do cânone originalmente estabelecida pelo sociólogo Talcott Parsons e que perdura até os dias de hoje.

O cânone tem uma função simbólica da maior relevância para uma disciplina. Cria um sentido comum da sua própria história, confere unidade e coerência, fortalece a sua identidade e permite tornar mais ostensivas as fronteiras que a separam de outras disciplinas afins. É justamente por deter esse poder de definição de uma área do conhecimento e de transmiti-lo para as sucessivas gerações que se torna necessária uma constante reavaliação, do ponto de vista sociológico, da sua formação e composição. Longe de ser um dado evidente em si mesmo, o processo de consagração de autores como canônicos decorre de lutas entre posições e agentes que disputam autoridade e legitimidade científica.

Este livro se insere nos esforços contemporâneos de contestação da visão eurocêntrica e androcêntrica que se encontra na base da formação do cânone da Sociologia. Recuperar as contribuições de pensadoras dos séculos XVIII e XIX,

oriundas de contextos latino-americanos, anglo-europeus, africanos e asiáticos é a proposta do livro. Somos expostos de maneira didática e acessível a um manancial de interpretações originais e criativas sobre a modernidade emergente, tanto nos países imperiais, quanto nas colônias.

Os olhares sobre domesticidade, sexualidade, raça, diferença e desigualdades de gênero, esfera privada, família, trabalho, casamento e relações de poder que emanam das autoras que compõem o livro surpreendem pela atualidade dos temas e pelas sugestivas e persuasivas interpretações de fenômenos sociais para os quais os autores “clássicos” parecem menos sensíveis. A diversidade de abordagens que atravessa as pensadoras é, sem dúvida, uma das tantas riquezas que este livro nos oferece.

Estamos diante de um presente para quem ensina e aprende Sociologia, um sopro de renovação para os cursos de graduação e pós-graduação, que ficam desafiados a identificar e refletir sobre as contribuições dessas pensadoras, sua atualidade e estabelecer novos e fecundos diálogos com os “clássicos” da Sociologia.

Introdução

Verônica Toste Daflon
Luna Ribeiro Campos

Durante os séculos XVIII e XIX, tanto nos contextos metropolitanos, quanto nos coloniais, várias mulheres, confrontadas com diferentes formas de organização das relações sociais, produziram críticas, teorias e projeções para o futuro para lidar com os movimentos de mudança histórica. Quando abordamos a intensa produção intelectual que, durante esse período, assentou as bases do que viria a ser a Sociologia, notamos como o processo de construção de narrativas fundacionais da disciplina reduziu drasticamente a pluralidade daquele contexto. Isso culminou na seleção de um pequeno número de autores que passaram por um processo de canonização, ganharam centralidade e passaram a ser considerados clássicos da Sociologia. Como já salientamos em outra oportunidade (DAFLON; CAMPOS, 2020), os autores clássicos – Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber – estão imersos em uma polêmica que parece longe de terminar.

Nas últimas décadas, o “centro de gravidade” (CONNELL, 2012b) da teoria sociológica clássica tem sido chacoalhado por uma série de pesquisas que discutem os vieses na sua construção histórica (CONNELL, 1997; 2007; 2012a; LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1998; ALATAS; SINHA, 2017). A exclusão das contribuições de intelectuais mulheres e de teóricos das colônias criou uma narrativa muito estreita sobre esse ambiente intelectual. O objetivo deste livro é contribuir para esse debate ao apresentar o pensamento e as teorias desenvolvidas por mulheres de distintas origens geográficas, raciais e de classes

durante os séculos XVIII e XIX, das quais, a maior parte não está acessível ao público brasileiro.

Desenvolver uma reflexão sociológica sobre a participação de mulheres no desenvolvimento da Sociologia implica incluir, tanto as ideias daquelas que produziram em ambientes legitimados, quanto daquelas que atuaram nas margens e que, por circunstâncias de classe, raça ou nacionalidade, foram relegadas ao esquecimento. Se queremos dinamizar a teoria sociológica, devemos contestar a “[...] própria definição de quem tem legitimidade para realizar trabalho intelectual [...]” (COLLINS, 2019, p. 53).

Dezesseis pensadoras compõem essa coletânea: Harriet Martineau, Flora Tristan, Sojourner Truth, Harriet Taylor Mill, Marianne Weber, Juana Gorriti, Pandita Ramabai, Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Ida B. Wells, Anna Julia Cooper, Josephina Álvares de Azevedo, Olive Schreiner, Maria Firmina dos Reis, Alexandra Kollontai e Beatrice Potter Webb. Todas foram intelectuais no sentido amplo atribuído ao termo pela socióloga Patricia Hill Collins (2019): intelectuais são mulheres que contribuíram para o pensamento com teorias críticas, não necessariamente atreladas ao ambiente acadêmico, e sem relação direta com o seu grau de instrução. Como veremos, os obstáculos à participação das mulheres nos debates públicos variaram conforme o contexto. Algumas alcançaram a posição de intelectuais influentes, enquanto outras tiveram que contornar dificuldades de maneiras diversas e criativas. O que tiveram em comum foi o uso da escrita ou da oralidade como forma de atuação intelectual na esfera pública.

A exclusão da obra de autoras mulheres está relacionada, dentre outros motivos, com o fato de suas ideias estarem conectadas com o que hoje entendemos como “questões de gênero”. Tal processo ocorreu, sobretudo, no século XX, quando o cânone sociológico se constituiu no interior de uma comunidade acadêmica dominada pela figura centralizadora de Talcott Parsons, momento em que a Sociologia se voltou para os problemas da metrópole capitalista e para a problemática da integração social. Com isso, ocorreu um processo de exclusão de autoras, obras, temas e problemas que não se encaixavam dentro desse programa de pesquisa (CONNELL, 1997).

As pensadoras aqui apresentadas exploraram a forma como o gênero representava - ou não - um entrave para suas aspirações no campo intelectual, refletindo criticamente sobre suas sociedades, a partir da percepção de que todo conhecimento é situado e perspectivista (HARAWAY, 2009; WEBER, 2006). Em vista do caráter reflexivo de suas obras, a recuperação da produção intelectual

dessas autoras aponta para possibilidades de conjugar “subjetividade e objetividade na produção acadêmica” (COLLINS, 2019, p. 19). Ao frisar a importância de lermos e estudarmos suas obras, não o fazemos simplesmente com base no argumento de que é preciso incluir mulheres no cânone, mas pela constatação que por meio das suas obras podemos trazer para a órbita da Sociologia clássica uma série de temas e perspectivas que não estão contemplados atualmente: vida privada, cotidiano, intimidade, família, casamento, sexualidade e divisão sexual do trabalho são alguns dos temas mais evidentes nas suas obras. O trabalho de teorização dessas autoras contribui ainda para pensar sobre a relação entre gênero e as diversas instituições, como Estado e mercado, além de colocar novos desafios para reflexões clássicas sobre poder, solidariedade e desigualdades, bem como a respeito de processos que marcaram o mundo moderno, como a industrialização, divisão do trabalho, conflito de classes, racionalização, individualização e diferenciação social.

A fim de situar a leitora e o leitor nas motivações que nos levaram a organizar esta coletânea, apresentaremos brevemente, nas páginas a seguir, um panorama das autoras selecionadas e, em seguida, um debate sobre as origens do cânone sociológico, destacando algumas lacunas que a abordagem tradicional enseja. Posteriormente, apontaremos as relações entre gênero, cânone e teoria, a partir da relação entre a Sociologia das relações de gênero e a teoria sociológica. Em seguida, explicaremos a seleção e a organização deste livro, a constituição dos capítulos e seu formato didático.

Sobre as autoras

As autoras que escreveram os capítulos que compõem esta coletânea se debruçaram sobre vidas e obras de mulheres que produziram teorias entre os séculos XVIII e XIX. Apesar de trabalharem com uma mesma estrutura de capítulos, elas tiveram liberdade para percorrer as obras dessas intelectuais, a partir de suas escolhas, ênfases e perspectivas próprias, tal como fizeram os comentadores dos clássicos, pois é preciso começar por algum lugar. Ao buscar compreender a historicidade dos escritos de autoras de origens tão diversas como a América do Norte, África, Ásia, Europa e América Latina em um momento de aceleradas mudanças globais, somos levadas a olhar para a complexidade de gênero e suas articulações históricas com raça, classe, casta, sexualidade, nação, geração e outras categorias. Cada uma das autoras estudadas situou-se em contextos sociais, econômicos, institucionais e culturais

específicos, que abriram e fecharam possibilidades de ação, proporcionando as bases para as suas próprias operações críticas de pensamento. Nesse sentido, como afirma Patricia Hill Collins (2019, p. 43):

Teorias sociais produzidas por mulheres oriundas de grupos diversos não costumam surgir da atmosfera etérea de sua imaginação. Ao contrário, elas refletem o esforço dessas mulheres para lidar com experiências vividas em meio a opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nação e religião.

As intelectuais aqui reunidas se localizam em posições distintas dentro da dinâmica de inclusão/exclusão construída em torno da memória das ciências sociais. Harriet Martineau (1802-1876), por exemplo, já conquistou um segmento próprio de investigação em alguns países e figura em coletâneas e livros sobre os clássicos da Sociologia (GARCIA; MARTINS, 2019). A escritora britânica publicou o primeiro livro sobre epistemologia e metodologia em ciências sociais em 1838 e realizou pesquisas empíricas nos Estados Unidos, Oriente Médio e Inglaterra. Martineau descreveu a pesquisa sobre a sociedade como uma construção controlada, estabelecida por meio de princípios teóricos, perguntas de pesquisa e métodos de trabalho explícitos. Para ela, o princípio da "empatia" era o que distinguia o sociólogo do físico ou do geólogo, pois para lidar com seres humanos, dotados de ideias e vontades, era necessário conhecer suas concepções morais e suas motivações. Martineau também refletiu pioneiramente sobre o que hoje entendemos como relativismo cultural, bem como sobre as dimensões "micro" e "macro" da sociedade e das relações entre ambas. Escreveu dezenas de livros, ensaios, artigos para jornais e foi a tradutora da obra de Auguste Comte para o inglês.

Sua conterrânea, Beatrice Potter Webb (1858-1943) se interessava por analisar as formas da organização coletiva e realizou uma pesquisa etnográfica sobre as condições de vida e trabalho da classe operária londrina, se empregando como operária têxtil para poder investigar de perto esse setor da mão de obra feminina. Além disso, a pesquisadora também desenvolveu estudos sobre a questão da pobreza e sua relação com a economia, ocupando-se longamente em refletir e testar métodos de investigação social. Webb contribuiu para estudos que hoje constituem o campo da sociologia do trabalho, sendo considerada uma das suas fundadoras, e para o desenvolvimento de métodos empíricos de pesquisa sociológica.

A alemã Marianne Weber (1870-1954) foi uma das intelectuais mais interessantes de sua geração. Mais conhecida por sua atuação política em defesa dos direitos das mulheres e por organizar a obra e biografar a vida de seu marido,

o sociólogo Max Weber, Marianne tem uma vasta produção escrita, composta por dezenas de artigos e nove livros, infelizmente, nenhum traduzido para o português. Sua obra se desenvolveu principalmente em torno de temas como Direito, casamento, maternidade, família e dominação patriarcal. Marianne produziu uma comparação entre os arranjos jurídico-legais do casamento em diferentes sociedades, a fim de compreender a relação entre o Direito e a situação social da mulher, realizando pioneiramente um trabalho de investigação das relações de gênero, a partir de uma abordagem metodológica que hoje conhecemos como sociologia histórica. Além disso, travou uma famosa discussão pública com Georg Simmel a respeito das suas concepções sobre a cultura feminina.

Harriet Taylor Mill (1807-1858) foi esposa e coautora de John Stuart Mill (1806-1873). A intensa correspondência entre os dois revela uma parceria intelectual responsável pelas obras mais importantes do autor. Pioneira do feminismo liberal, ela fez uma defesa dos direitos civis e políticos das mulheres fundada nos princípios da liberdade, da autodeterminação, do desenvolvimento dos talentos e do bem-estar geral. Argumentou contra o tratamento legal diferenciado das mulheres e contra a sua dependência econômica. Vários dos temas por ela tratados em *The Enfranchisement of Women* (1851) reapareceram no famoso *A sujeição das mulheres*, publicado por John Stuart Mill em 1869, que moldou o debate público sobre a questão da mulher por muitas décadas e deitou raízes nas formas de pensar sobre o tema.

A escritora franco-peruana Flora Tristan (1803-1844) participou ativamente dos debates políticos e filosóficos dos anos 1830-1840 na França. Ela produziu uma interpretação da modernidade, a partir da crítica às condições de vida precárias do proletariado no contexto de desenvolvimento do capitalismo industrial. Sua obra, composta por livros, artigos, ensaios e panfletos políticos, é considerada pioneira na análise da classe trabalhadora, a partir do entrelaçamento das opressões de gênero e classe. Para Tristan, a emancipação da classe operária estava intrinsecamente ligada à das mulheres, e, portanto, elas eram indissociáveis. Além das questões relativas à classe trabalhadora, Tristan também se dedicou a compreender as formas de organização social, política, econômica e cultural da sociedade peruana e a refletir profundamente sobre a subordinação legal e moral das mulheres, tanto na França, quanto no Peru.

A socialista russa Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma personagem central na Revolução de 1917. Além de ter atuado ao lado de figuras como Lenin e de ter sido a primeira mulher a ocupar um cargo no Comitê Central do Partido Comunista Soviético, Kollontai teve uma atuação importante na defesa de direitos para as

mulheres trabalhadoras, sobretudo em relação à necessidade de coletivizar o cuidado das crianças e de reduzir a carga horária de trabalho. Ela criticava duramente a agenda do “feminismo burguês” e também se interessava por refletir sobre sexualidade e amor livre, tendo publicado vários livros sobre o tema. Kollontai abordou tanto aspectos materiais quanto subjetivos das relações de gênero.

A britânica Mary Wollstonecraft (1759-1797) e a francesa Olympe de Gouges (1748-1793) produziram textos que reivindicavam direitos para as mulheres e, por isso, têm sido comumente recuperadas por causa de suas ideias pioneiras sobre o que hoje entendemos como feminismo - embora suas contribuições não se esgotem aí. Wollstonecraft questionava os tradicionais papéis de gênero, defendia a racionalidade das mulheres e a necessidade de educá-las para além da obediência aos maridos. Travou debates com Edmund Burke e com Jean-Jacques Rousseau. Uma de suas contribuições principais reside na crítica à separação entre a esfera doméstica e a esfera pública, mostrando seus entrelaçamentos e indissociabilidade. No contexto da Revolução Francesa, Olympe de Gouges, escritora, abolicionista e dramaturga, atuou intensamente para que os ideais revolucionários se estendessem às mulheres e às pessoas negras, para que fossem reconhecidas como sujeitos de direitos. Um dos temas mais interessantes de sua obra diz respeito aos conflitos e paradoxos entre os princípios da igualdade e da diferença, que aparecem em qualquer discussão sobre direitos das mulheres até os dias atuais.

A sul-africana Olive Schreiner (1855-1920) desafiou as expectativas de gênero da Era Vitoriana ao criar, em seu romance, uma personagem feminina que provocava a moralidade vigente. Além disso, Schreiner atuou como jornalista e foi uma comentadora crítica da experiência colonial e imperial inglesa, atenta às especificidades sul-africanas ante o cenário global. Um dos aspectos mais provocadores da sua obra não ficcional é o desafio às teses de autores como Karl Pearson e Francis Galton em torno da inferioridade essencial de mulheres e não europeus. Schreiner foi ainda uma voz ativa no debate público sul-africano em seus anos de formação nacional, mostrando um olhar aguçado para questões relacionadas à formação do Estado, à sua relação com nação, fronteiras, território, etnicidade e suas contradições.

A indiana Pandita Ramabai (1858-1922) foi autora de inúmeras obras nos diversos idiomas que dominava, tendo ficado conhecida, sobretudo, pela obra *A mulher hindu de casta alta* (1887), em que fez um debate pioneiro envolvendo as complexidades de gênero, religião, castas, desigualdades e colonialismo. Ramabai

teorizou principalmente acerca da íntima relação entre as castas, suas formas de endogamia, ritualização da vida cotidiana e a opressão das mulheres. Dentre outras coisas, apontou mecanismos pelos quais a “tirania das castas” estava relacionada a práticas como o dote, a opressão das viúvas, o infanticídio feminino e o casamento arranjado. Seu ativismo revela também as complexidades de projetos como a internacionalização do feminismo no contexto de um sistema mundial de poder.

As afro-americanas Anna Julia Cooper (1858-1964), Ida B. Wells (1862-1931) e Sojourner Truth (1797-1883) elaboraram reflexões sofisticadas tendo a raça como elemento central de análise. Cooper era escritora, educadora e ativista, participava de organizações comunitárias e clubes de mulheres. Tornou-se doutora pela Sorbonne, em Paris, com uma tese sobre a Revolução Haitiana, que investigou as interconexões entre as disputas políticas no Haiti e na França. Em sua obra mais conhecida, *Uma voz do sul - escrito por uma mulher negra do sul* (1892), a autora enfatizava a particularidade da situação das mulheres negras norte-americanas e defendia a necessidade de olhá-las como um grupo, uma vez que eram excluídas, no debate público, tanto da categoria “mulher”, quanto da categoria “negro”. Como educadora e ativista, defendeu a necessidade de uma pedagogia emancipatória.

Ida B. Wells trabalhou como jornalista e se dedicou a desvendar e denunciar o linchamento de homens negros, entendido como parte do mecanismo de reprodução da supremacia branca. Em suas pesquisas sobre linchamento, Wells procurou demonstrar como esse fenômeno se sustentava pela criação e manutenção de estereótipos violentos e pejorativos sobre os homens negros, que vão resultar no que Angela Davis (2016) chamou de “mito do estuprador negro”. Além disso, a autora criticava a ausência de registros históricos sobre a vida da população negra e o reconhecimento de sua participação no desenvolvimento da sociedade estadunidense.

Sojourner Truth enunciou alguns dos discursos mais importantes do século XIX no bojo do emergente movimento feminista e abolicionista. Seu questionamento acerca da categoria mulher, tensionada a partir de sua experiência como mulher e negra, representa uma sofisticada operação intelectual de desnaturalização de categorias sociais. Apesar de não ter aprendido a ler ou escrever, o raciocínio de Truth demonstra que ela era uma intelectual orgânica, desafiando os pressupostos vigentes sobre feminilidade e apontando para o entrecruzamento entre distintas formas de opressão.

Na América Latina, Juana Manuela Gorriti (1816-1892) foi uma das principais escritoras argentinas do século XIX. Viajante, educadora, escritora e jornalista,

produziu relatos de viagem pela América Latina e discutiu o papel das mulheres na criação de identidades nacionais no continente. No Brasil, a intelectual negra Maria Firmina dos Reis (1822-1917) continua envolta em alguns mistérios devido à escassez de registros sobre sua trajetória. Abolicionista, educadora, poeta e musicista, a escritora maranhense publicou, em 1859, o livro *Úrsula*, que hoje é considerado o primeiro romance de autoria feminina negra, de temática antiescravista, publicado no Brasil. Maria Firmina também publicou dezenas de poemas e outros ensaios na imprensa local. Sua produção literária apresentava um posicionamento político claro em defesa de direitos para as mulheres e pelo fim da escravidão.

Com a pernambucana Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913) a situação é ainda mais delicada, e dela só obtemos algumas notícias por meio da imprensa feminina da época. Defensora do sufrágio feminino e da educação das mulheres, Josephina utilizou os jornais como meio para se expressar politicamente. Além de publicar em jornais cariocas, a escritora também fundou, em 1888, o periódico *A Família*, onde fazia, junto a outras escritoras, propaganda política em defesa da emancipação feminina. A autora refletiu sobre o papel potencialmente transformador do jornalismo e contribuiu para o debate sobre a extensão dos direitos políticos.

Nossa seleção foi organizada para funcionar como um diálogo entre múltiplas perspectivas. É justamente a pluralidade que confere o caráter polifônico e diverso desta coletânea. As histórias de vida, as obras, as trajetórias políticas e intelectuais nos permitem construir uma perspectiva caleidoscópica sobre a condição das mulheres em distintos tempos, espaços e arranjos legais e jurídicos. Pensá-las em conjunto apresenta simultaneamente desafios históricos e sociológicos: a comparação das suas narrativas, relatos ou pesquisas permite, tanto relativizar e criticar teorias universalistas e essencialistas sobre gênero, trazendo à tona configurações sócio-históricas singulares e estimulando o desenvolvimento de teorias de médio alcance, quanto também proporciona pistas para a análise de processos macrossociológicos e formas de dependência de trajetória que afetaram as diferentes ordens sociais de gênero descritas por essas autoras – à medida que essas ordens sociais se entrelaçavam cada vez mais a determinadas dinâmicas de colonização e globalização (CONNELL; PEARSE, 2015).

A controvérsia em torno dos clássicos

Uma obra clássica geralmente se refere a um texto que é revisitado por inúmeras gerações, a ponto de referenciar um campo de conhecimento e/ou área ao seu redor. Um clássico não é apenas uma obra genial, mas uma obra que é constantemente reapropriada e reinterpretada, tornando-se, por isso, leitura obrigatória para os ingressantes em uma determinada área do conhecimento. Os clássicos, em uma das propostas de definição feitas por Italo Calvino (2007), podem ser vistos como um conjunto de leituras formativas que fornecem “[...] modelos, recipientes, termos de comparação, esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza [...]” (CALVINO, 2007, p. 9).

Para Jeffrey Alexander (1999, p. 24), um clássico é uma obra que desfruta de um *status* privilegiado em determinada área disciplinar porque sua leitura é considerada pelos estudiosos da área tão importante quanto o das obras contemporâneas. Segundo ele, há uma necessidade funcional nos clássicos na Sociologia, pois eles são uma linguagem comum, que permite comunicação, visto que é uma herança intelectual compartilhada em todo o mundo. O retorno aos clássicos responde também para Alexander à necessidade de um paradigma pós-positivista para as ciências sociais, contrário à visão cumulativa e progressiva de conhecimento. Dada a instabilidade do conhecimento sociológico, os clássicos são vistos como um reservatório de ideias, uma base, uma gramática comum que integra as experiências das gerações.

Na Sociologia, o rol canônico de autores clássicos é constituído por Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Sua excelência não precisa de defesa. Há ótimas razões para estudá-los, e isso tem a ver com a forma como a Sociologia se organiza como disciplina, mas não apenas: suas obras deitaram raízes nas nossas formas de pensar. Portanto, estudá-los é uma maneira de entendermos melhor as origens intelectuais das nossas ideias e, assim, tomar uma posição mais reflexiva e crítica em relação a elas. Se expandirmos a seleção de autores clássicos, outros nomes se somam: Auguste Comte, Alexis de Tocqueville e Georg Simmel.

No entanto, esse quadro nos confronta com a inevitável questão: por que nenhuma mulher figura entre os clássicos? Essa é uma pergunta tipicamente sociológica. Na falta de uma resposta definitiva, vamos levantar aqui algumas hipóteses provisórias e discutir os argumentos mais comuns. O primeiro equívoco a ser desfeito é que não havia mulheres escrevendo ou circulando nos meios intelectuais do século XIX. A teoria feminista *mainstream* costuma remeter à obra *O segundo sexo*

como uma espécie de pedra fundamental da reflexão sobre a condição feminina e à sua autora, Simone de Beauvoir, como cânone, inscrevendo, portanto, o pensamento significativo de mulheres apenas na segunda metade do século XX. O mesmo não ocorre dentro de círculos socialistas, que celebram e relembram as obras de mulheres socialistas do século XIX, ou ainda no feminismo negro, que faz referência constante às intelectuais afro-americanas que as antecederam.

Seja como for, houve efetivamente uma produção intelectual significativa e impactante feita por mulheres nos séculos XVIII e XIX, os anos formativos da Sociologia. Apenas para mencionar as autoras que reunimos nesta coletânea, na Europa, nomes como Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, Harriet Martineau, Harriet Taylor Mill, Beatrice Potter Webb, Marianne Weber, Alexandra Kollontai e Flora Tristan formaram uma galeria de intelectuais ilustres. Na América Latina, nomes como Juana Gorriti, Josephina Álvares de Azevedo, Maria Firmina dos Reis e Nísia Floresta representam apenas uma pequena amostra da grande quantidade de mulheres escritoras. Na Ásia e África, Pandita Ramabai e Olive Schreiner foram vozes ativas em prol dos direitos das mulheres e de outras agendas políticas. Nos Estados Unidos, figuras como Anna Julia Cooper, Ida B. Wells e Sojourner Truth foram ativistas e pensadoras precursoras na articulação de gênero, raça e classe.

O campo intelectual, portanto, era restrito, mas não o suficiente para impedir a ação e circulação de pioneiras, algumas das quais foram intelectuais influentes, amplamente lidas, difundidas e atuantes dentro dos mesmos círculos frequentados pelos autores tradicionais. Um dos casos mais desconcertantes no caso da Sociologia é o da britânica Harriet Martineau, autora do primeiro livro de epistemologia e metodologia das Ciências Sociais de que se tem registro, além de ter realizado investigações sociológicas empíricas, pautadas por parâmetros explícitos, conduzidas ainda na primeira metade do século XIX. Martineau não era uma autora obscura, mas um sucesso editorial, uma referência intelectual e uma presença constante no debate público britânico (SILVEIRINHA; FERREIRA, 2019). A história da Sociologia tem mostrado consistentemente que as contribuições de autoras mulheres foram apagadas *a posteriori*, sobretudo durante a formação do cânone sociológico (LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1998; REED, 2006; GAVIRIA; PINILLA, 2006).

De fato, o cânone foi o produto de diversas negociações que aconteceram no próprio campo da Sociologia no século XX (CONNELL, 1997; 2012a). Com frequência o estudo dos clássicos parte dos próprios autores canônicos e de suas obras para reconstruir suas interlocuções, num movimento radial, o que reafirma a

própria premissa da sua centralidade. Essa constatação, que não é novidade, não deve servir para desqualificar os autores canônicos, mas para criar aberturas e convidar à reflexão. Nos programas de curso e nos livros de introdução à Sociologia, os critérios de seleção de autores se baseiam na tradição: é a Sociologia agindo como “ciência normal”, isto é, rotinizada, com um núcleo e uma identidade (KUHN, 2012). Basta recordar que em *As etapas do pensamento sociológico*, Raymond Aron (1999) afirmou com franqueza que a sua seleção de autores clássicos é baseada em convenções do campo e nas suas afinidades e preferências intelectuais.

É possível objetar que o intuito dos cursos e manuais de Sociologia clássica não é contar a história da disciplina, mas apenas introduzir as bases e os fundamentos sobre os quais se construíram as Ciências Sociais posteriormente. Esses pilares, de fato, foram erigidos sob as obras de Marx, Weber e Durkheim, mas não apenas. Isso porque a Sociologia nunca foi e nunca será uma obra da contemplação de indivíduos, mas o produto de instituições e de comunidades inteiras de intelectuais. Além disso, esse tipo de argumento já foi rechaçado inúmeras vezes por sociólogos contemporâneos que advogaram – às vezes, com sucesso, outras nem tanto – pela “canonização” de outros autores, a fim de ampliar o rol de temas e perspectivas abarcados pela Sociologia clássica.

Na construção do cânone houve debates e divergências quase cataclísmicas. Parsons, Wright Mills, Dahrendorf, Rex, Coser, Bendix e tantos outros até Giddens em 1971 também apresentaram suas concepções da disciplina com suas respectivas propostas de canonização. Foi um período das traduções de textos “clássicos” e das lutas para incluir e excluir nomes. O caso de Marx é ilustrativo a esse respeito, pois Parsons sempre foi criticado por sua omissão (SEOANE, 2006, p. 717, tradução nossa).

A socióloga Patricia Hill Collins (1998) aponta que os anos de fundação da Sociologia foram recriados como mito, e não como memória, e que os clássicos foram parte da construção social dessa ciência, tornando-se insígnias de pertencimento e de formação de identidades. Na verdade, estamos diante de um processo político que revela as lutas internas e externas por poder. São disputas externas no sentido de afirmar a Sociologia como uma ciência com seu próprio objeto, e também são internas porque o apelo a um clássico dá autoridade e legitimidade para aqueles que o evocam dentro do próprio campo (SEOANE, 2006).

Randall Collins (2009) afirma que a Sociologia é um saber que deve estar ele próprio sujeito às reflexões oriundas do seu próprio campo. Por esse motivo, ele lança um olhar institucional para as tradições sociológicas. Um autor se torna um clássico,

no fim das contas, apenas quando uma comunidade preserva suas contribuições e constrói o pensamento sob esse alicerce. Para que a Sociologia se desenvolvesse foi necessário que houvesse grupos de intelectuais com independência com relação ao Estado, às instituições religiosas, ao poder comunitário, se esforçando para fortalecer suas ideias contra as críticas dos outros. Essas condições estavam presentes em algumas sociedades, e não em outras, se ampliaram em algumas e se extinguíram em outras. Isso, na visão de Collins, explicaria porque houve pensadores sociais notáveis como o tunisiano Ibn Khaldun (1332-1406) fora do contexto da modernidade ocidental, mas não se estabeleceu uma tradição sociológica que perdurasse e se consolidasse (COLLINS, 2009). Seu caso dá testemunho de como a Sociologia nasceu no interior de um sistema mundial de poder.

É possível que esse mesmo raciocínio seja aplicável ao pensamento de mulheres dos séculos XVIII e XIX: embora tenham sido pensadoras notáveis, com influência no debate público de sua época e produzido reflexões sociológicas muito relevantes, seu legado não foi levado adiante e suas contribuições não foram incorporadas aos pilares da disciplina por falta de uma comunidade que as sustentasse ou pela falta de redes, poder e influência institucional daquelas e daqueles que tentaram. Houve tentativas posteriores de recuperá-las: desde o século XX, acadêmicas e acadêmicos têm tentado incorporar autoras no rol dos clássicos, de Ruth Benedict, que atuou em prol de Mary Wollstonecraft, a Seymour Martin Lipset, que reivindicou um lugar para Harriet Martineau no cânone da Sociologia (LUO; ADAMS; BRUECKNER, 2018). No entanto, esses esforços individuais não modificaram o atual estado de coisas.

Algumas das objeções levantadas contra as autoras clássicas são que elas não seriam originais, algumas seriam prolixas, indisciplinadas, ensaísticas etc. Quando aplicáveis, as mesmas objeções poderiam ser levantadas em relação aos autores clássicos ou a partes significativas das suas obras. Italo Calvino (2007) afirmou que um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer. No entanto, uma visão sociológica da ciência aponta que o clássico é também um livro que continua a falar por meio dos outros. Teorias estão submetidas a um constante processo de lembrança e esquecimento, reavaliação e contestação. Tudo isso é o que faz com que a autora ou o autor continue falando e se comunicando com o presente.

As autoras aqui reunidas competem desigualmente com os autores estabelecidos, sobretudo porque não contam com o benefício de possuir uma ampla comunidade de comentaristas e leitores, nem costumam ser utilizadas como fontes de referência e de produção de teorias. Muito trabalho foi e é despendido por inúmeras

gerações para trazer o clássico para a atualidade, para aparar suas arestas. A galeria de autores clássicos – desde os mais canônicos até “novos” clássicos – tem contado com o laborioso auxílio de uma multidão de sociólogos e sociólogas por gerações. Para muitos, estudar um autor clássico é sua própria agenda de pesquisa e, assim como em qualquer campo de pesquisa, há acumulação, mudanças e transformações, controvérsias e disputas. Tudo isso mantém um autor vivo e contemporâneo.

Os clássicos contam com os especialistas que fazem mergulhos profundos na sua obra, leituras exegéticas, esforços de reconstrução de contextos e debates que dão inteligibilidade ao que disseram. Vários dos clássicos travaram longas polêmicas enfadonhas com outros autores, dentro de contextos inapreensíveis, via acesso direto aos seus textos. Além disso, recebem constantemente o benefício das sínteses, reconstituições, sistematizações e esclarecimentos. Alguns autores fizeram carreira tentando encaixar teorias, solucionar enigmas, produzir sínteses, a partir da permutação dos três autores clássicos da Sociologia.

Os clássicos da disciplina também contam com aqueles que fazem um verdadeiro esforço de depuração do seu trabalho, destilando princípios teóricos, conceitos, proposições e formas de operacionalização do seu método. Esse tipo de trabalho faz emergir dos clássicos uma teoria que transcende seu contexto histórico e seu traço “datado”. Trata-se de observações – e muitas vezes de construções – de aspectos mais perenes da sua obra, que ressaltam a arquitetura de seu argumento em vez de olhar para o detalhe. A busca por salientar o nível mais elevado de generalidade das suas proposições é o que faz emergir as “tradições sociológicas”.

Por fim, esses autores são referenciados na produção de novas teorias, onde o ciclo de canonização ganha a sua expressão máxima: eles emprestam legitimidade a novas teorias ao mesmo tempo que têm sua legitimidade reafirmada, em um processo similar ao que Robert Merton (1968) descreveu como “efeito Matthew”: a produção de vantagens cumulativas para determinados nomes da ciência que partem na frente. Margareth Rossiter (1993) denominou esse efeito, quando referido ao gênero, de “efeito Matilda”, chamando a atenção para mecanismos específicos de produção de desvantagens para mulheres em diversos campos científicos.

Joas e Knöbl afirmam com todas as letras que “[...] o dinamismo da ‘teoria social’ é gerado pelos estudiosos que recorrem de maneira incessante e produtiva às teorias mais antigas para refletir sobre os problemas contemporâneos [...]” (JOAS; KNÖBL, 2017, p. 13). Manobrados também como uma forma de capital cultural, os clássicos se fazem presentes nos escritos dos autores subsequentes e, assim, ganham

a reputação de serem obras produtivas, inesgotáveis e, sobretudo, incontornáveis: de fato, para aprender sociologia é fundamental conhecê-los. Poucos expressaram tanto descontentamento com esse hábito como a socióloga Raewyn Connell. Em *Southern Theory* (2007), ela mostra uma série de consequências problemáticas oriundas da forma como a teoria sociológica se organiza, num circuito fechado: as abstrações de eventos históricos, o olhar eurocêntrico e androcêntrico e as presunções de homogeneidade cultural são apenas alguns de muitos problemas.

Syed Alatas e Vineeta Sinha (2017), em *Sociological theory beyond the canon*, também ressaltaram os vieses do eurocentrismo e do androcentrismo na teoria sociológica clássica e nas formas habituais de pesquisá-la e ensiná-la, ampliando as críticas ao cânone para pensar não apenas na negligência das contribuições de mulheres, mas também na de fontes não europeias. O olhar para contextos não europeus ajuda a deslocar as narrativas de surgimento da Sociologia, e diferente de Connell, os professores da Universidade de Singapura não questionam a centralidade dos clássicos, apenas defendem a necessidade de lê-los incorporando preocupações teóricas com o colonialismo e o eurocentrismo.

As pensadoras reunidas neste livro produziram teorias a respeito de diversos aspectos da modernidade, tanto a partir do Império, quanto das colônias. Afinal, se entendemos a Sociologia como a ciência que estuda a ascensão do industrialismo moderno no Ocidente, trabalhamos com uma concepção muito estreita. Algumas participaram dos círculos intelectuais que tradicionalmente associamos à emergência da Sociologia, outras não. Isso também ocorre com vários dos clássicos, que não foram “sociólogos”, mas “amadores”, trabalhando fora de instituições acadêmicas. Por fim, quando afirmamos que as autoras produziram teorias, filiamo-nos ao entendimento de Hans Joas e Wolfgang Knöbl (2017), para quem é impossível sustentar a noção de que o termo “teoria” se refere apenas a sistemas que consistem em leis e observações, mas também a ideias, estoques, modelos interpretativos e linguagens observacionais. Algumas delas fizeram proposições de alta generalidade, enquanto outras produziram observações de caráter mais circunscrito. Tudo isso, no entanto, é “teoria”.

As leitoras e os leitores vão perceber que as autoras aqui apresentadas produziram ideias em ambientes e sob formas mais ou menos legitimadas de produção do conhecimento sociológico. Esse fato está relacionado às próprias situações de classe, raça e nacionalidade delas. A literatura, por exemplo, foi acessada por algumas das autoras por ser um terreno menos regulado e, portanto, mais acessível. É por esse motivo que frequentemente a arte e a literatura trazem à tona ideias frescas sobre

como interrogar o mundo social. Muito se discute nas ciências sociais o contexto de formulação e operacionalização de teorias, mas pouco se debate o contexto da sua emergência. A escrita ficcional e em periódicos, por exemplo, se apresentou como um lugar possível de teorização sobre a sociedade para muitas mulheres do século XIX.

Se, no entanto, costuma haver na academia menos lugar para inovação, ela oferece uma base mais estável para o desenvolvimento de conhecimento, visto que proporciona as condições para o desenvolvimento de comunidades de especialistas, fazendo com que as teorias sejam expostas a uma audiência crítica e transformadas em programas de pesquisa coletivos (COLLINS, 2009). Por esse motivo, é importante trazer as contribuições “de fora” para “dentro”, e tornar a universidade cada vez mais porosa a diferentes perspectivas.

Gênero, o cânone e a teoria

Em um texto intitulado *The missing feminist revolution in Sociology*, as sociólogas Judith Stacey e Barrie Thorne (1985) interrogaram por que, a despeito da sua intensa vocação crítica, a perspectiva feminista não havia logrado êxito em transformar os quadros conceituais de referência da Sociologia e, tampouco, em ter essas mudanças aceitas pelos demais membros desse campo disciplinar. Para elas, as perspectivas feminista ou de gênero operavam de forma transversal à disciplina, gerando novas perguntas, corrigindo vieses androcêntricos em subáreas ou inspirando pesquisas melhores sobre diferentes temas. No entanto, elas entendiam que esses avanços não haviam afetado os marcos teóricos e conceituais da disciplina, assim como a relação do investigador com seu objeto.

Stacey e Thorne (1985) sugeriram que determinados mecanismos vinham produzindo a marginalização da perspectiva feminista: primeiro, um “sequestro funcionalista” do gênero, que ganhou sua expressão máxima em Talcott Parsons, com as noções de socialização e papéis sexuais. Essa abordagem limitava a importância do estudo das relações de gênero ao âmbito da família e da intimidade, obscurecendo a sua presença em outras instituições e o caráter generificado da construção social, econômica, política e cultural do nosso mundo. Apesar do declínio da perspectiva parsoniana na Sociologia, determinadas concepções funcionalistas sobre gênero ainda se fazem presentes na teoria sociológica, sobretudo quando o gênero é naturalizado ou confinado ao âmbito do “privado”, e quando teorias implícitas sobre gênero não são colocadas em exame pelos pesquisadores.

Um segundo problema apontado pelas autoras, também compartilhado por Joan Scott (1995), era o uso descritivo e não analítico da categoria gênero, tomado como uma propriedade de indivíduos, e não como um princípio de organização social. Essa tendência ainda se verifica em parte significativa da produção sociológica. A publicação de *A dominação masculina*, de Pierre Bourdieu (1998), parece ter agravado a situação. A preeminência do autor no campo da Sociologia tornou o livro um clássico instantâneo, tornando-o referência central para a discussão sobre gênero no *mainstream* da disciplina. Dentre os problemas de Bourdieu, estão a sua utilização de pares de oposição binária, da falta de historicização das relações de gênero e do seu recurso metodológico ao ultrapassado hábito de utilizar uma sociedade “não-ocidental” (a sociedade Cabila) como uma espécie de passado arcaico do “Ocidente” – algo que pesquisadoras e pesquisadores do campo de estudos de gênero vinham rechaçando por décadas (CORRÊA, 1999).

Em terceiro lugar, Stacey e Thorne apontavam uma contenção do feminismo dentro da tradição marxista, o que limitava seu alcance a uma tradição sociológica apenas: a sociologia do conflito. Esta última afirmação não encontra respaldo na literatura sociológica da época em que as autoras escreveram, dada a importância, por exemplo, de gênero na construção de abordagens como a etnometodologia (GARFINKEL, 1991) ou seus desenvolvimentos no campo do interacionismo simbólico (WEST; ZIMMERMAN, 1987). Por fim, para essas autoras, a Sociologia era um campo sem centro, e, portanto, a transformação feminista deveria ser múltipla e diversa.

De fato, desde a publicação do seu texto, em meados da década de 1980, multiplicaram-se as iniciativas de movimentar diferentes tradições sociológicas e subcampos da disciplina, a partir das provocadoras críticas oriundas do campo de estudos de gênero. Livros como *Sociology of Gender*, de Amy Wharton (2005), e *Introduction aux Gender Studies*, de Laure Bereni *et al.* (2008), fazem levantamentos extensivos do trabalho de sociólogas e sociólogos que trabalharam incansavelmente nas últimas décadas para estabelecer diálogos entre o campo dos estudos de gênero e as diferentes abordagens teórico-metodológicas das ciências sociais. Em virtude do enorme acúmulo gerado por essas pesquisas, alguns manuais, como o livro *Sociologia*, de Anthony Giddens (2012), abordam as questões de gênero como um tema transversal a todas as tradições, temas e subcampos das ciências sociais. Apesar disso tudo, no entanto, gênero ou a perspectiva feminista não parecem ter feito uma “revolução”. Por quê?

Embora tenham acertado em vários dos seus diagnósticos, algo parece ter escapado à atenção de Stacey e Thorne: o papel integrador e central do cânone sociológico, cujo rol de autores permaneceu intocado. Enquanto diversas pesquisadoras levavam as contribuições da teoria feminista, ou dos estudos de gênero, para as mais diversas áreas das ciências sociais, a “grande teoria” permaneceu sendo uma província masculina. Em *The Women Founders: Sociology and Social Theory*, Patricia Madoo Lengermann e Gillian Niebrugge-Brantley (1998) apresentaram a seguinte interpretação para esse fenômeno: enquanto uma disciplina como a Antropologia tem o método como seu centro, a Sociologia tem o cânone e a teoria que com ele dialoga como núcleo e referência integradora. Isso, por sua vez, seria um dos maiores obstáculos para a socialização de conceitos, teorias e pesquisas relacionadas ao campo dos estudos de gênero e da teoria feminista no campo disciplinar da Sociologia.

Adams, Clemens e Orloff (2005) também têm insistido que projetos transdisciplinares, como os estudos de gênero, dependem da produção de ideias, interpretações e teorias que estejam em diálogo com o cânone sociológico e as práticas de formação e credenciamento de uma disciplina estabelecida. Decifrar as formas como as relações de gênero organizam a vida social, cultural, econômica e afetiva de mulheres e homens é um passo fundamental para tornar a Sociologia uma ciência à altura dos desafios do nosso tempo. Dado que os fenômenos sociais contemporâneos são cada vez mais abordados, a partir da articulação de categorias como gênero, raça, classe e nação, é preciso repensar a relação entre cânone e teoria.

Sobre este livro

Este livro estimula a recuperação e discussão de autoras clássicas, assim como dos olhares para “a questão da mulher” nos séculos XVIII e XIX oriundos de contextos latino-americanos, anglo-europeus, africanos e asiáticos. Busca, também, valorizar a pluralidade de perspectivas sobre a modernidade, sejam originadas no Império ou nas Colônias. Se o leitor ou leitora se sentir instigado pelo pensamento dessas autoras, o objetivo do livro foi cumprido. No entanto, a coletânea visa estimular, no longo prazo, a teorização informada pelo uso analítico do conceito de gênero.

Para quem está sendo introduzido ao estudo dessas pensadoras, o livro é também um guia para superar dificuldades iniciais. No entanto, idealmente, os

capítulos aqui apresentados devem ser comparados e cotejados com fontes primárias, isto é, com os textos originais dessas autoras. Isso porque ninguém detém a palavra final nem sobre os “autores clássicos”, nem sobre as “clássicas”, e muito menos sobre “a Sociologia”. Como disse Francisco Weffort, confrontar o pensador clássico e o seu comentador permite ao estudante fazer seu próprio exercício de interpretação e pesquisa, “até porque, em política, um exercício de interpretação é sempre um exercício de liberdade” (WEFFORT, 2006).

Os capítulos desta coletânea seguem uma ordem puramente cronológica, organizados por data de nascimento das autoras, e podem ser consultados de forma independente. Para conferir um caráter didático aos textos, os capítulos seguem o mesmo modelo. No entanto, as abordagens escolhidas por cada autora são diversas. Solicitamos que as autoras dos capítulos discorressem sobre a vida, a obra, os principais temas e contribuições e a atualidade de cada pensadora. A forma como organizamos os capítulos tem como objetivo ir familiarizando aos poucos as leitoras e leitores com a obra da intelectual estudada. A *vida* tem por objetivo situar as autoras em um contexto de vida pessoal, afetiva e familiar; abordar sua situação de classe, nacionalidade e raça, seus deslocamentos e itinerários pessoais. Não se trata de realizar um estudo exaustivo, e nem conclusivo, sobre trajetórias de vida; tampouco pretendemos utilizar a vida como explicação da obra. Acreditamos, contudo, que os elementos biográficos podem nos auxiliar a compreender muitos dilemas enfrentados pelas autoras, assim como possibilitam articular suas ideias às experiências sociais e familiares.

A *obra* oferece um panorama enxuto do trabalho da autora, sua atuação na esfera pública, sua atividade política, ativismo, os círculos intelectuais que frequentava, sua participação em debates públicos, seja via imprensa, mercado editorial ou por intermédio de outros meios. Aqui, o foco é apresentar a produção, recepção e circulação da sua obra. Como já salientamos anteriormente, os capítulos funcionam apenas como um guia para a obra dessas autoras, apontando caminhos para o desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas.

A subseção seguinte, *Olhando mais de perto: temas e contribuições*, pretende destacar algum aporte especial da obra das autoras e apresentá-la aos leitores. É possível também apresentar quais foram os principais temas trabalhados em suas obras e quais eram suas principais áreas de interesse. Nessa parte, buscou-se privilegiar a “voz” das autoras por meio da citação de pequenos trechos de sua produção escrita.

Ao solicitar que se discutisse a atualidade de cada uma dessas intelectuais, desejamos trazê-las para o presente. Isso porque entendemos que o estudo de teorias clássicas não faz sentido se não discutirmos os desenvolvimentos posteriores da Sociologia a respeito das questões que elas levantaram. Se a contextualização do pensamento de autoras e autores é fundamental para tornar claras suas proposições e para situá-las num debate, usar a contextualização como forma de encerrá-las no passado, blindá-las de críticas ou mesmo deixar seus pressupostos livres de exame cria um abismo intransponível entre a teoria clássica e o trabalho empírico, entre clássico e contemporâneo. Por isso, as colaboradoras desta coletânea foram convidadas também a olhar para as clássicas como suas contemporâneas, analisando a construção do seu argumento, a operacionalização do seu método, seus problemas, suas inconsistências e também seus méritos.



Para a produção desta coletânea foi fundamental o apoio e a colaboração de várias pessoas e instituições, às quais somos muito gratas. Às integrantes do Laboratório de Estudos de Gênero e Interseccionalidade (LabGen) da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Anna Bárbara Araújo, Débora Thomé, Carolina Castellitti e Lolita Guimarães Guerra – e do grupo Clássicas – Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, Giulie Vieira da Mata, Eliana Debia, Roberta Nicolette Soromenho, San Romanelli Assumpção, Cynthia Hamlin e Raquel Weiss –, por todas as trocas de ideias, debates e leituras que fortaleceram a proposta deste livro e que estão fomentando outros projetos. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFF), por abraçar este projeto e transformá-lo em linha de pesquisa. Ao Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (Neseg), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelas interlocuções e apoio, sobretudo das coordenadoras Aparecida Moraes e Bila Sorj. A esta última, registramos um agradecimento especial pela parceria no projeto de recuperação de autoras clássicas e por gentilmente assinar a apresentação deste livro. À Rede Fluminense de Núcleos de Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Feminismos nas Ciências Sociais (Redegen), pela construção de redes, interlocuções e ações em prol da defesa e fortalecimento dos estudos de gênero nas ciências sociais. A Mariana Chaguri, por organizar conosco as duas edições do curso de extensão “Mulheres na Teoria Social” na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). A Vitória Rodriguez Gonzalez e Pedro dos Santos de

Borba agradecemos pela tradução e revisão dos capítulos sobre Beatrice Potter Webb e Mary Wollstonecraft, respectivamente. A Bruno Borges, pela leitura e revisão da introdução e dos capítulos sobre Pandita Ramabai, Mary Wollstonecraft e Harriet Martineau. Agradecemos a Ana Clara Matias Rocha, pela preparação dos originais, e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), pela bolsa de iniciação científica que permitiu que ela realizasse este trabalho. Por último, e mais importante, agradecemos a todas as autoras que embarcaram conosco neste projeto.

Referências

- ADAMS, Julia; CLEMENS, Elisabeth; ORLOFF, Ann. *Remaking modernity: politics, history and sociology*. Durham: Duke University Press, 2005.
- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. London: Palgrave MacMillan, 2017.
- ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: EdUNESP, 1999.
- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERENI, Laure *et al.* *Introduction aux gender studies: manuel des études sur le genre*. Bruxelles: De Boeck, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- COLLINS, Patricia Hill. On book exhibits and new complexities: reflections on sociology as science. *Contemporary Sociology*, v. 27, n. 1, p. 7-11, 1998.
- _____. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Randall. *Quatro tradições sociológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- CONNELL, Raewyn. Why is classical theory classical? *The American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.
- _____. *Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science*. Sydney: Allen & Unwin, 2007.
- _____. O império e a criação de uma ciência social. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 309-336, 2012a.

_____. A iminente revolução na teoria social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012b.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: InVerso, 2015.

CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 54, p. 43-53, jul. 1999.

DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luna. Gênero e conhecimento: um diálogo entre o pensamento de Flora Tristan e Harriet Martineau. *Estudos Históricos*, v. 33, n. 70, p. 424-443, jul. 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA, José Luís; MARTINS, Herminio. *Lições de sociologia clássica*. Lisboa: Edições 70, 2019.

GARFINKEL, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1991.

GAVIRIA, Luz Gabriela A.; PINILLA, Giovanna A. En busca de las sociólogas fundadoras: Marianne Weber. *Revista Colombiana de Sociología*, n. 26, p. 193-204, 2006.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Penso, 2012.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009.

HERRING, Chris *et al.* Living theory: principles and practices for teaching social theory ethnographically. *Teaching Sociology*, v. 44, n. 3, p. 188-199, jul. 2016.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. *Teoria social: vinte lições introdutórias*. Petrópolis: Vozes, 2017.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LENGERMANN, Patricia M.; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. *The women founders: sociology and social theory, 1830-1930*. Nova York: McGraw Hill, 1998.

LUO, Wei; ADAMS, Julia; BRUECKNER, Hannah. The ladies vanish? American sociology and the genealogy of its missing women on wikipedia. *Comparative Sociology*, v. 17, n. 5, p. 519-556, 2018.

MERTON, Robert. The Matthew effect in science. *American Association for the Advancement of Science*, v. 159, n. 3810, p. 56-63, jan. 1968.

REED, Kate. *New directions in social theory: race, gender and the canon*. Basingstoke: Sage, 2006.

ROSSITER, Margaret. The Matthew Matilda effect in science. *Social Studies of Science*, v. 23, n. 2, p. 325-341, maio 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, n. 20, p. 71-99, 1995.

SEOANE, Javier B. C. La disputa del canon clásico en la sociología. *Espacio Abierto*, v. 15, n. 4, p. 705-724, out./dez. 2006.

SILVEIRINHA, Maria João; FERREIRA, Virgínia. Harriet Martineau: socióloga radical e feminista avant la lettre. In: GARCIA, José Luís; MARTINS, Hermínio (org.). *Lições de sociologia clássica*. Lisboa: Edições 70, 2019.

STACEY, Judith; THORNE, Barrie. The missing feminist revolution in sociology. *Social Problems*, v. 32, n. 4, p. 301-316, abr. 1985.

WEBER, Max. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais*. São Paulo: Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*: volume 1. São Paulo: Ática, 2006.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Doing gender. *Gender & Society*, v. 1, n. 2, p. 125-151, jun. 1987.

WHARTON, Amy. *The sociology of gender: an introduction to theory and research*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2005.

Capítulo 1

Olympe de Gouges

Raquel Simas

A vida

Olympe de Gouges ou Marie Olympe de Gouges (1748-1793) foi uma ativista, dramaturga, escritora e abolicionista que participou da Revolução Francesa. Suas reivindicações versavam sobre a igualdade entre os sexos, a abolição da escravidão, a defesa dos filhos gerados fora do casamento e a denúncia à tirania. Com muita ousadia e por meio da sua escrita, essa feminista *avant-la-lettre* lutou pelo direito dos oprimidos, valendo-se de sua própria opressão como mulher. Muitas vezes incompreendida, confiou em que a valorização de seus posicionamentos seria conquistada na posteridade.

Nascida Marie Gouze, filha dos pequenos burgueses Anne Olympe Moisset Gouze e Pierre Gouze, Olympe adotou o nome do meio de sua mãe e alterou a grafia do sobrenome para “de Gouges”, mais aristocrático, quando se mudou para Paris em 1774. Em sua obra semiautobiográfica *Mémoire de Madame de Valmont* (1784), ela expõe ser filha ilegítima do marquês de Pompignan, um escritor e dramaturgo cuja ligação com a sua família materna vinha de gerações (DE GOUGES *apud* SHERMAN, 2013). A sua vivência, sem contar com o auxílio do suposto pai biológico e da família dele, que não a reconheceu como legítima herdeira, justificava sua militância em prol das mães e das crianças negligenciadas pelo não reconhecimento paterno. Importante destacar que a igualdade para filhos(as) nascidos(as) fora do casamento foi conquistada na França apenas em 1972.

Outra experiência que marcou a trajetória da revolucionária consistiu no seu casamento forçado aos 17 anos com Louis Aubrey, cerca de 30 anos mais velho do que ela. Da traumática união, que só durou um ano e se encerrou com a morte do marido, nasceu seu único filho, Pierre. De Gouges não voltou a se casar. Os rumores apontam que ela manteve um relacionamento ilegítimo e alguns boatos, que fazem parte de uma campanha difamatória contra a francesa, a classificaram como cortesã. Não é conhecido, contudo, se ela teve ou não numerosos parceiros (SHERMAN, 2013).

Com a mudança para a capital francesa, a viúva De Gouges compensou a falta de instrução formal anterior se integrando aos círculos literários e políticos da sociedade parisiense. Apesar de ser descrita por alguns críticos como uma mulher iletrada, sua biografia escrita por Olivier Blanc (2003 *apud* SHERMAN, 2013) indica a existência de assinaturas dela em documentos da Comédia Francesa. O historiador argumenta que a destreza e sagacidade de seus escritos, respondendo aos problemas de seu tempo, justificam a recusa da tese de que ela dependesse de um secretário homem para se manifestar por escrito. Olympe de Gouges produziu 40 peças teatrais, dois romances e cerca de 70 panfletos políticos no período de uma década, conforme descrito no inventário feito no seu julgamento.¹

A escolha de Olympe por um teatro político engajado contribuiu para a fama de ter sido péssima dramaturga. Novamente, revela-se a misoginia da crítica literária que desconsiderou a estética das encenações naquele período e os interesses que contribuíram para o seu fracasso (LE HIR, 1994; SHERMAN, 2013). Em 1783, a autora escreveu a primeira versão da peça *L'esclavage des noirs* (A escravidão negra) e por anos buscou encená-la na Comédia Francesa, conseguindo estreá-la em 26 de dezembro em 1789. Trata-se de um drama que envolve um casal de negros escravizados que se rebela contra os maus-tratos e foge, sendo a primeira peça francesa a enfocar a desumanidade da escravidão.

Ter uma peça encenada representava reconhecimento e segurança financeira, mas os direitos de propriedade sobre o escrito e a manutenção em cartaz dependiam da boa audiência nas primeiras sessões. Primeiramente, a solicitação ousada de atores negros e vestimentas típicas feitas por Madame De Gouges não foi atendida. Além disso, uma série de boicotes a esse trabalho, promovidos pelos colonos escravagistas,

1 A transcrição de seu julgamento pode ser consultada em *The Trial of Olympe de Gouges* (S.d.)

impactou a repercussão da peça. Os artifícios usados foram desde a ameaça ao corte de investimentos na Comédia Francesa, seguido pela campanha de difamação de Olympe de Gouges na imprensa até a compra de atores para ter péssima atuação (LE HIR, 1994).

A vida de Olympe de Gouges foi profundamente marcada pela Revolução Francesa, da qual não saiu viva. A maior parte de sua produção se concentrou no período revolucionário de 1789 a 1793, época de muita instabilidade e conflitos internos e externos. Para Jürgen Siess (2016), a francesa não se inseriu em atividades espetaculares revolucionárias, seu interesse sempre esteve associado ao debate político por meio da escrita, abrindo caminho para o acesso das mulheres ao campo político. De acordo com Tânia Morin (2009), as mulheres parisienses, com exceção das aristocratas que emigraram, receberam a Revolução Francesa no verão de 1789 com muita disposição.² Nos anos que se seguiram, a movimentação das mulheres se intensificou, com a organização de clubes políticos em muitas cidades francesas e o aumento da frequência às galerias das Assembleias.

É importante frisar que as mulheres não constituíam um grupo coeso, e, via de regra, a participação política representava o desejo cívico de contribuir para a pátria, mais do que a busca de garantir os direitos das mulheres. Destarte, o ideal de mulher republicana associado à família e à maternidade dificultou a vida de Olympe de Gouges, assim como de Théroigne de Mericourt (1762-1817)³ e da holandesa Etta Palm d'Aelders (1743-1799),⁴ pois nenhuma das três correspondia ao ideal associado à existência de um marido. Segundo Morin (2009, p. 88), “as três feministas eram tipos marginais da sociedade e não tinham credibilidade para atrair seguidores nem das classes populares, nem da burguesia”.

Em que pese os vários tipos de ativismo feminino, o período revolucionário ampliou a participação das mulheres intelectuais por meio de petições. As queixas, declarações e petições constituíam práticas, segundo Fauré (2006), já utilizadas para o

2 Apesar de citar Olympe de Gouges e outras aristocratas, o interesse primordial da pesquisa de Morin (2009) consiste em analisar a militância revolucionária das mulheres das classes populares e as representações iconográficas destas.

3 Nascida Anne-Josèphe Terwagne em uma família de camponeses, Théroigne de Mericourt frequentou a boêmia literária parisiense e se inseriu nas discussões políticas na Revolução Francesa. Ela defendeu o porte de arma pelas mulheres, mas seus métodos desagradaram os revolucionários. A acusação de desordem e agitação a levou ao açoitamento público em 1793, o que abalou ainda mais a saúde mental da francesa que terminou sua vida em uma instituição psiquiátrica.

4 Autointitulada baronesa, Etta Palm d'Aelders discursou e escreveu reivindicando os direitos políticos das mulheres e enfatizando a necessidade de uma educação que as retirasse da posição de inferioridade. Além disso, protestou contra a desigualdade no casamento e as leis sobre o adultério que protegeriam os homens apenas (MORIN, 2009).

discurso político das mulheres antes da Revolução, sendo tradicionalmente adotadas para as súplicas e pedidos de pensão das mulheres viúvas. Em julho de 1789, a Assembleia Constituinte regulamentou o direito de peticionar, e a isso se acompanhou a reivindicação de autorreferencialidade entre mulher e representação política, isto é, a defesa da identidade de interesses entre os representantes e os representados. As petições, inicialmente individuais, passaram a ser coletivas, a partir de 1792, e um dos temas centrais presentes nessas petições consistiu na demanda pelo divórcio, com o argumento de que o despotismo doméstico colocava freio à liberdade revolucionária (FAURÉ, 2006).

Em 1792, foi decretada uma lei concedendo o divórcio. De 1793 a 1795, mais de seis mil divórcios foram pronunciados, sendo mais de 70% instigados pelas mulheres. A caneta de De Gouges trabalhou enormemente no sentido de promover o debate a favor das dissoluções de casamentos que causavam sofrimento às mulheres. A primeira lei de divórcio francesa garantia as seguintes causas para a separação: incompatibilidade de humor, doença mental de um dos cônjuges, ter sido sentenciado a uma punição desonrosa, maus-tratos, comportamento imoral (adultérios, por exemplo), deserção e emigração (VON BONE, 2014). No período da Restauração, em 1816, o direito ao divórcio foi revogado e só voltaria a constar na legislação francesa em 1884.

A intensa participação feminina na Revolução começou a incomodar as estruturas patriarcais, e os embates produziram, em pouco tempo, uma reação conservadora dos homens. O ideal cívico das mulheres demandava maior conhecimento sobre os princípios republicanos e elas ganharam experiência na condução de reuniões, assembleias, debates públicos e na elaboração de petições. As revolucionárias solicitavam também o direito às armas, mais até do que o direito ao voto. Assim, os críticos à emancipação feminina retomaram o modelo de Jean-Jacques Rousseau que atribuía às mulheres características como delicadeza, irracionalidade, fragilidade e responsabilidade pelo lar, para pleitear a manutenção delas no espaço privado. Para Rousseau, “[...] a mulher necessitava ser subjugada e tornar-se agradável ao homem, em vez de o provocar [...]” (DEL PRIORE, 1989, p. 90). A partir de 1793, os avanços políticos conquistados nesse curto período pelas mulheres foram sendo retirados (MORIN, 2009).

Mesmo sem o apoio de grupos políticos, a escritora foi taxada, tanto de radical, pela defesa da igualdade entre os sexos, quanto de conservadora, por ter se inclinado, no início da Revolução, para uma monarquia constitucional (SIESS, 2016). De Gouges

não se furtava de utilizar o seu direito de expressão. É célebre a passagem do Artigo 10 da *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791): “A mulher tem o direito de subir ao cadafalso; mas ela deve igualmente ter o direito de subir à tribuna”. A ironia identificada no trecho expõe o sentido negativo da igualdade que garante o direito à pena de morte antes do direito de expressão das mulheres.

A radicalidade do discurso de Olympe de Gouges se contrapõe ao seu pacifismo, o que a manteve crítica ao assassinato da família real e a qualquer violência tirânica. Por isso, endureceu as palavras em sua insurgência contra os jacobinos, principalmente após os massacres de 1792. O panfleto *Les trois urnes* (As três urnas), de 1793, que não chegou a circular e pregava a necessidade de um plebiscito nacional para escolher a forma de governo entre república unitária, sistema federativo e monarquia constitucional, foi o estopim para a sua prisão. Julgada com brevidade pelo tribunal revolucionário no período conhecido como o Grande Terror, Olympe se manteve firme aos seus princípios e reconheceu a autoria desse panfleto. Acusada de sedição, a escritora foi levada à guilhotina no dia seguinte, em 3 de novembro de 1793.

A obra

Após 200 anos de esquecimento da obra de Olympe de Gouges, a investigação de seus escritos sofreu uma virada no fim da década de 1970 (SHERMAN, 2013). A partir de então, os trabalhos dela que resistiram ao tempo vêm sendo traduzidos e analisados por vários pesquisadores, principalmente no Hemisfério Norte. Se o primeiro olhar sobre a revolucionária francesa se deu pelo interesse em sua biografia, a segunda busca de seus textos teve uma perspectiva analítica de suas proposições. Esse movimento de resgate e divulgação da produção intelectual de mulheres existe de maneira incipiente no Brasil, contudo, são poucos os artigos sobre a francesa e os textos de sua autoria traduzidos em português.

Para Carol Sherman (2013), os textos de Olympe combinam uma forma literária íntima, pessoal e em diálogo com um público imaginado, suas petições, ora se destinam ao povo, ora à rainha ou aos representantes da nação. Os escritos dela exemplificam um modelo clássico de oratória política, o que para Sherman representa uma adaptação dos textos ao desejo de ser ouvida em público, de subir à tribuna. Nessa ânsia por externalizar no papel o que não podia ser dito oralmente, as criações

artísticas e suas cartas políticas possuem um contínuo em que a cidadã apresenta suas opiniões sobre os mais diversos assuntos que eram debatidos naquele período.

Nesse sentido, as petições de De Gouges, ao mesmo tempo em que versavam sobre problemas que atingiam a sociedade francesa, eram propositivas, como, por exemplo, quando solicitava a instituição de tributação voluntária na tentativa de salvar o Estado da crise econômica. Também propunha a criação de hospitais direcionados às mulheres inspirados no modelo dos Inválidos. Dentre as suas defesas, alguns escritos se destacaram, como veremos a seguir.

A *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), texto mais conhecido desta “feminista” iluminista francesa, é caracterizado por Siess (2016, p. 145) como um “programa político e jurídico vanguardista” que pode ser dividido em três planos discursivos principais: rousseauiano, “feminista” e girondino. A referência à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão* (1789), copiando os seus artigos, apoia-se na estratégia de imitação presente frequentemente na literatura panfletária política do período. Apesar de comum, como atesta Fauré (2006), esse era um jogo audacioso para uma mulher jogar, entretanto, coragem não faltava nas manifestações escritas de Olympe. Cabe ressaltar que a escritora iluminista não se limitou a copiar os artigos modificando os gêneros, mas desenvolveu um programa que levantava proposições para demandas das mulheres.

Artigo onze A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões constitui um dos direitos mais preciosos da mulher, dado que esta liberdade garante a legitimidade dos pais em relação aos filhos. Toda cidadã pode, portanto, dizer livremente: “eu sou a mãe de um filho que lhe pertence”, sem que um preconceito bárbaro a force a esconder a verdade; sob pena de responder pelo abuso dessa liberdade nos casos estabelecidos pela lei (DE GOUGES, 2007, p. 3).

O Artigo 11 da *Declaração* indica um desdobramento importante para Olympe de Gouges da liberdade de expressão: garantir a manifestação das mulheres, sem constrangimentos, na busca do reconhecimento da paternidade dos filhos fora do casamento. Nesse sentido, exemplifica o esforço da escritora em não apenas reproduzir o Artigo 11 da *Declaração* anterior, cujo teor é:

A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789).

Sobre a tributação, a francesa defendeu a igualdade entre mulheres e homens na contribuição estatal desde que houvesse uma partilha igual dos bens e da administração pública. Conforme a teórica:

Artigo catorze As cidadãs e os cidadãos têm o direito de verificar por eles mesmos ou por seus representantes a necessidade da contribuição pública. As cidadãs só podem aderir a ela através de uma partilha igual, não apenas nos bens, mas também na administração pública, determinando a quota, o tributável, a cobrança e a duração do imposto (DE GOUGES, 2007).

Segundo mencionado na sessão anterior, a peça produzida por De Gouges sobre a escravidão gerou uma polêmica por alguns elementos da narrativa, como utilizar a perspectiva do escravizado. Marie Pierre Le Hir (1994) considerou que muitos elementos de uma boa narrativa apareceram na peça *L'Esclavage des noirs*⁵ (1783), que, além da questão da escravidão, também revelava suas demandas feministas. Nessa obra, Zamor e Mirza (os indianos escravizados que fugiam do algoz) e Sophie e Valère (um casal branco francês que buscava pelo pai biológico da mulher) protagonizam esse enredo e caracterizam-se pela empatia, compaixão, pelo desejo de reconhecer os outros como humanos, ajudando-os. Apesar da diferença sexual, prevalece o ideal de igualdade, com a ausência, ao menos no primeiro ato da peça, de uma figura de autoridade do homem.

A partir do segundo ato da peça em questão, a figura do pai de Sophie surge como uma encarnação da autoridade superior. Para Le Hir (1994), a mensagem de De Gouges não pode ser retirada do contexto em que a primeira versão do drama foi produzida: a França era uma monarquia, e a escritora revolucionária demandava uma monarquia com princípios republicanos. Desta forma, o Monsieur de Frémont encarnou a figura do pai da nação, que rejeitava a tirania e as leis bárbaras. A pesquisadora verificou no texto um questionamento da autoridade política do rei e um ultimato para que ele reconhecesse a soberania popular.

Olympe de Gouges, atenta aos problemas de seu tempo, se posicionou sobre o divórcio em 1790 com a peça *La Nécessité du Divorce* (A necessidade do divórcio), nunca encenada. A maior parte da defesa ao divórcio é desenvolvida por um personagem de meia idade homem e solteiro: a possibilidade de rompimento do casamento estimula a felicidade conjugal, baseada na igualdade e na liberdade de ambos os sexos.

5 Primeiramente, essa peça era denominada *Zamore et Mirza ou L'Heureux Naufrage*. Também conhecida com *L'Esclavage des Nègres*.

Todavia, a dramaturga apresentou uma perspectiva feminina com o diálogo envolvendo as duas protagonistas traídas pelo amante/marido, que acertam uma solução para a querela, enquanto o homem escuta tudo escondido no armário. Esse homem percebeu a dor causada por ele ao ouvi-las. Isso exemplifica como, para De Gouges, a luta pela igualdade e liberdade de todos os seres humanos envolvia a construção de empatia e solidariedade, não vinha pela imposição à força. Destacam-se também as críticas à Igreja Católica na figura do Padre Bastillie expostas no drama: seus conselhos se revelam fracassados e legitimadores do sofrimento da mulher.

Alguns pesquisadores classificam De Gouges como monarquista, tendo em vista que alguns de seus escritos revelam a escolha por uma monarquia constitucionalista; além disso, a defesa de Luís XVI (1754-1793) e Maria Antonieta (1755-1793)⁶ podem enquadrá-la nesse posicionamento, o que é identificado como seu lado conservador (SIESS, 2016). Contudo, Le Hir (1994) apresenta dúvidas sobre essa associação com a monarquia, por serem avaliados apenas seus textos anteriores à Revolução Francesa, como é o caso de *L'Esclavage de noirs*. A própria Olympe de Gouges, no *Discurso endereçado ao tribunal revolucionário* (1793), se intitulava republicana, patriota e vigilante em relação aos complôs dos tiranos, acusando seus opositores de “republicanos de 4 dias”, “apóstolos da anarquia”, “tiranos” e “velhos escravos dos preconceitos do Velho Regime”. Vivendo um momento revolucionário muito violento, a crítica feita por ela aos excessos sanguinários dos Jacobinos e sua posição pacifista foram interpretados como um apoio ao Antigo Regime, o que foi desmentido por Olympe nos seus últimos escritos. Para manter a estabilidade do Estado, o governo deveria garantir a igualdade, as liberdades e também a segurança da coletividade, isso importava mais para ela do que a forma de governo.

6 Luís XVI foi deposto pela Revolução Francesa e teve fracassada a sua tentativa de evasão da França com sua esposa, Maria Antonieta, e família. O casal foi condenado por traição e ambos mortos no ano de 1793. Olympe de Gouges se ofereceu para advogar pelo casal e argumentou da seguinte forma no panfleto *Défenseur Officiel de Louis Capet*: “O maior crime de Luís Capeto, deve-se reconhecer, foi nascer rei em uma época em que a filosofia estava lançando silenciosamente as bases da república. Nós abolimos a realeza. Pessoas, trono: ele perdeu tudo. Sejam generosos o suficiente para deixar a vida dele. Se ele fosse o vencedor, todos poderíamos ser monarquistas; os homens tão subjugados pelas circunstâncias! Ao destroná-lo, despedaçamos todos os cetos do mundo: a soberania do povo retomou seus direitos; não devemos puni-lo pela ignorância de nossos ancestrais ou pelos crimes deles” (DE GOUGES, 1792b, tradução nossa).

Olhando mais perto: temas e contribuições

A historiadora Louise Tilly relatou em seu artigo “Gênero, História das mulheres e História social” (1994) que, após participar de um excelente seminário sobre a repercussão dos escritos de Olympe de Gouges, refletiu sobre a seguinte questão colocada por um antigo historiador estadunidense: “Agora que eu sei que as mulheres participaram da Revolução, que diferença isto faz?” A partir dessa reflexão, Tilly revela a importância da história das mulheres para identificar e expandir a nossa compreensão sobre o passado e incrementar nossos conhecimentos históricos. Contudo, ela apresenta uma preocupação com o apego ao caráter descritivo e interpretativo das pesquisas. Associado a esse viés descritivo, a autora expõe a necessidade de duas tarefas: produzir “[...] estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular as descobertas decorrentes desses às questões gerais que há muito estão postas à história [...]” (TILLY, 1994, p. 29). Respondendo ao historiador, Tilly indica que a atenção dada à participação das mulheres no processo revolucionário afina a compreensão sobre os atores que lutaram pelo poder e as saídas alternativas ao projeto vitorioso.

Desta forma, a contribuição mais significativa de Olympe de Gouges em sua produção literária consistiu em expandir os ideais iluministas ampliando os sujeitos de direitos e incluindo as mulheres e as pessoas negras. Apesar do seu apreço a Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), fonte filosófica de muitos intelectuais do fim do século XVIII, a misoginia de seus textos constituía um problema para a defesa da igualdade entre os sexos, tão crucial no pensamento da revolucionária. Assim, na *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791), “[...] o discurso rousseauiano é reinterpretado e reconstruído com premissas feministas [...]” (SIESS, 2016, p. 147). A crítica de Rousseau à sociedade que corromperia a natureza humana se transforma numa crítica à tirania dos homens que subjugaria a mulher, associada por sua vez à esfera da natureza. Com a resignificação da ideia de contrato social, De Gouges postulou que as mulheres possuem a legitimidade de seus direitos na sua natureza humana e que, por um despotismo dos homens, um estado natural muda para um mundo de regras civis que impõem a desigualdade entre os sexos (SIESS, 2016). Uma das propostas de combate à desigualdade presente no posfácio da *Declaração* indica um modelo de contrato social no matrimônio baseado na igualdade entre o homem e a mulher, com a possibilidade de divórcio.

Outro diálogo com o filósofo se apresenta no Artigo VI, que dispõe: “A lei deve ser a expressão da vontade geral; todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para a sua formação; ela deve ser igual para todos” (DE GOUGES, 2007). A noção de “vontade geral”, tão cara ao teórico político genebrino, aparece em alguns escritos de Olympe de Gouges. Para ela, o direito individual não deve ser visto independentemente do bem comum, o que implica a preservação de uma estrutura de governo que legitime as demandas da comunidade. Os direitos do cidadão e da cidadã, apesar da origem como direitos naturais, tem seu fundamento na entidade coletiva para a garantia de cidadania (LE HIR, 1994).

O movimento das luzes e a agitação revolucionária acabaram iluminando questões que não seriam o objetivo direto dos homens do poder, como a escravidão. Olympe de Gouges e outras mulheres francesas, vencidas nesse projeto de sociedade, incomodaram com suas vozes dissidentes sobre as relações raciais entre brancos e negros.

Desde nova, De Gouges relatou a sua inquietação sobre o tratamento cruel das pessoas negras e a insatisfação com as justificativas apresentadas. No texto *Reflexões sobre os negros*, ela escreveu: “Quando nos ocuparemos em mudar essa realidade [a escravidão] ou ao menos tentar amenizá-la?” (DRIGO; PAGNOSSI, 2018, p. 284). A desgraça promovida pela escravidão tem início, para autora, com o comércio de seres humanos. Contra a falta de liberdade e as agressões dessa instituição que os europeus utilizaram para usurpar o trabalho de outros povos, caberia o direito de se revoltar. Interessante destacar que nesse e em outros escritos vemos o seu apreço pela igualdade, rejeitando a classificação dos negros como algo diferente dos brancos. “Se eles são animais, então também nós, da mesma forma, não o somos?” (DRIGO; PAGNOSSI, 2018, p. 285).

Na obra *Translating Slavery: Gender and Race in French Women's Writing, 1783-1823* (1994), as organizadoras apresentaram escritos antiescravagistas de mulheres francesas, traduzidos para o inglês, com o objetivo de preencher uma lacuna no discurso sobre as relações raciais. Doris Y. Kadish (1994) verificou a orientação feminina dos textos pró-abolição no fim do século XVIII e início do século XIX. Como ocorre comumente com a produção de mulheres, esses escritos foram ofuscados pelas obras negativas e repressivas produzidas por homens na segunda metade do século XIX, que geraram um conjunto de conceitos míticos que separavam os sujeitos europeus dos outros povos. Entretanto, as obras das mulheres contribuíram para a tradição de resistência a essa separação que justificava a subjugação dos outros

grupos. Sem superestimar o potencial das obras, ou ignorar outros interesses não humanitários no combate à escravidão, a potência dos escritos das antiescravagistas francesas ocorre pela fissura causada no discurso hegemônico, marcada por uma forma independente e original de expressão.

A atualidade da autora

Em 2013, Olympe de Gouges foi cotada para ser homenageada no Panteão Parisiense ao lado dos homens reconhecidos como edificadores da nação francesa. Sua indicação partiu de uma atuação das feministas francesas que questionavam a presença de apenas uma mulher, Marie Curie, dentre os escolhidos para essa honraria. O presidente François Hollande acabou optando por duas outras indicadas que participaram da resistência à ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial. Duas foram as conjecturas para a não escolha de uma mulher que participou de um dos principais eventos da história francesa e mundial: o seu posicionamento sobre a família, que poderia gerar uma reação conservadora dos apoiadores da família tradicional (MENDONÇA; PRIMO, 2020), e a sua denúncia dos horrores promovidos pelos jacobinos, o que poderia levantar um debate que não interessava ao Partido Socialista e a muitos intelectuais franceses jacobinistas (VIÉNET, 2016).

A radicalidade de Olympe de Gouges na defesa da igualdade de gênero e a rejeição da estreita vinculação da mulher com a maternidade, como pregava, inclusive, o ideal republicano que vingou, ainda suscitam reação, principalmente num cenário de disputas narrativas sobre o “ser mulher” e o modelo de família, tanto na França, quanto no Brasil. Sua advocacia pioneira pelos direitos políticos das mulheres, tocando em assuntos delicados como o casamento, o divórcio, a liberdade e a igualdade foi herdada por milhares de ativistas que, mais de 200 anos depois, ainda precisam lutar para efetivar a conquista de algumas dessas demandas na prática.

Por mais que haja conquistas no campo dos direitos políticos das mulheres, persiste uma sub-representação, como as últimas eleições para vereadores no Brasil em 2020 atestam: apenas 16% do total de eleitos(as) são mulheres (HAJE, 2020). Os dados na Câmara de Deputados e no Senado Federal não indicam modificação nessa estrutura desigual. O ideal de maternidade e de mulher associada à esfera doméstica, ao qual se insurgiu a revolucionária francesa, venceu a disputa no século XVIII, continua sendo reproduzido e significando uma menor participação nas esferas

públicas. Com menos mulheres na vida pública, os problemas sociais que as atingem recebem menos atenção dos legisladores, gestores e outros agentes com poder para encaminhar políticas públicas.

Valorizar o legado de Olympe de Gouges pode trazer orientações nem tão novas para o movimento feminista, mas ainda assim estas têm o potencial de gerar reflexões e ações que busquem ir à raiz das questões. A escritora lutava pela liberdade e igualdade, os ideais da Revolução Francesa, em toda a sua amplitude, condenando o androcentrismo e racismo que dominavam os posicionamentos masculinos. Por mais que enfatizasse na sua análise as demandas de mulheres brancas, essa clássica era uma marginalizada que sempre buscou estender o seu olhar para os outros que, apesar das diferenças, constituíam a diversidade humana.

Referências

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, França, 26 ago. 1789. *Biblioteca Virtual de Direitos Humanos*, 2015. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_dos_direitos_do_homem_e_do_cidadao_de_26_08_1789.pdf. Acesso em: 14 dez. 2020.

DE GOUGES, Olympe. *La nécessité du divorce*. 1790. Disponível em: https://www.olympedegouges.eu/le_divorce.php. Acesso em: 27 nov. 2020.

_____. *L'Esclavage des noirs*. 1792a. Disponível em: https://www.olympedegouges.eu/esclavage_des_noirs.php. Acesso em: 28 nov. 2020.

_____. *Défenseur officieux de Louis Capet*. 1792b. Disponível em: https://www.olympedegouges.eu/defenseur_officieux.php. Acesso em: 14 dez. 2020.

_____. *Olympe de Gouges au tribunal révolutionnaire*. 1793. Disponível em: https://www.olympedegouges.eu/revolutionary_tribunal.php. Acesso em: 26 nov. 2020.

_____. Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. *Interthesis - Revista Internacional Interdisciplinar*, v. 4, n. 1, jan./jun. 2007.

_____. Les trois urnes. 1793. In: REED, Susan. Olympe de Gouges and 'Les Trois Urnes'. *European Studies Blog*, 29 nov. 2013. Disponível em: <https://blogs.bl.uk/european/2013/11/olymp-de-gouges-and-les-trois-urnes.html>. Acesso em: 26 nov. 2020.

DEL PRIORE, Mary. No século das luzes, mulheres à sombra: a condição feminina e a Revolução Francesa. *Acervo Revista do Arquivo Nacional*, v. 4, n. 1, p. 89-98, jan./jun. 1989.

DRIGO, Jasmim S.; PAGNOSSI, Nádia C. Tradução do texto: reflexões sobre os negros, Autora: Olympe de Gouges - 1788. *História & Ensino*, v. 24, n. 1, p. 283-288, jan./jun. 2018.

FAURÉ, Christine. Doléances, déclarations et pétitions, trois formes de la parole publique des femmes sous la révolution. *Annales Historiques de la Révolution Française*, n. 344, p. 5-25, 2006.

HAJE, Lara. Mulheres representam 16% dos vereadores eleitos no país. *Agência Câmara de Notícias*, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/708248-mulheres-representam-16-dos-vereadores-eleitos-no-pais/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

KADISH, Doris Y. Introduction. In: KADISH, Doris Y.; MASSARDIER-KENNEY, Françoise (org.). *Translating slavery: gender and race in french's women's writing, 1783-1823*. Kent: The Kent State University Press, 1994.

LE HIR, Marie Pierre. Feminism, theater, race: l'esclavage des noirs. In: KADISH, Doris Y.; MASSARDIER-KENNEY, Françoise (org.). *Translating slavery: gender and race in french's women's writing, 1783-1823*. Kent: The Kent State University Press, 1994.

MENDONÇA, Marcela Prado; PRIMO, Marcelo de Sant'Anna Alves. A palavra de uma cidadã na tormenta revolucionária: o pensamento político de Olympe de Gouges. *Princípios - Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 52, p. 305-329, 31 jan. 2020.

MORIN, Tania Machado. *Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa: 1789-1795*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SHERMAN, Carol L. *Reading Olympe de Gouges*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

SIESS, Jünger. Reivindicar os direitos das mulheres em 1791: uma tentativa fadada ao fracasso? O interdiscurso da Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação*, v. 10, n. 1, 2016.

THE TRIAL of Olympe de Gouges. *Liberté, Egalité, Fraternité*, S.d. Disponível em: <http://chnm.gmu.edu/revolution/d/488/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 3, p. 28-62, 1994.

VIÉNET, René. Olympe de Gouges n'ira pas au Panthéon : pessimistes, qu'aviez-vous espéré? *L'OBS*, 18 nov. 2016. Disponível em: <https://www.nouvelobs.com/rue89/rue89-rue89-culture/20140223.RUE2271/olymp-de-gouges-n-ira-pas-au-pantheon-pessimistes-qu-aviez-vous-espere.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

VON BONE, Emese. The historical development of grounds for divorce in the french and dutch civil codes. *Fundamina (Pretoria)*, v. 20, n. 2, p. 1006-1014, 2014.

Capítulo 2

Mary Wollstonecraft¹

Eliana Debia e Verônica Toste Daflon

A vida

Mary Wollstonecraft (1759-1797) nasceu em Londres, no Reino Unido, em 27 de abril de 1759. Era a segunda de sete filhos do matrimônio entre o inglês Edward John Wollstonecraft e a irlandesa Elizabeth Dickson. Mary foi criada em uma família anglicana de classe média decadente e instável. Apesar de ter herdado propriedades rurais, seu pai se entregava ao consumo de álcool, razão pela qual seus negócios fracassavam. Mary descrevia seu pai como uma pessoa de mau temperamento, cruel e violenta, um déspota com sua família, em especial com ela e sua mãe, a quem agredia, verbal e fisicamente (GODWIN, 1987; TODD, 1995).

Mary e seus irmãos foram criados em um entorno familiar carente de ternura e com uma educação muito rígida. Por ser a irmã mais velha, assumiu um papel de cuidado com os irmãos menores, em especial com suas irmãs, tentando, por vezes, proteger a mãe do pai violento (GODWIN, 1987). Podemos afirmar que em sua primeira infância e adolescência padeceu do que hoje chamamos violência doméstica. A relação distante e sem afeto que Mary teve com seus pais marcaria o resto de sua

1 Parte deste texto foi traduzido por Pedro dos Santos de Borba. E-mail: pedro.santos.borba@gmail.com.

vida, sendo decisiva para o desenvolvimento de seu pensamento. Como bem sustenta Janet Todd (1995), a violência exercida por seu pai deixará uma marca indelével sobre suas apreciações sobre o poder, o casamento e a família.

Por ser a primeira neta mulher, recebeu uma parte da herança de seu avô, da qual nunca pôde dispor porque seu pai utilizou-a para financiar a educação de seu irmão mais velho. Sem possibilidades de sustentar-se economicamente, dado que o casamento não era uma opção que pretendia aceitar,² abandonou o lar aos 19 anos para trabalhar como dama de companhia³ da senhora Dawson na cidade de Bath, retornando três anos depois para cuidar da mãe enferma. Após o falecimento de sua mãe, em abril de 1782, foi morar na casa de sua melhor amiga, Fanny Blood.

A fim de atingir a independência econômica, Mary Wollstonecraft criou, junto com sua amiga Fanny e suas irmãs Eliza e Everina, uma escola feminina em 1784, inicialmente no bairro Islington e logo instalada definitivamente no bairro de Newington Green, em Londres. Ali estabeleceu laços estreitos com a *Dissenting Community*⁴ e conheceu seu ministro, o educador e pensador Richard Price (1723-1791). O que mais chamava a atenção de Wollstonecraft era o respeito que encontrava nessa comunidade pelo intelecto feminino, algo que não ocorria no resto da sociedade (TODD, 1995, p. 6).

Em 1785, Mary sofreu sua primeira grande perda afetiva. Nesse ano, Fanny, sua melhor amiga, se casou, em Lisboa, com Hugh Skeys, de quem engravidou logo em seguida. Mary viajou para ajudá-la no nascimento do filho, mas Fanny e o bebê faleceram poucos dias depois do parto. Dez anos após sua morte, a autora anotou: “A tumba fechou-se sobre uma querida amiga, a amiga da minha juventude; ainda está presente comigo, e ouço sua voz suave cantando enquanto me afasto da charneca”⁵ (WOLLSTONERAFT, 2009, p. 39, tradução nossa).

Ao regressar a Londres, encerrou as atividades da escola feminina. Em 1787, após atravessar um estado depressivo, dedicou-se a escrever seu primeiro livro, *Thoughts on the Education of Daughters* – produto de sua experiência como

2 Nas palavras de Godwin, (1987, p. 29), Mary buscava seu projeto de “independência pessoal”.

3 Os trabalhos como dama de companhia, preceptora ou educadora eram dos poucos ofícios socialmente tolerados para uma jovem solteira de classe média na Grã-Bretanha daquela época.

4 A Comunidade de Dissidentes Ingleses em Londres havia se separado da Igreja Anglicana e não era reconhecida pelo governo inglês, razão pela qual seus membros careciam de direitos civis plenos. A Comunidade havia formado um círculo de pensadores liberais progressistas comprometidos com as reformas sociais e econômicas (BREKKE; MEE, 2009).

5 Charneca é um tipo de vegetação árida e pedregosa, onde só crescem plantas rasteiras.

educadora e de seu intercâmbio com a Comunidade Dissidente. No mesmo período, foi contratada como preceptora das filhas de lorde e *lady* Kingsboroughs na Irlanda, onde escreveu sua primeira novela, *Mary, a Fiction*, em 1788.

Após ser despedida pelos Kingboroughs, foi admitida por Joseph Johnson (1738-1809)⁶ para trabalhar como tradutora e revisora da revista *Analytical Review*, onde também seria crítica e assistente editorial. Como bem descreveu Lois (2005), esse trabalho permitiu a Mary ter contato com grandes intelectuais da época como os pensadores radicais Thomas Paine e William Godwin, com o pintor Henry Fuseli, além de John Opie, William Blake e Joseph Priestley, firmando também uma estreita amizade política e intelectual com Joseph Johnson. Entre 1788 e 1789, escreveu o conto *The Cave of Fancy*, publicado postumamente; *Original Stories from Real Life*, e *The Female Reader*, que publicou sob o pseudônimo Mr. Creeswick. Em 1790, publicou *Vindication of the Rights of Men*, sendo a primeira crítica à resposta conservadora direcionada ao processo revolucionário em curso na França. Só em 1792 apareceu o livro *Vindication of the Rights of Woman*, em que reclamava a igualdade de direitos para as mulheres.

Em 1793, Mary viajou a Paris para observar em primeira mão o processo revolucionário francês, acompanhada de Joseph Johnson, Sophia e Henry Fuseli, por quem, segundo Godwin (1987), ela alimentava um amor platônico. Entretanto, pouco tempo depois, ela conheceu Gilbert Imlay (1754-1828), um comerciante americano com quem, após o início de uma relação amorosa, passou a viver, sem casar-se. Dado o violento repúdio contra os ingleses por parte do governo jacobino, Imlay inscreveu Mary como sua esposa na embaixada americana para que ela pudesse beneficiar-se dessa cidadania e evitar, assim, ser presa pelos jacobinos. Em 14 de maio de 1794, nasceu a filha de ambos, chamada Fanny em homenagem à amiga falecida. Em seguida, Wollstonecraft terminou de escrever *A View of the French Revolution*, publicado imediatamente.

O ano de 1795 foi um dos mais difíceis na esfera afetiva em razão da relação atormentada que a escritora mantinha com Imlay. Em consequência disso, Mary tentou suicidar-se em duas ocasiões, uma frustrada pelo próprio Imlay e, a segunda, por marinheiros que a resgataram das águas de um rio em Londres. Para recupe-

6 Era um dos editores mais influentes e progressistas daquele momento e, quando a contratou, já havia publicado os quatro primeiros livros de Wollstonecraft. Segundo Godwin (1987), Mary tinha contato com ele por intermédio do ministro dissidente Price.

rar sua relação com Imlay, fez uma viagem de negócios para ele pela Escandinávia junto com sua pequena filha Fanny e uma enfermeira. As cartas que enviou a Imlay contando suas impressões sobre as sociedades escandinavas foram publicadas em *Letters written during a short residence in Sweden, Norway and Denmark*, em 1796.

Após o rompimento com Imlay, Mary engravidou de William Godwin, com quem se casou em 1797, apesar de suas crenças políticas e de seu rechaço público à instituição matrimonial. À mesma época, escreveu a novela *The Wrongs of Women or Maria*. Inacabada, a novela foi publicada postumamente. Nessa ficção, Wollstonecraft discutiu a relação das mulheres com as leis. Ao tentar viver uma vida ditada pela própria razão, a heroína entrava em conflito com os diversos aspectos patriarcais do sistema legal britânico (GUNTHER-CANADA, 1996). Em 30 de agosto do mesmo ano, nasceu sua segunda filha, Mary Godwin Wollstonecraft – que ficaria mais conhecida pelo nome de casada, Mary Shelley. Como consequência de uma infecção pós-parto, Mary Wollstonecraft faleceu em 10 de setembro de 1797, aos 38 anos. No ano seguinte à sua morte, William Godwin publicou seus trabalhos póstumos e adotou Fanny Imlay, com três anos de idade, criando-a como sua própria filha.

A obra

A paixão com que Mary Wollstonecraft viveu sua vida pode se encontrar refletida na riqueza de seus escritos produzidos durante um período de dez anos (1787-1797). Dentre as diversas temáticas que analisou, destacamos a educação, os direitos civis e políticos, o impacto da Revolução Francesa, as reflexões sobre os diversos aspectos do poder e suas críticas à segregação de mulheres na esfera privada. Sem dúvida, a questão da mulher e da família na ordem social e política é o fio condutor dos seus escritos, presente na gênese de seu pensamento.

Ao todo, sua produção escrita e publicada em vida conta com oito livros, todos editados por Joseph Johnson. Em seu ofício na editora de Johnson, revisava as obras de ficção e os tratados sobre educação e, em menor medida, sobre política e estética. Realizou a tradução para o inglês de influentes livros da época como, por exemplo, *Of the Importance of Religious Opinions* (1788), de Jacques Necker; *Element of Morality for the Use of Children* (1792), de Christian Gotthilff Salzmann; e *Young Grandison* (1790), de Madame de Cambon (GODWIN, 1987).

Sobre a primeira etapa de sua produção escrita, que coincide com o momento pré-revolucionário, podemos ver que seu principal interesse teórico gira em torno da educação das mulheres. Em seus primeiros quatro livros, Wollstonecraft foi elaborando, paulatinamente, como deveria ser a educação dirigida às mulheres, enquanto tecia reflexões sobre o papel das mães, das famílias e sobre a finalidade do matrimônio.

Em seu primeiro livro, *Thoughts on the Education of Daughters* (1787), Wollstonecraft estava muito influenciada pelas ideias de John Locke (1632-1704) sobre a questão do ambiente em que as crianças deveriam ser educadas e a importância de entender a educação como um processo, e não como um produto. O elemento mais importante do livro é a proposta de Wollstonecraft sobre a educação que deveriam receber as filhas mulheres por parte de suas mães, propondo a maternidade com uma atividade racional. Ela considerava que “[...] o maternal com o infante vinha tanto do hábito como do instinto [...]. [Ela] insistia que o laço mãe-filha se fazia por meio do cuidado, da amamentação e de uma devida atenção sobre a educação” (TODD, 1995, p. 12, tradução nossa).

Em *Mary, a Fiction* (1788), seu primeiro romance, a autora abordou os mesmos temas de maneira autorreferenciada, ao narrar eventos que se relacionavam com sua história familiar e com sua relação de amizade com Fanny Blood. Ainda que para Godwin (1987) a história não tivesse grande mérito literário, o valor do livro estava nos sentimentos que expressava de maneira sincera e requintada, colocando a imaginação a trabalhar sobre os sentimentos. Janet Todd (1992) sustenta que as novelas *Mary* e *Maria* são “[...] explorações da identidade e subjetividade das mulheres presas no ‘círculo mágico’ da feminilidade construída e na claustrofóbica unidade da família nuclear [...]” (TODD, 1992, p. 7, tradução nossa).

No mesmo ano de *Mary*, ela também publicou *Original Stories from Real Life* (1788), um livro sobre a educação de meninas e meninos, que estava destinado, tanto aos professores, quanto aos estudantes. Era uma série de contos e conversações que narravam as experiências de duas meninas que haviam perdido a mãe, Mary e Caroline. Esse texto enquadrava o valor das emoções das crianças e sua capacidade de sentir. Em definitivo, eram contos que ilustravam a moral: “Estas conversações e contos se adaptam ao estado atual da sociedade, o qual obriga a autora a tentar curar essas faltas com a razão, que talvez nunca se tenha estabelecido na mente infantil” (WOLLSTONECRAFT, 1788, p. 12, tradução nossa).

No ano seguinte veio a público *The Female Reader* (1790), sob o pseudônimo de Cresswick. Segundo Godwin (1987), se desconhece o motivo de não ter sido publicado sob seu nome. No entanto, é um texto que continua e avança com relação aos três livros que acabamos de resenhar. Seu principal interesse era questionar a educação que as mulheres recebiam naquele momento, ao mesmo tempo em que servia como um guia que as permitisse ser intelectualmente adultas e, nessa medida, o livro mostra a face mais progressista de seu pensamento pré-revolucionário (FERGUSON, 1978, p. 948).

A partir da eclosão da Revolução Francesa em 1789, Wollstonecraft publicou três livros que contribuíram para posicioná-la decisivamente dentro dos debates teóricos, políticos e sociais da época. Nessa série de livros, Wollstonecraft apresentou sua defesa do ideário revolucionário, mas também elaborou críticas sobre a exclusão política e social das mulheres, buscando realizar uma análise integral dos primeiros anos da Revolução e de seus efeitos sociopolíticos.

Em novembro de 1790 surgiu o primeiro livro inglês que criticava fortemente o processo revolucionário francês e que teve um efeito importante sobre a classe política daquele momento. Tratava-se de *Reflections on the Revolution in France* (1790), de Edmund Burke (1729-1797), um parlamentar conservador de origem irlandesa. Burke argumentava que a Revolução Americana fora bem-sucedida por conta das tradições políticas herdadas da Inglaterra, que fortalecera e reformara suas instituições ao longo do tempo. Já a francesa, na sua visão, redundaria em terror e violência, em virtude da crença – equivocada, a seu ver – de que seria possível ir de uma monarquia absolutista para uma monarquia constitucional subitamente. Burke argumentava a favor da tradição, da ordem e desconfiava do projeto revolucionário, que no seu entendimento desejava fundar uma nova ordem social com base na razão fria e no planejamento, distante do que ele entendia serem as realidades vividas, as conexões entre as gerações, os sentimentos fraternos e formas de nobreza e cavalheirismo (RUNCIMAN, S.d.).

Se o livro de Burke suscitou muitas respostas,⁷ a primeira e mais eloquente refutação foi a de Mary Wollstonecraft com sua *Vindication of the Rights of Men* (1790). O livro foi redigido na forma de uma carta dirigida a Burke, e escrito de maneira vertiginosa, publicado anonimamente no mesmo mês em que fora lançado o livro de Burke. Nele, Wollstonecraft colocou-se ao lado da razão: diferentemente de

7 Sobreessaem, dentre elas, *The Rights of Man* (1791), de Thomas Paine e *Political Justice* (1793), de William Godwin.

Burke, ela não aceitava que a política e a ordem social permanecessem fundadas sobre tradições, valores e regras implícitas, fora das possibilidades de discussão, reforma e controle (RUNCIMAN, S.d.). A autora afirmava sua crença no progresso, na razão e nas capacidades humanas de intervenção no mundo. Nas páginas de *Vindication of the Rights of Men* (1790), Wollstonecraft desenvolveu ainda uma defesa dos direitos do indivíduo, condenando os privilégios da aristocracia e subordinação à qual submetia a maioria das pessoas (LOIS, 2005). Conhecedora da ordem social e política defendida por Burke, a Inglaterra, Wollstonecraft expôs seus aspectos indefensáveis e alegou que os sentimentos da aristocracia que Burke evocava não eram de piedade ou caridade, mas de nepotismo, corrupção, preconceito, desprezo e indiferença com os mais vulneráveis (RUNCIMAN, S.d.).

Como veremos mais adiante, a autora desenvolveria na sua obra uma discussão sofisticada sobre a ideia de razão, sobretudo nos seus escritos posteriores, valorizando uma relação dinâmica e complexa de coexistência entre pensamento, bom senso, racionalidade, paixão, emoção e experiência vivida (RUNCIMAN, S.d.). Um aspecto interessante da argumentação de Wollstonecraft nesse livro é sua denúncia ao sexismo presente na representação feita por Burke das *sans-cullottes* e de Maria Antonieta. Wollstonecraft percebeu que a tradição que Burke desejava conservar reservava um lugar subordinado à mulher, “aos pés de um homem”. Assim como ela, a historiadora Joan Scott (1995) associou a retórica de Burke sobre a revolução a representações generificadas da nação francesa:

O ataque de Edmund Burke à revolução francesa se desenvolve em torno de um contraste entre as harpias feias e matadoras “sans cullottes” (“as fúrias do inferno sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres”) e a “doce feminilidade” de Marie-Antoinette que escapou à multidão para “procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido” e cuja beleza tinha antigamente inspirado o orgulho nacional (referindo-se ao papel apropriado ao feminino na ordem política Burke escreveu: “para que se possa amar a nossa pátria, a nossa pátria tem que ser amável”) (SCOTT, 1995, p. 90).

As cópias de *Vindication of the Rights of Men* (1790) esgotaram. Na reedição, o livro recebeu finalmente o nome da autora e sua recepção mudou sensivelmente: ironicamente, comentava-se que a autora argumentava com “paixão”, enquanto Burke apelava à “razão” (FALCO, 1996). Merece menção à parte o livro *Vindication of the Rights of Woman* (1792), pois é considerado sua obra-prima, algo que nos ocuparemos na seção seguinte. Com relação ao terceiro escrito revolucionário, o mesmo foi publicado pouco antes do nascimento de sua filha Fanny, quando Wollstonecraft

atravessava uma relação complicada com Imlay. Seu último livro foi escrito, a partir da viagem que realizou através dos países escandinavos (Dinamarca, Noruega e Suécia), sendo um dos mais populares e com a melhor recepção que ela alcançou em vida, tendo sido traduzido em vários idiomas. De acordo com Brekke e Mee (2009, p. 17), o mais brilhante do livro é a utilização de uma linguagem que apela às emoções ao descrever “[...] a dramática situação da paisagem da Escandinávia [...]”, abordando, assim, não só as situações, mas, sobretudo, os efeitos que estas produziam em sua mente. Algumas das cenas em que ela se deteve nas diferentes cartas narram, por exemplo, a situação da rainha Matilda, da Dinamarca, a respeito do *affair* Struensee,⁸ simpatizante das reformas sociais e políticas que estavam sendo levadas a cabo em seu país. Wollstonecraft ficou muito impressionada com a forma como a rainha criava seus filhos e a relação estabelecida com eles, pois, de alguma maneira, esse era o vínculo que ela apregoava entre mães e filhos.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

O pensamento de Mary Wollstonecraft costuma ser associado ao campo da teoria política. No entanto, ela também pode ser inscrita entre os pioneiros da teoria sociológica junto com outros autores da época como Saint-Simon (1760-1825) ou Augusto Comte (1798-1857). Um de seus maiores aportes ao pensamento sociológico é o livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792).⁹ Vários temas emergem dessa obra, dentre os quais, se destacam o papel da educação, a discussão sobre razão e sentimento, a análise sobre o poder e as relações entre os sexos e o debate sobre o lugar das mulheres na vida política e o dos homens na vida doméstica. Sua *Reivindicação* se dirige especificamente ao bispo francês Talleyrand-Périgord (1754-1838), que redigiu um projeto de educação pública para a Assembleia de 1791, estabelecendo a educação feminina somente até os oito anos idade, depois do que, as meninas

8 A rainha Matilda, da Dinamarca (1751-1775), irmã do rei inglês George II, havia se casado aos 15 anos com o rei Christian VII, da Dinamarca, com quem teve um filho. Johann Frederik Struensee (1731-1772) era médico e conselheiro do rei. A rainha e Struensee estabeleceram reformas liberais na Dinamarca e tiveram uma relação da qual nasceu uma filha. Por isso, foram condenados: Struensee, à morte, e Matilda, ao desterro; separada de seus filhos e divorciada do rei, morreu aos 24 anos (BREKKE; MEE, 2009).

9 Em 1791, Olympe de Gouges publicou a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, por meio da qual reivindica igualdade de direitos entre homens e mulheres.

deveriam se dedicar exclusivamente à vida doméstica. Mary caracteriza a posição Talleyrand-Périgord como o comportamento de um tirano:

Não se comporta de forma similar quando força todas as mulheres, negando-lhes os direitos civis e políticos, a continuar enclausuradas em suas famílias, caminhando às cegas na escuridão? [...] Contudo, se as mulheres devem ser excluídas sem ter voz nem participação nos direitos naturais da humanidade, demonstre primeiro [...] que estão desprovidas de razão (WOLLSTONECRAFT, 2005, p. 43).¹⁰

Wollstonecraft questionava severamente o papel que Rousseau outorgava às mulheres em seu livro *Emílio* (1775), por intermédio da personagem feminina Sofia, noiva do protagonista. Para Rousseau, a educação dos meninos deveria ajudá-los a desenvolver sua independência, autonomia e liberdade – atributos que os tornariam aptos para a vida pública e o exercício da cidadania. Às mulheres, por outro lado, deveria ser reservada a educação para o desempenho da maternidade, da vida doméstica e da transmissão de virtudes morais às crianças. Embora nutrisse admiração por Rousseau, Wollstonecraft expressa profunda discordância em relação à sua visão da educação feminina e assinala que esse modelo ensinava a submissão, a dependência, o cultivo do sentimento acima do entendimento, impedindo a mulher de exercer a razão.

Ao questionar a educação e mostrar seu poder em modelar homens e mulheres, Wollstonecraft mostrava que as desigualdades não eram naturais, mas produtos das circunstâncias. Por esse motivo, rechaçou a ideia de inferioridade natural das mulheres e afirmou que elas eram providas de razão da mesma maneira que os homens. Ela asseverava que a diferença entre os sexos era, então, resultado de um sistema educativo discriminatório: “[...] na França os meninos e as meninas, e em particular as últimas, são educados só para comprazer, para ocupar-se de suas pessoas e regular sua conduta exterior [...]” (WOLLSTONECRAFT, 2005, p. 152). Ao denunciar a exclusão política das mulheres, Wollstonecraft identificava a função que tinha a educação como poder disciplinar sobre a mulher. Por isso, se apoiava nos ideais ilustrados da razão e da virtude para estabelecer uma nova relação entre os sexos:

[Se não é preparada com educação para que se converta na companheira do homem, [a mulher] deterá o progresso do conhecimento e a virtude. Pois a verdade deve ser comum a todos ou se tornará ineficaz para influir na prática geral (WOLLSTONECRAFT, 2005, p. 41).

10 A Constituição Francesa de 1791 deixava fora da cidadania ativa as mulheres e os homens sem propriedade.

É interessante notar que algumas edições do clássico livro *Emílio*, de Rousseau, não incluem o livro 5, precisamente aquele que discute a questão da educação feminina. De modo geral, os comentários do autor a respeito das mulheres são considerados equivocados ou infelizes, mas tende-se a pensar que não têm importância para o núcleo da sua teoria política. No entanto, é possível demonstrar que a concepção das relações de gênero e do lugar apropriado para as mulheres do autor são fundamentais para sua teoria do contrato social. Ao imaginar a sociedade civil como fundada sob um pacto que abstrai os indivíduos do seu contexto social, Rousseau naturalizou a exclusão das mulheres. Para ele, as mulheres não participavam do contrato social porque estariam no estado pré-social, da natureza, fazendo parte do espaço privado e, portanto, não representando indivíduos contratantes. Nesse sentido, a reflexão de Wollstonecraft sobre Rousseau aponta para a relevância da família, sexualidade, educação e infância para a construção da comunidade política (WEISS, 1996).

Outro ponto de destaque de *Reivindicação dos Direitos da Mulher* (1792) é a sofisticada discussão sobre razão e sentimento, sobre o público e o privado, presente nessa obra. A Revolução Francesa colaborou para colocar na ordem do dia o que significava ser um cidadão e quais eram os requisitos para tal. No que tocava às mulheres, os argumentos evocados eram frequentemente rousseauianos: a participação pública e política das mulheres se daria às expensas do seu trabalho na casa, das relações de cuidado, do exercício dos seus deveres, dos quais a ordem geral da sociedade dependeria. Na ordem política republicana emergente, os cuidados maternos, em particular, deveriam instilar qualidades e virtudes cívicas nos futuros cidadãos e, portanto, a educação e a participação da mulher na esfera pública não seriam desejáveis. Wollstonecraft (2005) questiona essas ideias, a partir de diversos ângulos e argumentos.

A autora afirma que todos os seres humanos, independentemente do sexo, são dotados de razão e de capacidade de se autogovernar. Portanto, as mulheres deveriam ter controle sobre seu próprio dinheiro e direitos iguais de custódia sobre seus filhos. Contudo, mais do que reivindicar direitos naturais para as mulheres, ela procura demonstrar que a condição degradada da mulher corrompe e causa prejuízos para toda a sociedade. Primeiro, não se poderia esperar que as mulheres transmitissem virtudes cívicas aos seus filhos, como esperavam os republicanos, se elas mesmas estavam impedidas de desenvolver tais virtudes, sendo educadas para o casamento, para a submissão e para o não exercício da razão. Em outras palavras, ao ficarem restritas às preocupações domésticas, as mulheres não teriam acesso ao

espírito público, onde os afetos privados tornam-se verdadeiramente virtuosos. Ao mesmo tempo, prosseguia, não se poderia esperar que os homens adquirissem tais virtudes no espaço público, enquanto fossem autorizados a agir como verdadeiros déspotas na vida privada (WOLLSTONECRAFT, 2005).

Desta maneira, a autora não fazia distinção entre as relações públicas e as privadas, entendendo que a virtude cívica se fundava nas diversas relações sociais, sendo aprendida e desenvolvida em ambos os espaços. Ao serem segregados em uma ou outra esfera, os seres humanos não participariam plenamente das formas necessárias de estima e compaixão em que se fundariam as virtudes:

se há o desejo de formar bons cidadãos, deve-se primeiro exercitar os afetos de um filho e de um irmão. Esse é o único caminho para expandir o coração, pois as afeições públicas, assim como as virtudes públicas, devem desenvolver-se sempre a partir do caráter privado (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 201).

Wollstonecraft apresenta ainda uma análise sobre o poder e as relações entre os sexos. Na sua forma de conceber a vida social, não existe esfera em que o poder não esteja presente, em que não se tome decisões e em que o arbítrio não possa ser exercido: nas suas descrições das relações sociais, homens, mulheres e crianças experimentam o poder cotidianamente – ele não está presente apenas nos espaços institucionais da política. Wollstonecraft entendia que assim como tiranos eram corrompidos pela sua tirania, os homens estavam corrompidos pelo seu próprio poder. Ao fim e ao cabo, homens e mulheres estavam impossibilitados de viver uma vida autêntica (RUNCIMAN, S.d.).

Wollstonecraft costuma ser associada ao programa iluminista da defesa da razão, dos direitos naturais, da crença na verdade, no progresso e na autonomia individual. Muitas autoras feministas denunciaram vieses de gênero nesse programa, mostrando como a acepção comum de razão está encarnada em normas, valores e prioridades atribuídas ao masculino. Algumas feministas também passam a reivindicar o feminismo como uma espécie de movimento moderno “contrailuminista”, que deve abdicar das ambições iluministas de alcançar a “verdade” e a “razão” (TAYLOR, 1999). No entanto, a obra de Wollstonecraft dá demonstração de que o “Iluminismo” não foi um conjunto unitário e monolítico de ideias.

Primeiramente, sua defesa da razão esteve atrelada à ideia de que os seres humanos devem ser arquitetos da sua própria sociedade e do seu próprio destino, movidos por uma luta ao mesmo tempo racional e apaixonada contra distinções pretensamente naturais e imutáveis (LOIS, 2005). Segundo, sua concepção de razão

é bastante diferente da ideia de cálculo frio, neutro, da anulação do sentimento e da sensibilidade. Wollstonecraft entende que não é possível viver a vida sem relacionamentos, sentimentos e formas de interdependência. Para ela, era tão absurdo afirmar que as mulheres não eram dotadas de razão quanto dizer que os homens não eram dotados de sentimentos. Razão e emoção tornaram-se associados a homens e mulheres, respectivamente, por consequência das relações sociais e de poder (RUNCIMAN, S.d.). O cientista político David Runciman fornece um bom resumo da perspectiva de Wollstonecraft:

Para Wollstonecraft, razão, racionalidade eram mais como uma jornada. Eles não eram um dispositivo de ancoragem. Não eram um projeto matemático. Não significavam encontrar princípios geométricos e depois desenvolvê-los. Razão, pensamento, bom senso, eram todos experiências vividas e conviveriam, o tempo todo, com formas de paixão, com formas de emoção. Eles coexistiriam o tempo todo com aquelas experiências vividas que não são racionais. E o desafio, portanto, na política e na vida, não era tentar encontrar uma forma de organizar a nossa sociedade de forma que a razão estivesse na base de tudo, tornando todo o resto possível. Era encontrar uma forma de organizar nossa sociedade de forma que a razão e a paixão pudessem coexistir, se apoiar, se alimentar mutuamente e nos permitir nos desenvolver e crescer (RUNCIMAN, S.d.).

A atualidade da autora

Pensadoras do século XIX e início do XX, como Flora Tristan e Emma Goldman, recuperaram as reivindicações de Wollstonecraft, reconhecendo-a como uma referência importante para suas próprias elaborações teóricas. No livro *Passeios em Londres* (1840), em particular no Capítulo XVII sobre as mulheres inglesas, Flora Tristan advertiu sobre a existência do livro *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, de Wollstonecraft. Ela relatava que havia encontrado o volume quase por acaso e, ciente de que estava esgotado, transcreveu vários parágrafos em sua obra. É interessante saber que Flora Tristan, a essa altura, assinalava que o livro tinha já meio século de existência sem que ninguém na França o conhecesse, ao passo que se lia assiduamente Saint-Simon, contrário às ideias de Wollstonecraft.

Por sua vez, Emma Goldman escreveu um ensaio em que resenhava a trágica vida de Wollstonecraft e os elementos fundamentais da *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. É possivelmente quem melhor resume a contribuição de Wollstonecraft:

Se Mary Wollstonecraft não tivesse escrito uma linha, sua vida serviria para pensar. Deu-nos, contudo, ambas as coisas, pelo que se encontra entre as maiores do mundo, uma vida tão profunda, tão rica, tão raramente bela em sua humanidade completa (GOLDMAN, S.d., p. 112).

Wollstonecraft segue relevante porque foi uma das primeiras pensadoras modernas a descrever e explicar como funcionavam as relações de poder, a partir de uma visão ampla sobre o social, mostrando a inseparabilidade do público e do privado. Outro dos elementos de seu pensamento que destacamos aqui são a questão da razão e dos sentimentos e das emoções, que aparecem como recursos fundamentais em sua forma de pensamento e argumentação. Mary Wollstonecraft antecipou o que hoje se convencionou chamar de uma sociologia das emoções ou dos afetos políticos (MACÓN, 2017). Ao dialogar com outros filósofos do Iluminismo, ela apontou ambiguidades, repressões, contradições e silêncios em diversas teorias de seu tempo com relação a questões relativas a mulheres. Ela também nos oferece reflexões sobre como deveriam ser as relações entre homens e mulheres, quais tipos de papel deveriam desempenhar, que tipo de educação deveriam ter, apontando para uma visão mais plástica sobre o que hoje entendemos como relações sociais de gênero.

Referências

- AMORÓS, Celia; COBO, Rosa. Feminismo e ilustración. In: AMORÓS, Celia; MIGUEL, Ana de. *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización*. Madrid: Minerva, 2007.
- BREKKE, Tone; MEE, Jon. Introduction. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Letters written in Sweden, Norway and Denmark*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- CIRIZA, Alejandra. Pasado y presente: el dilema de Wollstonecraft como herencia teórica y política. In: BORON, Atilio; VITA, Álvaro de (org.). *Teoría y filosofía política: la recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- FALCO, Maria. Who was Mary Wollstonecraft? In: FALCO, Maria J. (ed.). *Feminist interpretations of Mary Wollstonecraft*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1996.
- FERGUSON, Moira. The discovery of Mary Wollstonecraft's "The Female Reader". *Sings - Journal of Women in Culture and Society*, v. 3, n. 4, p. 945-957, 1978.
- GODWIN, William. *Memoirs of the author of "A Vindication of the Rights of Woman"*. Harmondsworth: Penguin, 1987.

GOLDMAN, Emma. Mary Wollstonecraft: su trágica vida y su apasionada lucha por la libertad. In: GOLDMAN, Emma. *La mujer más peligrosa del mundo: textos feministas de Emma Goldman*. [S.l.: s.n.], S.d. Disponível em: https://anarkobiblioteca3.files.wordpress.com/2016/08/la_mujer_mc3a1s_peligrosa_del_mundo_-_emma_goldman.pdf. Acesso em: 19 dez. 2020.

GUNTHER-CANADA, Wendy. "The Same Subject Continued": two hundred years of Wollstonecraft scholarship. In: FALCO, Maria J. (ed.). *Feminist interpretations of Mary Wollstonecraft*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1996.

LOIS, Marta. Mary Wollstonecraft: la fuerza de las palabras. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación de los derechos de las mujeres*. Madrid: Istmo, 2005.

MACÓN, Cecilia. Ansiedad, indignación y felicidad para la emancipación: el camino de Mary Wollstonecraft. In: LOSIGGIO, Daniela; MACÓN, Cecilia. *Afectos políticos: ensayos sobre actualidad*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017, p. 31-50.

RUNCIMAN, David. Mary Wollstonecraft on sexual politics. *Talking Politics: History of Ideas*, S.d. Disponível em: <https://www.talkingpoliticspodcast.com/history-of-ideas/wollstonecraft>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TAYLOR, Barbara. Feminism and the enlightenment 1650-1850. *History Workshop Journal*, n. 47, p. 261-272, 1999.

TODD, Janet. Introduction. In: WOLLSTONECRAFT, Mary; SHELLEY, Mary. *Mary and Maria, Matilda*. London: Penguin, 1992.

_____. Introduction. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. *Thoughts on the education of daughters*. Bristol: Thoemmes Press, 1995.

TRISTÁN, Flora. *Paseos en Londres*. Barcelona: Global Rhythm Press, 2008.

WEISS, Penny. Wollstonecraft and Rousseau: the gendered fate of political theorists. In: FALCO, Maria J. (ed.). *Feminist interpretations of Mary Wollstonecraft*. Pennsylvania: Pennsylvania University Press, 1996.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Original stories from real life, with conversations calculated to regulate the affections and form the mind to truth and goodness*. London: Joseph Johnson, 1788.

_____. *Vindicación de los derechos de la mujer*. Madrid: Istmo, 2005.

_____. *Letters written in Sweden, Norway and Denmark*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Capítulo 3

Sojourner Truth

Maria Abreu

A vida

Foi difícil encontrar um eixo para estruturar uma seção que tivesse como objeto a vida e obra de Sojourner Truth. São tantos os epítetos que acompanham a autora, frases célebres, autodefinições e sínteses conscientes de si própria, que o eixo escolhido o foi porque a coloca como uma interlocutora de outros pensadores e atores sociais, como espero ser suficientemente apontado ao longo deste curto texto.

Sojourner Truth não foi uma “autora”, ao menos não de textos escritos. Mas seus discursos compõem várias coletâneas do pensamento feminista, do pensamento abolicionista e também figuram em antologias dos melhores discursos estadunidenses de todos os tempos.

Que oradora foi essa, iletrada das palavras escritas, que conseguiu, com tanta argúcia, utilizar, por meio da oralidade, eloquência e estratégia discursiva, a ponto de tornar-se respeitada entre pares homens e mulheres, negros(as) ou brancas(os) e ser recebida pelo presidente Abraham Lincoln?

A peregrina da verdade – tradução literal do nome Sojourner Truth para a língua portuguesa –, nasceu com o nome de Isabella Baumfree, aproximadamente entre os anos de 1797 e 1800 – de acordo com a narrativa da própria autora. Era filha de James e Betsey, que se comunicavam com ela predominantemente em holandês,

escravizados pelo senhor Ardinburgh, Hurley, do condado de Ulster, estado de Nova York (TRUTH, 2000, p. 574).¹

Dentre as memórias de Isabella, recebem destaque a do seu senhor Charles Ardinburgh, que transformou sua propriedade em um hotel, após o declínio econômico de seu pai (TRUTH, 2000, p. 575). Uma cela no subsolo do hotel que servia como dormitório dos escravizados, era o lugar onde todos eram “possuídos”, em todos os sentidos. Nas memórias de Truth, aquilo que ocupa o principal lugar não eram as condições materiais precárias do lugar, mas a esperada obediência que se apresentava como voluntária, do ponto de vista do senhor – portanto, era um *como se*, e não de fato voluntária – e inteligente daqueles que estavam na condição de escravizados. O que exatamente significava o termo “intelligent” não fica claro. De acordo com ela, o que justificava essa expectativa de seu senhor era sua condição de *homem* (TRUTH, 2000, p. 576, grifo da autora).

Isabella/Truth não se lembrava de quantos irmãos havia tido. A provável razão para a fragilidade dessa memória vem do fato de que ela era a filha mais nova, e todos os seus irmãos haviam sido vendidos, para além de sua apropriação das datas e sequência dos fatos (TRUTH, 2000, p. 576). Apenas ela e seu irmão mais novo, Peter, permaneceram, junto a seus pais, como propriedade de Charles Ardinburgh até seu declínio, que ocorreu quando Isabella tinha quase nove anos de idade (TRUTH, 2000, p. 578). Sua mãe buscava ensinar-lhe as virtudes da obediência, mas Isabella se perguntava, dentre outras perguntas comuns a crianças sagazes: “[...] as estrelas, e até mesmo a lua, são a mesma para todos, por que são tão distantes para nós?” (TRUTH, 2000, p. 578, tradução nossa).

Aos nove anos, com a perda de seus pais, Isabella enfrentou uma série de processos judiciais. No fim do primeiro julgamento, após várias batalhas, inclusive de linguagem, ela passou a ser escrava do senhor e da senhora Dumont, que haviam sido educados como não proprietários de escravizados e tinham utilizado apenas trabalhadores (TRUTH, 2000, p. 587).

1 Houve dúvida sobre como referenciar a biografia de Sojourner Truth. Existente em várias versões e transcrita por Oliver Gilbert, seria o caso de colocar Gilbert como coautora? Neste texto, preferi utilizar a versão da biografia existente na coletânea organizada por Andrews e Gates Jr., para que os leitores e leitoras pudessem, de acordo com sua curiosidade, ser convidados(as) a lerem biografias de outros(as) escravizados(as). Nesta edição, Truth (2000) aparece como autora, sem a menção, do ponto de vista de referência editorial, a Oliver Gilbert, sua transcritora. Os dados biográficos aqui descritos são retirados dessa biografia.

Isabella chegou a ter um namorado, Robert, que, em algum momento, teve de deixar de vê-la, o que se tornou um de seus desapontamentos amorosos (TRUTH, 2000, p. 591). Pouco tempo depois, Isabella casou-se com Thomas, também um escravizado, e tornou-se mãe de cinco filhos. Após o decreto de emancipação pelo estado, Isabella estava confiante de que obteria as cartas de libertação. Porém, após uma grave doença na mão em 1826, sua declaração de alforria foi negada. “Como eu posso fugir?” era a pergunta que a mobilizava.

Buscando livrar-se de seu senhor, ela teve de vender um de seus filhos, que foi revendido de forma ilegal (TRUTH, 2000, p. 599). Isabella enfrentou mais uma série de julgamentos, viu seu próprio filho preferir ficar com o seu senhor e perdeu a filha Eliza de maneira trágica, após ter sido assassinada (TRUTH, 2000, p. 609).

Foi então que teve início sua experiência religiosa mais dedicada. Isabella necessitava buscar a dimensão espiritual de sua condição de sujeito. Lá pelos fins de 1828, seu filho, que havia se tornado seu senhor, pois havia decidido ficar com a família que os recebera na condição de escravizados, a libertou, em um processo que contou com a ajuda dos *Quakers* (STETSON; DAVID, 1994 p. 48). Ainda de acordo com Stetson e David, é nesse momento que ela decide se enveredar pelos caminhos da religião, sem, contudo, se filiar dogmaticamente a nenhuma de suas vertentes.

Lembremo-nos que Sojourner Truth não lia textos escritos diretamente. Para que ela tivesse acesso aos escritos bíblicos era necessária a mediação de alguém – prática comum naquele período. Em pouco tempo, ela passou a preferir que a leitura da Bíblia fosse feita pelas crianças. Em primeiro lugar, porque crianças tinham paciência de ler quantas vezes fossem necessárias e, principalmente, porque crianças não acrescentavam à leitura suas interpretações, dando-lhe a oportunidade de interpretar os textos bíblicos com autonomia.

Essa autonomia iria revelar-se em outras dimensões. Ela, iletrada na escrita, se considerava “leitora de pessoas e nações” (STETSON; DAVID, 1994, p. 3). Seu empenho nos estudos religiosos e, mais tarde, na leitura rotineira de jornais deu a ela a capacidade de cultivar uma ética autonomamente construída e de analisar os acontecimentos que transformariam sua elaboração mental e emocional em uma potente capacidade de comunicação. Essa comunicação foi feita com palavras, em discursos públicos, com plateias pouco receptivas e bastante exigentes.

A obra

O discurso mais conhecido de Sojourner Truth é *...ain't I a Woman?* (E eu não sou uma mulher?), transcrito por Oliver Gilbert e depois assumindo versões diferentes, desde que foi publicado (CARDOSO; SILVEIRA, 2020). O discurso se popularizou, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil em coletâneas de discursos e por ser citado por diversas autoras contemporâneas negras. No Brasil, é possível que o contato com o discurso tenha se difundido ainda mais, a partir da tradução dos livros *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis (2016), em que o discurso é apontado como feito em uma convenção de mulheres em Akron, Ohio, em 1851, ou por meio do livro de bell hooks também com esse título.

De acordo com Davis, baseada em pesquisa histórica a respeito da história do sufrágio das mulheres, a própria presidenta do evento apontou que havia poucas mulheres que ousavam falar em um encontro. A voz de Truth soava como um trovão (DAVIS, 2016, p. 71). Sua fala evocava Cristo, seus braços grossos e fortes, sua história de escrava e sua condição de mulher. No encontro, foi aplaudida por quem ali estava, embora seu discurso tenha desagradado mulheres brancas que não gostaram de sua causa pelo sufrágio ser equiparada à causa negra (DAVIS, 2016, p. 72).

Mas qual a especificidade de Sojourner Truth, além de seus dons como oradora? Por que seus discursos eram tão convincentes e comoventes? Não é possível afirmar de forma inequívoca a origem da eloquência de seus discursos. Depois de sua alforria, ela percorreu o país, especialmente a Costa Leste, frequentando igrejas e absorvendo a capacidade discursiva religiosa. O mais destacável dessa experiência, comum para a época entre os ex-escravizados,² é que ela tomou da religião não o seu dogmatismo, mas a sua transcendência. E utilizou os argumentos religiosos humanistas para afirmar que todos os negros eram humanos. Com a religião, em 1856, ela já combatia a desumanização da população negra e reivindicava uma igualdade entre brancos e negros baseada na própria relação com o divino.

2 Os encontros religiosos como esfera de sociabilidade e de formação de lideranças negras não são específicos da época. Grandes líderes estadunidenses do movimento negro e mesmo na academia, buscavam fontes religiosas para o fundamento de seus discursos e para a humanização dos negros. Tal humanização era necessária para a formação de um argumento convincente, profundo e transcendente de igualdade. Dentre esses líderes, podemos mencionar os mais conhecidos: William Du Bois, Malcolm X e Martin Luther King Jr. Mesmo líderes que se destacaram nas artes, como Maya Angelou e Nina Simone, também tinham traços religiosos em sua obra e suas práticas ativistas.

Outra dimensão de seus discursos era a estratégia. Daí, vinha sua capacidade de leitora de “pessoas”. Quando, em seu mais famoso discurso, ela se colocou como mulher negra que arou e trabalhou a terra como um homem, afastou habilidosamente argumentos que apontavam a fragilidade constitutiva das mulheres, e perguntou: não sou eu uma mulher?

Em contrapartida, se a condição de mulher negra poderia enfraquecer sua condição “feminina”, de acordo com as convenções da época, ela recorria em seu discurso à maternidade e ao sofrimento de ter visto seus filhos vendidos. Para reforçar a correção dessa interpretação, basta notar que a fala de Truth vem logo após um senhor ressaltar a fragilidade como algo essencial da natureza das mulheres, que precisavam de ajuda para saltar das carruagens, quando havia poças d’água impedindo o seu salto tranquilo. Essa visão, que tinha como referência a mulher branca, aristocrática, que andava em carruagens, foi desmontada pelo discurso de Truth ao dizer que nunca precisou de ajuda. Trabalhava como um homem. E continuava sendo uma mulher (DAVIS, 2016, p. 72).

Truth foi uma mulher que tinha experimentado toda a brutalidade da vida, que poderia ser vista como natural, mas que foi resultado de sua condição de escrava: foi separada dos filhos e trabalhou até a exaustão, não encontrando na vida a igualdade esperada – aquela de todos que olham o céu estrelado e o luar. Além disso, tinha experimentado também a necessidade de lutar, de forma argumentativa – e, inclusive, judicialmente – para obter qualquer liberdade ou alteração em seu *status* jurídico.

Esse discurso, feito no contexto do debate pelo direito ao voto, tanto de negros e negras, quanto de mulheres brancas, embora seja o mais famoso, não foi o único de destaque em sua carreira. Mesmo depois da abolição, sua luta pelo voto continuou. O voto negro foi conquistado pela 15ª Emenda à Constituição estadunidense, ratificada em 3 de fevereiro de 1870, que proibia negar o direito de voto, sob pretexto de raça, cor ou condição servil.

No entanto, foi somente em 1965, com o *Voting Rights Act*, Lei Federal sancionada por Lyndon Johnson, fruto da luta por direitos civis liderada principalmente por Martin Luther King, que os estados do sul estadunidense ficaram realmente proibidos de criar obstáculos para que a população negra pudesse votar e se candidatar (UNITED STATES, S.d.). O voto feminino foi permitido apenas em 1920, 37 anos após a morte de Sojourner Truth em 1883.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Antes mesmo da abolição, Truth discursou pela distribuição de terras àqueles recém-libertos, como medida necessária para que pudessem, de fato, exercer sua liberdade. Em virtude disso, ela recebeu a alcunha de “profeta da justiça”. E outras causas foram abraçadas por ela. Sua notoriedade a levou a encontrar o presidente Abraham Lincoln. O que teria acontecido nesse encontro é objeto de especulações na literatura e cabe aos leitores investigarem.

A especificidade da autora, então, reside no fato de ter usado a sua falta de letramento como uma possível vantagem. Seus discursos falavam dos problemas e, ao mesmo tempo, recorriam a temas transcendentais, por meio da religião, sem necessitar de mediações. Nesse aspecto, ela dialogou – sem ter consciência disso – com outros pensadores que vieram antes ou estavam escrevendo em outros lugares.

Sua preocupação em mostrar a essência, deixando de lado as sombras de sua vida, não tem o mesmo significado do par conceitual aparência/essência de Marx. No caso de Truth, a prevalência da substância não tem a ver com desvelamento, mas com esforço pessoal. Deixar as sombras para que emerga o que importa é um exercício de procedimentos existenciais que prenuncia uma consciência de si, que apenas a literatura psicanalítica, ainda não existente – em seu alcance sobre a subjetividade, o inconsciente e as armadilhas entre as pulsões individuais – e a literatura marxista, na medida em que diferenciava o “em si” do “para si” e da consciência de classe, poderiam amalgamar.

Ela não precisou recorrer a qualquer sofisticação filosófica ou de teoria sociológica, que necessitaria de muitas mediações para serem aplicadas ao caso concreto. Sua vida já era complexa. Seus sonhos de justiça para a população negra e de direitos políticos para mulheres e negros já subvertiam a ordem vigente e eram compreendidos por grupos amplos, sem necessitar de sofisticações teóricas. Eram necessários bons argumentos, formados a partir de alguma transcendência, mas também da vivência concreta da subalternidade e da exclusão formal e jurídica, além da social. Truth conseguiu esse amálgama entre transcendência e experiência, que precisa ser estudado com todo cuidado, dado o êxito argumentativo, estratégico e consecutivo de seus propósitos.

Nas questões dos direitos dos negros, seus grandes interlocutores foram William Lloyd Garrison e Frederick Douglass. Em sua defesa dos direitos das mulheres, suas parceiras foram Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony (MICHELS, 2015).

Sojourner Truth, a peregrina da verdade, foi uma vencedora, utilizando argumentos, e não dogmas, universalizando suas condições, e não as tornando reivindicações individuais anedóticas que poderiam servir de precedentes jurídicos futuros. Sua ação foi contundente, brilhante, convincente e inesquecível: a glória, em meio à turbulência, na expressão feliz de um de seus comentadores (STETSON; DAVID, 1994).

A atualidade da autora

Atualmente, o debate sobre o racismo está na ordem do dia. Se, de um lado, temos o movimento *Black lives matter*, de outro, assistimos a eventos absurdos que transmitem a percepção de que nada mudou. No entanto, sabemos que muitos avanços foram conquistados, e os debates hoje estão bastante plurais, requerendo dos cientistas sociais, em todas as áreas – Sociologia, Antropologia e Politologia – simultaneamente, o questionamento de paradigmas teóricos simplórios, o resgate daqueles mais robustos e a formulação de uma abordagem que dê conta de interações sociais cada vez mais interseccionais e complexas.

O que se pode dizer é que Truth traz uma rica reflexão sobre a necessidade de alguma transcendência para o enfrentamento dos problemas concretos. Acreditar que essa transcendência viria por meio de uma consciência racional de pertencimento a um grupo seria exigir de sua reflexão algo que estaria disponível apenas muito tempo depois. Ela aponta para a necessidade de que lidemos com a questão religiosa sem preconceitos, ligando-a à própria necessidade de transcendência da existência humana. Admitir isso relativiza a importância da defesa da laicidade do Estado, ou mesmo os diagnósticos mais apressados de que muitos de nossos problemas contemporâneos estão atrelados a novas modalidades de filiação religiosa. Sua trajetória está emaranhada na própria história estadunidense, em que a diversidade religiosa é uma das fontes de justificativa de seus direitos e liberdades individuais.

Além disso, ela coloca em evidência um preceito feminista de que “a experiência vivida importa”, não para deslegitimar a fala de interlocutores, mas para acentuar que certas experiências e sua respectiva violência apenas podem ser narradas por aquelas e aqueles que as viveram.

Por fim, ela colocou sua grandeza como desafio: quem será capaz de discursar em favor da população negra e da população do sexo feminino como ela o fez? Ela praticou a interseccionalidade e a consubstancialidade entre gênero e raça antes mesmo que essas categorias, altamente sofisticadas do ponto de vista sociológico, fossem trabalhadas pelos estudos acadêmicos. Seria interessante se esses estudos retornassem historicamente a momentos em que a consubstancialidade estava, do ponto de vista concreto, evidente, pois nem negros, nem mulheres eram *institucionalmente* reconhecidos como iguais. Retornar aos momentos em que as conquistas legislativas/institucionais acontecem pode ajudar a compreender como, atualmente, as questões de raça, gênero e classe continuam imbricadas.

Assim, de forma não intencional, a autora dialoga com seus contemporâneos sobre aparência e essência, os imediatamente posteriores, a respeito da importância dos vínculos transcendentais religiosos e antecipa, o que mais tarde será chamada de justiça social – nos Estados Unidos não tão tarde, por meio do *Homestead Act*, de 1862 –, e a interseccionalidade e consubstancialidade de gênero e raça, que apenas seriam formuladas teoricamente no último quartil do século XX. Se a realidade for a melhor dos guias, Sojourner Truth levou esse comando às últimas consequências.

Referências

CARDOSO, Carla; SILVEIRA, Julio. Apresentação. In: TRUTH, Sojourner; GILBERT, Oliver. *E eu não sou uma mulher?* São Paulo: Ímã Editorial, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MICHELS, Debra. Sojourner Truth (1797-1883). *National Women's History Museum*, 2015. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/sojourner-truth>. Acesso em: 7 dez. 2020.

STETSON, Erlene; DAVID, Linda. *Glorying in tribulation: the lifework of Sojourner Truth*. East Lansing: Michigan State of University Press, 1994.

TRUTH, Sojourner. Narrative of Sojourner truth, a northern slave. In: ANDREWS, William; GATES JR., Henry L. *Slave narratives*. New York: Literary Classics of United States, 2000.

UNITED STATES. Congress. Constitution of the United States: Nineteenth Amendment. *Constitution Annotated*, S.d. Disponível em: <https://constitution.congress.gov/constitution/#:~:text=Nineteenth%20Amendment&text=The%20right%20of%20citizens%20of,State%20on%20account%20of%20sex>. Acesso em: 7 dez. 2020.

Capítulo 4

Harriet Martineau

**Luna Ribeiro Campos e
Verônica Toste Daflon**

A vida

Harriet Martineau nasceu em junho de 1802 em Norwich, leste da Inglaterra. Seu pai, Thomas Martineau,¹ vinha de uma família bem-sucedida de cirurgiões e trabalhava no ramo da fabricação têxtil. Ele se casou com Elizabeth Rankin, com quem teve oito filhos, dos quais Harriet era a sexta. Sua educação ocorreu majoritariamente em casa, providenciada por seus pais e irmãos. A família, ligada à corrente religiosa do Unitarismo,² prezava pela educação das filhas, e Harriet teve a oportunidade de ser educada junto a seus irmãos, estudando latim, aritmética,

1 Sua família paterna, de origem francesa, havia emigrado em 1688 e se instalado na Inglaterra junto a outros refugiados huguenotes (protestantes) em função da revogação do Édito de Nantes, que garantia a liberdade religiosa na França.

2 Segundo Silveirinha e Ferreira (2019, p. 71-72), o unitarismo ou unitarianismo era um "[...] culto parte de uma grande e divergente tradição religiosa em Inglaterra, que incluía batistas, quacres, metodistas e presbiterianos, todos recusando aceitar a religião de Estado anglicana. A essas denominações eram negadas várias liberdades civis, como o direito ao voto e a participação em universidades. [...] o unitarianismo oferecia uma visão do mundo que não pressupunha um conflito com a ciência. Por isso, era a religião de muitos pensadores orientados cientificamente e que viam a ciência como evoluindo em conjunto com a religião [...]". Wilson (2019) ressalta o compromisso dos unitaristas com o empiricismo, o racionalismo, o bem-estar e a educação moral.

francês e também sendo instruída em conhecimentos religiosos. Ela tinha livre acesso a todos os jornais da casa e lia Shakespeare por conta própria (DAVID, 1987, p. 35).

A maior fonte de informações sobre a vida de Harriet Martineau são suas próprias obras, especialmente sua autobiografia, escrita em 1855 e publicada postumamente em 1877. Tanto sua infância como sua juventude foram marcadas por uma série de problemas de saúde – falta de paladar ou olfato e uma dispepsia crônica – que culminaram com a descoberta, por volta dos 12 anos de idade, da surdez. Nos primeiros capítulos do relato autobiográfico, em que recorda as lembranças da infância, Martineau pinta um quadro sombrio de isolamento emocional (DAVID, 1987, p. 28), se queixa da falta de ternura dos pais³ e descreve a infância como um período infeliz, e ela como uma criança nervosa, doente e hipersensível (MARTINEAU, 1877, p. 12). Durante a juventude, o cultivo de suas sensibilidades religiosas parece ter sido o que a manteve de pé: “Devo ter sido uma criança extremamente religiosa, pois, desde muito jovem, o único apoio e prazer que me lembro de ter veio daquela fonte” (MARTINEAU, 1877, p. 15, tradução nossa).⁴ Suas reflexões sobre como as crianças deveriam ser educadas, o tipo de treinamento intelectual e os hábitos familiares adequados vão ser sintetizados em *Household Education* (1849), onde também despontam algumas memórias das suas próprias experiências na infância e juventude.

O sentimento de exclusão originado na infância teria dado origem ao que Deirdre David (1987) chamou de “necessidade de se expressar” (*the need of utterance*), que encontrou um meio de ser exteriorizada por meio da escrita. Aos 19 anos, Harriet começou a escrever para a imprensa unitarista e publicou seus primeiros poemas e artigos, sob um pseudônimo, na *Monthly Repository*, entre 1822 e 1823.

A intensidade dos acontecimentos dos anos 1820 precipitaram Martineau para uma vida pública e metropolitana: seu reverenciado irmão mais velho morreu em 1824, seguido, dois anos depois, pelo pai; em 1827, morreu o noivo com quem estava comprometida, após o que ela decidiu permanecer solteira. No fim dos anos 1820, os

3 Em sua autobiografia, Martineau atribui seus sofrimentos na infância à falta de afeto, ternura e atenção dos pais: “[...] nunca me ocorreu falar sobre o que mais sentia: e duvido que eles tivessem a mínima ideia de minhas misérias [...] e tenho certeza de que um pouco mais de ternura alegre, que naqueles dias era considerada ruim para as crianças, teria me salvado de minhas piores faltas e de um mundo de sofrimento” (MARTINEAU, 1877, p. 12).

4 Devido à ausência de traduções da obra de Martineau para o português, todas as citações à sua obra foram feitas de maneira livre.

negócios da família foram à ruína, e Harriet, sua mãe e seus irmãos passaram de uma situação de conforto para uma situação miserável (DAVID, 1987; FELLER, 2000).

A nova condição financeira da família e o desejo de independência econômica a levaram a se estabelecer como escritora profissional, utilizando a atividade literária como meio de subsistência. Como salientou Virginia Woolf, “A intensa atividade intelectual que surgiu no fim do século XVIII entre as mulheres [...] baseava-se no fato concreto de que elas podiam ganhar dinheiro com a escrita. O dinheiro legitimava o que era considerado frívolo se não fosse remunerado” (WOOLF, 2014, p. 95).

Sua vida adulta também foi marcada por inúmeras limitações de saúde. Além da intensificação da surdez, que precipitou o uso de uma corneta acústica nos anos 1830, Martineau enfrentou doenças cardíacas e uterinas,⁵ passando por longos momentos de reclusão para lidar com suas enfermidades e com a dependência diária de ópio (RYALL, 2000, p. 39). No livro *Life in the Sick-Room* (1844), escrito durante um desses momentos, a autora caracteriza sua existência como uma “condição de dor permanente (MARTINEAU *apud* RYALL, 2000, p. 39). Esses obstáculos, no entanto, não impediram que Martineau se transformasse em uma das principais intelectuais e escritoras da Era Vitoriana, como veremos a seguir.

A obra

Em 1832, Martineau começou a demonstrar um enorme talento para a popularização de teorias com a publicação da série *Illustrations of Political Economy*, em que usava narrativas ficcionais para explicar princípios de economia política. A série, que era composta por 25 capítulos ilustrando as ideias de figuras como Thomas Malthus, James Mill, David Ricardo e Adam Smith, foi um tremendo sucesso por conseguir traduzir, por meio de uma linguagem acessível, conceitos aparentemente incomunicáveis às pessoas comuns, aos trabalhadores. Os livros foram um dos “[...] grandes sucessos editoriais do século [...]” (LEPENIES, 1996, p. 154). O didatismo das

5 Anka Ryall (2000) fez um debate muito interessante sobre o histórico médico de Martineau e a forma como isso virou um assunto de interesse público – “caso Martineau” –, sendo objeto de debate de dois grandes nomes da ginecologia britânica. Após sua morte, foi retirado um cisto de seu ovário que foi utilizado para produção de vários estudos, dentre eles, um que tentava ligar a existência dos problemas ginecológicos às suas “peculiaridades de caráter” – leia-se, seu comportamento “desviante” em relação às expectativas de gênero vigentes.

narrativas era “[...] especialmente importante, por exemplo, para as mulheres e para as classes operárias, que haviam sido tradicionalmente excluídas do debate científico, mas para quem a ficção era uma forma crescentemente acessível de conhecimento” (SILVEIRINHA; FERREIRA, 2019, p. 78).

Illustrations of Political Economy (1832-1834) reuniu ficções com o intuito de ilustrar o que entendia serem verdades científicas: os mecanismos ou leis imutáveis da economia política. É interessante notar que as histórias funcionavam simultaneamente como literatura e teoria social, algo comum no século XIX, quando essas fronteiras estavam indefinidas. Além de dialogar com as teorias, Martineau pesquisou obsessivamente fatos e verificou sua exatidão, a fim de produzir as mininovelas de *Illustrations* (LEPENIES, 1996). Assim, construiu personagens, famílias, cenários, diálogos e situações no intuito de demonstrar que a vida cotidiana era governada por leis econômicas. Mais tarde, Martineau renunciaria à economia política, afirmando que ela seria especulativa, e não científica (LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1998). Naquele momento, no entanto, queria incentivar as pessoas a conectar suas biografias individuais a teorias gerais sobre a sociedade mais ampla – um exercício próximo daquilo que C. Wright Mills nomearia em 1959 como “imaginação sociológica”.

Durante esse período, ela já morava em Londres e seu círculo intelectual incluía nomes como Charles Dickens, Charlotte Brontë, George Eliot, Thomas Malthus, Florence Nightingale e Charles Darwin. Segundo Michael Hill (1991, p. 290), a publicação de *Illustrations* marcou sua entrada na sociedade literária britânica e a colocou no caminho da independência financeira. Após o sucesso com *Illustrations*, Martineau realizou inúmeras viagens que tiveram grande impacto em sua trajetória, oferecendo material para uma série de escritos.

Aos 32 anos, em 1834, a autora partiu, na companhia de Louisa Jeffrey, sua assistente, para uma viagem de dois anos pela América. Já durante o percurso de navio, Martineau começou a esboçar algumas ideias sobre como ser um “viajante filosófico”, um “observador da moral”, isto é, como utilizar um método específico para observar e relatar de maneira criteriosa os hábitos e modos de vida de outras sociedades. Essas reflexões foram reunidas em *How to Observe: Morals and Manners* (1838), considerado o primeiro livro de metodologia de pesquisa em ciências sociais.

Ao chegar na América, Martineau já era uma escritora muito conhecida, e sua fama a precedeu do outro lado do Atlântico, onde muitos de seus escritos haviam sido republicados. A longa viagem pelos Estados Unidos começou em Nova York e

atravessou grande parte do país a cavalo, barco, balsa, ferrovia e carruagem. Além das atrações naturais, Martineau também visitou e observou o funcionamento de diversas instituições como escolas, asilos, prisões, comunidades religiosas, fazendas, hospitais, fábricas e o Congresso em Washington (FELLER, 2000, p. xiii). Ao longo do trajeto, coletou dados, fez entrevistas, manteve um diário com suas observações e registros de eventos e solicitou à sua assistente que produzisse relatórios (HILL, 2001).

Martineau fez parte de uma geração de viajantes europeus atraídos pelo exotismo do “Novo Mundo” – como Alexis de Tocqueville e Charles Dickens – que foram à América para observar e relatar as formas de vida e principalmente o desenvolvimento dos princípios democráticos. Segundo Feller (2000), esse movimento fez surgir um gênero literário específico – a narrativa de viagem americana. Como nessa época, tanto o deslocamento, quanto os meios de comunicação eram ainda muito limitados, os livros de viagem eram o jeito mais fácil de satisfazer a curiosidade sobre outros povos e lugares longe de casa (FELLER, 2000, p. x).

A recepção calorosa na chegada aos Estados Unidos não durou, no entanto, até o fim de sua estada no país. No segundo ano em terras norte-americanas, seu posicionamento público contra a escravidão e apoio ao abolicionismo lhe renderam ameaças de linchamento, caso ela retornasse aos territórios escravocratas, isto é, aos estados do Sul, o que acabou reconfigurando sua rota de viagem para o Norte (ROSSI, 1988, p. 119). A denúncia da escravidão – que já havia aparecido em *Illustrations* – e da forma como ela se entrelaçava às instituições americanas, foi um dos principais pontos abordados na obra originada, a partir dessa viagem.

Além de *How to Observe: Morals and Manners*, a viagem à América deu origem a outras duas obras: *Society in America* (1837), publicado em três volumes, e *Retrospect of Western Travel* (1838). Para ter apenas uma dimensão do que foi essa viagem, vejamos um trecho da introdução do primeiro volume de *Society in America*:

Ao longo da viagem, visitei quase todo tipo de instituição. As prisões de Auburn, Filadélfia e Nashville: hospícios e hospitais de quase todos os lugares possíveis: as instituições literárias e científicas; as fábricas do Norte; as plantações do Sul; as fazendas do Oeste. Morei em casas que podem ser consideradas palácios, em casebres de madeira e em uma casa de fazenda. Viajei muito em vagões, mas também em carroças; locomovi-me ainda a cavalo e em alguns dos melhores e dos piores barcos a vapor. Assisti a casamentos e a batizados; a reuniões dos mais ricos nos balneários e a encontros dos humildes nos festivais no interior. [...] Estive presente nas orações, nas vendas de terra e no mercado de escravos. Frequentei a Suprema Corte e no Senado;

e testemunhei algumas sessões das câmaras estaduais. Sobretudo, fui recebida no seio de várias famílias, não como uma estranha, mas como uma filha ou irmã [...] (MARTINEAU, 2016a, p. xi).

Apesar de ter afirmado que “nunca trabalhou pela fama” e que escrevia “porque não podia evitar” (MARTINEAU, 1877, p. 245), o prestígio que Martineau havia atingido era tão grande que, ao voltar à Inglaterra, conta ter encontrado esperando por ela várias cartas de editores interessados no que ela produziria sobre a viagem (MARTINEAU, 1877, p. 246). Além da viagem pelos Estados Unidos e por vários países europeus, Martineau também viajou pelo Egito, Palestina e Síria entre 1846 e 1847, cujas pesquisas, focadas no tema da religião, foram publicadas em *Eastern Life, Present and Past* (1848). A autora também atuou intensamente na imprensa como jornalista profissional, publicando centenas de artigos e peças jornalísticas. Em 1852, após uma viagem à Irlanda, publicou *Letters from Ireland* e dezenas de textos para a revista *Household Words*, de Charles Dickens. Foi também nesse período que Martineau começou a traduzir, para o inglês, e condensar o livro *Curso de Filosofia Positiva*, escrito por Auguste Comte durante os anos 1830. A tradução feita por Martineau facilitou a introdução das ideias sociológicas positivistas comteanas no contexto anglo-saxão (HILL, 1991, p. 291). Além disso, a autora ainda publicou quatro volumes sobre a história inglesa entre 1849 e 1864.

A “necessidade de se expressar” era de tal ordem que Martineau o fez em praticamente todas as formas disponíveis para ela: escreveu tratados religiosos, ensaios, resenhas, artigos para jornais e revistas, narrativas de viagem, romances, histórias infantis, contos políticos, históricos e econômicos, tratados metodológicos sobre como fazer pesquisa social e traduções. Foram 54 anos ininterruptos dedicados à escrita (DAVID, 1987, p. 27). *The Knoll* (1845), *Deerbrook* (1839) e *The Hour and The Man: an Historical Romance* (1839) são alguns dos romances que escreveu, sendo este último baseado na história de Toussaint L'Ouverture, líder da Revolução do Haiti. Inúmeros outros títulos como *Life in the Sickroom* (1844), *Household Education* (1848), *Female Industry* (1859), *England and her Soldiers* (1859), dentre outros, figuram entre sua produção escrita, a que se somam mais de 1,6 mil artigos para jornais.

Durante esse longo período, Martineau esteve conscientemente preocupada em controlar as narrativas sobre sua trajetória, ressaltando o significado de sua produção como uma mulher intelectual na Inglaterra Vitoriana. A autora quis ter a última palavra sobre sua vida e obra, pois sentia que tinha um “dever testamentário” (MARTINEAU, 1877, p. 9). Ela escreveu sua autobiografia, em 1855, aos 53 anos, após

ter recebido um diagnóstico médico que lhe dava pouco tempo de vida. Martineau começa assim sua autobiografia:

Desde a minha juventude senti que era um dos deveres da minha vida escrever a minha autobiografia [...] Quando a minha vida se tornou evidentemente algo notável, a obrigação se apresentou mais fortemente à minha consciência: e quando eu decidi proibir a publicação de minhas cartas particulares, o dever tornou-se inquestionável. [...] Nos últimos anos, tenho dito muitas vezes aos meus amigos mais íntimos que sentia como se não pudesse morrer em paz até que este trabalho fosse feito [...] (MARTINEAU, 1877, p. 7).

A despeito das previsões médicas, Martineau ainda viveu mais 20 anos. Além da autobiografia, ela também escreveu o próprio obituário, que foi, de fato, publicado dois dias após sua morte aos 74 anos, em junho de 1876, no jornal *Daily News*, periódico para o qual contribuiu durante muitos anos (DAVID, 1987, p. 270). A percepção de si e a consciência do trabalho que realizou segue impressionando seus novos leitores:

Meu negócio na vida tem sido pensar e aprender, e falar com absoluta liberdade o que pensei e aprendi. A liberdade em si é um prazer positivo e infalível para mim, após o cativeiro da minha infância. O meu trabalho e eu fomos ajustados um ao outro, como prova o sucesso do meu trabalho e a minha própria felicidade nele. [...] há muito tempo cheguei à conclusão de que, sem me intrometer no caso das esposas e mães, provavelmente sou a mulher solteira mais feliz da Inglaterra (MARTINEAU, 1877, p. 68).

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Martineau pavimentou o caminho para a emergência da Sociologia. Dentre aqueles que declararam ter sido influenciados por suas ideias, figuram nomes como Edith Abbott, Herbert Spencer, William Summer e Lester Ward (HILL, 1991). No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito para reestabelecer seu lugar na história da disciplina. Uma das razões que torna seu trabalho excepcional é o grau de autoconsciência (*self-consciousness*) com o qual ela defendia que o estudo das sociedades requeria uma epistemologia e metodologia próprias, distinta das demais (ROSSI, 1988, p. 119). Em sua obra, encontramos análises sofisticadas de um conjunto enorme de temas caros às ciências sociais, desde aspectos políticos, culturais, históricos e econômicos a reflexões sobre o espaço doméstico, maternidade,

infância, a situação das mulheres, a deficiência física, o sentido social da doença, a pobreza e a escravidão. Martineau estudou o trabalho e as categorias profissionais na Inglaterra, as religiões do Oriente Médio, a sociedade e a política dos Estados Unidos, dentre outros assuntos. Questões relacionadas às mulheres e à família foram tratadas transversalmente a esses diversos temas de pesquisa, pois Martineau entendia que esses domínios eram “inseparáveis na prática”:

Os estudiosos costumam dividir a moral em pessoal, doméstica e social ou política. No entanto, as três formas são tão propensas a misturarem-se umas com as outras – tão inseparáveis na prática – que o viajante descobrirá que essa distinção tem menos utilidade do que as classificações que ele próprio venha a criar ou adaptar (MARTINEAU, 2010, p. 67).

É possível percorrer inúmeros caminhos pela obra de Martineau, dada a vastidão da sua produção escrita. Para uma primeira aproximação, falaremos aqui dos aspectos mais gerais da sua teoria social, apresentados, sobretudo, na obra *How to Observe: Morals and Manners* (1838). No fim, destacaremos como Martineau aplicou essa lente teórica na pesquisa conduzida nos Estados Unidos e publicada em *Society in America* e *Retrospect of Western Travel*. *How to Observe: Morals and Manners* é um tratado de teoria, epistemologia e metodologia das ciências sociais. Publicado em 1838, o livro estabelece um diálogo com o que havia de mais próximo à pesquisa de campo no século XIX: os relatos de viajantes. Para Martineau, era fundamental diferenciar tais relatos e diários, de caráter anedótico e impressionista, da pesquisa científica sobre o social – isto é, da investigação pautada por princípios que permitiriam produzir “generalizações seguras”.

Da mesma forma que fizera Auguste Comte no seu *Curso de Filosofia Positiva* (1830) e faria Émile Durkheim em *As regras do método sociológico* (1895), Martineau apresentou em *How to Observe: Morals and Manners* uma reflexão epistemológica a respeito da “ciência da sociedade”,⁶ ressaltando suas especificidades em face das outras ciências, como as ciências físicas. Suas ligações intelectuais com Comte e com o positivismo não devem desviar a atenção da originalidade do seu pensamento: Martineau só veio a ter contato com a obra de Comte em 1850, tendo antes apenas “[...] uma vaga noção da relação da sua filosofia com as necessidades intelectuais e

6 Martineau utilizava em sua obra três formas de se referir ao que hoje chamamos de Sociologia: “ciência da sociedade”, “ciência da moral” e, com menos frequência, o próprio termo “sociologia” (LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1998).

sociais do nosso tempo [...]” (MARTINEAU, 1877, v. 2, p. 39), como relata em sua autobiografia. Isso significa que Comte não influenciou diretamente a produção de suas obras mais importantes.

Quanto ao seu positivismo, é importante situá-lo, sobretudo, no contexto da Inglaterra do século XIX, no qual intelectuais, reformadores e técnicos governamentais entendiam postulados positivistas, em especial, como uma orientação prática para a intervenção social e a produção de políticas públicas. Nessa acepção, a publicidade dos dados, a ciência estatística, os métodos empíricos de pesquisa e as possibilidades de entender as “leis que governavam o social deveriam servir ao aprimoramento e avaliação do *status* geral da sociedade em vista de um ideal ou utopia”. Essa relação prática com o positivismo modelou o pensamento sociológico na Inglaterra (WILSON, 2019). Cabe notar que a própria Martineau se envolveu diretamente com o processo de introdução da *expertise* científica na esfera governamental do país, buscando qualificar o debate público e as decisões do Estado (GABAY, 2019).

Nesse sentido, as ideias do positivismo que mais interpelaram Martineau estavam relacionadas à proposta de uma nova disciplina fundada em um método positivo, uniforme e confiável a serviço do estudo da sociedade. Essa seria a base para a educação e a construção de uma sociedade ao mesmo tempo altruísta e racional. Ao traduzir e resumir Comte para uma audiência anglo-saxã, Martineau encarou sua sociologia basicamente como um método científico relacionado à mudança social racional, e não aderiu ao projeto comteano da Igreja Positivista (WILSON, 2019).

As diferenças não se detêm nesse ponto: enquanto Comte defendia a unificação da ciência e a utilização de métodos das ciências naturais visando à construção de leis gerais e abstratas, Martineau refletiu a respeito do que significava produzir conhecimento sobre seres humanos, valorizando símbolos, significados e emoções, procurando desenvolver, assim, uma metodologia passível de captar essas dimensões. Esse aspecto da sua obra chamou a atenção de Seymour Martin Lipset (1962), para quem Martineau foi “[...] uma precursora precoce de uma das maiores orientações sociológicas, uma abordagem que procura analisar os efeitos dos valores na estrutura e na mudança” (LIPSET, 1962, p. 10).

As disputas que se deram em torno da Sociologia devem ser vistas dentro dos seus respectivos contextos históricos: se Durkheim atuou pelo estabelecimento de um campo autônomo para a Sociologia nas instituições de ensino superior em disputa com disciplinas estabelecidas como a Economia, a Filosofia e a Psicologia, se esforçando para institucionalizar e profissionalizar a disciplina, Martineau desejou

estabelecer um domínio científico para o “estudo da moral distinto daquele dos amadores e diletantes”.

Para ela, “ciência da sociedade” exigia treinamento, autodisciplina, transparência e rigor. Cabe aqui ressaltar que até o fim do século XIX muitos autores europeus ainda se baseavam em relatos de viajantes e relatórios que não foram planejados ou concebidos como uma pesquisa com evidências para falar de outras sociedades ou para tecer comparações entre elas. Herbert Spencer, James Frazer e Émile Durkheim, dentre outros, apoiaram-se firmemente em fontes como relatos de viajantes europeus, missionários, colonos e oficiais coloniais para produzir comparações e generalizações (CONNELL, 1997). Assim Martineau expressava sua preocupação:

Enquanto os viajantes continuarem a negligenciar os meios seguros e acessíveis a todos para fazer generalizações e enquanto continuarem criando teorias a partir da manifestação de mentes individuais, haverá pouca esperança de inspirar os homens com o espírito de imparcialidade, o respeito mútuo e o amor, isto é, com os melhores meios de esclarecer a visão e de retificar a compreensão (MARTINEAU, 2010, p. 8).

Martineau salientava a importância da teoria, afirmando que o observador deveria “[...] estar de posse de princípios que possam servir como ponto de união para suas observações [...]” (MARTINEAU, 2010, p. 15). Contra o pensamento anedótico, salientava que se na “infância das ciências” os avanços foram obtidos por meio de experimentos aleatórios, isso não se aplicava à “ciência da moral”. Ela apresentou a ideia de pesquisa como uma construção controlada, intencional, estabelecida por meio de princípios teóricos, perguntas de pesquisa e métodos de trabalho. Assim, se preocupava em elaborar e expor os parâmetros, a partir dos quais fazia pesquisa, permitindo que críticos e pares acessassem por si mesmos a validade das suas afirmações, um tipo de atitude intelectual que sempre cultivou, dado o seu papel de divulgadora científica.

Ao ressaltar que a investigação social implicava dois lados igualmente importantes – o observador e o observado –, Martineau voltou sua reflexão para uma série de questões pouco abordadas por seus contemporâneos: vieses, preconceitos, emoções que podem nublar o julgamento, as dificuldades para estabelecer uma relação de confiança com os pesquisados e de compreender o seu ponto de vista eram todos obstáculos a serem vencidos pelo “observador filosófico”. Ao falar da relação intersubjetiva implicada em uma pesquisa, ela apontou, enfim, que era necessário desenvolver regras e métodos de pesquisa propriamente sociológicos. Isso porque a

necessidade de acessar os símbolos e os significados atribuídos pelos observados às suas práticas era um dos fatores que distinguiam o “observador da moral” do físico ou do geólogo. Assim, Martineau (2010) afirmou que o observador deveria se aproximar do observado com “empatia”, e que ela deveria ser “irrestrita e sem reservas”.

Se estiver tomado de empatia, tudo o que [o observador] vir será instrutivo, e as questões importantes se revelarão com mais clareza. Se não tiver empatia, as coisas mais relevantes permanecerão escondidas, e os símbolos (que são abundantes em todas as sociedades) não parecerão nada além de formas absurdas ou triviais (MARTINEAU, 2010, p. 48).

O conceito de “empatia e a valorização do universo simbólico” dos pesquisados se conecta com uma visão próxima do que hoje chamamos de “relativismo cultural”. À maneira de Auguste Comte e Herbert Spencer, Martineau entendia “sociedade como uma totalidade equivalente ao Estado-Nação” (REED, 2012). No entanto, as semelhanças se detinham por aí: enquanto esses autores valorizavam a comparação e elaboração de tipologias gerais para classificar sociedades, supondo que elas se encontravam em diferentes estágios de um desenvolvimento único e comum, Martineau apresentava reservas quanto à comparação entre sociedades. Assim como seus contemporâneos, Martineau acreditava nas noções de progresso e evolução, mas os representava como potenciais discerníveis em todas as sociedades humanas (LENGERMANN; NIEBRUGGE-BRANTLEY, 1998). Sociedades colonizadas enfrentavam desvantagens para o progresso, sendo a independência, além de uma questão de justiça, uma pré-condição: “A progressão moral de um povo dificilmente pode começar até que ele seja independente. Sua moral é anulada pela pátria-mãe”, afirmou Martineau (2010, p. 211).

Para fazer generalizações justas e corretas sobre a sociedade observada, ela entendia que era necessário que o observador evitasse julgá-la, a partir dos parâmetros da sua sociedade de origem ou de suas inclinações pessoais. Por enxergar o pesquisador como um agente moral, dotado de valores, entendia que era necessário evitar que os seus princípios morais se tornassem a régua para avaliar outras sociedades. Diante disso, uma estratégia possível era avaliar uma sociedade, a partir dos próprios princípios e padrões morais que ela se propunha a realizar. Desta maneira, o sociólogo poderia estudar o *status* moral de outra sociedade de forma crítica, mas justa. Como veremos mais à frente, foi a partir dessa moldura que Martineau conduziu a pesquisa nos Estados Unidos, comparando os princípios professados na Constituição norte-americana e na Declaração de Independência com as práticas da escravidão,

da sujeição das mulheres e a crescente estratificação de renda, avaliando que havia contradições não resolvidas naquela nação.

Eis então o objetivo do viajante sábio: manter-se protegido tanto do preconceito filosófico quanto do nacional. Ele não se deve permitir ficar perplexo ou enojado ao ver os grandes fins da associação humana serem buscados por meios que ele jamais teria concebido, e com os quais ele nunca poderia se conciliar. Ele não deve tirar conclusões negativas acerca da alimentação das pessoas comuns porque elas engolem gordura ou escavam melancias, em vez de se deliciarem com carne e cerveja. Ele não deve supor que as reuniões sociais dessas pessoas são um fracasso porque elas comem com as mãos em vez de usar talheres ou porque se cumprimentam tocando as testas umas das outras, em vez de se curvarem. Ele não deve tirar conclusões contrárias às morais domésticas por causa da diversidade de métodos de casamento (MARTINEAU, 2010, p. 14).

Em *How to Observe: Morals and Manners*, Martineau também apresentou uma visão ontológica sobre o social, isto é, sobre quais eram os elementos constituintes e processos básicos das sociedades humanas que poderiam servir de parâmetro para estudá-las cientificamente. Martineau elencou como o fio comum da experiência humana a necessidade de alimentação e abrigo, a experiência da reprodução e da morte, as relações entre homens, mulheres e crianças – as relações etárias e também o que hoje denominamos relações de gênero –, assim como as capacidades humanas de sentir, simbolizar e produzir própria a vida social por meio de “acordos”. Martineau chamou a atenção para aspectos simbólicos, padrões de relações sociais e as diferentes formas como os seres humanos experimentavam os fatos universais da existência:

O que o viajante quer saber? Ele está ciente de que, onde quer que vá, encontrará homens, mulheres e crianças; homens fortes e homens fracos; homens justos e homens egoístas. Ele sabe que em qualquer lugar encontrará necessidade de comida, roupa e abrigo; e encontrará em toda parte alguma forma de acordo geral sobre como viver juntos. Ele tem consciência que em qualquer lugar encontrará nascimento, casamento e morte, e, portanto, os afetos domésticos. Quais resultados de todos esses elementos da vida social ele tem intenção de buscar? (MARTINEAU, 2010, p. 12).

Isso nos remete ao título da sua obra – em português “Como observar a moral e os costumes”: para Martineau, o objeto da Sociologia era o estudo da relação entre a “moral” – as ideias coletivas sobre comportamentos prescritos e proscritos, que Martineau nomeia, a partir de termos da época como “virtudes”, “princípios”, “mente comum” – e o “costume” – as práticas e os padrões de associação social (SILVEIRINHA; FERREIRA, 2019). Para ela, esses dois domínios estariam sendo constantemente mudados e recriados, e embora estivessem imbricados, poderiam

estar em relação de tensão ou contradição. O dinamismo e a mudança social se dariam precisamente na relação entre a “moral” e o “costume”. A partir dessa visão do social, Martineau enunciava uma regra metodológica: “[...] o grande segredo da pesquisa sábia sobre a moral e os costumes é começar com o estudo das *coisas*, usando o *discurso das pessoas* como comentário a respeito delas” (MARTINEAU, 2010, p. 64).

A fim de produzir generalizações seguras sobre uma sociedade, o pesquisador deveria começar pelas características mais gerais da vida coletiva, como as diferenças de idade e sexo, as formas de subsistência, as condições de natalidade e mortalidade, as regras e procedimentos da vida coletiva, assim como os “afetos domésticos”, a “mente comum”, a “voz do povo” e a “condição das massas”. Martineau operacionaliza essa diretiva de pesquisa começando pela observação dos registros civis, documentos, relatórios, atas, a arquitetura, a música nacional, os epitáfios, hábitos alimentares, funerais, divertimentos populares e outros traços de organização coletiva. Para Michael Hill (1991), sua solução é a resposta positivista clássica ao problema metodológico da busca por indicadores empíricos verificáveis que permitissem elucidar padrões, causas, consequências e problemas.⁷

A precedência das “coisas” sobre os “discursos” demonstrava uma preocupação com a generalização: ao discorrer sobre os relatos de viajantes, Martineau apontava problemas na representatividade das entrevistas em relação à população geral, os riscos de vieses de seleção e as chances de que, ao receber uma série de declarações similares, os viajantes fossem induzidos a concluir que elas representavam um consenso ou a opinião pública. No caso de ouvir declarações conflitantes, Martineau temia que o viajante optasse por aquelas que confirmavam seus próprios preconceitos e inclinações. As formas de controlar esses vieses seriam a busca por meios variados de observação, a composição do conjunto de entrevistados, a partir das características mais gerais da população e a comparação contínua entre os “discursos” e as “coisas”. Acreditava que estar munida dos “fatos” era a melhor forma de lidar com os “discursos”.

7 Para exemplificar seu modo de proceder, tomemos um exemplo: o viajante deveria começar sua investigação, dentre outras coisas, pelos registros de nascimentos, casamentos, mortes, doenças e suicídios, para conhecer o estado geral de uma sociedade, seu bem-estar. Em seguida, poderia visitar os locais de sepultamento, templos religiosos, festividades públicas, ler e registrar os epitáfios, buscando entender a relação de uma sociedade com a morte. Nesse processo, seria possível conhecer diversos aspectos da sociedade, dos padrões de associação ao seu universo simbólico: tais procedimentos forneceriam evidências da presença ou da ausência de privilégio de classe ou casta, o senso de comunidade que transcende a morte, as visões sobre a morte e a perda, as características dos laços familiares etc. Essa análise – que hoje chamaríamos de macrossociológica – deveria então ser conjugada com entrevistas e declarações, que dariam acesso aos “discursos”, isto é, às justificativas, racionalizações e significados atribuídos pelos observados às suas práticas. Ao fim, temos em Martineau uma Sociologia que trabalha em múltiplas escalas, indo do macro ao micro.

Se voltarmos agora para seu estudo de fôlego sobre os Estados Unidos, é possível identificar como Martineau aplicou essa lente teórica e metodológica a uma pesquisa. A viagem durou dois anos (1834-1836) e cobriu um grande itinerário de Norte a Sul. Seus informantes possuíam diferentes classes sociais, ocupações, cor, sexo, idade e região.⁸ O extenso relato lidou com temas como a Constituição norte-americana, a ideia de autogoverno, o federalismo, a relação entre cidadãos, instituições e a opinião majoritária, a imprensa, a economia, o comércio, a agricultura, o sistema prisional e a religião. Algumas das suas conclusões divergem daquelas apresentadas por Alexis de Tocqueville, em *A democracia na América* (1845), publicado quase à mesma época. Diferentemente do autor francês, Martineau narrou uma relação de apatia e indiferença dos cidadãos com relação à política, uma constante pressão à conformidade à opinião majoritária, bem como uma crescente concentração de riqueza, que produziria abismos sociais.

Um dos seus parâmetros de avaliação de uma sociedade dizia respeito ao tratamento dos menos poderosos e às possibilidades das pessoas de agirem como seres morais. Nesse sentido, para ela, as práticas da escravidão no Sul, a discriminação contra os imigrantes e pessoas negras livres no Norte e a posição social e legal inferior reservada às mulheres violariam os valores morais básicos de igualdade e cidadania universais propugnados pela Constituição norte-americana – o que ela nomeou de “anomalia”, uma discrepância entre a “moral” e o “costume”.

Na série *Ilustrações da Economia Política*, Martineau já trabalhara sobre o tema da escravidão, argumentando que ela era incompatível com o capitalismo, o livre-comércio e a moral. Em *Society in America*, por sua vez, Martineau também investigou a relação da escravidão com domínios como o trabalho, a economia e a política, mas apresenta uma novidade em relação às suas incursões anteriores: o olhar sobre seus efeitos morais. A partir de observações e entrevistas com proprietários de terras do Sul, Martineau acessa seu universo de valores, suas racionalizações e justificativas.

No capítulo “A moral da escravidão”, ela descreve como posturas de paternalismo e piedade eram ativadas em defesa da instituição; como os proprietários sentiam a necessidade de acreditar na gratidão e na felicidade das pessoas escravizadas e de que maneira, quando confrontados, reagiam com agressividade. A esse

8 Michael Hill (2001) produziu uma interessante comparação entre os métodos de pesquisa empregados por Martineau e Alexis de Tocqueville, vinculando-os a diferentes resultados.

respeito, observou: “É uma verdade muito antiga que tendemos a odiar aqueles que nós machucamos” (MARTINEAU, 1837a, p. 382). Martineau observou também a interação entre gênero e raça, descrevendo uma sociedade que admitia que homens brancos tivessem livre acesso aos corpos das mulheres negras, dissolvessem sua família e vendessem seus filhos. Para ela, esse estado de coisas produzia efeitos negativos não apenas sobre os escravizados, mas também sobre as famílias brancas.

Quais virtudes sociais são possíveis em uma sociedade na qual injustiça é característica primária? [...] A mais óbvia é piedade [...]. É preciso lembrar que a maioria das pessoas que têm escravos não conhece outra realidade que não a de possuir escravos. Os pais o fizeram: eles mesmos jamais viram a raça de cor sendo tratada de outra maneira que não fosse como seres inferiores, nascidos para o trabalho e para alimentar os brancos [...]. Os bons sentimentos desses donos de escravos se expressam em forma de piedade, o que é tão limitado quanto a piedade pode ser quando transformada em substituta para a justiça. Vi uma infinidade de manifestações de piedade, assim como de seu oposto [...]. Piedade, indulgência, paciência eram frequentemente citadas para defender o sistema ou para criticar as falhas de escravos rebeldes. A falácia desse discurso é tão grosseira que não precisa de muita exposição. Eu afundava em tristeza quando me falavam da ingratidão dos escravos e ficava cansada de explicar que a complacência jamais pode servir de compensação para a injúria [...]. Quantos adornos, doces, danças, doação em dinheiro e palavras e olhares gentis podem substituir a existência política, social e doméstica? O corpo e o espírito? [...] (MARTINEAU, 2016b, p. 110).

Quanto às mulheres, chamou a atenção para o estado precário de sua educação, assim como para as contradições entre a sua “inexistência política” e o poder do Estado de tomar suas propriedades, escravizá-las, prendê-las, puni-las e executá-las. Dado o impedimento da sua participação na formulação das leis que regiam a sua vida, Martineau proclamou que elas não deveriam obediência a elas. É interessante notar que, diferentemente de muitas de suas contemporâneas, Martineau não atrelava os deveres cívicos e responsabilidades políticas das mulheres à sua condição de esposas e mães, mas à necessidade de autonomia moral e ao princípio da igualdade de direitos.

Atualidade da autora

Antes de falar sobre os aspectos mais perenes da obra de Harriet Martineau, é importante falar das suas contradições. Por um lado, ela foi uma abolicionista aguerrida, uma defensora dos direitos das mulheres e proponente de uma teoria e

método de investigação social que valorizava a diversidade sobre a unidade da experiência humana. No lugar de formular sistemas gerais e abstratos, interessou-se pelas possibilidades de trazer à tona, por meio da pesquisa, as múltiplas possibilidades de se experimentar um rol limitado de fatos universais. Se os cientistas sociais da sua geração, como Karl Marx, Herbert Spencer e Auguste Comte, estavam à procura de uma teoria geral e abstrata de sociedade, Martineau buscou produzir uma ciência da sociedade empiricamente embasada e ancorada na observação das realidades concretas da vida, nas instituições, nas interações, no cotidiano e nas falas dos pesquisados.

Por outro lado, Martineau não chegou a explorar todas as potencialidades do próprio método que construiu ao pesquisar a respeito de sociedades fora do contexto euro-americano. Em *Eastern Life, Past and Present* (1848), por exemplo, ela dispôs dos dados observados no Oriente Médio para traçar uma história evolutiva das religiões, que, na sua visão, se tornariam gradualmente mais abstratas. Em 1857, publicou o livro *British Rule in India: a Historical Sketch*, com o objetivo de tornar a história da colônia britânica acessível ao público do seu país e melhorar a governança colonial, após as rebeliões daquele ano. Aqui, Martineau começa traçando as características físicas e geográficas da Índia, para, em seguida, descrever o comércio, instituições e mudanças históricas, tal como fez em *Society in America*. No fim, discute o atual estado de coisas na colônia. Diferentemente do estudo sobre os Estados Unidos, no entanto, esse livro foi escrito com base em fontes de segunda mão e mostra uma intelectual pública vitoriana inteiramente comprometida com o projeto colonial (POON, 2005), o que contraria seus próprios postulados de empatia, imparcialidade e crítica e sua defesa da independência das colônias. O que temos, ao fim, é uma socióloga oscilante entre o etnocentrismo e o relativismo cultural.

É um hábito comum nos textos de teoria sociológica clássica colocar à parte, relativizar ou até mesmo ativamente esconder os aspectos mais controversos da obra e da biografia de um autor. Acreditamos, no entanto, que devemos trabalhar com transparência e honestidade, ressaltando o eurocentrismo como um contexto fundamental para a compreensão da formação da sociologia (ALATAS; SINHA, 2017). No caso de Martineau, a consolidação do cânone sociológico apagou sua contribuição em virtude de uma série de processos, dentre os quais, se destaca o programa de pesquisa dos compiladores do cânone. Esse programa devotou pouca atenção às relações familiares e de gênero e sua relação com as instituições. Conceitos e categorias da análise sociológica – como razão, liberdade, alienação, anomia, classe etc. – foram modelados, a partir de um objeto de estudo – a modernidade – e de um

olhar masculino (SINHA, 2001). Martineau, por outro lado, tinha questões que hoje entendemos como relações de gênero como temas centrais da Sociologia. Para ela, esse aspecto da vida humana era misturado na prática com as outras dimensões da vida social, sendo esses domínios apenas passíveis de separação analítica.

Ao longo do processo de pesquisa para a escrita deste capítulo, deparamo-nos com diversas afirmações a respeito do sentido mais geral da obra de Martineau: para Madoo Lengermann e Niebrugge-Brantley (1998), ela foi uma socióloga do conflito; para Kate Reed (2012), uma pioneira do funcionalismo; para Seymour Martin Lipset (1962), antecipou o paradigma interpretativo das ciências sociais. Todos esses autores tentam inscrever sua obra nas tradições sociológicas existentes. No entanto, é preciso lembrar que elas são codificações e reelaborações dos clássicos canônicos e que, portanto, a classificação da sua obra dentro das tradições sociológicas impede de pensar as possibilidades originais do seu trabalho.

A obra de Martineau é muito extensa, e, ao todo, ela publicou mais de cem títulos de livros e artigos periódicos (YATES *apud* SILVEIRINHA; FERREIRA, 2019, p. 71). Para Michael Hill (1991, p. 292), no que tange aos temas abordados, a “[...] imaginação sociológica de Martineau era ilimitada, foi do micro ao macro, da teoria à observação, da descrição objetiva à crítica informada”. Acreditamos, portanto, que o potencial da sua obra permanece largamente inexplorado e que esse trabalho aguarda as próximas gerações. Deixamos a leitora e o leitor com um trecho da apresentação de *Harriet Martineau: Theoretical and Methodological Perspectives* (2001), obra que reuniu trabalhos dos principais pesquisadores dedicados à obra da autora até então. Michael Hill e Susan Hoecker-Drysdale resumizam seus encontros com a obra da autora como um contato com um vasto campo cheio de possibilidades:

Apesar dos anos de leitura, escrita e reflexão sobre as ideias de Martineau, nenhum dos colaboradores desse livro reivindica uma compreensão abrangente do seu trabalho como um todo, mas cada um encontra uma gema sociológica – e a perspectiva de novas e ricas descobertas futuras – entre os literalmente milhares de escritos de Martineau. O potencial é espantoso: novos vocabulários, novos precedentes, novos sistemas de relevância, novos modelos de prática sociológica engajada fluem como torrentes da sua pena (HILL; HOECKER-DRYSDALE, 2001, p. 4).

Referências

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. London: Palgrave Macmillan, 2017.

CONNELL, Raewyn. Why is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, maio 1997.

DAVID, Deirdre. *Intellectual women and victorian patriarchy*: Harriet Martineau, Elizabeth Barrett Browning, George Eliot. London: The Macmillan Press, 1987.

FELLER, Daniel. Introduction. In: FELLER, Daniel (ed.). *Retrospect of western travel*. New York: M.E. Sharp, 2000.

GABAY, Nadav. With the practiced eye of a deaf person: Harriet Martineau, deafness and the scientificity of social knowledge. *The American Sociologist*, v. 50, p. 335-355, 2019.

HILL, Michael R. Harriet Martineau (1802-1876). In: DEEGAN, Mary Jo (ed.). *Women in sociology: a bio-bibliographical sourcebook*. New York: Greenwood Press, 1991.

_____. A methodological comparison of Harriet Martineau's society in America (1837) and Alexis Tocqueville's Democracy in America (1835-1840). In: HILL, Michael R; HOECKER-DRYSDALE, Susan (eds.). *Harriet Martineau: theoretical & methodological perspectives*. New York: Routledge, 2001.

HILL, Michael R.; HOECKER-DRYSDALE, Susan. Taking Harriet Martineau seriously in the classroom and beyond. In: HILL, Michael R; HOECKER-DRYSDALE, Susan (eds.). *Harriet Martineau: theoretical & methodological perspectives*. New York: Routledge, 2001.

LENGERMANN, Patricia M.; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. *The women founders: sociology and social theory, 1830-1930*. Nova York: McGraw Hill, 1998.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.

LIPSET, Seymour Martin (ed.). *Society in America*. Gloucester: Peter Smith, 1962.

MARTINEAU, Harriet. Society in America, v. 1. *The Project Gutenberg*, 2016a. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/52621/52621-h/52621-h.htm>. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. Society in America, v. 2. *The Project Gutenberg*, 2016b. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/52685/52685-h/52685-h.htm>. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. How to observe: morals and manners. *The Project Gutenberg*, 2010. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/33944/33944-h/33944-h.htm>. Acesso em: 3 fev. 2022.

_____. *Harriet Martineau's autobiography*. Edited by Maria Weston Chapman. Boston: James R. Osgood & Co., 1877.

McDONALD, Lynn. *The early origins of the social sciences*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 1993.

POON, Angelia. Seeing double: performing english identity and imperial duty in Emily Eden's *Up the Country* and Harriet Martineau's *British Rule in India*. *Women's Writing*, v. 12, n. 3, 2005.

REED, Kate. *New directions in social theory: race, gender and the canon*. Thousand Oaks: Sage, 2012.

ROSSI, Alice S. *Feminist papers: from Adams to de Beauvoir*. Boston: Northeastern University Press, 1988.

RYALL, Anka. Medical body and lived experience: the case of Harriet Martineau. *Mosaic - Interdisciplinary Critical Journal*, v. 33, n. 4, dez. 2000.

SILVEIRINHA, Maria João; FERREIRA, Virgínia. Harriet Martineau: socióloga radical e feminista avant la lettre. In: GARCIA, José Luís; MARTINS, Hermínio (org.). *Lições de Sociologia Clássica*. Lisboa: Biblioteca 70, 2019.

SINHA, Vineeta. Reading Harriet Martineau in the context of social thought and social theory. *Akademika*, v. 59, n. 1, 2001.

WILSON, Matthew. Rendering sociology: on the utopian positivism of Harriet Martineau and the Mumbo Jumbo Club. *Journal of Interdisciplinary History of Ideas*, v. 16, 2019.

WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Capítulo 5

Flora Tristan

Luna Ribeiro Campos

A vida

Flore Celestine Therèse Henriette Tristán y Moscoso (1803-1844), mais conhecida como Flora Tristan, é considerada uma pioneira no feminismo socialista. A escritora franco-peruana, que viveu na França na primeira metade do século XIX, dedicou grande parte de sua vida a lutar pelos direitos das mulheres e da classe trabalhadora. De sua mãe, a francesa Anne Pierre Laisnay, temos poucas informações. Já de seu pai, Dom Mariano de Tristan, sabemos que era membro de uma família aristocrata no Peru, que tinha influência significativa na política local. O casamento de seus pais foi realizado no norte da Espanha, para onde Anne Pierre emigrara fugindo das turbulências causadas pela Revolução Francesa. Essa união, no entanto, não foi reconhecida pelo Estado francês. Além de Flora, o casal teve outro filho, que morreu ainda na infância. Assim, com a morte prematura de Dom Mariano quando Flora tinha quatro anos, sua família passou a viver em uma situação de penúria, pois não tiveram direito à herança.

A infância de Tristan transcorreu nos arredores de Paris. Ela não teve uma educação formal, foi alfabetizada por sua mãe e, posteriormente, obteve grande parte

de seus conhecimentos de maneira autodidata. Em sua narrativa autobiográfica,¹ a autora conta que as dificuldades financeiras enfrentadas pela família precipitaram seu casamento, aos 17 anos, com André Chazal, “[...] homem a quem não podia amar nem estimar [...]” (TRISTAN, 2000, p. 44), dono da litografia onde ela trabalhava como operária colorista. Após três anos de casamento, grávida da terceira filha, Tristan se separou de seu marido e foi viver com a mãe. Sobre o período entre 1823 e 1833, temos poucas informações, pois a própria autora não guardou muitos registros escritos. O que sabemos é que foi uma época turbulenta e marcada por muitos deslocamentos, pois Tristan fugia das frequentes perseguições de Chazal e, para se deslocar com menos constrangimentos, utilizava nomes falsos, muitas vezes fingindo ser uma mulher viúva ou solteira.

O divórcio na França havia sido estabelecido durante a Revolução Francesa, mas foi abolido após a Restauração em 1816. O Código Civil Napoleônico de 1804 implicou em uma série de retrocessos em relação aos poucos direitos obtidos pelas mulheres durante os anos da Revolução, dentre os quais, pode-se destacar o reforço da autoridade marital² e algumas proibições como a de viajar sozinha (TETU, 1979). Com a impossibilidade legal de se divorciar e tendo abandonado o domicílio conjugal com os filhos, Flora era vista como criminosa, além de sofrer reprovações de ordem moral. Assim, à pobreza e ao estatuto de filha ilegítima,³ somava-se a condição de mulher separada.

No início dos anos 1830, Flora entrou em contato com sua família peruana por meio de seu tio, Pío de Tristan. Exausta por conta das perseguições de Chazal e da instabilidade financeira, ela decidiu ir se “[...] refugiar no seio [de minha] família paterna, na esperança de ali encontrar uma posição que me permitisse entrar de novo da sociedade [...]” (TRISTAN, 2000, p. 47). Ela embarcou em Bordeaux, no dia de seu aniversário de 30 anos, sendo a única mulher a bordo do navio rumo

1 A maioria das informações autobiográficas de Flora Tristan são narradas por ela no prólogo de *Peregrinações de uma pária* (1837). Para um estudo biográfico mais recente, ver Grogan (1998).

2 O Código Civil francês de 1804, conhecido como Código Napoleônico, inscrevia as mulheres casadas em um estatuto de menoridade e incapacidade jurídica, relegando-as à autoridade e à dependência do pai e do marido. A esposa devia obediência ao seu marido (Artigo 213), e era este quem fixava o endereço do domicílio conjugal, onde a esposa tinha obrigação de morar (Artigo 214). O marido tinha a tutela e era responsável pela educação dos filhos, além de poder dispor dos bens de sua esposa. Para que a esposa pudesse vender, doar ou hipotecar algum bem, precisava de sua autorização. Para conferir o Código Civil na íntegra, ver: <http://www.assemblee-nationale.fr/evenements/code-civil-1804-1.asp>.

3 A expressão “filho ilegítimo” está em desuso atualmente, mas era largamente utilizada no século XIX para se referir aos filhos nascidos fora de uma relação formalizada de casamento, também conhecidos como “bastardos”. Mantivemos o uso do termo, pois ele expressa a carga de discriminação e preconceito que o acompanhava.

à América. A longa viagem até Arequipa, no Peru, foi seguida de alguns meses de muitas novidades e outras tantas frustrações. O tio, Pío de Tristan, era membro da cúpula militar e uma figura poderosa na política peruana. A chegada de sua sobrinha, única filha de Mariano, no entanto, não foi capaz de sensibilizá-lo. Alegando falta de documentos que comprovassem o casamento de seu irmão com a mãe de Flora, ele não reconheceu a demanda de legitimidade feita por ela, e ela permaneceu, para os efeitos legais, filha natural.

A negação do reconhecimento familiar que tanto almejava exerceu um grande impacto em sua trajetória, não apenas por suas consequências financeiras, mas também pela frustração do desejo de ter uma família que a amparasse. Da família paterna, Flora conseguiu apenas uma pequena pensão anual, que lhe permitiu se dedicar à escrita. Entre 1835, ano de sua primeira publicação, e 1844, ano de sua morte, Flora se tornou uma personagem pública bastante conhecida no meio intelectual parisiense, publicando livros, artigos, panfletos, ensaios e crônicas.

Ao voltar da viagem ao Peru, Flora publicou, à própria custa, uma pequena brochura intitulada *Necessidade de acolher bem as mulheres estrangeiras*, em 1835. No texto de estreia, Flora refletiu sobre a hostilidade e os preconceitos com os quais eram tratadas as mulheres que viajavam sozinhas, inspirada em grande parte por suas próprias vivências. Dois anos depois, em 1837, sistematizou suas experiências da viagem ao Peru em *Peregrinações de uma pária*, onde relatou os detalhes do percurso e fez observações sobre política, cultura, economia, costumes, hábitos e leis. O livro, publicado em dois tomos, é uma mistura de autobiografia, relato de viagem e manifesto político (VARIKAS, 2015). Em 1838, ela escreveu o romance político *Méphis, ou o proletário*, também inspirado nos eventos da viagem e já atenta à questão de classe.

No mesmo ano, a perseguição do marido e a luta pela guarda da filha mais nova, Aline,⁴ se intensificaram. Chazal, inconformado com a vida e com os escritos de Flora, que defendiam a emancipação das mulheres e o direito ao divórcio, tentou assassiná-la com dois tiros à queima roupa na porta de sua casa. Por sorte, os tiros não foram fatais, e Flora sobreviveu, ainda que com as balas alojadas em seu peito.

4 Uma curiosidade sobre Flora Tristan: sua filha Aline Chazal foi a mãe de Paul Gauguin, famoso pintor impressionista que conviveu com artistas como Vincent Van Gogh, Edgar Degas e Auguste Renoir. O encontro imaginado entre avó e neto foi literariamente recriado pelo escritor Vargas Llosa em *Paraíso na outra esquina*, (2003).

O crime foi testemunhado por várias pessoas, e Chazal foi levado a julgamento, sendo condenado a 20 anos de trabalhos forçados.

A prisão de Chazal deixou o caminho aberto para que Flora seguisse seu caminho como escritora e militante pelos direitos das mulheres, da classe trabalhadora e de todos os *párias*. Em 1840, foi lançado *Passeios em Londres*, no qual a autora reuniu crônicas sobre assuntos diversos como a situação da classe trabalhadora, das fábricas, dos prisioneiros, das prostitutas e dos manicômios. O livro foi fruto de anos de observação da sociedade inglesa e de uma reflexão crítica sobre as mazelas criadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

Em 1843, foi publicado *União Operária*, possivelmente o seu livro mais pesquisado. Nele é possível observar uma reflexão mais sistemática sobre o proletariado, a partir do entrelaçamento das opressões de classe e gênero. Ao analisar as formas de constituição da classe trabalhadora, Tristan dedicou um capítulo inteiro à situação das mulheres proletárias. Para fazer com que o livro chegasse ao seu público-alvo, operários e operárias, Tristan empreendeu uma longa viagem por diversas províncias francesas, organizando sessões de leitura e apresentando suas ideias.

Os dez anos de intenso trabalho, somados à saúde fragilizada devido em parte à bala alojada em seu peito, pesaram durante as viagens de divulgação do livro. O diário mantido pela escritora durante esse período foi publicado postumamente, sob o título *Tour pela França: estado atual da classe trabalhadora sob o aspecto moral, intelectual e material*. Em 1844, depois de percorrer 22 províncias, Flora Tristan morreu em Bordeaux, aos 41 anos.

A obra

Na obra de Flora Tristan, os elementos pessoais de sua trajetória estão diretamente conectados com os temas que escolheu abordar:

[...] No curso de minhas narrações, falo com frequência de mim [...] Nada se parece completamente, e há sem dúvida diferenças entre todas as criaturas de uma mesma espécie, de um mesmo sexo; mas há também semelhanças físicas e morais sobre as quais os usos e as leis agem da mesma forma e produzem efeitos análogos (TRISTAN, 2000, p. 41).

No entanto, ainda que suas experiências de uma vida de intensos deslocamentos tenham servido de subsídio para suas reflexões, a autora procurou extrapolar o campo pessoal para pensar em uma experiência coletiva. Ao articular as duas esferas,

Tristan apontava para o caráter político das experiências pessoais, construindo outras formas de teorizar e produzir conhecimento, a partir do olhar para a esfera privada.

É preciso lembrar que Flora Tristan fez parte da geração posterior à Revolução Francesa, quando começou a tomar forma a visão das mulheres como atores coletivos. Como mostrou Christine Fauré (2006), a participação política das mulheres na virada dos séculos XVIII-XIX se expressava principalmente por meio das petições, declarações e dos cadernos de queixas. Olympe de Gouges (1748-1793), por exemplo, foi uma figura bastante conhecida pelas petições, pelas peças teatrais que abordavam temas polêmicos, como a abolição da escravidão e o divórcio, e por ter escrito a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* (1791). Para as intelectuais dessa época, a escrita era a principal forma de participação política, uma vez que não podiam nem votar, nem ocupar assentos na Assembleia. Deste modo, é preciso situar a escrita feminina nesse período como um ato de intervenção política por excelência (FAURÉ, 2006).

Remontando a trajetória de Tristan, os primeiros diálogos intelectuais e políticos se deram, a partir da aproximação, no início dos anos 1830, dos círculos socialistas construídos em torno de figuras como Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837).⁵ Os “utopistas feministas”, como ficaram conhecidos, tinham visões progressistas em relação ao papel e à participação das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho, o que levou muitas delas a se aproximarem dessas correntes teóricas. Essas mulheres foram responsáveis por elaborar análises sofisticadas sobre a inter-relação entre distintos tipos de opressão, e a consequente necessidade de uma luta emancipatória que as articulasse. Dentre elas, podemos destacar saint-simonianas como Claire Démar e Suzanne Voilquin, criadoras dos primeiros jornais feitos por mulheres dedicados exclusivamente à causa da emancipação feminina (VEAUVY, 2017).

A influência dessas ideias já aparece de maneira clara em *Necessidade de acolher bem as mulheres estrangeiras* (1835), onde Tristan conclama as mulheres a se organizarem coletivamente, a criarem espaços autônomos e seguros para atender àquelas que necessitavam. Nessa ocasião, a autora propôs, ao fim do texto, a criação de uma “Sociedade para as Mulheres Estrangeiras”, com o objetivo de acolher aquelas que chegassem sozinhas às grandes cidades.

5 Flora Tristan conheceu pessoalmente Fourier e Owen, como é possível atestar por suas cartas e outros escritos. Sobre a relação de Flora Tristan com esses socialistas, ver González (2009), Cross (1988) e Moses (1984).

Durante os anos de intensa mobilidade, Tristan sentiu na pele o que significava ser uma mulher sozinha e estrangeira. Em sua obra, a categoria *estrangeira* extrapola os contornos nacionais ou geográficos para expressar a condição de subalternidade legal e moral das mulheres, mesmo em sua própria terra. Parte dessas experiências foram relatadas em *Peregrinações de uma pária* (1837), seu primeiro livro de fôlego, escrito na forma de um relato de viagem – gênero literário bastante comum na época e acessível às mulheres.

Peregrinações é um livro complexo, em que, por meio da descrição dos locais visitados, a autora observa e analisa a constituição das sociedades francesa e peruana, abordando temáticas que hoje são centrais para as pesquisas em Ciências Sociais: organização política, guerra, revolução, desigualdades de gênero, escravidão e racismo, costumes e preconceitos, religião, prisões, conventos, casamento, sexualidade e educação, dentre outras.

A observação ativa e crítica de diversas esferas da vida em sociedade mostrava a preocupação da viajante não apenas em descrever o que via, mas em interpretar, comparar e tirar conclusões sobre a organização social. Em seus escritos, a reflexividade é utilizada como uma estratégia metodológica. O fato de ser mulher, localizada em arranjos sociais e legais específicos, era percebido como um elemento que afetava a maneira de viver e conhecer a realidade, por isso, era preciso que “[...] as mulheres cuja vida foi atormentada por grandes infortúnios façam falar as suas dores; que exponham as infelicidades que sofreram como consequência da posição onde as leis as deixaram e dos preconceitos a que estão presas” (TRISTAN, 2000, p. 41).

Refletindo sobre sua localização social, a autora afirmou:

Se se tratasse unicamente de reportar os fatos, os olhos bastariam para vê-los; mas para apreciar a inteligência e as paixões dos homens, a instrução não é a única necessária, é preciso ainda haver sofrido, e sofrido muito; [...] É preciso, além disso, haver visto muito, a fim de que, despojados de todo preconceito, consideremos a humanidade de um outro ponto de vista que não o de nossa paróquia (TRISTAN, 2000, p. 39).

O título do livro é emblemático da forma como a autora se colocava perante o mundo: ao lado dos excluídos, dos marginalizados, dos apátridas, dos escravizados, dos párias. A noção de pária no século XIX está diretamente ligada e subvencionada pelo projeto colonial britânico na Índia, que fabricou uma nova hierarquia de castas que se tornou o princípio organizador do poder colonial; vem daí a conotação pejorativa da palavra pária dentro do Império (VARIKAS, 2014, p. 19).

A categoria pária é central para compreender o pensamento de Flora Tristan. O uso dessa palavra como metáfora para a condição das mulheres aparece num contexto semântico de protesto contra a injustiça, a desigualdade e a exclusão à qual estavam sujeitas (VARIKAS, 1989). O olhar para os “excluídos da história” (PERROT, 2017) marcou a produção teórica de Tristan e balizou sua interpretação da modernidade europeia.

Flora Tristan foi uma viajante-investigadora atenta, cuja análise da modernidade era movida pela denúncia das injustiças sociais. Em *Passeios em Londres* (1840), a autora realizou um panorama da sociedade inglesa, a partir de seus “costumes e seu espírito”; “de fatos, de observações coletadas com toda a precisão de que era capaz”, sem se deixar “levar pelas aparências” (TRISTAN, 1978, p. vi). Em suas quatro viagens pela Inglaterra, a autora se dedicou a estudar as condições sociais do povo inglês.

Assim como outros reformadores da época, interessados nas “questões sociais”, Tristan investigou os locais onde residiam as pessoas mais pobres, homens, mulheres e crianças vivendo em situações precárias e insalubres, enquanto o capitalismo se desenvolvia a todo vapor. A preocupação com o que chamava de “assuntos úteis” guiava seu olhar para a crescente situação de pobreza e miséria encontrada entre a classe trabalhadora inglesa, construindo uma perspectiva inovadora ao articular gênero, classe, raça e nação. No capítulo dedicado à prostituição, a autora anota: “Na cidade monstro, ninguém tem pena das vítimas do vício; o destino da mulher pública não inspira mais piedade do que o do irlandês, do judeu, do proletário e do mendigo” (TRISTAN, 1978, p. 134, grifo da autora, tradução nossa). Além disso, Tristan visitou prisões, hospícios, casas de prostituição e participou de uma sessão no Parlamento travestida como um diplomata turco.

O envolvimento político e o reconhecimento de Flora Tristan como uma ativista pelos direitos das mulheres e dos trabalhadores era tal que, em uma carta à amiga polonesa Olympe Chodzsko, datada de agosto de 1839, a autora comenta: “Imagine você que aqui [em Londres] eu passo por uma *revolucionária*, uma *jacobina*, uma *sanguinária* – por uma espécie de *mulher monstro* que ousa reivindicar a *igualdade de direitos para os homens e para as mulheres*” (TRISTAN, 2003, p. 117, grifos da autora, tradução nossa).

Um de seus livros mais importantes, que a lançou como figura inescapável da história e da luta do movimento operário, foi *União Operária*, de 1843. Sua publicação teve uma tiragem inicial de quatro mil exemplares e foi feita por meio de

um financiamento coletivo e voluntário, obtido por um trabalho feito de porta em porta por Paris pela própria autora.⁶

União Operária representa um esforço pioneiro de análise da posição social ocupada pela classe trabalhadora francesa, a partir do entrelaçamento das opressões de gênero e classe. Sua investigação sobre as condições precárias de vida operária é um retrato do desenvolvimento do capitalismo industrial e de seus impactos sobre aqueles que produzem a riqueza, mas não a usufruem.

O objetivo do livro é contribuir para melhorar a situação moral e material dos operários, e, quatro anos antes de o *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels, Tristan já apresentava um projeto internacionalista de autoemancipação proletária, assim como afirmava que a única propriedade do trabalhador eram seus braços. O caminho a ser trilhado passava longe das revoltas à mão armada, dos incêndios, dos saques ou das manifestações em praça pública: consistia na união universal dos operários e das operárias.

O livro foi pensado e escrito para ser lido pelos operários e operárias – Tristan fez questão de frisar a flexão de gênero – e, por isso, valoriza a questão da organização política. O projeto da *União Operária* diferia de outras formas de associação porque tocava no problema, central para Flora, do isolamento dos operários e operárias como classe. Ela propôs a construção do Palácio da União Operária – encorajando os operários a construírem um palácio para si, ao invés de apenas construir palácios para os ricos – onde se reuniriam todos, sem distinção de profissões ou de nacionalidade, excetuando apenas os militares e os marinheiros. A ideia era que o palácio recebesse os operários doentes e acidentados, que as crianças, de ambos os sexos, pudessem ser educadas e os adultos tivessem a certeza do repouso na velhice.

O que estava em jogo, desde a Revolução Francesa, era uma disputa em torno de novas noções dos direitos (HUNT, 2009). Reivindicar direitos para as mulheres e para a classe trabalhadora significava, assim, não apenas a garantia de direitos essenciais, mas, sobretudo, a possibilidade de dignificar seus portadores, reconhecer sua cidadania e conceder-lhes um lugar na sociedade.

6 Na introdução de *União operária*, Tristan apresenta uma lista com os nomes das pessoas que contribuíram para a publicação do livro, assim como os valores ofertados por cada um. Além de configurar uma prestação de contas da autora com os colaboradores do projeto, a lista dá uma ideia de quem apoiava as propostas de Tristan. Ver Tristan (2015).

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Flora Tristan manteve o enfoque de seus escritos na questão da emancipação das mulheres e da classe trabalhadora, se esforçando para demonstrar o caráter interdependente dessas lutas. Em outras palavras, isso significa dizer que a autora percebeu como distintos tipos de opressão, como gênero e classe, se articulam e se constituem mutuamente. Uma das principais contribuições de sua obra, que abordaremos nesta seção, é a reflexão sobre a situação das mulheres no interior da família da classe trabalhadora, apresentada no terceiro capítulo da *União Operária*, intitulado “Porque eu menciono as mulheres”.

Segundo Tristan, as narrativas históricas elaboradas no âmbito da religião, das leis e da ciência funcionaram para afirmar o falso princípio da inferioridade da mulher, resultando que o padre, o legislador e o filósofo a tratassem “como uma verdadeira pária”, colocada “fora da igreja, fora da lei e fora da sociedade” (TRISTAN, 2015, p. 110). Essa invisibilidade das mulheres e das discriminações às quais estavam submetidas, vistas como um corpo fraco e sem aptidões físicas ou intelectuais, levou ao entendimento de que não precisavam ser educadas, destinando-as à tutela e autoridade do homem, seu mestre, e “[...] entre o mestre e o escravo, não há nada mais que o cansaço do peso da corrente que liga um ao outro. Lá, onde não há liberdade, a felicidade não poderá existir” (TRISTAN, 2015, p. 123).

Acreditando que à mulher, por sua organização, faltava força, inteligência e capacidade e que era imprópria para trabalhos sérios e úteis, se conclui logicamente que seria perda de tempo lhe proporcionar uma educação racional, sólida, severa, capaz de fazer dela um membro útil para a sociedade. Então ela é educada para ser uma *bonequinha boazinha* e uma escrava destinada a *distrair seu mestre e o servir*. [...] Que suplício pavoroso este de sentir em si a força e a potência de agir e se ver condenada à inação! (TRISTAN, 2015, p. 114, grifos da autora).

Para Tristan, a educação feminina produzia uma série de efeitos benéficos, que se estendiam para a sociedade como um todo. Aqui, e em diversas outras passagens, se ouvem os ecos da leitura de Mary Wollstonecraft (1759-1797). Em *Reivindicação dos direitos das mulheres*, de 1792, a autora inglesa escreveu:

Fortaleça a mente feminina expandindo-a, e será o fim da obediência cega; mas como a obediência cega é almejada pelo poder, tiranos e sensualistas estão certos em querer manter as mulheres no escuro, porque os primeiros só querem escravos, e os últimos, brinquedos (WOLLSTONECRAFT, 2015, p. 48).

Tristan parece continuar desenvolvendo o argumento que a escritora inglesa defendeu quase 50 anos antes: um feminismo de igualdade com os homens e que acreditava no potencial civilizatório da educação feminina para uma reforma moral da sociedade e, ela acrescenta, para uma melhora na condição da classe trabalhadora. Flora confiava no poder da educação e defendia que a instrução das mulheres do povo era a chave para a melhora material, moral e intelectual da classe operária, uma vez que elas eram as responsáveis, tanto pela educação das crianças, quanto pela organização doméstica da vida do operário.

Na vida dos operários a mulher é tudo. Ela é a única providência. Se ela lhe falta, lhe falta tudo. Assim dizem: “É a mulher que faz ou desfaz uma casa” e isto é a mais pura verdade: por isto é que existe o provérbio. No entanto, que educação, que instrução, que direção, que desenvolvimento moral ou físico recebe a mulher do povo? Nenhum (TRISTAN, 2015, p. 116).

A autora sustentava que “[...] a emancipação dos operários é impossível enquanto as mulheres permanecerem neste estado de embrutecimento [...]” (TRISTAN, 2015, p. 128). Isto é, não existe classe operária sem as mulheres, e, portanto, elas deveriam figurar em quaisquer planos de emancipação operária.

Vocês começam a compreender, vocês, homens que reagem de maneira escandalosa antes mesmo de examinar a questão, por que eu reclamo *direitos para a mulher*? – Por que gostaria que ela estivesse na sociedade em pé de *igualdade absoluta* com o homem e que ela gozasse desta igualdade em virtude do *direito legal que todo ser possui quando nasce*? (TRISTAN, 2015, p. 122, grifos da autora).

Em “Porque eu menciono as mulheres”, Tristan se dedica a convencer não apenas os homens, mas também as mulheres da classe trabalhadora da necessidade de se instruírem. A autora faz uma longa digressão sobre os problemas enfrentados pela família proletária que poderiam ser contornados, ou mesmo solucionados, se a relação conjugal fosse mais igualitária, e as mulheres e meninas não desempenhassem um papel servil no interior da família. Um dos principais problemas apontados por ela é o alcoolismo: “No estado atual das coisas, o cabaré é o TEMPLO do operário; é o *único lugar* onde pode ir. [...] Eles vão até lá para beber *vinho barato*, que remédio execrável! Mas que tem a virtude de *inebriá-lo*” (TRISTAN, 2015, p. 118-119, grifos da autora).

As condições precárias de vida e trabalho das classes operárias, somadas à situação de inferioridade legal, jurídica e moral das mulheres, dificultaria a construção de uma relação saudável no âmbito doméstico. A educação da mulher do povo

também tinha como objetivo transformá-la em uma amiga e companheira do homem, para que não fosse apenas a serva do marido.

Operários, vocês não têm o poder de revogar antigas leis e fazer novas – não, sem dúvida – mas vocês têm o poder de protestar contra a iniquidade e o absurdo das leis que entravam o progresso da humanidade e fazem vocês sofrerem, particularmente *vocês*. Vocês podem, é até mesmo um *dever sagrado*, protestar energeticamente em pensamentos, palavras, escritos contra todas as leis que oprimem a vocês. Então, compreendam bem que: a lei que *submete a mulher* e a *priva de instrução* oprime a vocês, *homens proletários* (TRISTAN, 2015, p. 127, grifos da autora).

Nesse sentido, para além da defesa da necessidade de educar as mulheres do povo, um dos principais diferenciais da obra de Flora Tristan, em relação a outras produções socialistas do período, é o olhar para a situação das mulheres na formação da classe trabalhadora. Ao mencionar as mulheres, Tristan “[...] destaca que o pleno pertencimento à classe operária passa por uma declaração solene da ‘igualdade absoluta dos sexos’” (VARIKAS, 2015, p. 18). O que Tristan propõe é um compromisso coletivo dos homens com as mulheres de sua classe; é que os homens se engajem na emancipação de suas companheiras, amigas, filhas, mães e esposas. As mulheres ainda estavam esperando “soar o seu 1789” e, como classe, caberia aos seus companheiros proletários o reconhecimento dessa injustiça e a declaração dos direitos da mulher.

A atualidade da autora

Flora Tristan foi uma personagem que ganhou renome literário e político, tanto em vida, quanto postumamente. A revalorização de sua obra, no entanto, foi sendo construída aos poucos, com períodos de esquecimento e outros de forte impulso para recuperá-la. De maneira geral, podemos dizer que, atualmente, os aspectos mais trabalhados em sua obra dizem respeito às suas experiências de viagens pela Europa e América Latina e à atuação precursora nas lutas feminista e socialista, além de suas incursões pioneiras nas Ciências Sociais.⁷

7 Na França, ela começou a ser recuperada nos anos 1920 pelo historiador francês Jules L. Puech, que escreveu a primeira biografia sobre a vida da ativista, *La vie et l'oeuvre de Flora Tristan*. Posteriormente, sua obra foi mobilizada no bojo da efervescência cultural e política do Maio de 1968 francês, quando organizações feministas ganharam muito destaque nos debates públicos. As feministas peruanas também foram responsáveis pela recuperação de sua obra e por diversas traduções para o espanhol. Ver Grogan (1998), Portal (1983) e Puech (1925).

Assim como muitas intelectuais de sua época, muitas contribuições de Tristan foram submetidas a um apagamento histórico sistemático. Apesar de sua obra não ser muito extensa, a lucidez, a força e o potencial emancipatório de suas ideias seguem inspirando as novas gerações que se comprometem em produzir um conhecimento engajado e lutar contra as injustiças sociais.

Muitos dos debates nos quais Tristan esteve envolvida permanecem atuais, constituindo desafios, tanto para a luta das mulheres, quanto da classe trabalhadora. As mulheres ainda enfrentam o rebaixamento salarial e encontram barreiras para acessar algumas ocupações profissionais; mulheres migram cada vez mais em busca de trabalho ou para fugir de restrições sexuais, sofrendo com a hostilidade ainda reservada àquelas que se deslocam sozinhas; mesmo após décadas da conquista do direito ao divórcio, mulheres seguem tendo suas vidas ceifadas por companheiros que não aceitam o fim do relacionamento; em todo o mundo, os avanços tecnológicos têm sido colocados a serviço e aprimorado a exploração de homens e mulheres.

A forma de compreender a modernidade capitalista e os caminhos mostrados por Flora Tristan apontam, há 200 anos, para o caráter essencialmente coletivo e interconectado das lutas dos oprimidos. Além disso, Tristan contribui para repensarmos as ciências sociais, a partir de questões ainda centrais, como a objetividade do conhecimento (ao mostrar o lugar das experiências pessoais na conformação do pensamento) e os debates em torno do caráter público da Sociologia (qual a finalidade da produção de conhecimento?), nos instigando a reavaliar a relação entre produção do conhecimento e política.

Ainda que seu nome não esteja sempre referenciado, é possível ver a reverberação das ideias de Tristan na produção de seus contemporâneos, como Marx e Engels (BLOMBERG, 1998),⁸ assim como nos escritos das feministas marxistas/socialistas.⁹ Atualmente, o nome de Flora Tristan está em praças, ruas, escolas e organizações feministas. Na França, foi criado em 1978 o *SOS Femmes Alternatives*, hoje *Centre Flora Tristan*, espaço voltado para abrigar e orientar mulheres vítimas de violências conjugais. Em Lima, no Peru, existe desde 1979 o Centro da Mulher

8 Há muita especulação sobre um possível encontro entre Karl Marx e Flora Tristan. Sabemos que em 1844, ambos moravam no mesmo bairro em Paris, e que, nesse período, Marx estava em contato com diversos socialistas franceses que eram interlocutores de Tristan (ARMOGATHE; GRANDJONC, 1986, p. 24). De toda forma, a menção feita ao livro *União Operária em A sagrada família* comprova que Marx e Engels estavam familiarizados com a produção da autora (MARX; ENGELS, 2011).

9 Ver a esse respeito o dossiê temático "Os desafios do feminismo marxista na atualidade", recém-publicado pela revista *Marxismo 21*, em maio de 2020.

Peruana Flora Tristan, também dedicado ao acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e à promoção da igualdade de gênero.

Mais recentemente, algumas teorias produzidas no âmbito dos debates feministas têm desenvolvido uma abordagem mais ampla das lutas sociais que ecoam as ideias de Tristan. Embora possa soar anacrônico, não seria despropositado estabelecer diálogos da obra de nossa autora com, por exemplo, as teorias da reprodução social e do feminismo para os 99% (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Essas teorias têm demonstrado a inseparabilidade das esferas da produção e da reprodução para pensar o capitalismo, assim como articulado a luta feminista com outras lutas, construindo um feminismo não excludente, que inclui os homens, as pessoas transgêneros, mas, sobretudo, os de “baixo”; se preocupa com as mulheres trabalhadoras, com os sujeitos marginalizados e com os imigrantes que cada vez mais assumem os trabalhos essenciais, de cuidado e de limpeza nas grandes cidades (BHATTACHARYA, 2019; VERGÈS, 2019).

Reabilitar a obra de pensadoras como Flora Tristan nos ajuda a explorar as formas como gênero, raça, classe e nacionalidade constituíam obstáculos para as aspirações intelectuais no campo das Ciências Sociais. As ideias de Tristan afirmam o ponto de vista das mulheres como uma base epistemológica válida para a emergência de teorias. Revisitar sua obra é também um convite para a reorientação do ensino e da pesquisa no presente, tendo como referência o pensamento social de mulheres que estiveram engajadas em produzir conhecimento sobre as sociedades em que viveram.

Referências

- ARMOGATHE, Daniel; GRANDJONC, Jacques. Introduction. In: TRISTAN, Flora. *Union ouvrière, suivie de lettres de Flora Tristan*. Paris: Éditions Des femmes, 1986.
- ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 2019.
- BLOMBERG, Gisela. Flora Tristan: a predecessor of Marx and Engels. *Nature, Society and Thought*, v. 11, n. 1, p. 5-15, 1998.
- CROSS, Máire Fedelma. *The relationship between feminism and socialism in the life and work of Flora Tristan (1803-1844)*. 1988. Tese (Doutorado) – University of Newcastle Upon Tyne, United Kingdom, 1988.

FAURÉ, Christine. Doléances, déclarations et pétitions, trois formes de la parole publique des femmes sous la révolution. *Annales Historiques de la Révolution Française*, n. 344, p. 5-25, 2006.

GONZÁLES, Maria de la Macarena Iribarne. *Flora Tristán y la tradición del feminismo socialista*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidad Carlos III de Madrid, Getafe, 2009.

GROGAN, Susan. *Flora Tristan: life stories*. London; New York: Routledge, 1998.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.) *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. Chapecó: marxismo21, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A sagrada família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOSES, Claire Goldberg. *French feminism in the Nineteenth Century*. Albany: State University of NY Press, 1984.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PORTAL, Magda. *Flora Tristan, precursora*. Perú: La Equidad, 1983.

PUECH, Jules L. *La vie et l'oeuvre de Flora Tristan*. Paris: Marcel Rivière, 1925.

TETU, Jean-François. Remarques sur le statut juridique de la femme au XIXe siècle. In: BELLET, Roger (dir.). *La femme au XIXe siècle littérature et idéologie*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1979, p. 5-16.

TRISTAN, Flora. *Le Tour de France: état actuel de la classe ouvrière sous l'aspect moral, intellectuel, matériel*. Paris: Tête de Feuilles, 1973.

_____. *Promenades dans Londres, ou l'aristocratie et les prolétaires anglais*. Paris: François Maspero, 1978.

_____. *Nécessité de faire un bon accueil aux femmes étrangères*. Paris: L'Harmattan, 1988.

_____. *Peregrinações de uma pária*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2000.

_____. *La paria et son rêve: correspondance établie par Stéphane Michaud*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2003.

_____. *União operária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VARIKAS, Eleni. Pária: uma metáfora da exclusão das mulheres. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, 1989.

_____. *A escória do mundo: as figuras do pária*. São Paulo: EdUNESP, 2014.

_____. Prefácio. In: TRISTAN, Flora. *União operária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VEAUVY, Christiane. As proletárias saint-simonianas e sua herança: entre ocultação e (re) descoberta de seus itinerários e escritos. *ILHA*, v. 19, n. 1, p. 7-44, 2017.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

Capítulo 6

Harriet Taylor Mill

**Hildete Pereira de Melo e
Lucilene Morandi**

A vida

Harriet Hardy nasceu em Walwort, no sul de Londres, em 8 de outubro de 1807, filha do cirurgião Thomas Hardy e de Harriet Hardy. Sua família paterna há séculos possuía terras em Kirkburton (Yorkshire). Foi educada em casa, como todas as moças do seu meio social, tendo se destacado na escrita e na poesia. Aos 18 anos, em 1826, foi arranjado pela sua família o casamento com John Taylor, um comerciante abastado de produtos farmacêuticos e quase 21 anos mais velho que ela. Desse primeiro matrimônio, Harriet teve três filhos: Herbert, nascido em 1827; Algernon, em 1830; e Helen, em 1831.

O casal Taylor frequentava a Capela South Place da Igreja Unitarista, uma comunidade presbiteriana radical.¹ A Igreja Unitarista publicava o *Unitarian*

1 A Igreja Unitarista seguia uma corrente de pensamento teológico que afirmava a unidade absoluta de Deus. Herdou a tradição do Racionalismo Dissidente e se constituiu numa elite intelectual, com um projeto educacional e participação na vida política inglesa na primeira metade do século XIX. Seus integrantes pregavam opiniões heterodoxas e liberdade de espírito, eram protestantes dissidentes e anglicanos liberais (Partido Whig), defendiam a liberdade política, civil e religiosa e se opunham ao conservadorismo e à intolerância do Partido Tory. Sobre o tema Racionalismo Dissidente, ver Soares (2001).

(Repositório Mensal), revista na qual Harriet publicou pequenos artigos.² A comunidade era liderada pelo pastor William Fox, ministro que defendia a igualdade entre os dois sexos e debatia esses temas com a comunidade. Foi em uma dessas reuniões, aos 23 anos, que Harriet Taylor conheceu John Stuart Mill, então com 25 anos, encontro que foi decisivo na vida de ambos (MILL, 2006a, p. 15-18).

Para desvendar a personagem Harriet é necessário conhecer quem foi John Stuart Mill, seu significado no desenvolvimento da teoria econômica e como o casal, ao longo de quase 30 anos, construiu uma trajetória siamesa. John Stuart Mill nasceu em 1806, em Londres, primogênito do filósofo e historiador James Mill (1773-1836),³ originário de uma família de comerciantes e agricultores de Northwater Bridge, condado de Angus. Em 1819, John Stuart Mill, por influência do pai, fez um curso completo de economia política e se apaixonou pelo tema. Seu pai participava do círculo intelectual londrino, sendo amigo de Bentham e David Ricardo,⁴ que tinha recém-publicado *On the Principle of Political Economy and Taxation* (1817), obra que iria revolucionar a nascente teoria econômica. Com a educação supervisionada pelo pai, John Stuart Mill, foi admitido, aos 17 anos de idade, como funcionário da Companhia das Índias, onde trabalhou por toda a vida. No inverno de 1822-1823 organizou, junto com outros jovens, uma sociedade para discutir o conceito de utilidade sob o prisma da ética e da política, espaço que lhe proporcionou desenvoltura para as exposições orais, como ele mesmo afirmou em sua autobiografia (MILL, 2006b).

Harriet Taylor e John Stuart Mill se encontraram pela primeira vez em 1830, num encontro da congregação unitarista. Como os interesses intelectuais dos jovens eram similares, depois desse encontro no círculo da igreja, John Taylor convidou John Mill para um jantar em sua residência, abrindo as portas da residência dos Taylor a Mill. O gosto pela filosofia e o interesse de Harriet pelas questões da discriminação

2 Além de *The Enfranchisement of Women*, de 1951, os artigos dessa época foram os únicos trabalhos que Harriet Taylor assinou na sua vida, apesar de ter tido vida intelectual intensa e convivido com a nata de intelectuais ingleses daqueles anos e trabalhado seriamente com um dos grandes pensadores da Economia Política Clássica. Sua colaboração foi velada devido ao seu estado civil de mulher casada, subordinada ao marido.

3 James Mill, pai de John, foi enviado para a Escócia sob a proteção de um alto funcionário escocês onde cursou a Universidade de Edimburgo com o propósito de se tornar pastor e servir à Igreja Escocesa. Findos os cursos habituais, ordenou-se pastor, mas nunca exerceu o sacerdócio, por não acreditar nas doutrinas religiosas dessa ou de qualquer outra Igreja. Ele voltou para Londres, se casou e tornou-se professor, dedicando-se a estudar e escrever. Ao filho primogênito deu o nome de seu protetor, John Stuart, e decidiu transformá-lo num erudito, seguindo uma educação rigorosa e base para um sólido preparo acadêmico (MILL, 2006).

4 Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo e um dos últimos iluministas, foi o primeiro a teorizar sobre o utilitarismo. David Ricardo (1772-1823) foi político e economista. É um dos mais importantes economistas clássicos de todos os tempos, autor de *Princípios de Economia Política e tributação*. Ambos foram amigos íntimos de James Mill, e John Stuart Mill conviveu intimamente com ambos.

das mulheres aproximou-os e rapidamente a paixão entre os dois deu a tônica da relação. No início, John Taylor tolerou a relação, mas, em 1833, Harriet mudou-se para uma residência separada, levando a pequena Helen, enquanto os meninos ficaram com o pai.

Na sociedade vitoriana da época, essa conduta deve ter sido escandalosa, mas não temos ideia de como essa amizade foi julgada pela sociedade londrina.⁵ Ao longo dos anos 1830 e 1840, Harriet e John Mill viveram separados, mas passaram longas temporadas no campo e trabalharam intensamente juntos ao longo de todo esses anos. Em 1848, após retornar de uma viagem com Mill, Harriet descobriu que o marido, John Taylor, estava seriamente doente, com câncer. A pedido dele, ela aceitou retornar à casa do marido e dedicou-se inteiramente a cuidar dele até seu falecimento, em 1849. Harriet e John Stuart Mill guardaram um luto de dois anos até se casarem em 1851, quando Harriet adotou o sobrenome do novo marido. O casamento estava fora dos padrões da sociedade inglesa da época, tanto por causa dos rumores sobre a existência do relacionamento desde antes da morte do marido dela, quanto por causa do documento assinado por Mill, como uma espécie de acordo pré-nupcial, que concedia a Harriet plena liberdade de ação jurídica e econômica, algo inusitado naquele momento. O documento deixava claro que eram duas pessoas que se amavam, mas que respeitavam a individualidade e a liberdade de cada um (MILL, 2006a).

Harriet tinha uma saúde muito frágil. Ela sofreu com as consequências da sífilis, contraída de seu primeiro marido, que acabou afetando seu sistema nervoso e respiratório (JACOBS, 1998). John e Harriet também contraíram tuberculose, mas ele viveu 20 anos a mais do que ela. No segundo semestre de 1858, com o fechamento da Companhia das Índias e a subsequente aposentadoria de Mill, o casal partiu para o sul da França. Em Avignon, Harriet adoeceu gravemente com insuficiência respiratória e faleceu no Hotel d'Europe no dia 3 de novembro daquele ano, tendo sido sepultada na mesma cidade. John Stuart Mill comprou uma pequena casa nas cercanias do cemitério e nos anos subsequentes passava seis meses do ano lá. Ele

5 Segundo o historiador inglês Peter Burke, o divórcio demorou muito para ser aceito pela sociedade inglesa até os anos 1950-1960. Ver Burke (2007).

também veio a falecer em Avignon, em 1873, e foi sepultado no mesmo cemitério. Deixou a casa para sua enteada, Helen Taylor.⁶

A obra

O avanço das teorias feministas, a partir dos anos 1980, ajudou a recuperar a obra de Harriet Taylor Mill e a reconhecê-la como uma parceira intelectual de John Stuart Mill. Nas últimas décadas, a economia feminista tem ressaltado o papel de Harriet na formulação da teoria econômica, buscando demarcar o lugar dela como coautora de Mill, tanto em *Principles of Political Economy* (1848), quanto em *On Liberty* (1871).

Nas primeiras décadas do século XIX na Inglaterra, as mulheres de todas as classes eram privadas dos direitos políticos e econômicos. Tanto operárias, quanto burguesas denunciaram esse esmagamento, das francesas Madame d'Épinay a Olympe de Gouges, à inglesa Mary Wollstonecraft (MELO; THOMÉ, 2018). Essa situação culminou com a publicação, em 1825, de um manifesto pelos direitos das mulheres. Ironicamente assinado por William Thompson, mas escrito em colaboração com Anna Wheeler, o manifesto denunciava a insatisfação das mulheres das camadas burguesas com a necessidade da intermediação da tutela de um homem para sua proteção, dado que pelo menos um quarto da população feminina não tinha pai ou marido. O mal-estar das mulheres com a sua subjugação à tutela inicialmente do pai, e depois do marido, levou à criação, nas décadas de 1850 e 1860, de associações femininas que militavam pelos direitos políticos das mulheres. Essas lutas estavam associadas, naquele momento, às lutas antiescravistas que ocorriam nos Estados Unidos e que tiveram enorme repercussão na Inglaterra (MICHEL, 1982). Nesse contexto de exacerbação da luta das mulheres, Harriet Taylor Mill publicou, em 1851, o texto *The Enfranchisement of Women*, na *Westminster Review*.

6 Helen Taylor, filha de Harriet e John Taylor, foi escritora, professora, atriz e ativista dos direitos da mulher. Após a morte de sua mãe, continuou trabalhando com Mill e juntos promoveram a campanha pelo sufrágio feminino, tendo aderido à petição de 1865 que Mill defendeu no seu mandato na Câmara dos Comuns. De 1876 a 1884, foi membro do Conselho Escolar de Londres e em 1881 ingressou na Federação Democrática, precursora da Federação Social-Democrata. Lutou por políticas de reparação da pobreza e contra a injustiça. Participou, a partir de 1865, da Sociedade de Mulheres de Kensington, que debatia os direitos das mulheres e o direito ao voto, e que se transformou na Sociedade de Londres para o Sufrágio Feminino. Quando ficou doente, Helen recolheu-se, em 1904, em Torquay, aos cuidados de sua sobrinha Mary Taylor, tendo falecido em 29 de janeiro de 1907 (LEVINE, 2004).

Olhando mais de perto: temas e contribuições

A contribuição de Harriet Taylor Mill a respeito dos direitos das mulheres começou já nos anos 1830. Ela abordou o tema da violência doméstica nos escritos públicos e privados entre 1831-1833, um trabalho que teve continuidade entre os anos 1846 e 1851, quando ela e John Stuart Mill escreveram uma série de artigos sobre o assunto, como é o caso do texto *The Enfranchisement of Women* (1851) e de um panfleto de 1853 que apresentava um projeto para a prevenção efetiva de agressões contra mulheres e crianças. Segundo a concepção de Harriet, o abuso causava danos físicos e psicológicos às mulheres, além de as tornar abusadoras de suas próprias crianças. Harriet tinha uma vivência próxima com a violência doméstica – sua irmã Carolina sofreu com a violência do marido – e ela tentou combater isso por meio de artigos de jornal, ao invés de ensaios filosóficos.

Os artigos elaborados entre 1846 e 1851 foram pioneiros ao demandar que o público reconhecesse a existência, a extensão e os efeitos da violência doméstica. Os artigos não eram apenas relatos de fatos, como as notícias de jornal sobre o tema, mas buscavam levar o leitor a sentir horror dessa prática. Os artigos confrontavam e desafiavam os costumes vitorianos e expunham o fato de que a vida privada das famílias tinha implicações políticas. Defendiam que a forma como o poder é compartilhado ou abusado na família é tão importante para o desenvolvimento da humanidade quanto o direito ao voto. O poder desigual de homens e mulheres dentro do matrimônio, potencializado pela expressão da força física, refletiam o sexismo presente no sistema judiciário (leis, juízes, júris e sentenças) que não apoiava ou protegia adequadamente as mulheres. Ela defendia que o direito ao divórcio fácil, barato e sem culpa era imperativo para as mulheres escaparem da violência doméstica (JACOBS, 1998).

O questionamento sobre se as mulheres seriam ou não, intelectual e emocionalmente, iguais aos homens só poderia ser respondido, segundo Harriet Taylor Mill, quando as garotas tiverem a mesma educação, oportunidades de trabalho e carreira, acesso à herança, em suma, quando tiverem os mesmos direitos legais e responsabilidades que os garotos. Somente numa sociedade livre seria possível descobrir as diferenças de gênero. Até lá, segundo ela, a desigualdade é tanto injusta, quanto inconveniente. Uma sociedade justa requer igualdade de gênero. Quando as mulheres não têm poder legal, elas aprendem a manipular e usar sua sexualidade para controlar os homens, o que é degradante. Mulheres treinadas para serem subservientes não lutam por igualdade, nem por liberdade porque estão anestesiadas pela subordinação.

A desigualdade corrompe, moral e intelectualmente, tanto a mulher, quanto o homem, impedindo o progresso humano. Marido e mulher não são capazes de exercer toda a sua capacidade racional em seu convívio porque à mulher foi vetado o acesso ao conhecimento. Isso tem consequências também para o desenvolvimento humano das crianças no interior da família. Enquanto as crianças não crescerem num ambiente de igualdade, as garotas não forem educadas como os garotos, as esposas não tiverem as mesmas chances e escolhas que os maridos, a sociedade não se desenvolverá na sua potencialidade. O desenvolvimento humano não está atrelado apenas às reformas legais e legislativas, mas envolve também a política (no sentido de divisão de poder) dentro da própria família (JACOBS, 1998).

Nos ensaios escritos no início dos anos 1830 sobre o papel do conformismo, consciência, tolerância e autodependência em viver uma vida boa, Harriet defende que a moralidade não é uma ciência baseada em fatos, mas uma arte. Segundo ela, cada mente se guia pela luz do tanto de conhecimento quanto pode adquirir. Nesse sentido, as crianças não deveriam ser ensinadas a imitar os outros, mas a lutar por encontrar seu próprio senso de direito. Isso porque os conformistas são geralmente intolerantes, enquanto que os inconformistas abordam os outros com tolerância não crítica e se absterem de interferências injustas. Essa discussão tem importância na questão da violência contra as mulheres e na exclusão de seus direitos em uma sociedade que aparentemente é muito correta e justa, mas que, na verdade, é uma moralidade vazia. Para Harriet, conformidade é fonte de imoralidade e equivale a ser escravo de princípios definidos por outrem. Assim, a conformidade religiosa, política, moral e social era o oposto de agir por princípios próprios, autoformulados. Essas ideias defendidas por Harriet deixam claro como ela tinha muita liberdade e acuidade de pensamento.

O mistério que cerca a produção de Harriet não é esclarecido, mesmo com a afirmativa de Mill, em sua *Autobiografia*, do importante significado da parceria com Harriet na sua obra. Intrigado com essa declaração de Mill, o economista Friedrich Hayek⁷ publicou, em 1952, o livro *The Mill-Taylor Friendship and Related Writings*, em que reuniu as cartas trocadas pelo casal de 1830 até a morte de Harriet, em 1858. Hayek fez uma pesquisa exaustiva para entender por que um homem, descrito pelo

7 Friedrich Hayek (1899-1992), célebre economista, considerado o pai do neoliberalismo, ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 1974, em parceria com o economista sueco Gunnar Myrdal.

político inglês William Gladstone como “o santo do racionalismo”, tinha mantido por tantos anos um relacionamento com uma mulher casada e creditado a ela a coautoria de suas obras mais conhecidas. Atualmente, no entanto, existe consenso sobre o testemunho de John Stuart Mill como indo além da sua paixão por Harriet, aceitando que ela tenha sido uma parceira intelectual da sua obra (PHILIPS, 2018).

A publicação *The Enfranchisement of Women*, é, provavelmente, exclusiva de Harriet. Nesse texto, ela defendeu não apenas o direito ao voto para as mulheres, mas também a “igualdade em todos os direitos, políticos, civis e sociais com os homens”, como mostra o parágrafo abaixo:

A verdadeira questão é se é certo e conveniente que uma metade da raça humana atravesse a vida em um estado de subordinação forçada à outra metade. Se o melhor estado da sociedade humana é o de ser dividido em duas partes, uma consistindo de pessoas com vontade e existência substantiva, a outra de acompanhantes humildes dessas pessoas, cada uma delas unidas a outra com o propósito de educar seus filhos, e tornar seu lar agradável para eles, – se este é o lugar designado às mulheres, é apenas gentileza educá-las para isso; para fazê-las acreditar que a maior fortuna que pode sobrevir a elas é serem escolhidas por algum homem para este propósito e que todas as outras carreiras que o mundo considera felizes ou honrosas estão fechadas para elas pela lei, não das instituições sociais, mas da natureza e do destino (TAYLOR MILL, 1970, p. 107, tradução nossa).

Mais importante do que discutir qual a exata influência de Harriet na obra de Mill, é perceber que eles comungam ideias, que são próprias e anteriores à sua relação de amizade. Mill condenava a subjugação da mulher bem antes de conhecer Harriet. Aos 17 anos, ele passou uma noite na prisão sob a acusação de obscenidade por ter distribuído panfletos que descreviam técnicas de contracepção às mulheres da classe trabalhadora⁸ (GRAY, 2015).

Tendo vivido um casamento indesejado, Harriet polemiza com a instituição do matrimônio e denuncia a desigualdade sexual entre homens e mulheres, com os homens definindo as regras dos desejos e diferenças a seu favor, e as mulheres muitas vezes sofrendo violência física ou psicológica. Harriet conclui que, para muitas mulheres, o casamento é uma escravidão. Essa analogia é representativa, primeiro porque, na época, o casamento era indissolúvel, e as mulheres casadas

8 A motivação para a distribuição dos panfletos foi a notícia de que uma criança recém-nascida havia sido morta e abandonada no Parque S. James, em Londres.

ficavam totalmente dependentes economicamente, mesmo quando eram herdeiras de propriedades, porque estas eram transferidas a seus maridos no ato do casamento, e porque a coerção física das esposas pelos seus maridos era legalmente aprovada. Segundo, porque a luta pelos direitos das mulheres caminhava unida à dos círculos abolicionistas ingleses e americanos, que denunciavam a escravidão e o tráfico de escravos (MILL, 2006a, p. 25).

Harriet foi além dos argumentos relativos à escravidão e utilizou as premissas do pensamento socialista referentes ao tema da desigualdade. Concluía que, como a desigualdade era oriunda das diferenças relativas à propriedade e ao poder econômico dela decorrente, as mulheres deveriam ter os mesmos direitos à propriedade e à herança para serem respeitadas como seres humanos. Afirmava que as mulheres estavam nas mesmas condições que a classe trabalhadora e as pessoas escravizadas, isto é, sujeitas a uma classe poderosa, que para as mulheres burguesas e aristocráticas era representada pelos homens.

Argumentos semelhantes foram utilizados por Mill no ensaio *A sujeição das mulheres*, escrito e publicado em 1869, 11 anos após a morte de Harriet.⁹ Nesse texto Mill amplia as reflexões feitas em conjunto com Harriet no artigo *The Enfranchisement of Women*, argumentando em favor dos direitos civis para as mulheres e contra o pressuposto de sua inferioridade em relação aos homens.

Segundo os escritos de John Stuart Mill no livro *Sobre a liberdade* (1859), Harriet teria participado como coautora de suas obras mais importantes. No livro *Princípios de Economia Política* (1848), um marco da literatura econômica até os dias atuais, Mill partiu das ideias desenvolvidas por Adam Smith e David Ricardo para introduzir uma distinção entre a produção de riquezas e sua distribuição. O autor estava consciente dos graves problemas que afligiam a sociedade inglesa por causa da pobreza e das agitações operárias contra os baixos salários. Por frequentar os círculos de escritores socialistas, ele tomou partido na discussão reconhecendo as contradições do capitalismo e denunciando a penúria da classe trabalhadora.

John reconheceu que Harriet teve um papel significativo na elaboração dos argumentos filosóficos e institucionais desse livro, que faz uma das mais importantes

9 Uma versão do primeiro capítulo de *A sujeição das mulheres* foi publicada em português pela revista *Literatura Econômica*, IPEA, em fevereiro de 1985. Em 2006, a obra completa foi publicada na *Coleção Grandes Obras da Literatura Universal*, pela Editora Escala. Foi essa a versão utilizada nesse capítulo.

contribuições para a transição entre as abordagens clássica e marginalista da teoria econômica e ousa denunciar a posição subalterna das mulheres na sociedade industrial que se desenvolvia aceleradamente na Inglaterra. O fio condutor do Capítulo XXVII, “O provável futuro das classes trabalhadoras”, de autoria solo de Harriet, fazia um ataque aos argumentos de inspiração darwinista para explicar a sujeição das mulheres. *Princípios* foi um libelo pela igualdade e justiça, numa visão exacerbada da perspectiva liberal sobre a condição feminina (MELO; SERRANO, 1997).

Nos *Princípios*, Mill distingue dois tipos de leis e as esclarece em sua *Autobiografia*, quando se refere à necessidade de diferenciar “[...] as leis da produção de riqueza que são, de fato, verdadeiras leis naturais que dependem das propriedades dos objetos, e os modos de distribuição dessa riqueza, que estão sujeitos a certas condições e dependem da vontade dos homens” (VALENZUELA FEIJÓO, 2014).

Uma questão importante, segundo Abaroa (2011), é que Mill escreveu uma parte de suas obras junto a Harriet Taylor e seu nome não apareceu como coautora. Em primeiro lugar, isso pode ser atribuído ao incômodo de John Taylor com a amizade entre ela e Mill. Em cartas de 1848, Harriet conta ao marido que estava completamente absorvida com a revisão do manuscrito (referia-se aos *Princípios*) e dá notícias da publicação do livro. Nessa carta ela anuncia sua decisão e o desejo de que o livro fosse dedicado a ela. A pronta resposta de Taylor mostrava explicitamente seu desacordo, alertando que a dedicatória iria se acrescentar aos demais rumores. No fim, apenas alguns exemplares tinham a seguinte dedicatória:

Para Mrs. John Taylor, a pessoa mais eminentemente qualificada de todas as conhecidas pelo autor, capaz de originar e apreciar especulações do avanço social, neste intento de explicar e difundir novas ideias, muitas das quais foram aprendidas dela mesma, dedicado com o maior respeito e apreço (ABAROA, 2011, p. 66).

Em segundo lugar, Harriet também não aparece como coautora ou inspiração para *A sujeição das mulheres*, que foi publicado após sua morte. Na sua autobiografia, Mill escreve que o livro continha partes de textos de Helen Taylor, filha de Harriet, e as partes mais eficazes e profundas pertenciam à sua esposa e eram provenientes de ideias compartilhadas de suas inumeráveis conversas (ABAROA, 2011, p. 67).

Harriet Taylor Mill certamente influenciou e contribuiu de forma importante para o desenvolvimento e direção do pensamento filosófico de John Stuart Mill. Segundo Mill, seria difícil separar seu trabalho do de Harriet porque ambos partiam dos mesmos princípios e chegavam às conclusões conjuntamente. Nesse caso, segundo ele, tem pouca importância a questão da originalidade, de quem segurou a caneta.

Muitas vezes, o que contribuiu menos na composição pode ser o que contribuiu mais no pensamento. O texto final não tem como não ser uma produção conjunta, e se torna impossível desmembrar as partes. Mill ainda ressalta que Harriet chegou às mesmas conclusões que ele usando apenas o conhecimento que conseguiu acumular rapidamente e por meio de uma intuição moral de caráter forte.

O que chama a atenção quando se pesquisa o trabalho e a importância de Harriet Taylor Mill como filósofa e pensadora é a insistência de vários biógrafos de John Stuart Mill em buscar uma prova de que ele teria exagerado quando escreveu sobre a influência dela em sua obra e desenvolvimento filosófico. A não aceitação dos relatos de Mill, que viveu a experiência, levanta dois aspectos da questão sobre qual parte do trabalho é de Mill e qual é de Harriet. O primeiro é que tornamos o relato de Mill um falso relato, irreal. Desconfiamos de sua sinceridade ou de sua capacidade de julgamento por estar apaixonado. Não é justa tal interpretação porque diminui o grande pensador e filósofo.

Um segundo aspecto é que a desconfiança em relação à capacidade intelectual de Harriet mostra o preconceito em relação às mulheres, mesmo passado tanto tempo e depois de tantas conquistas femininas. Apesar das afirmativas claras de John Stuart Mill sobre a importância intelectual de sua esposa, ela tem estado em julgamento por mais de um século (PHILIPS, 2018).

John Stuart Mill, depois da morte de Harriet, foi eleito para a Câmara dos Comuns com uma plataforma na qual explicitava sua posição favorável ao sufrágio feminino. Declarava sua

[...] convicção de que as mulheres tinham o direito de estar representadas no Parlamento, do mesmo modo que os homens (convicção que se manifestaria de qualquer forma pois, se eleito, era minha a intenção atuar nesse sentido). Sem dúvida, era a primeira vez que se mencionava semelhante doutrina aos eleitores, e o fato de que fui eleito depois de propô-la deu impulso ao movimento, desde então cada vez mais vigoroso, em favor do sufrágio feminino (MILL, 2006a, p. 230).

Apesar de seu mandato a serviço de causas do bem público não ter sido renovado, a sua luta e a de Harriet pelos direitos das mulheres ganhou todos os continentes.

A atualidade da autora

Os avanços da economia feminista nas últimas décadas permitiram a redescoberta da vida e da paixão de Harriet Taylor e John Stuart Mill no cenário

acadêmico e político do século XXI. Não que essas vidas não tenham sido objeto de interesse antes. Em 1951-1952, Hayek publicou a correspondência dos dois, buscando entender o papel de Harriet na construção da célebre obra de Mill.

Hayek escreve que Mill e Taylor não tentaram esconder sua intimidade, mas, por causa das muitas fofocas maliciosas, se retiraram quase inteiramente da vida social. Diante de comentários de que havia “se apaixonado desesperadamente por uma jovem beldade filosófica” e “que ele estava perdido para todos os seus amigos e para si mesmo”, Mill ficou enfurecido, cortou várias amizades e escreveu a um amigo que “o que deveria ser muito mais fácil para mim do que para ela, é na realidade mais difícil – custa uma luta mais árdua – separar-me da opinião do mundo e de meu antigo modo de fazer o bem” (SUNSTEIN, 2015).

Hayek termina por concordar que a influência de Harriet no pensamento e perspectiva de Mill, quaisquer que sejam suas capacidades, foram tão grandes quanto afirma Mill e conclui que, longe de ser sentimental, foi o elemento racional do pensamento de Mill o mais fortalecido pela influência de Harriet. Se para Hayek, Mill precisava de Harriet porque

por trás da casca dura de completo autocontrole e comportamento estritamente racional, havia [em Mill] um núcleo de sensibilidade muito suave e quase feminina, um desejo por uma pessoa forte na qual ele pudesse se apoiar e em quem pudesse concentrar todo o seu carinho e admiração.

Sustein (2015) prefere a definição do próprio Mill de que “[...] ela era o único deleite terreno daqueles que tiveram a felicidade de pertencer a ela. Se houvesse apenas alguns corações e intelectos como os dela, esta terra já se tornaria o tão esperado paraíso”.

E nesta década, estudos feministas têm se debruçado sobre essa relação entre paixão e ciência, cujos escritos foram significativos para a evolução da teoria econômica, que destacaram a importância de se discutir a sujeição das mulheres na sociedade, além de mostrar um dos grandes nomes da Economia (John Stuart Mill) que se atreveu a colocar o sexo feminino nas suas preocupações e fez uma parceria, impensável à época, com uma mulher.

Como afirma Abaroa (2011, p. 61), não se pode comparar a extensão e profundidade do legado de Mill com os manuscritos deixados por Harriet. Mesmo assim, não cessa um contínuo interesse acadêmico para “resgatar das sombras o seu legado”. Mill e Taylor romperam com tradições sociais e representaram, seja por sua forma de vida como por suas opiniões e obra escrita, uma parte da vanguarda

intelectual da sociedade britânica do século XIX. Destacaram a importância do pleno acesso das pessoas aos direitos políticos e civis, independentemente de sua condição sexual, racial ou de classe social, para uma sociedade mais justa e feliz.

O pensamento de Harriet Taylor Mill é absolutamente e mais do que nunca atual. Além de ter perpassado a evolução de todas as discussões relativas ao direito das mulheres, à necessidade de uma relação mais equilibrada no matrimônio, à necessidade de mulheres terem oportunidades e chances iguais aos homens, e a violência doméstica está estreitamente relacionada à dependência financeira das mulheres, e como numa sociedade e sem uma justiça protetora das mulheres pode elevar a desigualdade de gênero. Como ela mesma afirmou, só é possível julgar a desigualdade de gênero quando as oportunidades e chances forem iguais para todas as pessoas.

Referências

ABAROA, Elena Gallego. El compromiso social en los principios de economía política y en la sujeción de las mujeres de John Stuart Mill (con las contribuciones de Harriet Taylor Mill). *Investigaciones de Historia Económica*, v. 7, n. 1, p. 59-84, 2011.

BURKE, Peter. Hábitos entranhados: demonização dos EUA como terra do divórcio revela como os costumes tardaram a acompanhar as leis sobre separação no Reino Unido. *Folha de S.Paulo*, 24 jun. 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classes*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018.

FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo*: um estudo sobre a revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

GRAY, John. How Friedrich Hayek became fascinated with the romance of Harriet Taylor and J S Mill. *New Statesman*, 28 may 2015. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/culture/2015/05/how-friedrich-hayek-became-fascinated-romance-harriet-taylor-and-j-s-mill>. Acesso em: 3 fev. 2022.

JACOBS, Jo Ellen (ed.). *The complete works of Harriet Taylor Mill*. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

LEVINE, Philippa. Taylor, Helen (1831-1907). In: OXFORD dictionary of national biography. Oxford: Oxford University Press, 2004.

MELO, Hildete Pereira de; SERRANO, Franklin. A mulher como objeto da teoria econômica, In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997, p. 137-159.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: história, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: EdFGV, 2018.

MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MILL, John Stuart. *A sujeição das mulheres*. São Paulo: Escala, 2006a.

_____. *Autobiografia*. São Paulo: Iluminuras, 2006b.

_____. *Sobre a liberdade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

PEART, Sandra J. (ed.). *The collected works from F. A. Hayek: Hayek on Mill: the Mill-Taylor friendship and related writings*. London; New York: Routledge, 2015.

PHILIPS, Menaka. The beloved and deplored memory of Harriet Taylor Mill: rethinking gender and intellectual labor in the canon. *Hypatia*, v. 33, n. 4, p. 626-642, 2008.

PUJOL, Michèle A. *Feminist and anti-feminist in early economic thought*. Brookfield: Edward Elgar, 1992.

SOARES, Luiz Carlos. Ciência, religião e ilustração: as academias de ensino dos dissentes racionalistas ingleses no século XVIII, *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 41, p. 173-200, 2001.

SUNSTEIN, Cass. John & Harriet: still mysterious. *Truthout*, 25 apr. 2015. Disponível em: <https://truthout.org/articles/john-harriet-still-mysterious/>. Acesso em: 3 fev. 2022.

TAYLOR MILL, Harriet. The enfranchisement of women, 1851. In: ROSSI, Alice S. (ed.). *John Stuart Mill and Harriet Taylor Mill: essays on sex equality*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1970.

VALENZUELA FEIJÓO, José Carlos. *John Stuart Mill y su esposa Harriet: del liberalismo a la sociodemocracia*. *Repositório Institucional UFSC*, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/126440>. Acesso em: 3 fev. 2022.

Capítulo 7

Juana Manuela Gorriti

Carolina Castellitti

A vida

“El mundo es ancho, mamá Anselma, y encierra comarcas encantadoras; pero la patria es un imán de atracción irresistible; y la savia de la tierra natal, el más poderoso agente de vida.”

Juana Manuela Gorriti, *Peregrinaciones de una alma triste* (c.1845)¹

Vinte e quatro dias e 300 quilômetros separam o nascimento de Juana Manuela Gorriti (Salta, 1816-Buenos Aires, 1892) da declaração da independência argentina, em 9 de julho de 1816, na cidade de San Miguel de Tucumán. Localizamo-nos na região do noroeste argentino – distante do porto de Buenos Aires – que durante todo

¹ Ano aproximado da publicação original em formato de folhetim (JUANA..., S.d.). O texto foi incluído no Tomo 1 da obra *Panoramas de la vida*, impressa em Buenos Aires em 1876 e disponibilizada em formato digital pela Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

o período da colônia serviu de passagem para os carregamentos trazidos das minas de Potosí, na Bolívia. Mas a proximidade desses eventos não é só espaço-temporal; o pai de Juana Manuela, José Ignacio Gorriti, ajudou economicamente e lutou contra as invasões inglesas em Buenos Aires, em 1806, foi um fervente defensor da Revolução de Maio – que acabou com a expulsão do vice-rei espanhol em 1810 –, e tomou parte do exército que lutou contra as tropas realistas (contrarrevolucionárias) que em diversas ocasiões tentaram invadir o território argentino pelo norte do país, vindas principalmente do Peru. Gorriti foi governador da província de Salta reiteradas vezes, onde Juana Manuela nasceu e morou até 1831, quando a família teve que se exilar na Bolívia no contexto da chamada guerra civil argentina.²

Com 15 anos, junto à sua família, Juana Manuela iniciava assim um itinerário migratório entre Argentina, Bolívia e Peru, passando pelo norte do Chile, que continuou ao longo da sua vida, e que marca sua obra literária tanto quanto os violentos enfrentamentos que se sucederam em toda a região ao longo do século XIX. Em Salta, estudou francês, religião e literatura, graças a uma vasta biblioteca familiar de propriedade do seu avô, à assistência do seu tio – o sacerdote Juan Ignacio Gorriti – e à oportunidade rara entre as mulheres de receber uma instrução formal em um colégio de freiras. Na Bolívia, Juana Manuela conheceu e se casou com Manuel Isidoro Belzú em 1833 (que viria a ser presidente desse país um tempo depois, entre 1848 e 1855), com quem teve três filhas e um “relacionamento tormentoso, atravessado de acusações mútuas de infidelidade e separações”³ (JUANA..., S.d.). O casal rompeu definitivamente em 1843, e Juana Manuela decidiu partir para Lima, onde conseguiu se sustentar ensinando filhas de famílias abastadas a ler. Foi na mesma época que iniciou sua carreira literária, publicando sua primeira obra, intitulada *La quena*,⁴ na *Revista de Lima*, em 1845. Começaram a aparecer assim seus relatos de tipo folhetim (os primeiros do gênero na América do Sul), dos quais veio a formar parte *Peregrinaciones de una alma triste*, obra citada na epígrafe deste capítulo.

2 Série de conflitos que se seguiram à declaração da independência e que opuseram o Partido Unitário (defensor de um governo centralizado em Buenos Aires) e o Partido Federal (defensor do sistema federal) ao longo de décadas, culminando somente em 1880 com o triunfo das províncias e a federalização de Buenos Aires.

3 Todas as citações de obras em espanhol foram traduzidas ao português pela autora.

4 Neste texto, o itálico será utilizado na transcrição de títulos em sua língua original (espanhol, na maioria dos casos), assim como para outras expressões em língua estrangeira. As aspas duplas, no caso, serão utilizadas para fragmentos de citações, conceitos extraídos das obras referenciadas e/ou familiares no campo das ciências sociais.

Filha, esposa, mãe, viúva, escritora, educadora, jornalista (GUIDOTTI, 2011), “difusora cultural” (BATTICUORE, 2014), “primeira romancista que escreve contos indigenistas” (REGAZZONI, 2001, p. 572), romântica, eclética, americanista. A obra e trajetória dessa mulher nascida no noroeste argentino em começos do século XIX não admite rótulos taxativos, pelo menos não os que correspondem aos nossos modelos contemporâneos de carreiras e biografias. Demonstrando um talento especial como escritora e, ao mesmo tempo, uma grande capacidade para descrever acontecimentos históricos e eventos culturais importantes da época, a vida de Juana Manuela reflete as tensões de uma sociedade atravessada por grandes mudanças. Reivindica os valores de uma cultura autóctone, se interessa pelo papel da mulher na sociedade, escreve sobre educação, ciência e política. Desta forma, colabora com o projeto de progresso liberal que caracterizou toda a região ao longo do século, defendendo a independência e o valor da visão (latino) americana.⁵

A obra

Em *Itinerarios culturales. Dos modelos de mujer intelectual en la Argentina del siglo XIX*, Graciela Batticuore (2014) compara a trajetória de Juana Manuela Gorriti com a de Eduarda Mansilla, outra importante escritora argentina do século XIX. Como o título do trabalho anuncia, essas trajetórias representam modelos opostos de itinerários culturais – o percurso pelo interior do território latino-americano e a viagem para Europa –, por si mesmos pouco comuns na experiência feminina da época. O caso da escritora *salteña* é certamente o mais excêntrico: diferente de sua conterrânea – casada com um importante diplomata com quem teve a oportunidade de conhecer as efervescentes metrópoles da Europa e dos Estados Unidos –, Juana Manuela viaja em grande parte sozinha e nunca para fora do território sul-americano.

Como aponta Batticuore (2014), o percurso de Juana Manuela pelo território argentino e latino-americano não pode ser pensado como contingente, algo que aconteceu enquanto ela ensinava e escrevia. Com efeito, em cada viagem Gorriti

5 As análises contemporâneas da obra de Juana Manuela citadas neste texto mantêm o termo “americano” / “americanista” para se referir ao projeto político e social da escritora. No entanto, menções explícitas às capitais hispânicas que formam parte do projeto de pátria grande defendido pela escritora ecoam mais precisamente no que hoje chamamos de América Latina.

organiza um programa de trabalho: abre salões, funda revistas literárias, vincula intelectuais. Por outro lado, como paralelo entre sua obra e sua vida, a viagem traça uma tensão com a família de origem, que nunca significa uma ruptura. “As personagens de Gorriti, para se escreverem, precisam se separar das famílias. Separação, em seu caso, não implica divergência, mas um lugar desde onde observar que a divergência não é possível”, observa Nora Domínguez (1994, p. 23). Como Laura – protagonista de *Peregrinações...* e responsável pela fala citada na epígrafe deste capítulo – que, no trajeto inaugurado com a fuga da casa paterna em Lima, inicia uma aventura de regresso à terra natal. Trata-se de um sutil movimento de desenraizamento (DUARTE; GOMES, 2008), compensado pelo retorno à origem, onde vai reencontrar amigos da infância e familiares (suas tias e a “mãe Anselma”, “criada” da família).

Doente e enfraquecida, Laura decide partir de Lima inspirada pela história de um jovem nômade que adquiriu esse estilo de vida como cura para seus padecimentos. Uma “fuga”, literalmente anunciada no título do capítulo que inicia o relato da partida em barco desde o porto de Lima, chegando à “cidade encantada de Cobija, no Chile”. O “majestoso mar” do Pacífico se lançando contra as pedras da árida costa; o deserto do Atacama com sua “imponente solidão”; os picos nevados que se elevam sobre *La Quebrada del Toro*, atravessando a cordilheira; *La Silleta* e o *Cerro San Bernardo* na chegada a Salta são as paisagens que compõem a narração da travessia de Laura até a chegada à “formosa pátria” (GORRITI, 2001). No trajeto, reconhece a cidade e seus bairros, se hospeda com suas tias na casa da infância, encontra antigas amizades e fiscaliza a ordem e desordem das relações sexuais, a partir de um olhar que, de maneira indireta, fala da própria desordem da sua vida (DOMÍNGUEZ, 1994).

Assim, na narração de Juana Manuela, a sensibilidade de Laura deixa assomar uma insinuante percepção feminista, como quando passeia no parque e observa “uma multitude de jovens madrugadoras”, nos bancos ou dançando na grama, “estritamente abraçadas, sorrindo com o confinado abandono dessa hora matinal em que os homens dormem e o mundo parece unicamente habitado por mulheres” (GORRITI, 2001). Falamos em percepção feminista para justificar o anacronismo, mas também porque não seria exato pretender identificar na escritora um posicionamento mais decisivo em favor da igualdade de gênero. Seguindo ainda a análise de Nora Domínguez, embora Juana Manuela defendesse a importância da educação formal para as mulheres, tinha claro os custos sociais de ser escritora. Salienta sempre a necessidade de resguardar a honra da mulher, separa sua vida das vivências de suas personagens, é moralista e casta na velhice (IGLESIA, 1994), pois sabe que quando

se lê um texto escrito por uma mulher, sua conduta pessoal é o principal objeto de escrutínio. Em coerência com isso, em seu trabalho editorial e educativo, deixa claro que a educação da mulher deve contemplar os dois planos: a formação intelectual, moral e de bons costumes, imprescindíveis para desempenhar seu papel social primordial na família, como transmissora dos valores e virtudes que moldariam as novas gerações (GUIDOTTI, 2011).

De todo modo, em diversas passagens da obra, mas principalmente nos silêncios,⁶ é possível extrair uma potência das pequenas rupturas. Mesmo a reticência ante a autobiografia pode ser compreendida como uma forma de se livrar da pressão de uma lenda doméstica pouco confortável defronte as mudanças que se produzem nos modelos femininos no transcurso do século (IGLESIA, 1994, p. 19). Viajar ou morrer é o destino comum de Gorriti e suas personagens, mulheres que, em sua maioria, separam-se do sistema de reprodução e dos contratos sexuais. Mulheres que viajam, mulheres que escrevem: mulheres sozinhas, o outro perigo social (DOMÍNGUEZ, 1994, p. 27).

Por outro lado, em obra e em vida, as viagens de Juana Manuela parecem ter sempre o mesmo destino: a pátria, a terra natal recentemente liberada da dominação colonial e instituída como nação. Como aponta Graciela Batticuore,

Seu projeto americanista resgata culturalmente o modelo político do patriciado, busca fortalecer a independência do continente pela qual lutaram seus venerados heróis, desenvolvendo uma tradição própria, que pode ser oferecida aos olhos do mundo com sua marca pessoal. Seu salão literário em Lima e logo em seguida o jornal que inaugurou em Buenos Aires, *La Alborada del Plata*, são os lugares onde seu papel de *difusora* cultural se torna mais evidente (BATTICUORE, 2014, grifo da autora).

Assim, em um momento em que a Europa representava o grande centro do conhecimento e o paradigma do bom gosto a ser imitado, Juana Manuela condena o modelo da “viagem de aprendizagem” que realizam os filhos das elites americanas para o Velho Continente, afirmando que dessa forma corre-se o risco de sacrificar o “sagrado vínculo que une o homem com sua família e seu país natal” (BATTICUORE, 2014). Mais do que paradigma de progresso, para a escritora argentina a Europa representa um perigo latente para o desenvolvimento da independência americana, e,

6 Mesmo em um texto intitulado *Lo íntimo*, escrito na velhice, Juana Manuela esquia o estilo autobiográfico e, um pouco ironicamente, exclui qualquer informação relativa à sua vida privada (IGLESIA, 1994, p. 13).

nesse sentido, critica qualquer visão de prosperidade que não compreenda a instrução cívica das crianças, por meio do culto aos heróis da pátria e o desenvolvimento de tradições folclóricas. Como escritora e pedagoga, tem a convicção de que a literatura brinda à identidade e transmite valores fundamentais para que o homem – e, uma vez cumprido seu papel primordial na família, também a mulher – formem parte ativa na conformação da nação (GUIDOTTI, 2011).

O projeto de realizar no cultural o ideal de integração latino-americana fica claro em seu ofício jornalístico, assim como em sua obra de ficção. Batticuore observa que, na nota editorial inaugural de *La Alborada del Plata*, Juana Manuela anuncia sua intenção de levar a todas as capitais de fala espanhola os movimentos desconhecidos da vida intelectual das principais cidades. Se a intenção didática de familiarizar o leitor com a história e a geografia da pátria grande latino-americana não ficasse evidente em seus relatos, aqui Gorriti postula explicitamente o romance como meio ideal, acessível e poderoso, de difundir no povo a história e a geografia descritiva. Assim, desempenhando um papel de difusora cultural, os escritos de Juana Manuela vão compondo o repertório de uma lenda-pátria, que converte heróis e mártires nos protagonistas venerados da história nacional (BATTICUORE, 2014).

Nessa fusão entre romance, história e geografia, a paisagem enaltece e impregna de identidade a narrativa patriótica. Assim, em obras como *El pozo de Yocci*, a presença de elementos da tradição indígena e de aspectos da natureza argentina – com indicações da cartografia das cidades, das árvores e frutos da região⁷ – associa-se às circunstâncias políticas do governo de Juan Manuel de Rosas⁸ e dos episódios armados contra a Confederação Peru-Boliviana. Esses conflitos estão muito presentes nos relatos de Juana Manuela, nos quais truculentos enfrentamentos são entrecruzados por dramas amorosos, códigos de honra, votos sagrados e trágicas vinganças. Constantemente, o relato é acrescentado de reflexões histórico-políticas, como quando a escritora se pergunta: “o que motivava aquela contenda entre bolivianos e argentinos? Uma porção de terra que juntos arrancaram em outro tempo ao inimigo” (GORRITI, 2001).

No campo literário especializado, Juana Manuela Gorriti é considerada uma das primeiras escritoras de espírito romântico, eclética, dentre modelos estéticos

7 Como na seguinte citação, que descreve um chão de folhas encontradas na entrada de uma caverna: “[...] folhas de cores, formatos e dimensões divergentes, que pertenciam a todas as árvores da criação, desde o *ombú* da Pampa, até o *Tara* da serra; desde o coqueiro do Equador até o pinheiro das neves” (GORRITI, 2001).

8 Governador da província de Buenos Aires e líder da Confederação Argentina entre 1835 e 1852.

europeus e experiências americanas, e parte de uma “tradição feminina que, em razão do seu sexo, tem uma experiência particular da história e da sociedade” (REGAZZONI, 2001, p. 565). O contexto colonial emerge aqui como relevante, a partir do papel contrastante do “exótico” na Europa e na América. Segundo Regazzoni, na conjuntura histórica da efervescência independentista na América, o exótico se converteu de componente artístico da colonização em uma vontade explícita de refletir sobre os próprios contextos e costumes. Assim, enquanto o exotismo engendra na Europa elementos relacionados com o irracional e com a procura de um eu profundo, na América Hispânica resulta em um elemento que aproxima o intelectual e o artista da realidade social e histórica do próprio país (REGAZZONI, 2001, p. 566). Nesse sentido, a descrição da paisagem é, ao mesmo tempo, catalisadora de sentimentos interiores e uma forma de se posicionar ante a questão da própria identidade, considerada do ponto de vista natural.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Em um contexto temporal muito próximo, mas do outro lado do Oceano Atlântico, é comumente identificado o primeiro uso da palavra *sociologia* pelo filósofo francês Auguste Comte, entendida, a partir de sua filosofia positiva, como o estudo da estrutura e os processos de mudança da sociedade. No entanto, nesse caso, a proximidade se restringe a uma mera coincidência temporal, meados do século XIX, pois não há nada em comum entre esses empreendimentos intelectuais: o de um filósofo francês, fundador do positivismo – uma das teorias mais influentes do século XIX e grande parte do XX – e o de uma escritora argentina, praticamente desconhecida até hoje fora de um circuito literário e histórico muito específico. Se a história das mulheres foi sempre ocultada,⁹ nesses territórios elas tiveram desde sempre a experiência de ser a periferia da periferia (LOZANO; PITA; INI, 2000).

9 Prova desse ocultamento, os nomes de mulheres – mesmo as excepcionais, “com nome próprio” (FLETCHER, 1994) – estão praticamente ausentes nos bairros, praças e ruas das distintas cidades argentinas. Até pouco tempo atrás, representavam somente 4% das ruas com nomes de pessoas da cidade de Buenos Aires, relação que se inverte somente no moderno bairro de Puerto Madero – onde é possível encontrar uma rua dedicada à própria Juana Manuela Gorriti – como consequência de uma legislação específica de 1995 (VERA, 2017).

A “história convencional” (CONNELL, 2019, p. 353) do nascimento da Sociologia identifica no filósofo francês os primeiros esforços por alcançar uma análise científica da sociedade, separando-a do que não seria mais do que expressão das intenções ou ideais de uma época. Assim, o termo “positivo” era utilizado por Comte como sinônimo de “científico”, entendendo por ele a aquisição de conhecimentos por meio de teorias e observações empíricas. Segundo Norbert Elias (2008), rompendo com a tradição filosófica prevalecente na época, ninguém sublinhou de forma mais expressiva a interdependência entre observação e teoria como núcleo do trabalho científico do que o próprio Comte.¹⁰ Contudo, mesmo tendo apontado a especificidade do objeto de estudo da Sociologia, Comte ainda ficou preso aos modelos explicativos das ciências naturais. Com a ambição de estabelecer leis de caráter universal, sua aplicação do método comparativo ao estudo de uma mesma sociedade ao longo do tempo derivou em modelos evolutivos unidirecionais, pouco baseados, de fato, em comparações que levassem em consideração as especificidades das distintas regiões e culturas.

Reconhecendo o legado de Comte, é somente em uma geração posterior que normalmente identificamos os “pais fundadores”, ou “clássicos” da Sociologia. Segundo a mencionada história convencional, aprendemos que durante os séculos XVIII e XIX as sociedades europeias e norte-americanas atravessaram profundas transformações vinculadas à Revolução Industrial, à acelerada urbanização, à chegada da democracia e do estado moderno, ao aumento da burocracia, e a todas as mudanças culturais associadas à secularização. Um pequeno grupo de brilhantes intelectuais interpretou essa mudança e desenvolveu uma ciência da sociedade moderna, pensada como antagônica à sociedade tradicional, e foi assim que nasceu nossa ciência da sociedade.

Segundo Connell (1997), a canonização do trio fundador Marx, Weber e Durkheim ocorreu tardiamente, já no século XX, como consequência de um desenvolvimento posterior da disciplina que delimitou o reconhecimento de um conjunto muito mais amplo de pensadores sociais. De fato, para apoiar as especulações da nascente ciência era necessário contar com um grande corpo de informações.

10 Isso não implicava que cada cientista social deveria realizar pesquisa empírica. De fato, o próprio Comte não o fez. Significava que já não seria possível explicar estabelecer qualquer tipo de definição ou lei sem se remeter a exemplos e descrições de situações específicas, mesmo que de segunda mão (ou seja, realizados por outros pesquisadores).

A interdependência entre observação e teoria, que rapidamente se transformou no axioma do empreendimento científico, assim o exigia. Intelectuais menos consagrados dedicaram esforços significativos ao registro e descrição de instituições sociais, costumes e eventos, reunindo grandes quantidades de dados das metrópoles, mas também do mundo colonizado e de períodos anteriores da História. Para Connell, “a sociologia, para esta geração, não tratava apenas da industrialização da Europa e da América do Norte, na verdade não se referia *primordialmente* à modernidade” (CONNELL, 2019, p. 353, grifo da autora).

A conexão entre a industrialização das metrópoles e o imperialismo europeu, justificada por meio da doutrina do progresso, está presente em grande parte do pensamento social da época. Para Connell, mais do que a ideia de modernidade, a estrutura conceitual da Sociologia foi baseada, acima de tudo, no contraste entre metrópole e colônia. É a partir desse contraste que podemos levar nossa atenção de volta para a obra de Juana Manuela Gorriti, tão marcada pela efervescência política da América Hispânica e os processos independentistas. Conhecer de forma mais aprofundada o pensamento de uma escritora argentina do século XIX e o diálogo estabelecido com outros intelectuais da região nos permitiria, assim, ampliar o campo semântico de noções caras à Sociologia como progresso, modernidade, projeto liberal, independência, americanismo, nacionalismo, dentre outras. Em um momento em que grande parte do impulso renovador das ciências sociais provém da análise do colonialismo pensado, a partir do eurocentrismo, temos aqui não somente um antecedente, mas uma promissora agenda de pesquisa.

Nesse espaço, mais modesto e de caráter introdutório, lançamos um olhar sociológico – e não literário, nem histórico – sobre três elementos dessa obra que certamente constituem uma contribuição ao pensamento social fora do cânone. Consideramos brevemente os papéis da *viagem*, da *pátria* e da *paisagem* na vida e obra de Juana Manuela Gorriti, procurando identificar rastros de contribuições originais ao pensamento social latino-americano do século XIX. No transcurso, refletimos sobre gestos literários e movimentos biográficos que, de certa forma, problematizam os papéis e estereótipos de gênero comuns à época.

A atualidade da autora

Juana Manuela Gorriti nasceu na alvorada da independência argentina e morreu em 1892, no auge do período conhecido como “ordem conservadora”¹¹ (BOTANA, 2005), em que uma oligarquia fundiária governou o país, a partir de princípios que nos planos político e cultural – pelo menos – se afastavam radicalmente de algumas das concepções da escritora que pudemos recuperar neste espaço. O modelo europeu foi definitivamente instalado e violentamente perseguido nas dimensões geográfica e étnica, a partir das *Campañas al desierto*, que implicaram na conquista de grandes extensões do território habitadas por populações indígenas, brutalmente dizimadas no período. Paralelamente, a imigração europeia foi estimulada com o objetivo de povoar (e branquear) a expansão das fronteiras agropecuárias, estimulada também pela extensão das comunicações e meios de transportes, em um período de crescimento da economia, a partir da consolidação do modelo agroexportador, fortemente dependente da Grã Bretanha.

Juana Manuela tinha se radicado em Buenos Aires desde 1884 e continuou escrevendo até sua morte. Dentre esses textos, encontram-se os publicados sob o título *Lo íntimo* (datados entre 1874 e 1892) que, em contraste com a expectativa que essa designação poderia provocar, aludem ao estilo autobiográfico e evitam qualquer identificação do “romance” da própria vida (IGLESIA, 1994). As datas dos textos reunidos delimitam um período de intensa produção intelectual e incansável itinerância entre Lima, La Paz, Salta e Buenos Aires, que nos últimos anos vai se extinguindo – o deslocamento, não a escrita – devido ao esgotamento físico e ao adoecimento. Como observa Nora Domínguez, em *Lo íntimo*, a cena da escrita é a cena íntima por excelência:

[...] doença, solidão e escrita são termos simultâneos e necessários um ao outro. Laura viaja para evitar a morte, a narradora de *Lo íntimo*, embora adoecida, viaja e escreve os avatares da sua doença de velha. Se em uma o remédio é a viagem, na outra é a escrita (DOMÍNGUEZ, 1994).

Recuperar o pensamento e ação de mulheres que participavam da esfera pública no século XIX, como vem fazendo Daflon e Campos (2020), e muitas das autoras

11 Período compreendido entre os anos de 1880, com o primeiro governo do general Júlio Argentino Roca, e 1916, quando Hipólito Yrigoyen, da *Unión Cívica Radical*, foi eleito como presidente pelo voto popular graças à recentemente instituída Lei Sáenz Peña (8.871), que estabeleceu o voto secreto e obrigatório para os cidadãos (homens) argentinos maiores de 18 anos.

incluídas neste livro, constitui um exercício potente de reavaliação da formação do pensamento científico. Considerar a obra de uma autora latino-americana nos permite ainda levantar questões sobre a história imperialista do sistema de conhecimento do qual ainda dependem as universidades em todo o mundo (CONNELL, 2019). Trata-se, como aponta mais uma vez a socióloga australiana, de mostrar a riqueza das análises sociais produzidas pelas mudanças e conflitos sociais no mundo colonial e pós-colonial, considerando a relação entre saber e poder que precedeu a exclusão das mulheres e dos pensadores do sul global dos cânones científicos. Esperamos nestas páginas ter realizado alguma contribuição nessa direção.

Referências

BATTICUORE, Graciela. Itinerarios culturales: dos modelos de mujer intelectual en la Argentina del siglo XIX. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2014.

BOTANA, Natalio. *El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916*. Buenos Aires: Cúspide, 2005.

CONNELL, Raewyn. Why Is classical theory classical? *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 6, p. 1511-1557, 1997.

_____. Canons and colonies: the global trajectory of sociology. *Estudios Históricos*, v. 32, n. 67, p. 349-367, 2019.

DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luna Ribeiro. Gênero e conhecimento: um diálogo entre o pensamento de Flora Tristan e Harriet Martineau. *Estudios Históricos*, v. 33, n. 70, p. 424-443, 2020.

DOMÍNGUEZ, Nora. Historia literaria de una intimidad argentina: de viajes, fragmentos y familias. In: FLETCHER, Lea (comp.). *Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Feminaria, 1994, p. 20-29.

DUARTE, Luiz Fernando D.; GOMES, Edlaine de Campos. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ELIAS, Norbert. *Sociología fundamental*. Barcelona: Gedisa, 2008.

FLETCHER, Lea (comp.). *Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Feminaria, 1994.

GORRITI, Juana Manuela. *Panoramas de la vida: colección de novelas, fantasías, leyendas y descripciones americanas*, tomo I. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2001.

GUIDOTTI, Marina L. Juana Manuela Gorriti, una periodista argentina del siglo XIX. *Caracol*, v. 2, p. 42-71, 2011.

HOBERMAN, James L. Lucrecia Martel, una directora que desconcierta y estremece a sus seguidores. *The New York Times*, 16 abr. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2018/04/16/espanol/lucrecia-martel-zama.html>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IGLESIA, Cristina. El autorretrato de la escritora: a propósito de lo íntimo de Juana Manuela Gorriti. In: FLETCHER, Lea (comp.). *Mujeres y cultura en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Feminaria, 1994, p. 13-19.

JUANA Manuela Gorriti. *El historiador*, S.d. Disponível em: <https://www.elhistoriador.com.ar/juana-manuela-gorriti/>. Acesso em: 18 nov. 2020.

LOZANO, Fernanda Gil; PITA, Valeria Silvina; INI, María Gabriela (dir.). *Historia de las mujeres en la Argentina*. Buenos Aires: Taurus, 2000.

REGAZZONI, Susanna. Lo exótico en la literatura hispano-americana: Juana Manuela Gorriti. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL DE HISPANISTAS, 14., 16-21 jul. 2001, New York. *Actas...* New York, 2001. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/14/aih_14_4_071.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

VERA, Valeria. Mujeres: sólo las recuerda el 4% de las calles que llevan nombre de persona. *La Nación*, 17 oct. 2017. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/buenos-aires/mujeres-solo-las-recuerda-el-4-de-las-calles-que-llevan-nombre-de-persona-nid2071417>. Acesso em: 6 nov. 2020.

Capítulo 8

Maria Firmina dos Reis

Luciana Diogo

A vida

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de março de 1822, em São Luís, Maranhão. Filha de Leonor Felipa dos Reis, uma mulher mestiça alforriada, e de João Pedro Esteves, um homem branco de posses que foi sócio de Caetano José Teixeira, ex-proprietário de Leonor, mãe de Firmina. Pouco sabemos sobre a infância de Maria Firmina. As circunstâncias históricas que motivaram sua alfabetização, seu letramento, os caminhos que percorreu para alcançar instrução, trabalhar como professora, escrever e publicar um dos primeiros romances de autoria feminina do Brasil e, ainda, fundar uma escola, são ignorados.

O que conhecemos sobre a biografia da escritora provém das narrativas de Sacramento Blake, que em 1900 pesquisou informações sobre nascimento, morte, profissão, aposentadoria e produção literária da autora; essas informações foram expandidas depois por Nascimento Moraes Filho,¹ um estudioso que, durante uma

1 Escritor, poeta, ensaísta, pesquisador e folclorista maranhense.

pesquisa, “descobriu”, por acaso, a romancista maranhense em anúncios de jornais do século XIX que divulgavam o romance *Úrsula*.

Diante dessa descoberta, o pesquisador partiu em busca de documentação para reconstruir a trajetória da escritora. Os resultados de sua pesquisa foram publicados em 1975, em *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida* – um livro que integra os dados que ele obteve por meio de diversas fontes, com vistas a recuperar a produção artística e realizar um trabalho biográfico sobre Maria Firmina.

É importante ressaltar aqui que a noção de *trajetória* se diferencia da de *biografia*, “[...] concebida como integração retrospectiva de toda a história pessoal do ‘criador’ em um projeto puramente estético[...]”; assim, “[...] toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social”. As afirmações são do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1996a, p. 217 e 292) e nos chamam a atenção para o fato de que os eventos biográficos não se concatenam de forma progressiva perfazendo um conjunto coeso de significados; antes, são construídos *a posteriori*, motivados pela necessidade (tácita) de se atribuir um sentido coerente às ações humanas, constituindo, segundo o autor, uma ilusão biográfica, ou seja, o que há de fato é uma “criação artificial de sentido” (BOURDIEU, 1996b, p. 190).

Assim, a rigor, pode-se entender que não existe uma sequência cronológica e lógica dos acontecimentos da vida de uma pessoa, mas, sim, de acordo com Bourdieu, etapas de “envelhecimento social”, o qual pode ser medido pelo número de alternativas decisivas à disposição dos agentes, estas podendo ser compreendidas como trunfos sociais que são, ao mesmo tempo, recursos de poder.

Dito isso, compreendemos que Moraes Filho procurou alinhar os dados que obteve em jornais, revistas e registros cartoriais, com os relatos de moradores de Guimarães, de filhos de criação e de ex-alunos da escritora, além de fragmentos do diário de Maria Firmina, buscando construir um relato coerente sobre a vida da autora. Os resultados dessa pesquisa, desde então, têm sido ponto de referência para estudiosos que vêm buscando trabalhar, de diferentes formas, esses elementos.

É importante ressaltar que fica evidente nessa pesquisa que, ao olharmos apenas para as fontes jornalísticas e documentais, torna-se muito difícil elucidar alguns aspectos da trajetória de Firmina, por isso, os dados orais levantados por Moraes Filho ganham relevância ao permitirem percorrer o local de nascimento da autora, incorporando maiores detalhes dos arredores, tornando-o mais rico de elementos sociológicos e culturais.

Assim, Leude Guimarães e Nhazinha Goulart (filhos de criação) iluminam pontos importantes sobre a formação da escritora. Segundo informou Nhazinha Goulart, Maria Firmina nasceu no bairro de São Pantaleão, em São Luís; elucida, ainda, que Firmina “não era de casal”, mas, sim, filha ilegítima. Talvez por isso mesmo, aos cinco anos, Firmina tenha ido morar na vila de São José de Guimarães, interior do Maranhão, com uma tia materna, a avó, sua irmã e uma prima. E foi lá que Firmina passou toda a sua vida.

Esses informantes afirmaram a Moraes Filho que Firmina era negra, porém nunca fora escrava. Por eles, ainda sabemos que Maria Firmina fazia parte de uma família de músicos (Túlio Reis, Manduca Reis e Deca Reis), e essa informação explica a contribuição que a artista também teve no campo da música. Confirmam, ainda, que era prima, por parte de mãe, de Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), professor, filólogo, gramático, prosador, crítico, jornalista e político; pessoa a quem Maria Firmina recorrentemente reportou em seus poemas, como observou a pesquisadora Luiza Lobo (1989). No entanto, ainda hoje, não há comprovação documental a respeito dessa informação.

Depreendemos disso que o núcleo familiar de Maria Firmina dos Reis, constituído por artistas e um grande estudioso, possibilitou-lhe adquirir as referências culturais, o domínio da língua culta e de outros idiomas, pois também afirmaram que Firmina lia e escrevia fluentemente em francês,² bem como adquirir os conhecimentos considerados apropriados e legítimos para o desempenho da função de professora, além do que, socializou-a num universo simpático às artes.

Assim, mesmo sendo autodidata, em 1847, aos 25 anos, foi a única aprovada no exame de professora de primeiras letras da Vila de Guimarães, aposentando-se em 1881, aos 59 anos, quando passou a dar aulas particulares. Tornou-se musicista, poetisa, prosadora, romancista, publicando amplamente nos jornais literários maranhenses.

Sabemos também que ela foi leitora de Gonçalves Dias, Almeida Garrett e Lord Byron – como indicou em poemas e em anotações de um diário que manteve por 50 anos; que dialogava com o romantismo de J. W. Goethe e Bernadin de Saint Pierre, observação que os professores Flávio Pereira Camargo e Felipe Vale da Silva

2 Embora não tenha sido encontrada prova documental de traduções feitas por Firmina.

depreendem, a partir da leitura do romance *Úrsula*,³ e que, provavelmente, travou diálogo com as ideias de Harriet Beecher Stowe, escritora norte-americana que publicou *A cabana do Pai Tomás* (1852), um *best-seller* antiescravista do século XIX.

Uma questão bastante importante a ser destacada é que, até o presente, não há qualquer registro de retrato de Maria Firmina dos Reis que tenha sido preservado. Apesar disso, na Praça do Pantheon Maranhense, ergueu-se um busto da autora, a partir das informações orais retiradas de sua biografia, feita pelo pesquisador Nascimento Moraes Filho. No entanto, como observou a historiadora Régia Agostinho Silva, o busto em nada parecia com uma mulher negra ou mestiça, o que acabou contribuindo para o branqueamento da imagem de Firmina, que foi sendo construída ao longo desses anos com base em equívocos: a pintura que ficou exposta na Câmara dos Vereadores de Guimarães, por exemplo, trazia a imagem de Maria Benedita Bormann (1853-1895), uma escritora branca, gaúcha, que acreditaram ser Firmina. Essa imagem foi massivamente difundida, e esse equívoco infelizmente ainda hoje ocorre em mídias e materiais diversos.

Maria Firmina dos Reis foi uma mulher negra intelectual pioneira do século XIX e, sem dúvida, uma intérprete do Brasil. Ela faleceu em 11 de outubro de 1917, aos 95 anos, dos quais 40 foram dedicados ao ensino e 60, à literatura.

A obra

Maria Firmina dos Reis publicou amplamente nos jornais literários maranhenses *Pacotilha*, *Eco da Juventude*, *Semanário Maranhense*, *O Federalista*, *A Verdadeira Marmota*, *Almanaque de Lembranças Brasileiras*, dentre outros. Participou da antologia poética *Parnaso maranhense* (1861) e teve poemas reunidos no livro *Canto à beira-mar* (1871). Publicou em 1859 o livro que hoje é considerado o primeiro romance de autoria feminina negra, de temática antiescravista, intitulado *Úrsula*, pela Tipografia do Progresso. Entre 1861 e 1862, publicou *Gupeva, romance brasileiro* (1861-1862), uma novela em cinco episódios, de temática indigenista, que

3 Ver o plano de curso da disciplina Tópicos de Literatura Comparada II, do Programa de Pós-Graduação Letras e Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás (UFG). Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/web/ufg/26/o/Plano_de_curso_T%C3%B3picos_de_Literatura_Comparada_II_-_2019.1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

foi republicado em 1863 e 1865; por fim, publicou o conto abolicionista *A escrava* (1887). Deixou-nos 42 poemas avulsos publicados em diversos periódicos, dez jogos de palavras, sete composições musicais e um diário com registros esparsos anotados entre os anos de 1853 e 1903, publicado postumamente (MORAIS FILHO, 1975).

Em vida, Maria Firmina dos Reis foi reconhecida mais por sua produção poética, mas atualmente é a sua faceta como romancista que se sobressai. Em 2019, o romance *Úrsula* completou 160 anos. Esse livro ficou esquecido por quase um século, até que Nascimento Morais Filho resgatou sua história dos porões da biblioteca pública Benedito Leite, em São Luís. Segundo alguns pesquisadores, o desconhecimento posterior sobre Maria Firmina advém de sua dupla condição de gênero e de raça (DUARTE, 2004; MUZART, 2000; SILVA, 2013).

Eduardo de Assis Duarte (2004), no posfácio à quarta edição de *Úrsula*, afirma que os elementos determinantes do silenciamento estabelecido em torno da produção literária de Firmina dos Reis foram fundamentalmente: 1) a ausência de assinatura, 2) a indicação de autoria feminina, 3) a distante localização geográfica, e, por fim, 4) o tratamento inovador dado ao tema da escravidão no contexto do patriarcado brasileiro.

Este último ponto consiste numa contribuição importante do romance firminiano para os estudos literários. Régia Agostinho Silva (2013) entende que houve um silenciamento com relação ao conteúdo antiescravista da obra, por ter sido um pensamento avançado para o período. Nesse sentido, nota-se que são justamente os aspectos “inovadores ou “questionadores” de uma determinada modalidade do fazer literário, ao menos em termos de gênero textual, que contribuíram para o esquecimento da obra e da artista.

Para a grande pesquisadora da literatura de autoria feminina Zahidé Lupinacci Muzart, o romance *Úrsula* “[...] por ter sido editado na periferia, longe da Corte, e por ser de uma mulher e negra, lastimavelmente, não teve maior repercussão [...]” (MUZART, 2000, p. 266). Ou seja, enquanto alguns pesquisadores acentuam o gênero da escritora como fator da exclusão, outros frisam também sua negritude. O fato é que Firmina era ambos: mulher e negra num século em que a condição de escritor não era comum para alguém com tais marcadores sociais. *Úrsula* foi assinado por Maria Firmina dos Reis sob o pseudônimo Uma Maranhense, e talvez isso tenha contribuído para que seu nome fosse apagado durante muito tempo da historiografia, mas não da História.

Numa época em que o fazer literário encontrava-se vedado para as mulheres como atividade pública profissional ou semiprofissional, era comum escritoras publicarem sob pseudônimos: Ana Luísa de Azevedo Castro assinou com o pseudônimo Indígena do Ipiranga seu livro *D. Narcisa de Villar: legenda do tempo colonial*, também publicado em 1859. Antes dela, em 1850, Dionísia Gonçalves Pinto, que se identificava com o pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta, publicou em volumes a obra intitulada *Dedicação de uma amiga*, assinando apenas com as iniciais B. A.

É importante notar que esses dois textos, publicados anteriormente ou no mesmo ano de *Úrsula*, são classificados por alguns críticos como sendo novelas, e não romances, o que destaca *Úrsula* como uma das obras literárias pioneiras de autoria feminina publicadas no Brasil com formato propriamente de romance.

O caso é que Firmina se insere num panteão de escritoras do século XIX silenciadas pelo fato de serem mulheres. Mas é também preciso dizer que, diferindo de Nísia Floresta, por exemplo, que era de origem abastada e publicou no Rio de Janeiro, França e Itália, Firmina era pobre, atuante no Maranhão e negra.

Assim, no momento em que Maria Firmina se inseriu no mundo literário brasileiro, eram raras as mulheres leitoras e escritoras, e mais raras ainda aquelas que apresentavam um posicionamento político claro acerca da condição das mulheres na sociedade e, sobretudo, acerca de um problema tão estrutural como a escravidão. Tudo isso mostra o quanto Firmina estava comprometida com a realidade que a cercava e o quanto acompanhava os debates de seu tempo.

Vale destacar ainda que foi na ilha de São Luís do Maranhão, famosa por ser o berço de escritores como Gonçalves Dias e Aluísio de Azevedo, que Maria Firmina dos Reis nasceu; mas foi na remota vilazinha maranhense de Guimarães, terra natal de Sousândrade, que passou toda a sua vida e produziu sua pioneira obra literária. Entretanto, diferente do que aconteceu com seus conterrâneos homens, a ela não foi dado o mesmo privilégio deles – o de ser reconhecida nacionalmente como escritora.

Apesar disso, Firmina recebeu, ainda em vida, menção à sua obra além dos limites do estado do Maranhão. Em 4 de novembro de 1871, o jornal *Espírito Santense* (ES) mencionou seu livro de poemas *Cantos à beira-mar* e o romance *Úrsula*.⁴ Em 11 de janeiro de 1901, o *Diário do Maranhão* informou que um poema de título

4 Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=217611&pagfis=270>.

desconhecido integrou a edição de número 3, de *O 17 de Dezembro* (órgão oficial do Club União e Perseverança, do Pará), sendo este o único poema de Maria Firmina publicado fora do Maranhão.⁵ O nome de Maria Firmina dos Reis ainda aparece citado em um artigo veiculado pela revista *A Faceira* (RJ), de 1914, publicado sob o título “Poetisas Brasileiras”, escrito por Carmen Unzer, também escritora no início do século XX.

Atualmente, o nome e a obra de Maria Firmina dos Reis vêm conquistando maior reconhecimento. Entre 2017 e 2020, o romance *Úrsula* recebeu 16 novas edições impressas. Quatro em 2017, nove em 2018, duas em 2019 e, em 2020, a primeira edição de capa dura. Além disso, há previsão de lançamento da primeira tradução de *Úrsula* para o inglês, trabalho que vem sendo realizado pela professora Cristina Ferreira Pinto Bailey.

Também desde 2018, o romance de Firmina consta em lista de leituras obrigatórias de alguns vestibulares, como os da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o da Universidade de Brasília (UnB), já tendo estado na lista de obras de leitura obrigatória da Universidade Federal do Piauí, em 2009.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

O romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, entra para a história da literatura nacional por ser o primeiro romance de autoria feminina publicado no Brasil, em volume único e formato de livro;⁶ por ser o primeiro romance de autoria feminina negra brasileiro; e ainda, por ser o primeiro romance em que personagens negras expõem, sem a intermediação de um narrador, suas visões de mundo e de liberdade, constituindo-se com isso, como afirmou o pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2017), no primeiro romance antiescravista feminino da língua portuguesa, fato que o alça também à história da literatura universal.

Em *Úrsula*, temos uma narrativa sobre o amor trágico entre uma mulher branca e um homem branco, entremeadas pelos dramas das escravizadas e escravizados, e atravessada pelas questões da opressão das mulheres pelos homens. O

5 Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/720011/32887>.

6 Provavelmente, formato brochura, pequeno, *in* 12º, 198 páginas e mais o índice das matérias em uma página sem numeração.

trabalho realizado por Maria Firmina dos Reis no sentido de constituir em seus textos literários personagens negras (escravizados ou forros), a partir da representação de uma subjetividade fundada na experiência da liberdade, talvez seja um dos grandes legados de sua obra. Ao fincar a origem dessa experiência de liberdade na própria África, Firmina traz, para o primeiro plano, imagens dos vínculos desenvolvidos por meio de um processo de integração das pessoas negras a uma determinada cultura e a um modo de vida de um grupo.

Isso pode ser evidenciado nas referências que a autora faz aos vínculos da família e do matrimônio, à capacidade de empatia e de se reconhecer no outro como marcas de subjetividade das suas personagens, como podemos notar no trecho seguinte, em que a personagem Susana relembra sua vida na África: “Ah! meu filho! Mais tarde deram-me em *matrimônio* a um homem, que *amei* como que a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma *filha* querida, *em quem me revia*, em quem tinha depositado todo amor de minha alma” (REIS, 2004, p. 115, grifos nossos). Vemos aqui que a personagem possui uma história, segundo a qual, em seu passado, ela amou e constituiu uma família. Esses são elementos absolutamente comuns às trajetórias dos personagens nos romances, mas que, no caso dos negros, cuja condição humana era colocada em questão pela realidade do sistema escravista, constitui um aspecto de inovação.

Tomados assim como sujeitos, com relativa margem de ação, com sonhos, com vivências familiares, amores e famílias, os personagens negros de Firmina adquirem uma densidade, uma individualidade, que os contrasta com a percepção do negro como força bruta, como objeto de compra e venda, em que se erguia a instituição escravocrata no Brasil. Deste modo, as ideias de Firmina tiveram impacto sobre as pessoas de seu tempo e de seu espaço mais próximo. Isso se dava principalmente pelo prestígio que a função de professora e artista lhe conferia. Podemos inferir que sua posição social de intelectual reconhecida e respeitada pode ter contribuído para aproximar seus conterrâneos dos debates abolicionistas que começavam a fermentar à época e que estavam presentes em sua obra.

Outro legado importante de sua produção literária tem a ver, inegavelmente, com seus questionamentos com relação ao lugar e ao papel da mulher na sociedade, pois, para muitos, Maria Firmina parece estar à frente de seu tempo falando não só da necessidade de igualdade entre os seres humanos, como também da forma com que alguns homens tratavam as mulheres. Sua visão de mundo – fundada na experiência articulada de gênero e raça – permitiu-lhe construir um ponto de vista

diferenciado e inovador. Assim, Maria Firmina constituiu uma voz dissonante em seu tempo, com uma visão e uma perspectiva que buscavam romanticamente revisar o mundo, a mulher, o negro, o índio.

Do ponto de vista de sua atuação profissional, Maria Firmina contribuiu para o campo da educação ao inaugurar a primeira escola mista do Maranhão, na qual ensinava meninos e meninas na mesma classe. Por ser considerada uma atitude escandalosa, Firmina viu-se obrigada a interromper as aulas em 1883. Mas, segundo relatos de uma ex-aluna, Maria Firmina seguiu lecionando até por volta de 1901, quando já contava 70 anos, praticamente. Concluímos com isso que Maria Firmina dos Reis destacou-se por contribuir pioneiramente nos campos da educação, da literatura e do direito das pessoas negras escravizadas no Brasil do século XIX.

A atualidade da autora

Para pensarmos o panorama da literatura brasileira contemporânea, recorreremos a um importante estudo coordenado pela pesquisadora Regina Dalcastagnè, publicado em suporte livro, sob o título *Literatura Brasileira Contemporânea: um território contestado* (2012). Nele foram analisados 258 romances publicados por grandes editoras brasileiras como a Cia. das Letras, a Record e a Rocco, no período de 1990 a 2004. A partir deles, foram produzidos dados estatísticos sobre a diversidade na literatura brasileira contemporânea que nos ajudarão a pensar também a atualidade da escritora Maria Firmina dos Reis.

De acordo com esse estudo, em 56,6% dos romances contemporâneos não existe sequer um personagem não branco; 81% dos personagens são heterossexuais; 56,6% são de classe média, 56,3% dos adolescentes negros são representados como dependentes químicos contra 7,5% de adolescentes brancos na mesma situação, 71,1% dos protagonistas são homens e 78,8% são brancos.

Apenas 7,9% dos personagens analisados são negros, somando 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores. Desse pequeno universo, 73,5% são pobres, 20,4% são bandidos, 12,2% empregados e 9,2% são escravizados.

Agora, quando se introduz a variável causa de morte, por exemplo, vemos que 61,1% das personagens negras são assassinadas pelos escritores em seus romances, enquanto que apenas 28,1% das personagens brancas são vítimas de assassinatos, estas morrem mais de acidentes e doenças, somando 60,7%, somente 27,8% das persona-

gens negras morrem em romances porque adoecem ou se acidentam. Nos 258 livros estudados, só 28,9% das protagonistas eram mulheres e apenas três protagonistas eram mulheres negras.

De outro modo, todas as protagonistas das obras de Firmina dos Reis são mulheres: tanto em *Úrsula*, quanto em *Gupeva* ou em *A escrava*, demonstrando que toda a sua produção está atravessada pela preocupação em dar voz às mulheres e aos seus conflitos. Além disso, Maria Firmina dos Reis inaugurou no romance brasileiro do século XIX a narrativa em primeira pessoa de personagens negras. Susana, Túlio, Antero, Joana e Gabriel são, assim, as primeiras personagens literárias negras brasileiras constituídas e representadas como sujeitos de suas trajetórias e que narram elas próprias suas histórias por meio de suas vozes, seus pensamentos e suas falas.

Se a literatura contemporânea é marcada pela recusa em se assinalar o lugar do negro no romance brasileiro como voz narrativa expressa na primeira pessoa do singular, reveladora da subjetividade em todos os seus aspectos, como vimos, contrariamente, é esse um dos grandes legados de Maria Firmina, que a mantém, ainda hoje, atual e subversiva. Por fim, concluímos que desde Maria Firmina dos Reis afirma-se “vidas negras importam”: suas histórias e memórias, seus pensamentos e imaginários.⁷

Referências

BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*, v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 232.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996b.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 26, p. 13-71, jul./dez. 2005.

7 Trecho do editorial do número 1 da revista *Firminas – pensamento, estética e escrita* (2020).

_____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula; A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

_____. Palestra proferida no curso *Desvendando Maria Firmina dos Reis*, realizado no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo. São Paulo, 9-10 nov. 2017.

LOBO, Luiza. A pioneira maranhense Maria Firmina dos Reis. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 16, 1989.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luiz: COCSN, 1975.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula; A escrava*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2004.

SILVA, Régia Agostinho da. *A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e a representação sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

STOWE, Harriet Beecher. *A cabana do Pai Tomás*. Porto: Público Comunicação, 2005.

Capítulo 9

Olive Schreiner

Raquel Gryszczenko Alves Gomes

A vida

Um exercício interessante para quem se aproxima inicialmente de Olive Schreiner é o de dedicar alguma atenção às palavras que costumam ser mobilizadas em torno de seu nome, àquelas palavras que buscam sintetizar e resumir os inúmeros contornos que podem ser observados em sua trajetória e produção. Em famosos *sites* de busca na internet, notamos que Schreiner é, muitas vezes, apresentada, a partir de termos como “uma escritora e feminista sul-africana”, uma “intelectual”, “escritora socialista”, “liderança política” e também “a autora do romance *The Story of an African Farm*” (1883). Por vezes, indica-se ainda que foi irmã de William Philip Schreiner, primeiro ministro da Colônia do Cabo entre os anos de 1899 e 1902. Essa é uma lembrança importante, sem dúvida, e que permite compreender algo de sua circulação nas esferas políticas sul-africanas, mas que, em biografias mais curtas e pontuais, faz pensar sobre como algumas mulheres têm sido constantemente apresentadas, a partir de figuras e presenças masculinas em suas vidas – pais, irmãos, maridos, amigos, amantes.

Ocupemo-nos, então, em pensar Olive Emilie Albertina Schreiner, a partir de si mesma e de sua produção: nascida em 24 de março de 1855 em Wittenberg, Região

Nordeste do território sul-africano, na então Colônia do Cabo, foi a nona criança do casal formado por Gottlob Schreiner e Rebecca Lyndall. Eles se conheceram quando Gottlob partiu do sul do território hoje conhecido como Alemanha para estudar em Londres, e se casariam três semanas antes de se deslocarem da Europa para o extremo sul do Continente Africano, envolvidos com o trabalho missionário.¹ Em sua adolescência, os problemas financeiros enfrentados pela família fizeram com que Olive começasse a trabalhar como tutora de crianças em fazendas bôeres² no interior da Colônia do Cabo (GOMES, 2013, p. 26), na região semidesértica conhecida como *karoo*. Diz-se que muitos dos cenários e situações apresentados naquela que permanece, até hoje, sua mais conhecida obra, *The Story of an African Farm*, teriam sido influenciados de maneira direta por esse período em que a filha do casal de missionários europeus encarou não apenas o isolamento físico e emocional imposto pela distância de sua família, mas também um cotidiano de confrontos com experiências socioculturais radicalmente distintas daquelas que experimentava no contexto da anglofonia. Na segunda metade do século XIX, aprofundavam-se as tensões entre bôeres e britânicos, bem como os estereótipos mobilizados por britânicos disseminando ideia de que bôeres eram profundamente conservadores, pouco abertos à mudança e incapazes de raciocínio crítico: as palavras do lorde Randolph Churchill, pai de Winston Churchill, em visita à África do Sul, sintetizam boa parte das ideias britânicas acerca dos bôeres:

O fazendeiro bôer personifica a ociosidade imprestável. [...] Pode-se afirmar... que ele nunca planta uma árvore, nunca cava um poço, nunca constrói uma estrada... Ele passa seu dia não fazendo absolutamente nada além de fumar e tomar café. É um completo ignorante. À exceção da Bíblia – cujas palavras toma com credulidade fanática em sua interpretação mais literal – ele nunca abre um livro, nem mesmo lê um jornal [...] (*apud* VAN WYK, 2003, p. 429).

1 Inicialmente vinculado à London Missionary Society, o casal Schreiner passaria a integrar, anos mais tarde, a Wesleyan Missionary Society.

2 *Boer*, em holandês, significa “fazendeiro”. No contexto africano, o termo refere-se às populações que, no século XVII, estiveram envolvidas nos primeiros movimentos coloniais – como holandeses, alemães e franceses huguenotes, por exemplo –, estendendo-se também a seus descendentes.

As tensões caminham para um movimento de *racialização* dos bôeres, especialmente, a partir da ideia de que representariam um “europeu degenerado” pela experiência viver muito tempo no continente africano.³

Em março de 1881, no mês em que completava 26 anos, Olive Schreiner deixou pela primeira vez o território sul-africano rumo à Inglaterra,⁴ com planos de estudar Medicina⁵ e dar visibilidade aos textos em que trabalhou de maneira mais sistemática ao longo da década de 1870 – dentre eles, o romance que a lançaria para a fama, publicado pela primeira vez em 1883. O desejo de tornar-se médica não seria concretizado em virtude da saúde frágil: asmática, Schreiner enfrentou diversos problemas decorrentes das crises de falta de ar experimentadas em seu ano inicial na Inglaterra. As crises de asma marcariam, inclusive, grande parte da vida da autora também nos anos seguintes.

Também a publicação de seus escritos encontrou percalços: apresentado a várias editoras, o texto que viria a ser o romance *The Story of an African Farm* recebeu negativas da Editora McMillan, no fim de 1881, e da Bentley & Son e Smith Elder no ano seguinte (MEINTJES, 1965, p. 47). Foi em meados de março de 1882 que a Chapman and Hall interessou-se pelo romance, mas não sem tentar negociar com a autora alterações no enredo: escrito em plena Era Vitoriana, o romance apresentava ao público uma protagonista marcada por personalidade e conduta distintas daquelas que se desejavam exemplares para as mulheres do período. A ficcional jovem de origem inglesa Lyndall – em referência ao sobrenome de solteira de sua mãe – foi apresentada por Schreiner como alguém em constante tensão com o ambiente que a cercava, questionando lugares e possibilidades sociais, desejando sair da interiorana fazenda sul-africana que parecia impor-lhe tantos limites. Além disso, Lyndall também engravida fora de um casamento – e não desejava casar-se com o pai da criança.⁶

3 Semelhante processo de racialização, em período concomitante, foi experimentado pelos irlandeses – tanto na Europa, quanto na América do Norte, mobilizando tensões políticas, culturais, religiosas e sociais (MARTIN, 2014).

4 Economias feitas durante o período em que atuou como tutora em fazendas no interior da Colônia do Cabo permitiram o deslocamento de Olive do Cabo para a Inglaterra. Importante também destacar a rede de familiares (dois de seus irmãos mais velhos, Fred e Will, estavam na Inglaterra há alguns anos) e amigos, fundamental não apenas no apoio financeiro à escritora, em especial nos anos que antecederam a publicação de *The Story of an African Farm* em 1883 (FIRST; SCOTT, 1980, p. 111; HEIDENREICH, 2016, p. 33).

5 O acesso de mulheres ao curso de Medicina foi liberado no ano de 1876.

6 Em correspondência, Schreiner indica que a editora tentou alterar o comportamento da personagem Lyndall, casando-a com o pai da criança (GOMES, 2013, p. 27). O deslocamento social dessa mulher “fora do padrão” vitoriano é exposto pelo próprio fim da personagem Lyndall, que morre no parto – junto com sua filha.

A saída encontrada pela Chapman and Hall para evitar polêmicas em torno da publicação do romance foi aquela bastante comum para mulheres do período: tornar sua autora “invisível”, a partir do emprego de um pseudônimo, de um *pen name*. Quando *The Story of an African Farm* foi publicado pela primeira vez, sua autoria foi atribuída a Ralph Iron – e as discussões em torno do que teria levado à escolha desse nome, em particular, ainda mobilizam diversos pesquisadores da área.⁷ Temia-se que apresentar um romance protagonizado pela personagem Lyndall e atribuir sua autoria a uma jovem mulher pudesse implicar em um escândalo que colocaria em dúvida não apenas a reputação da escritora, mas também da própria editora. O burburinho em torno do lançamento do romance, no entanto, impulsionado pelo interesse editorial e popular pelas narrativas que mobilizavam o imaginário em torno do Continente Africano,⁸ fez com que a autoria do romance logo fosse questionada, como indica a resenha publicada por Henry Norman no periódico *Fornightly Review*, em dezembro de 1883: “[...] apesar do nome extremamente masculino presente na capa do livro, ele é claramente o trabalho de uma mulher – e, quase com a mesma certeza, de uma jovem mulher, o que o torna ainda mais notável” (*apud* FIRST; SCOTT, 1980; GOMES, 2013, p. 49). Pouco tempo depois, a efetiva autoria de *The Story of an African Farm* já não seria segredo, e o nome de Olive Schreiner apareceria na segunda edição do romance.

A recepção da narrativa protagonizada por Lyndall – e também pelo próprio território sul-africano, pode-se dizer – teve posições oscilantes. Diversos comentadores elogiaram a construção do enredo e mesmo o posicionamento crítico assumido em torno das expectativas construídas sobre o “ser mulher” na sociedade vitoriana (em suas dimensões metropolitana e colonial). Outros, no entanto, optaram por indicar que o romance carregava uma “moralidade prejudicial” e que fora escrito por “um espírito irremediavelmente doente” (BERKMAN, 1989, p. 196). De qualquer forma, a publicação alavancou a visibilidade e inserção de Olive Schreiner nos circuitos socioculturais ingleses.

A década de 1880, em especial, assistiu à expansão de diversos movimentos sociais, artísticos e políticos, expansão esta acompanhada também pela organização

7 Ver, por exemplo, *Olive Schreiner and the labour of writing* (GREEN, 1998) e *Visiting the Highest Heaven: Gender-Free Narration and Gender-Inclusive Reading in Olive Schreiner's Dreams* (1890) (SAUDO-WELBY, 2017).

8 Fundamental pensar em como as chamadas “narrativas do Império” ou do imperialismo ganham espaço no mercado editorial nas décadas finais do século XIX, com a ascensão de nomes como os de Rudyard Kipling e Robert Louis Stevenson – e é importante vincular *The Story of an African Farm* ao gênero literário dada a pouca visibilidade conferida a mulheres escrevendo ou mesmo protagonizando essas narrativas.

de clubes e associações voltados ao debate e à troca de ideias, à discussão de leituras e debates políticos. Schreiner compareceu à primeira reunião do *Men and Women's Club*, um pequeno grupo de “seleta associação”, dedicado ao debate livre e diversificado sobre as relações entre homens e mulheres, encarando temas que iam do casamento à prostituição, por exemplo.

Idealizado pelo estatístico Karl Pearson, com quem Olive Schreiner manteve correspondência, o clube, no entanto, tornou-se conhecido também pela dificuldade de incorporar efetivamente mulheres a seus debates – Pearson alegava não encontrar mulheres que pudessem competir “em igualdade intelectual” (WALKOWITZ, 1986, p. 43) com os homens do grupo. Um dos textos inaugurais das atividades do clube, “The Woman Question”, foi apresentado pelo próprio Pearson no verão de 1885, e propunha-se a pensar os impactos que a “emancipação feminina” poderia trazer para a continuidade da reprodução da raça humana.⁹ O texto foi muito criticado pelas mulheres presentes ao encontro – especialmente por Olive Schreiner, que acreditava que a discussão em torno do lugar da mulher na sociedade passava também por uma discussão sobre os papéis do próprio homem. Embora a experiência no *Men and Women's Club* tenha sido marcada por diversas tensões e atritos de Schreiner com outros membros do clube, deve-se destacar que ela intensificou seu envolvimento e trânsito por um círculo intelectual que incluía também, por exemplo, os nomes de Edward Carpenter, Havelock Ellis e Eleanor Marx.

A obra

Em 1889, com a saúde debilitada e um quadro acentuado de depressão, Olive Schreiner retorna ao território sul-africano, encontrando na escrita um elemento importante na recuperação de sua saúde mental, mas também uma forma de tentar reestabelecer suas conexões com o ambiente colonial que deixara anos antes. É desse período uma intensa contribuição e participação na imprensa, além do investimento em um trabalho ficcional centrado na produção de contos e no trabalho constante

9 A questão feminina era elaborada por Karl Pearson em diálogo com o repertório racista e eugenista do período: “É digno de nota que maioria das comunidades mais primitivas, de tipo *socialista*, são marcadas por grande liberdade feminina, e a restrição dessa liberdade foi uma das principais causas da sobrevivência e estabilidade superior dos sistemas patriarcais” (*apud* BOSE, 1999, p. 44).

naquele que era chamado de “*the sex book*”, um texto destinado a apresentar uma história da sexualidade da Antiguidade ao século XIX. Estima-se que também tenha tido início nesse momento, continuando, em especial, entre os anos de 1890 e 1892, a produção de uma série de textos que foi compilada postumamente sob o título de *Thoughts on South Africa* (1923). São textos destinados a refletir sobre o relacionamento entre bôeres e ingleses e seus impactos na gestação de um projeto nacional comum para o território sul-africano, e nota-se como os anos experimentados na Inglaterra ajudaram a intelectual a repensar também sua própria relação com o território colonial em que nasceu: a atenção à política local, ao convívio e aos atritos entre bôeres e ingleses, e também a como a “raça branca” poderia lidar com o problema que se colocava na chamada “questão nativa” – como lidar, afinal, com os quase cinco milhões de sul-africanos negros que ocupavam o território e como pensá-los dentro de um projeto nacional comum.

Na reflexão sobre a possibilidade de uma nação sul-africana, Olive Schreiner passou a se colocar de maneira diretamente oposta às políticas coordenadas por Cecil Rhodes, nome fundamental da ação do imperialismo britânico no extremo sul do Continente Africano, o homem que congregava em suas ações as ideias de uma ação britânica no continente que fosse capaz de “unir o Cabo ao Cairo”. Schreiner identificava na ação do imperialismo britânico, pautado por uma agenda capitalista mineradora, um foco de aprofundamento das tensões raciais e culturais experimentadas em território sul-africano – e boa parte de sua produção intelectual na década de 1890 esteve voltada para denunciar as ações imperialistas: exemplos mais marcantes são o panfleto político *The Political Situation* (1896), em que criticava as tentativas de controlar os recursos minerais sul-africanos, a partir de uma violenta política de anexação de territórios e conflito com as estabelecidas Repúblicas Bôeres do Transvaal e do Estado Livre de Orange, e a alegoria *Trooper Peter Halket of Mashonaland* (1897), em que a autora denuncia a ação do capitalismo minerador e exploração da mão de obra nativa personificando a questão na figura do próprio Rhodes. É marcante o argumento, em fins da década de 1890, de que a chamada “*native question*” não está desvinculada de outro tema que surge como fundamental na agenda sul-africana de então – a “*labour question*”, ou seja, a discussão em torno de como conquistar a mão de obra capaz de tocar a indústria mineradora de forma a assegurar os maiores lucros possíveis.

A articulação de uma crítica sistemática às ações imperialistas britânicas em território sul-africano renderia a Schreiner um incômodo local no circuito

sociopolítico do período, aprofundado ainda mais, a partir da tensão posta pelo início da Guerra Sul-Africana entre os anos de 1899 e 1902.¹⁰ Seu alinhamento pró-bôer durante o confronto fez com que a literata fosse alvo de insultos até ataques mais diretos, como o incêndio de sua casa – incêndios eram comuns no conflito e especialmente utilizados como armas de guerra: não se sabe se, nesse caso, o fogo teria sido ateadado de forma proposital, como um ataque direto aos posicionamentos políticos de Olive Schreiner, ou se teria sido um prolongamento da prática de atear-se fogo às plantações e pastos para enfraquecer as guerrilhas e tropas adversárias. De qualquer forma, o incêndio fez com que parte significativa da produção textual da autora fosse perdida, em particular, o trabalho que realizava há anos no chamado “*the sex book*”. Parte do argumento, no entanto, foi desenvolvido no livro que seria publicado anos mais tarde, em 1911: *Woman and Labour* não contemplava uma ampla discussão sobre as relações entre homens e mulheres da Antiguidade ao fim do século XIX, mas apresentava uma fundamental interpretação das relações de gênero e sua centralidade também nas questões trabalhistas. A proposta de Schreiner destaca que a experiência humana de trabalho fora construída, a partir da interação das atividades de homens e mulheres, mas que as experiências contemporâneas haviam legado às mulheres um lugar parasitário de dependência dos homens e confinamento ao ambiente doméstico. A mulher, defendia Schreiner, não podia ser definida unicamente por suas funções sexuais, vivendo para gerar filhos, e se fazia urgente uma reformulação das relações de trabalho pautada também no reconhecimento do protagonismo das mulheres.

Pacifista, Olive Schreiner foi profundamente afetada não apenas pela Guerra Sul-Africana e seus impactos no extremo sul do continente, mas também pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. A saúde, debilitada pela asma que acompanhara a literata desde muito cedo, definhava também com o aprofundamento de um quadro de depressão e crises de angina. A autora de *The Story of an African Farm* termina seus dias vivendo no Cabo, dedicando-se à escrita e à reflexão sobre as experiências políticas envolvendo a jovem nação sul-africana e o aprofundamento das políticas de segregação racial que, nos anos posteriores, ganhariam contornos

10 Mais conhecida na historiografia como Guerra Anglo-Bôer, o conflito entre os anos de 1899 e 1902 foi o ápice de tensões que se arrastavam há muitos anos entre as duas experiências de ocupação colonial do território sul-africano, potencializadas pela descoberta de diamantes e ouro – em especial, na região do Transvaal, república bôer fundada em 1856. A opção, aqui, por chamar o conflito de Guerra Sul-Africana, dialoga com a historiografia mais recente e atenta também à participação das populações africanas negras no conflito, para além de “ingleses” e “bôeres” (GOMES, 2015, p. 1-5, 47-48).

ainda mais violentos. A frustração de Schreiner com a rápida expansão dos projetos segregacionistas na União Sul-Africana após sua fundação, no ano de 1910, pode ser percebida, por exemplo, com sua saída, em 1913, da vice-presidência da *Cape Women's Enfranchisement League* (Liga pelo Voto das Mulheres do Cabo) pela negativa desse grupo em incluir, dentre suas demandas, o direito ao voto também para mulheres negras.

Olive Schreiner faleceu em dezembro de 1920 e, embora tenha experimentado uma relação com a crítica permeada por altos e baixos, com aproximações e distanciamentos da cena intelectual do imperialismo britânico e com uma inserção no cenário político sul-africano marcada por posições pouco populares, seu nome se tornaria incontornável: Schreiner destacou-se, afinal, não apenas por criar, com Lyndall, uma das primeiras personagens do gênero literário conhecido por apresentar ao mundo a *new woman* que queria transformações radicais na inserção das mulheres na sociedade de então, mas também foi uma comentadora crítica da experiência colonial e imperial inglesa, sensível às especificidades sul-africanas num cenário internacional ampliado.

O interesse em sua trajetória e produção reflete-se, além disso, na publicação, poucos anos depois de sua morte, de diversos trabalhos inéditos – sistematizados por seu marido, Samuel Cronwright-Schreiner.¹¹ Destacam-se aqui a compilação de contos *Stories, Dreams and Allegories*, de 1923, a já mencionada compilação de artigos *Thoughts on South Africa*, do mesmo ano, e também o romance *From Man to Man*, publicado em 1926. Samuel também publicou uma das primeiras biografias de Olive Schreiner, escrita por ele mesmo, no ano de 1924 (FIRST; SCOTT, 1980, p. 20).

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Na vasta produção intelectual de Olive Schreiner, que transitou por vários gêneros literários (sendo romance, panfletos, contos, alegorias e ensaios aqueles que mais se destacam), é possível também identificar diversos temas que despertaram o interesse da autora ao longo dos anos. É curioso observar como o engajamento em torno desses temas acompanha, em certa medida, a própria negociação identitária

11 Samuel adotou o sobrenome de Olive quando se casaram, no ano de 1894.

de Schreiner em diferentes espaços – marcada, ela mesma, pelas tensões do forjar-se entre a experiência colonial e metropolitana. Sua obra registra das inquietações em torno da religião e religiosidade que marcaram sua infância e adolescência, crescendo no ambiente familiar marcado pelo trabalho missionário dos pais, às discussões sobre raça e o papel social da mulher – no mundo político, na construção da nação sul-africana e nos mundos do trabalho –, que seriam as marcas mais constantes de sua produção dos anos de 1890 até o fim de sua vida.

Importante destacar também que a produção de Schreiner historiciza, de certa forma, a opressão da mulher nas sociedades, contestando os argumentos pseudocientíficos circulantes que atribuíam às mulheres uma condição de “inferioridade” supostamente natural. As reflexões em torno da condição da mulher bôer na sociedade sul-africana são, nesse aspecto, fundamentais para compreender a interpretação de Schreiner da questão – e também sua ideia de que o futuro da nação sul-africana estaria não na consolidação do projeto imperialista britânico, aliado ao capitalismo industrial minerador, mas, sim, na percepção de que as duas raças brancas que ocupam o território dariam origem a uma raça una. A mulher bôer surge como exemplo incontornável porque ela tem, na interpretação de Schreiner, iguais direitos aos bens materiais que partilha com seu marido bôer, construindo, assim, uma vida de igualdade – que se manifesta não apenas em sua dimensão material, mas também no que diz respeito à igual partilha das atividades de trabalho entre os dois:

Enquanto o homem conta suas ovelhas, pastoreia o gado, participa da tosquia, caça ou, em intervalos, constrói uma casa, ou um poço, ou um *kraal*, a mulher, além de ter os filhos do casal, amamentá-los e criá-los, também alimenta toda a estrutura doméstica. É ela que, com suas mãos, molda roupas, ela que treina e ensina a seus filhos e filhas tudo aquilo que, muitas vezes, eles vão saber sobre religião e as tradições de seu povo [...]. Foi ela que, naqueles dias, quando conflitos com homens e bestas selvagens eram parte da vida cotidiana, encarou a morte lado a lado com o homem, que esteve sempre ombro a ombro com ele; e é ela que, ainda hoje [...] tem uma influência determinante na paz ou guerra (SCHREINER, 1923, p. 200-201).

Ao compartilhar com o homem o cotidiano de trabalho, a mulher bôer não estaria legada à condição parasitária de dependência da sua sexualidade e de sua capacidade de gerar filhos, no argumento de Schreiner. A questão do trabalho também seria ponto expressivo nos debates sobre a questão do nativo e as tensões raciais que se aprofundaram no início do século XX, após a Guerra Sul-Africana. Desde a década de 1890, Schreiner argumentava que a expansão do capitalismo minerador piorava as condições de exploração e violência contra milhões de nativos – mas são leis

como o *Mines and Work Act*, de 1911, que monopolizava o trabalho especializado na mineração e na construção de ferrovias para trabalhadores brancos, e o *Native Labour Regulation Act*, do mesmo ano, que criminalizava a quebra de contrato por parte de trabalhadores negros, que começam a moldar o aprofundamento dessa exploração no território recentemente unificado em um projeto nacional (GOMES, 2015, p. 23).¹²

Reconhecendo que a questão nativa e a questão do trabalho eram indissociáveis no projeto nacional sul-africano, Schreiner lembrava também que os reais produtores da riqueza sul-africana eram os trabalhadores nativos, em especial os Bantu – “*our vast labouring class*” (*apud* HEIDENREICH, 2016, p. 68). Nesse sentido, as palavras da autora ao editor do jornal *The Transvaal Leader* em dezembro de 1908 ganham dimensão ainda mais expressiva: “[...] Creio que uma tentativa de basear nossa vida nacional em distinções de raça ou cor vai, com o passar de muitos anos, se provar falha para nós” (SCHREINER, 2005, p. 166).

A atualidade da autora

As investigações contemporâneas da obra da autora sul-africana têm indicado a pluralidade de possibilidades interpretativas que ainda se mostram disponíveis, oferecendo caminhos para análises não apenas sobre os debates em torno das relações de gênero na virada do século XIX para o XX, mas também sobre o próprio lugar ocupado pela intelectual nos cânones literários e políticos imperiais, englobando, tanto os espaços da metrópole, quanto aqueles sul-africanos. Além disso, debates contemporâneos, informados pelas teorias pós-coloniais, têm apontado o pensamento e a produção de Schreiner como uma “voz pós-colonial” precoce, uma autora que anteciparia boa parte dos temas e tensões encarados pelos autores envolvidos em discutir experiência colonial na África no século XX. Encontrar em Olive Schreiner argumentos que, em pleno século XXI, ainda parecem tão urgentes – em especial por discutirem questões envolvendo um imbricamento entre raça, classe e gênero – pode oferecer, de fato, caminhos tentadores à crítica e a pesquisadores e pesquisadoras. É

12 A União Sul-Africana foi promulgada no fim de maio do ano de 1910, após oito anos de intensos debates acerca do formato do estado nacional – se uma união ou uma federação – e também dos processos identitários e políticos acerca de quem seria, afinal, o *sul-africano* que se desejava como rosto da nação.

preciso, no entanto, manter a perspectiva de que a autora foi uma *mulher de seu tempo*: a crítica que elaborou ao sistema imperial, especialmente ao capitalismo minerador e seus desdobramentos em opressões raciais e de gênero, não a torna alguém “à frente de seu tempo” – argumento constantemente mobilizado por análises para mencionar trajetórias de mulheres entendidas como excepcionais nas sociedades em que viveram. O argumento do “à frente do seu tempo” rouba a visibilidade do processo formativo e das experiências que tornaram diversas mulheres possíveis *apesar* de tantas coisas que viveram. Entender Olive Schreiner como uma mulher de seu tempo é entender a dualidade que permeou não apenas sua obra, mas também sua forma de estar no mundo: a construção de sua identidade como sul-africana acontece a partir da circulação no espaço metropolitano inglês e passa a permear também dimensões de sua escrita e de sua reivindicação por participação nos cenários políticos da nação.

Referências

- BERKMAN, Joyce Avrech. *The healing imagination of Olive Schreiner: beyond south african colonialism*. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 1989.
- BOSE, Sarika Priyadarshini. *Women as figures of disorder in the plays of Oscar Wilde*. 1999. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Birmingham, Birmingham, 1999.
- CHRISMAN, Laura. *Rereading the imperial romance: british imperialism and south african resistance in Haggard, Schreiner, and Plaatje*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- FIRST, Ruth; SCOTT, Ann. *Olive Schreiner: a biography*. New York: Schocken Books, 1980.
- GOMES, Raquel G. A. *Uma feminista na contramão do colonialismo: Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1800-1902*. São Paulo: Annablume, 2013.
- _____. *De espinhos e agulhões: segregação e lei de terras na obra de Sol Plaatje, 1902-1930*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- GREEN, Louise. Olive Schreiner and the labour of writing. *World Literature in English*, v. 37, p. 142-155, 1998.
- HEIDENREICH, Viviane D'Ávila. *Olive Schreiner: an early postcolonial voice?* 2016. Tese (Doutorado em Estudos Literários e Culturais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- KREBS, Paula. Olive Schreiner's Racialization of South Africa. *Victorian Studies*, v. 40, n. 3, p. 427-444, 1997.

MARTIN, Amy. E. Victorian Ireland: race and the category of the human. *Victorian Review*, v. 40 n. 1, p. 52-57, 2014.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: EdUnicamp, 2010.

MEINTJES, Johannes. *Olive Schreiner: portrait of a south african woman*. Johannesburg: Hugh Keartland, 1965.

MONSMAN, Gerald. *Olive Schreiner's fiction: landscape and power*. New Brunswick; New Jersey: Rutgers University Press, 1991.

SAUDO-WELBY, Nathalie. Visiting the highest heaven: gender-free narration and gender-inclusive reading in Olive Schreiner's *Dreams* (1890). *Miranda*, n. 14, 2017.

SCHREINER, Olive. *Thoughts on south Africa*. London: T. Fisher Unwin, 1923.

_____. *Words in season*. Pietermaritzburg: Penguin Books, 2005.

VAN WYK, Smith. The Boers and the Anglo-Boer War (1899-1902) in the twentieth-century moral imaginary. *Victorian Literature and Culture*, v. 31, n. 2, p. 429-446, 2003.

WALKOWITZ, Judith R. Science, feminism and romance: the men and women's club, 1885-1889. *History Workshop*, n. 21, p. 36-59, 1986.

Capítulo 10

Anna Julia Cooper

Cátia Cristina Bocaiúva Maringolo

A vida

De toda forma, assim como nossos advogados caucasianos não podem ser culpados por não conseguirem *muito bem* se colocar no lugar do homem negro, também não se deve esperar que o homem negro consiga reproduzir completa e adequadamente a exata Voz da Mulher Negra (COOPER, 1988, p. 5, tradução nossa).

Anna Julia Cooper nasceu em 10 de agosto de 1858, em Raleigh, Carolina do Norte, e morreu em 27 de fevereiro de 1964, em Washington, DC. Foi uma educadora feminista, ativista, pesquisadora e estudiosa negra estadunidense internacionalmente reconhecida. Em uma ampla e prolífica produção acadêmica, pedagógica e ativista, Cooper “[...] evitou a hierarquização e se recusou a aderir a abordagens de eixo único com relação à subjetividade, política ou conhecimento”. Deste modo, encorajou “[...] uma pedagogia crítica que colocava a responsabilidade sobre seu público de extrair significado das múltiplas possibilidades [...]” (MAY, 2007, p. 4, tradução nossa).

Cooper era filha de Hannah Stanley, uma mulher negra escravizada e teve mais dois irmãos. Em 1868, aos dez anos, foi matriculada na Escola Normal Saint Augustine e posteriormente no Collegiate Institute, uma instituição para pessoas

escravizadas e livres. Durante seus anos escolares iniciais, notou a explícita diferenciação no tratamento educacional de meninos e meninas e, desde então, passou a vida advogando pela educação das mulheres negras, bem como desenvolveu uma percepção contundente e crítica sobre estruturas de opressão alicerçadas na intersecção entre gênero e raça. Em 1877, casou-se com um colega de escola, George Cooper, que faleceu brevemente. Após a morte do marido, iniciou o curso de Matemática na Faculdade de Oberlin, em Ohio, em 1884, e obteve o título de mestre, também pela mesma instituição, em 1888, como mérito por sua carreira docente.

A partir de 1887, Cooper ministrou aulas na famosa escola M Street High School (renomeada de Dunbar High School), em Washington, DC. A escola ficou famosa durante os anos em que esteve em sua direção, tanto pelo alto desempenho dos alunos e alunas negros nos exames educacionais, por vezes obtendo notas mais altas do que a parcela estudantil branca, quanto pela ênfase em um currículo abrangente, que primava por um ensino crítico, e não estritamente técnico, voltado apenas para a servidão e para funções laborais (MAY, 2007; 2014; GINES, 2015).

Além das atividades educacionais, Cooper foi uma importante oradora e, a partir de 1880, integrante ativa no movimento de clube de mulheres. O movimento de Clubes de Mulheres foi o surgimento de uma multiplicidade de organizações, tanto de mulheres brancas, quanto de mulheres negras, que advogavam pelos direitos das mulheres como acesso à educação formal, incentivo à leitura, ofereciam ativistas para crianças durante as férias escolares de verão, aulas para adultos e pessoas da classe trabalhadora, e que, de modo geral, lutavam por justiça social com uma miríade de atividades, palestras e reuniões. Em 1892, publicou seu icônico livro *A Voice from the South by a Black Woman of the South*, considerado um texto clássico do feminismo negro estadunidense.

Em 1895, participou como uma das poucas mulheres negras da *National Conference of Colored Women* e, em 1900, da primeira *Pan-African Conference*. A partir de 1911, Cooper se empenhou nos estudos para a obtenção do título de doutora pela Universidade de Columbia com a tese sobre a tradução comentada de um clássico texto francês, *Le Pèlerinage de Charlemagne*, publicado posteriormente em Paris, em 1925 (MAY, 2007). Ela fez diversos cursos entre 1911 e 1913, porém não conseguiu cumprir o requisito residencial de um ano, pois ainda trabalhava na M Street High School (GINES, 2015).

Após alguns anos dedicados ao ingresso na pós-graduação na Universidade de Columbia, que recusou sua proposta inicial de pesquisa, Cooper tornou-se doutora

aos 66 anos pela Sorbonne, em Paris, com uma tese sobre escravidão, Iluminismo e a Revolução do Haiti. Embora seja recorrente encontrarmos em sua biografia a menção ao seu nome como Anna Julia Haywood Cooper, a pesquisadora Vivian M. May (2007) reforça que a educadora e ativista, depois de se casar, não fez mais uso do sobrenome Haywood, como podemos perceber no nome da escola criada em homenagem à sua mãe: Hannah Stanley Opportunity School. É importante termos em mente que a autora, muito provavelmente, era filha do dono de sua mãe, doutor Fanius J. Haywood (MAY, 2007, p. 14). Quando fundou a escola Hannah Stanley Opportunity School em Frelinghuysen, a autora não incluiu o sobrenome Haywood de seu pai. Mesmo que alguns biógrafos mencionem o sobrenome, ela nunca o utilizava publicamente, em uma explícita rejeição da linhagem familiar paterna. Por outro lado, o silêncio de Cooper sobre sua filiação – ao não mencionar seu sobrenome ou laços familiares paternos – reverbera históricas opressões e condições impostas às mulheres negras no século XIX, em particular, durante o período da escravidão, bem como reafirma as ameaças constantes impostas às mulheres negras escravizadas, no tocante ao estupro perpetrado por homens brancos.

Além das diversas atividades acadêmicas, pedagógicas e de ativismo, Cooper criou duas crianças e adotou outras cinco. Em uma extensa e variada produção crítica e analítica, Cooper articulou os efeitos interseccionais de raça, gênero e classe, trazendo importantes contribuições ao feminismo negro, ao feminismo filosófico, à filosofia da raça, incluindo a filosofia política afro-estadunidense.

A autora esteve engajada, direta e indiretamente, em debates sobre ideias relacionadas a raça, gênero, progresso, liderança, educação, justiça e direitos com mulheres ativistas, tais como Maria W. Stewart,¹ Frances Harper,² Sojourner Truth,³ Ida

1 Maria W. Stewart (1803-1878) foi uma oradora pública, ensaísta, escritora, professora e ativista política considerada a primeira mulher estadunidense a ministrar palestras públicas. Stewart é conhecida por quatro famosos discursos realizados na cidade de Boston, em 1830. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/people/history/historians-miscellaneous-biographies/maria-w-stewart>. Acesso em: 15 dez. 2020.

2 Frances Ellen Watkins Harper (1825-1911) foi uma poeta, escritora e oradora estadunidense do século XIX. Foi a primeira mulher negra a publicar um conto, como também influente abolicionista, sufragista e cofundadora da National Association of Colored Women's Clubs. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/frances-ellen-watkins-harper>. Acesso em: 20 nov. 2020.

3 Sojourner Truth (c.1797-1883) foi uma oradora e ativista negra estadunidense que fazia uso de seu fervor religioso-cristão em favor da abolição e dos movimentos pelos direitos das mulheres. Após tornar-se envolvida aos movimentos antiescravistas e pelos direitos das mulheres, Truth participou em 1851 da Women's Right Convention [Convenção dos Direitos das Mulheres] em Ohio e fez o famoso discurso *Ain't I a Woman?* [Eu não sou uma mulher?]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Sojourner-Truth>. /<https://www.nps.gov/articles/sojourner-truth.htm>. Acesso em: 15 dez. 2020.

B. Wells-Barnett,⁴ e Mary Church Terrell,⁵ bem como com homens negros – homens da raça – Frederick Douglass,⁶ Martin Delany,⁷ Booker T. Washington⁸ e W. E. B. Du Bois (GINES, 2015). Anna Julia Cooper faleceu em 27 de fevereiro de 1864, aos 105 anos.

A obra

Ao participar, em 1932, de uma pesquisa de alunos graduados negros, Cooper afirmou que, mesmo sendo geralmente reconhecida por seu papel como importante intelectual e pesquisadora negra, gostaria de ressaltar a relevância de seu legado pela criação da escola para adultos que levou o nome de sua mãe, Hannah Stanley, dedicada à educação de pessoas negras da classe trabalhadora, enfatizando sua profunda crença em uma pedagogia libertária que visava à conscientização dos sujeitos (MAY, 2007). Desde jovem, a autora demonstrou ter consciência das opressões mutuamente operantes de gênero e raça, e, como pontuou ao mencionar a importância da escola criada em homenagem à sua mãe, do papel político e libertário da educação para as mulheres negras, dentro de uma estrutura que ainda perpetuava as mesmas violências do período escravocrata.

A ênfase dada por Cooper à condição de vulnerabilidade das mulheres negras, em especial, das mulheres negras sulistas de seu tempo – apesar das diferenças históricas, de idade, de classe social, de gênero, cor da pele ou de região –, mantém uma linha de ligação comum, um legado de luta contra a violência e as múltiplas matrizes de opressão que afetam mulheres negras até a contemporaneidade (COLLINS, 2002, p. 26).

4 Ida B. Wells-Barnett (1826-1931) foi uma importante jornalista, ativista e pesquisadora negra estadunidense do fim do século XIX e início do século XX. Durante sua vida, advogou contra o machismo, o racismo e a violência sistêmica, em especial sobre linchamentos. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/ida-b-wells-barnett>. Acesso em: 20 nov. 2020.

5 Mary Church Terrell (1863-1954) foi uma conhecida ativista negra estadunidense que defendia a igualdade racial e o sufrágio feminino no fim do século XIX e início do século XX. Disponível em: <https://www.womenshistory.org/education-resources/biographies/mary-church-terrell>. Acesso em: 20 nov. 2020.

6 Frederick Douglass (1818-1895) foi um dos mais proeminentes e importantes oradores e abolicionistas negros estadunidenses do século XIX. Durante sua vida, tornou-se famoso pelo brilhantismo oratório e pelo ativismo. Escreveu três biografias, sendo a mais conhecida *The Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave* [A narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano], de 1845. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Frederick-Douglass>. Acesso em: 15 dez. 2020.

7 Martin Delany (1812-1885) foi um abolicionista, físico, escritor e editor negro estadunidense. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Martin-R-Delany>. Acesso em: 15 dez. 2020.

8 Booker T. Washington (1856-1915) foi um educador, reformador e um dos mais influentes oradores negros estadunidenses. Torna-se o primeiro presidente e diretor do Tuskegee Normal and Industrial Institute [Instituto Industrial e Normal Tuskegee, atualmente Universidade Tuskegee]. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Booker-T-Washington>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Eu irei implorar [...] para adicionar meu apelo em favor das *Meninas Negras do Sul* — essa grande, brilhante e promissora classe fatalmente bela que está tremendo como uma delicada plântula perante à fúria de elementos tempestuosos, tão cheia de promessas e possibilidades, porém tão segura da destruição; frequentemente sem um pai a quem ousem aplicar o termo amoroso, muitas vezes sem um irmão mais forte para abraçar sua causa e defender sua honra com o sangue de sua vida; no meio de armadilhas e ciladas, emboscadas pelas classes mais baixas de homens brancos; sem abrigo, sem proteção além da grande abóboda celeste [...] Oh, salvem-nas, ajudem-nas, protejam-nas, treinem-nas, desenvolvam-nas, ensinem-nas, inspirem-nas! [...] Há material nelas de bom valor, a esperança em um germe de firme, útil e regeneradora condição de mulher, que, principalmente, repousa sobre as pedras fundamentais de nosso futuro como uma raça (COOPER, 1988, p. 24-25, tradução nossa).

A constatação de Cooper, porém, não pode ser compreendida como uma concepção ingênua sobre a fragilidade feminina ou de apelo à masculinidade/patriarcado como lugar de proteção e cuidado. A autora desejava chamar a atenção para os riscos e violências que meninas negras do Sul enfrentavam em sua vida cotidiana, pois quando se faziam defesas pela preservação da mulher, na maioria das vezes, esses discursos eram dirigidos somente às mulheres brancas. Por um lado, a afirmação de Cooper demonstrava como os homens brancos, imbuídos de noções racistas e machistas, representavam uma constante ameaça à integridade e à vida das mulheres negras. Sua visão era um contraponto a uma narrativa recorrente no fim do século XIX e início do XX em torno do estereótipo do homem negro bruto, bestial e estuprador, que se tornou uma justificativa legal da crescente onda de linchamentos que assolou os Estados Unidos, como problematizado por Ida B. Wells-Barnett, bem como da hipersexualização das mulheres negras. O argumento de Cooper criticava explicitamente a forma como as mulheres negras eram tratadas, dissociadas da moral, de ideais de respeitabilidade e humanidade, concepções que refletem séculos de escravidão. Através da reivindicação de uma condição de mulher, também se encontra na constatação de Cooper a importância dos laços familiares, na qual conchama homens e mulheres a agirem como pais, irmãos, amigos e apoiadores de todas as meninas negras do Sul, em um espírito de proteção e solidariedade.

Por outro lado, a defesa da importância do acesso ao ensino demonstra como a educadora percebia todas as formas de educação, fossem elas clássicas, profissionais, técnicas, vocacionais, de ensino integral ou de meio período como “lugares de libertação” (MAY, 2007, p. 64). Deste modo, o ambiente educacional era visto como um espaço onde se deveria aprender a questionar, ao invés de simplesmente aceitar

– uma crítica similar àquela que Paulo Freire fazia à “educação bancária” – e no qual os sujeitos são encorajados a “rejeitar todas as formas de opressão internalizada” (MAY, 2007, p. 64, tradução nossa). Nesse sentido, de modo a compreendermos as obras de Cooper, gostaríamos de pensar nesse percurso reflexivo, a partir de alguns questionamentos sobre sua produção intelectual, pedagógica e ativista, mas com um olhar de nosso presente.

Em primeiro plano, precisamos ter em mente que a vida de Cooper não pode ser compreendida como sinédoque da raça negra e nem das mulheres negras estadunidenses do fim do século XIX. Ou seja, a autora precisa ser compreendida atrelada a uma tradição de escrita, pesquisa, intelectualidade e ativismo negro que muitas vezes é menosprezada, esquecida ou silenciada pela crítica e teoria sociológica, feminista, política e filosófica – que frequentemente elenca apenas intelectuais e ativistas homens negros, reproduzindo uma percepção machista e patriarcal de que as mulheres negras não produziram pensamento crítico e intelectual, com exceção de uma série de (auto)biografias de mulheres negras do século XIX (GATES JR., 1988; MAY, 2007; SPILLER, 1983).

A produção intelectual, crítica e teórica de Cooper, bem como seu ativismo e defesa de uma pedagogia emancipatória e transgressora, anteciparam alguns aspectos do pensamento crítico defendido por bell hooks, a partir das reflexões de Paulo Freire. Cooper dialogou com os pensamentos de outras mulheres negras de seu tempo, bem como desenvolveu reflexões e críticas sobre as relações entre gênero, raça e classe presentes nos debates contemporâneos.

O conceito de interseccionalidade, dentre uma multiplicidade de usos nos debates atuais, é compreendido como uma ferramenta analítica, uma maneira de compreender a complexidade das experiências humanas, pontuando que a vida das pessoas, em particular, quando o assunto é desigualdade social, é moldada por múltiplos eixos de opressão que operam influenciando um ao outro. Assim, categorias como raça, gênero e classe são percebidas como categorias interligadas e possibilitam análises mais adequadas da condição das mulheres negras (BILGE; COLLINS, 2016).

Cooper estava inserida em uma longa tradição de mulheres negras que, durante o século XIX, “[...] analisaram tanto as opressões interseccionadas que circunscreviam as vidas das mulheres negras quanto trabalharam por justiça social. O movimento dos clubes de mulheres negras que criaram era tanto um esforço ativista quanto intelectual” (COLLINS, 2002, p. 50, tradução nossa).

Durante sua vida, Cooper esteve envolvida ativamente em diversos movimentos, exercendo papéis de liderança, como no *Book Lovers' Club*, uma organização comunitária bastante radical, que se tornou um dos movimentos centrais para a criação de instituições educacionais para adultos provenientes da classe trabalhadora. Posteriormente, em 1905, o clube fundou a primeira *Young Women's Christian Association* (YWCA), uma organização autônoma e financeiramente independente. Dentre as ações realizadas pela YWCA, destacamos o protesto contra as políticas de pena de morte, contra a abordagem dos assédios pervasivos e os ataques violentos em Washington; além disso, juntamente com a *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), ofereceu assistência às mães dos *Scottsboro Boys* (um grupo de jovens, de 12 a 19 anos, falsamente acusados de estuprarem uma mulher branca em 1931).

Além dessas organizações, Cooper também esteve envolvida na *Colored Women's League* e na *National Association of Colored Women's Clubs* (NACW) (May, 2007; Gines, 2015). Desde *A Voice from the South* até seus escritos e discursos posteriores, Cooper defendeu “[...] formas localizadas e corporificadas de conhecimento [...]” por meio de “[...] uma análise sofisticada da opressão [qu]e pede uma abordagem intersubjetiva da ética [...]” (MAY, 2007, p. 3, tradução nossa). Embora não tenha sido adequadamente lida e analisada como ativista, educadora e intelectual, Cooper pontuou como questões sobre identidade, diferença e política informam nossa condição cotidiana, nossas ideias sobre conhecimento, cidadania e os significados de nossas experiências coletivas (MAY, 2007). Assim, seus escritos e sua postura ativista desnaturalizam e tensionam ideologias supremacistas brancas e defendem o papel de homens e mulheres negros como “[...] agentes de conhecimento, cultura e transformação [...]” (MAY, 2007, p. 6, tradução nossa), bem como a universalização que os indivíduos fazem, a partir de suas experiências pessoais. Ao apontar que “[...] a mente filosófica enxerga seus próprios ‘direitos’ [como] os direitos da humanidade” (COOPER, 1988, p. 118, tradução nossa), Cooper enfatizou que o “[...] fundamento da liberdade não é o fundamento da raça ou uma seita, um partido ou uma classe – é um fundamento do ser humano, o próprio direito inato da humanidade” (COOPER, 1988, p. 120-121, tradução nossa), defendendo o pluralismo, a representação democrática e o acesso ao debate político a todas as pessoas que compõem a nação.

Cooper ergueu sua voz contra práticas racistas, machistas e supremacistas brancas por meio de uma escrita linguisticamente rica, marcada por sutilezas, ironias e sarcasmos, o que demonstra sua consciência crítica da situação de opressão,

dominação e violência que caracterizava a vida das mulheres negras nos Estados Unidos na virada do século XIX. O que, como apontam críticos de Cooper, costuma ser lido como uma escrita truncada, floreada e que poderia ser de difícil apreensão por parte da população negra menos letrada, precisa ser compreendido como a criação de uma linguagem que objetivava ultrapassar os constrangimentos impostos às pessoas negras, requerendo que observássemos “[...] as circunstâncias históricas e os contextos de restrição e silenciamento contíguos à história da escrita Afro Estadunidense” (MAY, 2007, p. 61, tradução nossa). Ao mesmo tempo, mostra como a autora usou em sua escrita diversas estratégias teológicas e oratórias características do discurso religioso ou mesmo poético. Como ilustrado no trecho abaixo, a autora utiliza metáforas e ironias para refletir sobre as opressões e violências impostas à população negra em representações literárias, recuperando imagens bíblicas que, por sua vez, foram um dos sustentáculos da ideologia escravagista: o negro como demônio.

O que espero ver antes de morrer é um homem negro com honestidade e gratidão retratando o Negro como ele é, e, ocasionalmente, o homem branco visto pelo ponto de vista do Negro. Há um antigo provérbio: “O demônio é sempre pintado de *preto* – por pintores brancos”. Talvez, o que seria necessário para inverter o quadro do nobre senhor matando o leão, é fazer do leão o pintor (COOPER, 1988, p. 225, tradução nossa).

Em outro momento, em um discurso sobre ética e questões raciais, Cooper afirmou:

Eu tenho fé em acreditar que Deus não nos fez para nada e Ele não ordenou que fôssemos apagados da face da terra. Eu acredito, além disso, que a América é a terra de destino para os descendentes da raça escravizada, que aqui na casa de seu cativo estão as sementes da promessa de sua emancipação e desenvolvimento final (COOPER, 2017, p. 22, tradução nossa).

Cooper atuou advogando justiça social, questionou a aparente naturalidade da ideologia supremacista branca, assim como a condição de cidadãos de segunda classe da população negra, ainda condicionada a situações de extrema pobreza, violência, desemprego e analfabetismo. A autora também anteviu a onda de encarceramento em massa⁹ de pessoas negras que caracteriza nossa contemporaneidade ao abordar a implantação do *convict lease* [“aluguel” de convictos], um sistema de trabalho

9 Sobre o fenômeno do encarceramento em massa, ver Davis (2016), Alexander (2018) e Borges (2019).

forçado praticado amplamente nos estados do Sul durante o Período da Reconstrução (1865-1877),¹⁰ por meio do qual as administrações governamentais aumentavam suas receitas alugando prisioneiros, em sua grande maioria homens negros, para corporações e proprietários de terra, mantendo a condição da população negra muito similar à experimentada durante a escravidão.

Cooper apontou o racismo dos movimentos sufragistas liderados por mulheres brancas, muitas das quais manifestavam um “espírito de casta”, e não admitiam que as mulheres negras participassem, partindo do pressuposto de que a categoria “mulher” era sinônimo de “mulher branca”. Ao mesmo tempo, ela apontou as práticas machistas e patriarcais de homens negros. Além disso, demonstrou, por fim, que múltiplas matrizes de opressão afetavam as mulheres negras, a partir do que hoje compreendemos como uma leitura interseccional de gênero, raça e classe.

Outra importante consideração sobre Cooper relaciona-se à sua condição de mulher negra, filha de uma mulher negra escravizada. Tendo nascido ainda durante o período de escravização, a biografia de Cooper reflete um movimento por parte de mulheres negras de forjar uma existência em liberdade que tensionasse ou destruísse os pressupostos da ideologia racista e supremacista branca. Tal ideologia se embasava em discursos cientificistas que consideravam as mulheres negras como seres infra-humanos (MBEMBE, 2014), destituídos de humanidade, intelectualidade, pensamento crítico e incapazes de produzir arte, literatura ou qualquer forma de expressão artística. Além disso, a condição das mulheres negras, outrora escravizadas, as colocava em completa oposição às mulheres brancas.

É nesse sentido que a autora reforçava em seus escritos o que poderia ser compreendido como um apelo em prol das mulheres negras, valorizando seu papel no espaço doméstico, na criação dos filhos e filhas e na preservação da família, mas também defendendo a sua educação, seu desenvolvimento intelectual e autossustento. O que poderíamos interpretar como uma tentativa, por parte de Cooper, de se adequar às amarras puritanas e patriarcais impostas às mulheres – que parece apontar para uma perspectiva essencialista e determinista sobre a feminilidade – demonstra

10 Reconstrução (1865-1877): período concebido como um modo de abordar os resquícios de séculos de marginalização da população negra e o legado de desigualdades políticas, sociais, econômicas e educacionais da escravidão, foi fortemente marcado por constantes atos de violência como linchamentos e a contínua vulnerabilidade da população negra, agora liberta.

os diversos obstáculos encontrados por essas mulheres negras para a construção de outras possibilidades de vida previamente negadas desde o cativeiro.

A morte precoce de seu marido significou para a autora uma possibilidade de continuar seu percurso, tanto acadêmico, quanto intelectual e ativista, uma vez que mulheres casadas eram impedidas de estudar e exercer a atividade docente. Nesse sentido, é interessante observarmos como a viuvez também funcionou, mesmo que fragilmente, como um escudo para Cooper dentro da lógica patriarcal e racista à qual as mulheres estavam subordinadas. Inserida em restritas regras e códigos de respeitabilidade e decoro, Cooper conseguiu exercer o magistério, pois não era uma mulher solteira, o que era percebido muitas vezes como sinônimo de promiscuidade, logo passível de abusos e violências. No entanto, por conta de sua condição de mulher negra, não esteve a salvo de enfrentar obstáculos, constrangimentos e opressões.

Eu asseguro que o desenvolvimento intelectual, com a autoconfiança e a capacidade para garantir o sustento que dele advém, torna a mulher menos dependente da relação matrimonial para o seu sustento físico (que, aliás, nem sempre é garantido pelo casamento). Ela também não é mais compelida a olhar para o amor sexual como a única sensação capaz de lhe dar tom e apreço, movimento e vigor à sua vida. Seu horizonte é expandido. Sua compreensão do outro é ampliada, aprofundada e multiplicada. Ela está em contato mais direto com a natureza [...] (COOPER, 1988, p. 68-69, tradução nossa).

Na sua tese de doutorado, defendida em 1925, escrita em francês com o título *L'attitude de la France à l'égard l'esclavage pendant la Révolution*, posteriormente traduzida ao inglês como *Slavery and the French Revolutionists*, a autora examinou as maneiras pelas quais as ideologias construídas sobre a ideia de raça impactaram nas conceitualizações sobre direito e liberdade no contexto das Revoluções Francesa e Haitiana. Partindo do pressuposto de que as pessoas negras são sujeitos históricos atuantes, a tese defendida por Cooper delinea o caráter inerente à condição humana de questões como liberdade e agenciamento.

A Revolução Haitiana não é compreendida por ela como mera reprodução ou reflexo da Revolução Francesa. Cooper expõe “[...] contradições éticas, políticas e epistemológicas no trabalho da emergente república democrática da França” (MAY, 2018, p. 903, tradução nossa). As Revoluções Francesa e Haitiana teriam surgido, a partir de uma “complexa consciência transatlântica”, e não apenas como fruto da intelectualidade e inovação política francesa. Assim,

[...] uma melhor hipótese [...] seria o postulado de que o progresso no sentido democrático é um dote humano inato – uma marca sombria do Criador, ou, se você

quiser, uma célula de urgência, a marca registrada universal e inconfundível rastreável ao Pai de todos (COOPER, 1902, p. 5).

Ao afirmar que o sentido da democracia e da liberdade são inerentes à condição humana, Cooper reescreveu, a partir de um discurso teológico cristão, os termos dos quais narrativas hegemônicas construíram e sustentaram a opressão.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

A produção intelectual e crítica – feminista, filosófica, sociológica e teórica – de Anna Julia Cooper perpassa uma ampla gama de discussões sobre a condição das pessoas negras, e ecoa uma longa tradição de escrita e ativismo de mulheres negras por justiça social, costumeiramente apagadas do pensamento canônico e hegemônico. Como salientou Giovana Xavier (2013, p. 259), “[...] Experimentando uma liberdade em construção, essa população teve que produzir outros ‘sentos de representação’ que atuassem como ‘contenções’ aos estereótipos atribuídos ao ‘velho negro’”, reivindicando humanidade e acesso aos direitos mais básicos, como educação, saúde, moradia e segurança.

Em seu livro mais conhecido, *A Voice from the South by a Black Woman of the South*, publicado em 1892, Cooper enfatizou a importância da voz das mulheres negras e suas contribuições únicas – antecipando em muitos aspectos a teoria do ponto de vista e epistemologias feministas e da interseccionalidade como ferramenta analítica, bem como do perigo das imagens de controle provenientes do período escravocrata como perpetuadoras de opressão e violência. Para Collins (2002), imagens de controle são ideologias aplicadas às mulheres negras que remontam ao período de escravização. Pensando particularmente nos Estados Unidos, as imagens de controle permeiam a estrutura social de tal modo que se tornam hegemônicas e são percebidas como naturais, normais, inevitáveis e incontornáveis. Assim, são utilizadas para justificar opressão histórica e crônica imposta às mulheres negras.

A autora sublinhou como as mulheres negras são, de modo interligado e simultâneo, impactadas pelo racismo (o problema da raça) e o machismo (a questão da mulher), além da questão de classe. Para Cooper, como expresso em *A Voice*, as mulheres negras apresentam um ponto de vista epistemológico único, pois são capazes de observar a sociedade de maneira mais ampla, enfatizando os múltiplos e interseccionados sistemas opressivos: “Somente a *mulher negra* pode dizer: ‘quando

e onde eu entro na dignidade tranquila e incontestável da minha condição de mulher, sem violência e sem paternalismo, aí sim toda a raça negra entra comigo” (COOPER, 1988, p. 32, tradução nossa).

De maneira contundente, Cooper reforçou que homens negros não poderiam, e nem deveriam, considerar-se representativos de toda a raça, pontuando concepções machistas e patriarcais imbuídas em suas posturas. Da mesma forma, mulheres brancas não poderiam e nem deveriam considerar-se representativas do gênero feminino ou de uma condição feminina. Antecedendo as teorias sobre ponto de vista e interseccionalidade, Cooper sublinhou como as matrizes de opressão que subjagam as mulheres precisam ser compreendidas como categorias interligadas, e não tomadas isoladamente, e como tal, a luta por justiça social deveria se pautar não apenas pelo fim do racismo, mas especialmente pelo fim das estruturas machistas e patriarcais.

Diversas mulheres negras, como Cooper, vocalizaram os dilemas, as tensões e as expectativas enfrentadas por sua condição de mulher e negra, do que se esperava da Nova Mulher Negra (XAVIER, 2013, p. 260), ou seja, uma “face pública da raça” em sintonia com educação, refinamento e civilidade (GATES *apud* XAVIER, 2013, p. 257), embasados em noções burguesas e muitas vezes machistas sobre mulheridade, feminilidade e aprimoramento da raça. Ao mesmo tempo, esculpiram outras possibilidades de existência, revelando por seus escritos e ativismo um “[...] intrincado processo de racialização do gênero que lhes reservava o papel missionário” de elevar a raça (XAVIER, 2013, p. 260).

Contudo, apontamos o risco de reduzirmos esse movimento – de criar uma nova condição para mulheres negras – a uma adequação inocente a preceitos patriarcais, burgueses e supremacistas brancos como um culto a uma verdadeira “mulheridade”. Cooper demonstrou ter plena consciência de que precisava navegar por entre as subjugações impostas às mulheres negras, tanto pelo gênero, quanto pela raça. Ao refletir sobre narrativas que apelavam para uma feminilidade inerente às mulheres brancas, as mulheres afro-americanas precisaram reconstruir a noção do significado da categoria mulher, reivindicando direitos sobre seus corpos, o acesso à educação formal, à estabilidade financeira e econômica e sobre a constituição e manutenção de laços familiares.

Interessante observarmos que no contexto das leis de Jim Crow – que sob o *slogan* “iguais, mas separados” impuseram legislações segregacionistas com o intuito de manter a população negra sob uma condição de vulnerabilidade e marginalidade –

as mulheres negras demonstraram lutar pela respeitabilidade em contraposição a uma cultura de violência e exploração.

A atualidade da autora

A longa produção intelectual, ativista e pedagógica de Anna Julia Cooper, baseada em sua crença na importância de as mulheres negras terem acesso a uma educação emancipatória e ao ensino superior e formal, reafirma a atualidade de seu pensamento, tornando-a uma pioneira na abordagem de problemas sociais como de questões centrais nos debates sociológicos contemporâneos. Como feminista negra, Cooper teorizou sobre sua condição de gênero e raça como categorias políticas de análise, salientando a importância do “ponto de vista” para a produção do conhecimento. A teoria do ponto de vista (*standpoint theory*) é definida por Patricia Hills Collins (2002) como uma perspectiva teórica que argumenta que o conhecimento deriva da posição social em que é concebido.

Essa perspectiva rejeita os pressupostos de objetividade, neutralidade e universalidade da ciência, argumentando que o campo científico canônico e hegemônico tem ignorado e marginalizado as formas de pensamento das mulheres negras e do feminismo. Porém, Collins reforça que, a partir da abordagem do ponto de vista, não podemos assumir que as mulheres negras sejam o grupo mais oprimido e portadoras dos melhores pontos de vista na compreensão dos mecanismos, processos e efeitos da opressão:

A existência do ponto de vista autodefinido das mulheres negras utilizado a partir de epistemologia feminista negra questiona o conteúdo do que é atualmente percebido como verdade e simultaneamente desafia o processo de se chegar a uma verdade (COLLINS, 2002, p. 271, tradução nossa).

A ênfase dada por Cooper na humanidade das pessoas negras no pós-abolição dialoga com a crítica da razão negra ocidental do estudioso Achille Mbembe (2014), ao questionar a posição de infra-humanidade imposta às pessoas negras. Nesse sentido, para compreendermos a condição negra, o sujeito negro diaspórico no mundo se torna aquele que é invisível, que se vê quando nada se vê, uma invenção, uma ficção (MBEMBE, 2014). Assim, três momentos marcam a biografia da razão negra: a espoliação, ocorrida do século XV ao século XIX, quando foram transformados em homens e mulheres-objeto, mercadoria e moeda, espoliados de sua humanidade, condicionados

a uma posição infra-humana (MBEMBE, 2014, p. 12); o segundo momento foi o acesso à escrita: quando mulheres e homens negros “articularam uma linguagem para si, reivindicando o estatuto de sujeitos completos do mundo vivo” (MBEMBE, 2014, p. 12), e, o mais importante, reivindicando para si a possibilidade de reclamar a posição de autores de suas próprias histórias, sua humanidade periodicamente negada e cerceada.

Para além disso, a trajetória de Anna Julia Cooper demonstra como o ativismo de mulheres negras rearticulou o passado de escravização com a condição de liberdade, assim como ressaltou a urgência em reivindicar uma condição de humanidade e de mulher, ressignificando a experiência de mulheres negras ao atrelar de maneira interseccional raça e gênero.

Referências

- ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BILGE, Sirma; COLLINS, Patricia. H. *Intersectionality*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2002.
- _____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade & Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- _____. *Intersectionality: as critical theory*. Durham; London: Duke University Press, 2019.
- COOPER, Anna Julia. *The ethics of the negro question speech*. Manuscripts and Adresses. Biennial Session of Friends' General Conference at Asbury Park (NJ), 5 sep. 1902. Disponível em: https://dh.howard.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1018&context=ajc_addresses. Acesso em: 08 nov. 2020.
- _____. *Equality of races and the democratic movement*. Howard University, oct. 2017. Disponível em: https://dh.howard.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1026&context=ajc_published. Acesso em: 08 nov. 2020.
- _____. *A voice from the south*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1988.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FIGUEIREDO, Angela. Somente um ponto de vista. *Cadernos Pagu*, v. 51, p. 1-9, 2017.

GATES JR., Henry Louis. Foreword: in her own writing. In: COOPER, Anna Julia. *A voice from the south*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1988, p. vii-xxii.

GINES, Kathryn T. Anna Julia Cooper. *Stanford Encyclopedia of Philosophy Archive*, 31 mar. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2015/entries/anna-julia-cooper>. Acesso em: 15 dez. 2020.

HOOKS, bell. *Ain't I a woman: black women and feminism*. Boston: South End Press, 1981.

_____. *Talking back: thinking black, thinking feminist*. Boston: South End Press, 1981.

_____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MAY, Vivian. M. *Anna Julia Cooper, visionary black feminist: a critical introduction*. New York: Routledge, 2007.

_____. Anna Julia Cooper (1858-1964): black feminist scholar, educator, and activist. In: GILLESPIE, Michele; McMILLEN, Sally G. (eds.). *North Carolina women: their lives and times*. Georgia: University of Georgia Press, 2014, p. 192-212.

_____. It's never a question of the slaves: Anna Julia Cooper's challenge to history's silences in her 1925 Sorbonne thesis. *Callaloo*, v. 31, n. 3, p. 903-918, jun. 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

_____. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

_____. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, n. 32, p. 123-151, 2016.

SPILLER, Hortense J. A hateful passion, a lost love. *Feminist Studies*, v. 9, n. 2, p. 293-323, 1983.

XAVIER, Giovana. Esculpindo a Nova Mulher Negra: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895-1904). *Cadernos Pagu*, n. 40, p. 255-287, 2013.

Capítulo 11

Beatrice Potter Webb¹

Eliana Debia

A vida

Beatrice Potter Webb nasceu em Standish House, uma pequena cidade perto de Gloucester, Inglaterra, em 2 de janeiro de 1858. Era a oitava de nove filhas mulheres,² e foi criada no seio de uma família que ela mesma descrevia como “[...] uma típica família produto do desenvolvimento industrial do século XIX [...]” (POTTER WEBB, 1926, p. 2). Seus avôs paterno e materno, Richard Potter e Lawrence Heyworth, se dedicavam, respectivamente, ao comércio transatlântico com a América do Sul e ao armazenamento de algodão em Manchester. Ambos os empresários integraram o Parlamento e foram membros ativos da Liga contra a Lei de Cereais (*Anti-Corn Law League*).

Seu pai, Richard, foi um empresário de sucesso da indústria ferroviária, que durante vários anos foi o presidente de duas grandes empresas ferroviárias, a *Gre-*

¹ Texto traduzido por Vitória Gonzalez Rodriguez. E-mail: vitoria.grodriguez@gmail.com.

² Quando ela tinha apenas quatro anos de idade, nasceu o filho homem que seus pais tanto desejavam e esperavam, mas faleceu dois anos depois, afundando sua mãe na angústia e deixando Beatrice e sua nona irmã aos cuidados de sua babá, Dada.

at *Western Railway*, da Inglaterra e a *Grand Trunk Railway*, do Canadá. Sua mãe, Laurencina Heyworth, mulher de grande intelecto, organizava, na casa da família, tertúlias que eram frequentadas habitualmente por intelectuais reconhecidos da época, como o filósofo social Herbert Spencer³ (1820-1903). Esses encontros foram de suma relevância para a formação intelectual da própria Beatrice, como ela mesma admitiu posteriormente.

A relação que mantinha com seu pai desempenhou um papel central nesse desenvolvimento intelectual. Em sua autobiografia *My Apprenticeship*, ela o descreve como o centro da vida familiar, como “a luz e o calor do lar”, e acrescenta que “[...] foi o único homem que conheci que genuinamente acreditava que as mulheres eram superiores aos homens, e agia como se fossem” (POTTER WEBB, 1926, p. 10). Seu relato destaca o fato de que seu pai falava com ela e suas irmãs como iguais e confiava a elas todos os seus projetos. Assim como também destaca a transmissão de sua paixão por poesia, filosofia, literatura, e a discussão sobre todo tipo de assuntos, desde religião até sexualidade, em um ambiente de liberdade e franqueza. Como veremos, essa experiência paterna marcou a percepção que ela tinha sobre o saber e o conhecimento e que, mais adiante, teria a respeito do seu próprio trabalho.

Essa educação pouco convencional não contava com a aprovação de sua mãe. No entanto, sua relação com ela teve grande influência quando Beatrice era uma jovem adulta, pois ela foi a última das filhas a deixar a casa da família.⁴ Tornar-se mais próxima de sua mãe permitiu-lhe conhecê-la melhor e descobrir que ambas tinham muito em comum. Esse vínculo materno permitiu que ela compreendesse qual era o tipo de vida que ela queria para si mesma. Seu maior desejo não girava em torno de casar-se, tampouco de levar adiante o negócio familiar – mesmo tendo trabalhado nas empresas de seu pai durante vários anos –, senão de escrever e publicar (POTTER WEBB, 1926).

Em 1883, ela se uniu à *Charity Organization Society* para ajudar os mais pobres. No verão inglês daquele ano, conheceu Joseph Chamberlain – político liberal viúvo

3 Herbert Spencer era um velho amigo da família Potter e foi um dos referenciais teóricos de Beatrice. Após se tornar socialista, ela se distanciou teoricamente de Spencer, mas sua amizade e afeição pessoal por ele permaneceram intactas (POTTER WEBB, 1926; NORD, 1985).

4 Lembremos que a falta de afeto e carinho por parte de Laurencina separou Beatrice de sua mãe durante a infância. Essa situação de solidão fez com que, durante a adolescência, padecesse doenças e tivesse ansiedade, depressão e, inclusive, ideias suicidas. Essas crises de saúde foram superadas por Beatrice por meio das viagens que realizava com seu pai aos Estados Unidos ou com suas irmãs pela Itália. Estudar diferentes religiões e manter um diário pessoal também foram úteis (NORD, 1985).

de 47 anos –, por quem se apaixonou perdidamente. No entanto, o relacionamento se desfez no ano seguinte, antes que o casamento fosse concretizado, porque Chamberlain queria uma esposa dócil. Beatrice percebeu que um casamento com ele não permitiria seguir com seus estudos e seu trabalho (NORD, 1985).

Durante 1885, se encarregou da administração de *Katherine Buildings*, apartamentos de baixo custo e com pouca infraestrutura no leste de Londres, onde as pessoas viviam em situação de pobreza (LENGERMANN; NIEBRUGGE, 2019). No mesmo ano, seu pai sofreu um derrame cerebral, e ela teve que se encarregar de seus cuidados. No outono inglês de 1886, ela visitou pela primeira vez uma fábrica em Bacup, Lancashire, ao lado de Martha Jackson, que havia sido sua babá, e deu seus primeiros passos como pesquisadora social, fazendo uso da observação participante para conhecer a vida da classe operária. Lá observou que esta se baseava em laços de comunidade e cooperação, combinada com um espírito religioso (NORD, 1985; LENGERMANN; NIEBRUGGE, 2019).

Embora Beatrice tenha sido autodidata na investigação social, por volta de 1887 decidiu trabalhar sob a direção de seu primo, o pesquisador e reformador social Charles Booth (1840-1916). Ele estava fazendo um importante estudo empírico que combinava métodos quantitativos e qualitativos para conhecer as condições da classe operária em Londres, intitulado *The Life and Labour of the People of London* (1892-1902) (NORD, 1985). No marco desse projeto, Beatrice se dedicou a analisar as condições de trabalho nas docas do East End, a imigração judaica e a exploração laboral em oficinas têxteis. Seus trabalhos foram publicados na revista *Nineteenth Century*⁵ e tiveram certa repercussão, pela qual foi convocada para dar sua opinião na Câmara dos Lordes (RAMOS GOROSTIZA, 2001; CASTILLO, 2001).

Finalmente, em 1890, conheceu pessoalmente Sidney Webb (1859-1947), de quem havia lido o livro *Ensaio do Socialismo Fabiano*. Sidney se apaixonou por ela e, embora tenha sido rejeitado durante dois anos, ficaram noivos e casaram-se em julho de 1892, após o falecimento do pai de Beatrice. Eles passaram sua lua de mel fazendo pesquisa em Dublin e Belfast e participando do Congresso Sindical em Glasgow, onde entrevistaram secretários sindicais e à procura de documentos sindicais (CASTILLO, 1999). A partir daquele momento, começaram uma sociedade intelectual que durou

5 Nós nos referimos a *The Dock Life of East London*, de 1887, e a *Pages from a Working Girl's Diary*, de 1888.

até a morte de Beatrice. Após seu casamento, rapidamente se juntou à *Sociedade Fabiana*,⁶ razão pela qual, tanto seu primo Charles Booth, quanto seu amigo Herbert Spencer romperam relações com ela.⁷ Segundo Nord (1985), sua autobiografia *My Apprenticeship* relata a busca por sua verdadeira vocação e suas crises pessoais no contexto da moral vitoriana, que resultaram em seu compromisso com o trabalho de pesquisa social e em sua conversão ao socialismo.

Nas palavras de Marianne Weber, outra das autoras clássicas da Sociologia, podemos resumir os pontos mais importantes da vida de Beatrice da seguinte forma:

Desde jovem [Beatrice] frequentou ambientes operários e se interessou pelo movimento cooperativista. Participou, como assistente social, em organizações beneficentes e, posteriormente, em estudos sobre os operários das cidades industriais inglesas: em 1891, publicou *The Co-operative Movement in Great Britain*. Como membro da *Royal Commission on the Poor Laws*, entre 1905 e 1909, redigiu um excelente relatório que solicitava a criação de um sistema de seguridade social universal. Com o seu marido, Sydney J. Webb, participou na *Fabian Society*, de tendência socialista, e juntos escreveram, entre outros livros, *The History of Trade Unionism* (1894), *Industrial Democracy* (1897) e *Soviet Communism: A New Civilisation?* (1935); juntos, também participaram da fundação da *London School of Economics* e do jornal independente *New Statesman* (WEBER, 2007, p. 74).

Beatrice morreu em Passfield Corner, Surrey, Inglaterra, em 30 de abril de 1943, aos 85 anos. Seu esposo Sidney faleceu quatro anos depois e ambos foram enterrados no jardim de sua casa. Em 1948, foi publicada, postumamente, a biografia realizada por Beatrice sobre a vidas dos dois, intitulada *Our Partnership*.

A obra

Como dito anteriormente, Beatrice iniciou sua formação como cientista social de maneira autodidata e, posteriormente, decidiu ingressar na equipe de pesquisa de

6 A *Sociedade Fabiana*, formada em 1884, era um grupo de jovens pensadores de classe média que questionava o liberalismo e o cristianismo como um modo de vida. Influenciados pelas ideias de Robert Owen (1771-1858), eles defenderam o socialismo como uma forma de fé e estudaram a teoria econômica abstrata. Entenderam que a base econômica era importante para alcançar a igualdade social, mas sem propor a revolução, apontando como caminho a democracia e o parlamentarismo (NORD, 1985).

7 Por causa de sua amizade e relacionamento intelectual, Beatrice foi uma espécie de discípula de Spencer e, portanto, ele a nomeou como sua executora intelectual para cuidar de seu legado quando ele morreu. Mas quando ela se casou com Webb e se converteu ao socialismo, ele revogou a nomeação. Spencer tinha uma visão individualista da ordem social, não aceitava interferência estatal ou coletiva, como sindicatos ou outras formas de cooperação (CASTILLO, 1999). Beatrice pensava o oposto - daí a ruptura unilateral de Spencer com ela.

Charles Booth. Sua produção escrita começou a ser publicada em algumas revistas importantes da época, como *Nineteenth Century*, por meio das quais apresentava os principais resultados obtidos em suas indagações sobre as condições de vida e de trabalho da classe operária em Londres.

Nesse primeiro período de sua produção intelectual, que abrange de 1883 até 1892, encontramos quatro artigos que refletem o trabalho realizado sobre o leste de Londres no âmbito do projeto dirigido por Booth: *A Lady's View of the Unemployed at the East* (1887), publicado em *Pall Mall Gazette*; *The Dock Life of East London* (1888); *Pages from a Working Girl's Diary* (1888) e *East London Labour* (1888). Como consequência dessas primeiras publicações, Beatrice ganhou certa reputação no âmbito da pesquisa social. Seu trabalho sobre as mulheres operárias em oficinas têxteis foi muito bem recebido, e ela passou a ser considerada uma especialista no trabalho feminino (LENGERMANN; NIEBRUGGE, 2019).

Vale a pena nos determos no artigo *Pages from a Working Girl's Diary* (1888),⁸ no qual a autora utiliza a técnica de observação participante como método de pesquisa social. Esse artigo é o produto de suas notas de campo sobre as observações que fez em oficinas têxteis nas quais trabalhavam, majoritariamente, costureiras de baixa qualificação. O relato, de tom etnográfico, possui uma riqueza incomparável. Beatrice se vestiu como uma jovem operária e saiu em busca de um emprego como costureira pelas ruas do bairro judeu East End em Londres. Suas descrições sobre a lama nas ruas, os cheiros desagradáveis, as roupas puídas das pessoas e seus corpos cansados e pálidos fazem lembrar, em alguns momentos, tanto o livro de Flora Tristan, *Passeios em Londres* (1840), quanto o de Friedrich Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845). De forma detalhada, relata o processo malsucedido de busca de emprego durante um dia inteiro, o esgotamento de vagar pelas ruas e, diante da recusa em cada oficina, pergunta a si mesma:

[...] Será porque estamos no meio da semana, ou porque pensam que não sou uma trabalhadora de verdade? me pergunto. E, na fachada seguinte, olho nervosamente para o reflexo da minha pessoa e me assusto com meu aspecto totalmente desolador: *pobre o suficiente para ser explorada por qualquer patrão* (POTTER WEBB, 2001, p. 190, grifo nosso).

8 Esse texto foi republicado em 1898 sob o título *Diário de uma Pesquisadora* e incluído no livro *Problems of Modern Industry*, que escreveu com Sidney Webb.

Webb conseguiu trabalho na última oficina de roupa barata, na qual cerca de 35 mulheres, malvestidas e amontoadas, trabalhavam lado a lado para terminar de coser calças. Havia apenas dois homens, encarregados de passar a ferro. A família proprietária da oficina morava ali mesmo, em um ambiente separado. Quando relatou seu primeiro dia de trabalho, o primeiro entrave com o qual se deparou, para sua surpresa, foi a ausência de ferramentas de trabalho. A senhora que trabalhava ao seu lado explicou: “[...] Tens que trazer as ferramentas; não nos dão aqui; mas eu te empresto para que saias do caminho [...]” (POTTER WEBB, 2001, p. 192). O segundo obstáculo foi o medo de perder o emprego. Depois de uma semana, não conseguiu fazer seu trabalho direito e quase foi demitida. Nessa passagem pode-se perceber a angústia que a invadiu diante da reprimenda pelo trabalho mal-executado e da ameaça de demissão, entrelaçando-se a pesquisadora e a operária:

É sexta-feira de manhã e me sinto desesperadamente cansada. Espremida entre minhas duas vizinhas, com a vestimenta mal feita no meu joelho, toda a jornada laboral à minha frente, sinto-me como uma jovem trabalhadora à beira da desgraça. [...] [isto] se deve ao excesso de fadiga, ou porque realizei perfeitamente meu papel de jovem trabalhadora desafortunada? Um enorme nó cresce na garganta e meus olhos se enchem de lágrimas. Silêncio sepulcral. As ajudantes mais jovens me olham de seu posto com compreensão (POTTER WEBB, 2001, p. 197-198).

Nos trechos a seguir, aparecem alguns elementos centrais que chamam a atenção de Webb para as condições de vida e de trabalho dessas trabalhadoras. Podemos resumi-los assim: os baixos salários por peça de roupa acabada – paga-se o mesmo pela peça para exportação e para venda no varejo; a grande diferença salarial entre homens e mulheres – os homens passadores de ferro ganhavam cinco xelins⁹ por dia, enquanto as mulheres recebiam apenas um xelim diário:

Em seus olhos cinzentos há uma expressão de cansaço intenso, cansaço do corpo e da alma. Passam-lhe outro par e volta ao trabalho. É uma trabalhadora eficiente; mas por muito que trabalhe, não pode ganhar muito mais do que um xelim por dia porque tem que pagar pelas ferramentas [...] (POTTER WEBB, 2001, p. 201).

Além disso, Webb descreve a superlotação e o desgaste físico e mental das operárias – elas trabalhavam grudadas umas ao lado das outras; e, finalmente, a discriminação entre as próprias operárias: as “solteiras” e as “respeitáveis”. Aquelas

9 Moeda que, até início de 1971, representava a vigésima parte da libra esterlina britânica. Um xelim por dia é aproximadamente o que se pagava pelo trabalho feminino não qualificado.

que, casadas, o faziam para ganhar um extra quando seus maridos tinham um emprego permanente, ou para cobrir os salários deles em épocas de desemprego, costumavam acusar as outras de trabalhar ali para se entregar ao amor “promíscuo” e aos “vícios” em seu tempo livre:

“Eu não escolho manter uma conversa com pessoas como ela”, diz a Sra. Long, franzindo seus lábios finos, como pondo fim a esta conversa indesejável: “como se *eu* tivesse que trabalhar para viver! Meu marido tem um emprego estável; só trabalho para os extras, e apenas poucas vezes, que costuma ser um mês por ano, em que há pouca atividade na construção”. Isso cala definitivamente a mulher dos subúrbios. Seu marido, ai dela!, chega em casa bêbado todas as noites e gasta os centavos que ganha de vez em quando ficando à toa nos bares (a Sra. Long me informa depois). Tem uma filha pouco graciosa ao seu lado, com um olho roxo e a cara inchada (POTTER WEBB, 2001, p. 194).

Esses interessantes fragmentos advertem para a existência do que hoje denominamos violência doméstica, já que uma de suas colegas, cujo marido era alcoólatra, sempre aparecia para trabalhar com um olho roxo. Webb problematiza a questão da moralidade das trabalhadoras mais jovens, que nas suas horas vagas se entregam aos “vícios”, à bebida e ao amor “promíscuo”, mas também relata suas histórias de vida e como começaram a fazer esse trabalho não qualificado. Um elemento constante perpassa todo o relato: o contraste de classe entre essas jovens operárias com as filhas da patroa judia, sempre luxuosamente vestidas, alegres e bem alimentadas.

Precisamente por essas análises, Potter Webb foi, de alguma forma, classificada como uma pesquisadora em assuntos das mulheres e, por isso, tanto Booth, quanto Alfred Marshall (1842-1924) desencorajaram seus estudos posteriores sobre o cooperativismo. Em parte, isso explicaria por que Beatrice assinou, em 1889, uma petição antissufrágio que lhe rendeu o descrédito como socióloga em questão de mulheres.¹⁰ Assim, como vimos, seus interesses acadêmicos estavam situados nos processos de cooperação entre os operários de fábrica e as lojas de consumo que eles estabeleciam entre si. A experiência que havia tido em suas observações no Bacup havia despertado seu interesse pelo tema.

10 Em 1906, ela se pronunciou a favor do sufrágio feminino, que foi aprovado na Grã-Bretanha em 1918. Para aprofundar-se sobre a relação de Beatrice Potter Webb com o feminismo, ver o texto de Nyland (1995).

O resultado dessa pesquisa foi a publicação de *The Co-operative Movement in Great Britain* (1891), que se converteu em sua obra mais importante e em uma das mais influentes da época,¹¹ motivo pelo qual finalmente obteve maior reconhecimento. Nesse livro, ela analisou as lojas cooperativas de consumo entre trabalhadores, por meio das quais podiam negociar um preço melhor para os produtos e dividir entre si os lucros gerados. Mas o mais importante e o que chamava a atenção de Potter Webb era o processo coletivo e democrático na tomada de decisões. Para ela, o cooperativismo permitia superar as formas de competitividade individuais impostas pelo capitalismo industrial no fornecimento de bens de consumo, a partir da negociação coletiva (LENGERMANN; NIEBRUGGE, 2019).

Durante os anos de 1892 a 1943, encontramos um extenso e intenso trabalho sociológico que realizou junto com Sidney Webb em relação a três grandes linhas de trabalho: os estudos em relação à história dos governos locais com a finalidade de entender melhor as formas de organização coletiva; a análise das causas da pobreza e a proposta de um sistema universal de proteção; e, por último, o estudo dos métodos de pesquisa social. Referimo-nos aos seguintes livros: *The History of Trade Unionism* (1894); *Industrial Democracy* (1897); *Problems of Modern Industry* (1898); *The History of Liquor Licensing in England* (1903); *The Parish and the County* (1906); *The Manor and the Borough* (1908); *Minority Report of the Royal Commission on the Poor Law* (1909); *The Story of the King's Highway* (1913); *The Prevention of Destitution* (1920); *Statutory Authorities for Special Purposes* (1922); *English Prisons under Local Government* (1922); *The Decay of Capitalist Civilization* (1923); *English Poor Law History: The Old Poor Law* (1927); *English Poor Law History: The Last Hundred Years* (1929); *Methods of Social Study* (1932); e *Soviet Communism: A New Civilization* (1937).

No entanto, nessa época, também encontramos alguns trabalhos que realizou sozinha e publicou na Sociedade Fabiana e no *New Stateman*, a saber: *Women and the Factory Acts* (1896); *The Awakening of Women* (1913);¹² *The Abolition of the Poor Law* (1918); *Wages of Men and Women: Should they be Equal?* (1919); *My Apprenticeship*

11 O livro foi traduzido em 12 idiomas, como apontaram Lengermann e Niebrugge (2019).

12 Aqui Beatrice conecta o movimento de mulheres com o movimento operário, ambos como lutas contra uma mesma opressão, a do sistema de estratificação capitalista (LENGERMANN; NIEBRUGGE, 2019).

(1926); e *A new Reform Bill* (1931).¹³ Nesse ponto, cabe assinalar que, logo após casar-se com Webb, a autoria das reedições de seus escritos sozinha aparece registrada da seguinte maneira: “Beatrice Potter (Sra. Sidney Webb)”. Enquanto isso, nos escritos publicados pela Sociedade Fabiana, seu nome não aparece diretamente, senão apenas “Sra. Sidney Webb”. Assim, vemos como seu próprio nome desaparece da autoria de seus escritos e ressalta-se seu sobrenome de casada.

A partir da publicação, em 1909, do *Minority Report of the Royal Commission on the Poor Law*,¹⁴ os Webb tornaram-se figuras de notoriedade pública, especialmente Beatrice, que foi uma figura central em torno aos debates sobre a pobreza naqueles anos. Nesse relatório, exigiam a abolição da *Lei dos Pobres* e propunham um sistema universal de salários mínimos e de seguros para a proteção da infância, da velhice, do desemprego e da enfermidade física e mental. Beatrice Webb foi uma das integrantes da Comissão e liderava o Relatório da Minoria, enquanto o Relatório Majoritário era liderado por Winston Churchill, do Partido Liberal.

O principal ponto de debate entre ambos os relatórios da Comissão residia na sua forma de conceber a pobreza. Por um lado, aqueles que apoiavam o Relatório Majoritário viam a pobreza como um problema moral, enquanto que, para Beatrice, a pobreza e o desemprego tinham sua origem na estrutura da economia (WARD, 2011), ou seja, tratava-se de um problema social. Embora não tenha sido aprovado, seu relatório serviu como documento base para o *Relatório Beveridge sobre Seguro Social e Serviços Aliados* de 1942, que deu lugar à formação do Estado de Bem-Estar Social na Grã-Bretanha.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

A contribuição de Beatrice Potter Webb para a Sociologia é inegável, e é extremamente necessário que seu pensamento e produção escrita sejam parte da formação de graduação de estudantes do curso de Sociologia. Podemos agrupar suas

13 Postumamente, publicaram-se *Our Partnership* (1948) e *Os Diários de Beatrice Webb* (2000), pela London School of Economics (LSE).

14 Para uma análise detalhada deste relatório e da participação dos Webb no debate parlamentar, ver Ward (2011).

principais contribuições em torno de três grandes temas, como delineamos ao longo do capítulo: o trabalho, a pobreza e os métodos sociológicos.

Em primeiro lugar, destacam-se seus estudos sobre o trabalho na sociedade moderna. Suas investigações sobre as condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras ou, como ela dizia, das classes que recebem ordens, são imprescindíveis. Algumas das problemáticas que podemos encontrar em suas análises referem-se à modalidade do trabalho e exploração, às qualificações do trabalhador, ao trabalho das mulheres, ao desemprego e às experiências de cooperativismo e sindicalismo.

Naquele momento, suas próprias colegas mulheres reconheciam a importância das contribuições de Beatrice Webb para a Sociologia e para o conhecimento em geral. Assim, por exemplo, Marianne Weber (1870-1954), em 1904, destacava a importância de seu trabalho como mulher cientista no campo das ciências sociais: “Já são conhecidos os trabalhos específicos e valiosos sobre o cooperativismo e as federações sindicalistas da senhora Webb” (WEBER, 2007, p. 74), apreciação que contém uma extensa nota de rodapé com uma pequena biografia da nossa autora, cujo trecho citamos acima. Na mesma linha, Alexandra Kollontai (1872-1952) também apontava suas contribuições para o estudo do sindicalismo e, em especial, para a análise que, tanto Beatrice, quanto seu companheiro, Sidney, haviam feito da obra de Robert Owen.¹⁵

Além de ser uma das sociólogas fundadoras do pensamento sociológico clássico, Beatrice Potter Webb contribuiu para a formação de uma Sociologia específica, a Sociologia do Trabalho, da qual é considerada fundadora, tendo realizado pesquisas importantes sobre as condições de trabalho das mulheres (CASTILLO, 1999; 2001). Seu contato com as ideias socialistas contribuiu para que questionasse seus privilégios de classe, reconhecendo a existência de dois tipos de classes sociais: quem dá as ordens e quem as recebe. Por isso, dedicou sua vida a trabalhar para melhorar as condições de vida das pessoas que recebiam ordens. Por outro lado, também era consciente da sua desvantagem de gênero em relação a outros homens que pertenciam à mesma classe social (LENGERMANN; NIEBRUGGE, 2019).

Nesse sentido, a segunda contribuição específica de Potter Webb para a Sociologia são seus estudos detalhados sobre a pobreza, suas teorizações acerca

15 Apesar de pensadoras como Alexandra Kollontai ou Rosa Luxemburgo (1871-1919) questionarem todo socialismo não revolucionário, reconheciam em Beatrice a importância de suas contribuições para a discussão sobre o sindicalismo.

de seu caráter estrutural e sua proposta de reforma social. Como já mencionado anteriormente, Webb considerava que a pobreza não era um fenômeno natural, nem um produto das decisões individuais, senão que suas causas eram sociais e consequência direta da estrutura geral da economia e da organização social.

A autora participou ativamente dos debates em favor do fim da Lei dos Pobres, que, segundo ela, ao invés de resolver o problema, acabava por manter as pessoas em uma situação miserável. Em substituição a essa lei, e como forma de combater a pobreza, Webb propunha um sistema universal de seguros em casos de doença, velhice e desemprego, bem como uma sólida e ampla proteção das infâncias, e não somente das infâncias pobres, expandindo o princípio da política social focalizada. As políticas sociais, a seu ver, deveriam ser universais e coletivas, e, por essa razão, favoreciam e fortaleciam os processos democráticos.

Beatrice Webb representou uma referência influente e incontornável para as sociólogas da Escola de Chicago no que diz respeito à metodologia de pesquisa sociológica (LENGERMANN; NIEBRUGGE, 2019). Uma das contribuições mais importantes de Beatrice foi o desenvolvimento de um método de pesquisa social que envolvia um determinado olhar sobre o que é a sociedade, o que é a Sociologia e qual deve ser o papel do sociólogo na sociedade. Nesse sentido, o seguinte fragmento do texto que escreveu com Sidney Webb, em 1898, é pertinente:

Para começar, o estudante deve colocar-se de forma decidida à disposição de descobrir, não a resposta definitiva para o problema prático que o tenha provocado a pesquisar, mas a estrutura e função efetiva da organização na qual está interessado. Deste modo, sua primeira tarefa é observar e dissecar os fatos, comparando o maior número possível de exemplares e registrando de forma precisa todas as suas semelhanças e diferenças, quer pareçam significativas ou não. Isso não quer dizer que o observador científico deva começar com um pensamento livre de ideias preconcebidas quanto à classificação e ordenação. Se uma pessoa assim existisse, não seria capaz, de modo algum, de fazer qualquer observação (POTTER WEBB; WEBB, 2008, p. 1).

Deste modo, a primeira tarefa da Sociologia não consistiria em buscar solucionar o problema a ser investigado, senão em descobrir sua estrutura e funcionamento. Para isso, o primeiro passo seria a observação dos fatos. É interessante notar que, diferente do que propôs Émile Durkheim (1858-1917) em *As regras do Método Sociológico* (1895), em que o sociólogo francês defende a eliminação das pré-noções do processo investigativo, a abordagem de Webb aponta justamente para a impossibilidade de fazê-lo, atenta às limitações inerentes às tarefas de pesquisa e observação. A questão do caráter científico das observações e generalizações responde, por

um lado, ao trabalho coletivo – o trabalho de grupo – e, por outro, à sustentação, durante o processo, de métodos que identificam e descrevem a Sociologia, a saber, a documentação, a observação pessoal e a entrevista:

Por meio da execução desses métodos de observação e verificação, qualquer estudioso inteligente, trabalhador e escrupuloso, ou grupo de estudiosos dedicados a partes definidas e limitadas de uma organização social, produzirá monografias de valor científico. [...] Somente por esses meios, seja na sociologia ou em outra esfera da pesquisa humana, o gênero humano poderá ter posse desse corpo de conhecimento organizado que se denomina ciência. [...] Para além do interesse do cientista, ávido por satisfazer sua curiosidade sobre cada parte do universo, o conhecimento dos fatos e das leis sociais é indispensável para qualquer ação humana inteligente e deliberada (POTTER WEBB; WEBB, 2008, p. 4-5).

Nesse sentido, Beatrice Potter Webb ressaltou a centralidade da utilização e da execução correta de métodos específicos para a realização de estudos científicos sobre a sociedade. Se a sociedade é produto da intervenção humana, e não algo natural ou produto das decisões individuais, cabe, portanto, aos sociólogos e à Sociologia fornecer os conhecimentos para o desenvolvimento civilizatório,

[...] porque, embora alguma sociedade humana possa se estabelecer sobre o instinto, a civilização depende do conhecimento organizado sobre fatos sociológicos e sobre a conexão entre eles. E este conhecimento deve estar suficientemente generalizado para que possa ser difundido (POTTER WEBB; WEBB, 2008, p. 5).

A atualidade da autora

A atualidade da obra de Beatrice Potter Webb faz com que seu estudo seja muito proveitoso na graduação e em cursos de Sociologia. Em primeiro lugar, devido à extraordinária atualidade dos seus grandes eixos de estudo: o trabalho e a pobreza. Ambos os problemas sociais são relevantes em nossa região latino-americana. Como sabemos, após os processos de privatização da seguridade social que ocorreram durante a década de 1980, no Hemisfério Norte, e durante os anos 1990, no Hemisfério Sul, os sistemas universais de seguridade social entraram em crise como política estatal. Essa situação gerou uma disparidade entre ricos e pobres que pode ser lida hoje à luz dos trabalhos de Beatrice, uma vez que a ausência sustentada de políticas sociais visibiliza as razões sociais e estruturais do problema. Na Argentina, por exemplo,

foi registrado no primeiro semestre de 2020 que 40,9% da população se encontra na pobreza, segundo dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística e Censo (Indec).¹⁶

Além disso, como consequência das recentes políticas neoliberais em nossa região, as condições de trabalho apresentam cenários em muitos casos similares aos do fim do século XIX e início do século XX. Ainda hoje, as oficinas têxteis funcionam em condições superlotadas e muitas em situação de clandestinidade, o que agrava as já precárias situações de trabalho, como há casos, tanto na Argentina, quanto no Brasil. Assim, problemas sociais como as condições de trabalho e de vida das classes trabalhadoras, negociação coletiva, formas de cooperação operária e autogestão são questões ainda atuais na Sociologia do trabalho, e poderiam muito bem ser analisadas à luz do pensamento de Beatrice Potter Webb. Além disso, seus escritos em relação ao método sociológico possuem elementos centrais para refletirmos sobre como utilizar as diferentes técnicas de pesquisa e sobre qual é o papel do sociólogo, bem como quais precauções epistemológicas, teóricas e metodológicas devemos tomar no momento de pesquisar.

Referências

CASTILLO, Juan José. Beatrice Webb: la sociología del trabajo entre dos siglos. *Política y Sociedad*, n. 32, p. 195-205, 1999.

_____. Presentación. Pasión y oficio: Beatrice Webb en la fundación de la sociología. *Reis*, v. 93, n. 1, p. 183-187, 2001.

KOLLONTAI, Alexandra. *El mujer en el desarrollo social*. Barcelona: Guadarrama, 1976.

LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE, Gillian. *Fundadoras de la sociología y la teoría social 1830-1930*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2019.

NORD, Deborah Epstein. *The apprenticeship of Beatrice Webb*. London: Palgrave MacMillan Press, 1985.

NYLAND, Chris. Beatrice Webb as feminist. *Labour & Industry*, v. 6, n. 2, p. 67-68, 1995.

POTTER, Beatrice. Pages from a working girl's diary. *Nineteenth Century*, v. 24, n. 139, 1888.

_____. *Co-operative movement in Great Britain*. London: Swan Sonnenschein & co., 1891.

16 Disponível em: https://www.indec.gov.ar/ftp/infografias/infografia_eph_pobreza_01_20.jpg. Acesso em: 14 dez. 2020.

POTTER WEBB, Beatrice. *My apprenticeship*. London: Longmans, Green and Co., 1926.

_____. *Our partnership*. London: Longmans, Green and Co., 1948.

_____. Diario de una investigadora. *Reis*, v. 93, n. 1, p. 189-201, 2001.

POTTER WEBB, Beatrice; WEBB, Sidney. Cómo se hace una investigación social. *Trabajo y Sociedad*, v. IX, n. 10, p. 1-6, 2008.

RAMOS GOROSTIZA, José Luis. Beatrice Webb y el socialismo fabiano. *Documentos de trabajo de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales*, n. 13, p. 1-19, 2001.

WARD, Michael. *Beatrice Webb: her quest for a fairer society, a hundred years of the minority report*. London: The Smith Institute, 2011.

WEBB, Sidney; POTTER WEBB, Beatrice. *Problems of modern industry*. London: Longmans, Green and Co., 1898.

WEBER, Marianne. La participación de la mujer en la ciencia. In: WEBER, Marianne. *La mujer y la cultura moderna: tres ensayos*. Calí: Archivos del Índice, 2007, p. 60-79.

Capítulo 12

Josephina Álvares de Azevedo

Laila Thaís Correa e Silva

A vida

A escritora e feminista Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), também conhecida por Zefa, como assinava alguns de seus artigos jornalísticos, nasceu no Recife, em 9 de maio de 1851 e faleceu em 2 de setembro de 1913, no Rio de Janeiro. Os detalhes sobre sua origem, assim como o nome de seus pais, ainda não foram descobertos pelas pesquisas até então realizadas, como aponta Souto-Maior (2001). Por muito tempo, e sem qualquer respaldo documental – já que não se tem notícias de seus registros de nascimento, casamento ou óbito –, Josephina Álvares de Azevedo foi considerada irmã do poeta romântico Manoel Antônio Álvares de Azevedo (1831-1852). A informação de que Josephina Azevedo era irmã, por parte de pai, do poeta Álvares de Azevedo, originou-se provavelmente do clássico *Dicionário Bibliográfico Brasileiro de Sacramento Blake*, que dizia ser a escritora filha de Inácio Manuel Álvares de Azevedo, pai do poeta romântico, e nascida em 5 de março, na cidade de Itaboraí, Rio de Janeiro (BLAKE, 1970, p. 237-238).

Contudo, as fontes da imprensa feminista nos apontam outras informações mais precisas que, além de acrescentar dados empíricos mais palpáveis, mostram a rede de relações nas quais Josephina Azevedo estava inserida, bem como sua atuação profissional. Devido à falta de informações sobre sua vida pessoal, tudo o que dispomos são alguns fragmentos de sua produção intelectual e atuação política. Para se aproximar da trajetória de Zefa é preciso ir juntando pedaços de informações dispersas, sobretudo, no jornal *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe e família* (1888-1894/1897), fundado e dirigido por Josephina em 1888. Durante as viagens de divulgação do periódico pelo Brasil, por exemplo, Josephina permaneceu em Pernambuco por 20 dias e relembrou-se de sua infância: “coube-me a ventura de tocar em minha terra natal” (A FAMÍLIA, 1889, p. 1-2). As páginas do jornal também nos fornecem um pequeno vislumbre dos círculos sociais frequentados por Josephina, quando, por exemplo, a escritora descreveu o seu encontro, em Petrópolis, no Rio de Janeiro, com o imperador Dom Pedro II, que teria conversado com Zefa sobre o seu falecido primo, o poeta Álvares de Azevedo (A FAMÍLIA, 1889, p. 2).

Josephina Azevedo fez parte de uma geração de mulheres do século XIX que procurou ampliar as oportunidades de atuação e participação das mulheres, seja no mundo das letras, na política, no trabalho ou na cultura, entendida de forma ampla (SILVA, 2018a). Em 1891, o jornal *A Família*, editado no Rio de Janeiro, tornou-se o principal meio encontrado pela autora para atuar politicamente, expondo suas ideias sobre educação e emancipação feminina. É importante lembrar que a imprensa era uma importante arena do debate político, e constituía um dos poucos espaços abertos à participação das mulheres. A imprensa da época retratava Josephina como uma defensora ferrenha dos direitos das mulheres, forte e agressiva. Em abril de 1891, o jornal carioca *Do Mercantil* registrou: “D. Josephina tem músculos de aço [...] a moça é mesmo uma moça destorcida e amante do seu sexo. Faz por ele toda a sorte de abnegações e sacrifica por ele toda a sua seiva juvenil [...]”.

A Família constitui, ainda, a principal fonte sobre a biografia de Josephina, seja por meio de suas próprias palavras, seja pelos escritos de colaboradoras do jornal. Dentre essas escritoras, estava a amiga, escritora e jornalista Maria Ignez Sabino Pinho

Maia,¹ que, em maio de 1891, publicou um texto em comemoração ao aniversário natalício de Josephina, ocupando a primeira página de *A Família*, acompanhado pelo retrato da aniversariante:

A nossa redação hoje veste galas; e eu, a mais obscura das suas combatentes, com uma coroa de rosas imurchessíveis [sic], deponho na banca de trabalho da nossa companheira o tributo que rendo ao seu aniversário natalício, e muita instrução da autora dos *Retalhos* e da *Mulher Moderna*, o último livro por ela publicado (A FAMÍLIA, 1891).

As escritoras Perpétua do Valle (pseudônimo de Presciliana Duarte de Almeida), Amélia Feijó, Octavia Mullulo e Maria Jorantes também publicaram suas homenagens. O texto de Feijó brindou a redatora-chefe por sua determinação em manter *A Família* durante dois anos, “lançando mão de todos os recursos e contrariedades que sobrevêm sob a árdua missão de jornalista” (A FAMÍLIA, 1891, p. 2), comprovando sua dedicação à causa da emancipação da mulher brasileira, via propaganda política na imprensa. Octavia Mullulo, por sua vez, comparou Zefa à aclamada escritora francesa George Sand,² afirmando que ninguém deixaria de aceitar os seus argumentos políticos (A FAMÍLIA, 1891, p. 2).

Para dimensionarmos o alcance da publicação feminista comandada por Zefa, o jornal parisiense *Le Droit des Femmes: revue internationale du mouvement féminin* (1869-1891), publicou um artigo sobre a escritora brasileira utilizando como referências de sua trajetória intelectual, profissional e política o jornal *A Família* e a publicação do volume intitulado *A mulher moderna* (A FAMÍLIA, 29 ago. 1891, p. 2), no qual a peça teatral “O Voto Feminino” também foi republicada. Observamos com isso que mesmo para seus contemporâneos, Josephina Azevedo guardou distância entre sua vida pessoal e profissional, enfatizando esta última, e deixando patente que o seu papel social era o de defensora dos direitos das mulheres no Brasil, aspectos que transparecem em sua obra.

1 A escritora baiana Maria Ignez Sabino Pinho Maia (1853-1911) era colaboradora no jornal *A Família*. Com base em uma educação diferenciada para mulheres brasileiras à época, Sabino desenvolveu suas ideias feministas de modo erudito, acrescentando grande conhecimento sobre a história europeia, seus costumes e leis, como é possível ver na coletânea *Contos e Lapidações* (1891), que, além de contos e poemas, conta com um artigo, “Crenças e opiniões”, sobre suas impressões políticas ante as mudanças republicanas no Brasil, anteriormente publicado no *A Família*. A publicação do artigo e da coletânea de Sabino acompanhava as mudanças nas leis, considerando-as positivas e relevantes para a conquista de outros direitos, como o divórcio.

2 George Sand (1804-1876) é o pseudônimo da escritora Amandine Aurore Lucile Dupin, baronesa de Dudevant. Romancista e memorialista, Sand é considerada a maior escritora francesa do século XIX, tendo publicado dezenas de romances, críticas literárias, textos políticos, cartas e uma autobiografia, dentre outros.

A obra

A estreia de Josephina Álvares de Azevedo na imprensa feminista nacional iniciou-se com a fundação do jornal *A Família: jornal literário dedicado à educação da mãe e família*. A autora também publicou traduções,³ poemas e textos na imprensa carioca de maior circulação, a exemplo de um poema comemorativo em *A Tribuna Liberal*, em 1889. No âmbito internacional, encontramos contribuições para o *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro*, no qual Josephina Azevedo escreveu charadas na década de 1890, além da peça teatral “O Voto Feminino” comentada pelas parisienses leitoras do jornal feminista *Le Droit des Femmes*.

A elaboração do pensamento literário e político de Josephina Azevedo baseou-se no periodismo feminista (DUARTE, 2016). *A Família* se destacou no cenário nacional devido à sua atuação crucial pela defesa do voto feminino no início do governo republicano. Fundado em São Paulo, em novembro de 1888, foi publicado semanalmente e contava com oito páginas em quase todas as edições. No editorial de estreia, Josephina declarou depositar uma confiança considerável no poder da imprensa como instrumento de conscientização da população, no que dizia respeito à “grande iniquidade secular – a escravidão da mulher”, sendo a metáfora da escravidão feminina recorrentemente adotada por feministas em diferentes momentos e países.⁴

A partir da edição de número 24, com aproximados seis meses de lançamento e um trabalho insistente de divulgação de *A Família* em várias províncias do Império, a sede do periódico mudou-se para o Rio de Janeiro. Segundo Josephina Azevedo, São Paulo foi pouco acolhedor em termos de público leitor, com menos de 200 assinaturas (*A FAMÍLIA*, 1889, p. 2). Com a mudança, o jornal passou a ser impresso pela Tipografia d’Família, localizada no Centro do Rio. O editorial de 18 de maio 1889 versa sobre as dificuldades de se manter um jornal, mesmo que pequeno, respeitando “o seu programa, as suas doutrinas, as bases morais sobre as quais se edifica essa coluna precisa para o adiantamento social”. Tal consideração,

3 Eugénie Potonié-Pierre (1844-1898), feminista e socialista francesa que participou na fundação de várias associações, congressos e organizações feministas nos anos 1870, teve seus artigos traduzidos por Josephina Azevedo e publicados em *A Família* e na revista paulistana *A Mensageira: revista literária dedicada à mulher brasileira* (1897-1900).

4 Como argumenta a historiadora Jill Lepore, ao investigar a formação do movimento feminista e sufragista norte-americano da segunda metade do século XIX e início do século XX, “retratar mulheres como acorrentadas e escravizadas, à época, era recorrente na literatura feminista, um resultado da aliança do século XIX entre os movimentos sufragista e abolicionista”. A descrição literária de uma feminista, dada pela escritora norte-americana Charlotte Perkins Gilman (1860-1935), exemplifica a metáfora: “lá vem ela, fugindo da prisão e descendo do pedestal; sem correntes” (LEPORE, 2017, p. 131).

que introduz o assunto da mudança do jornal de São Paulo para a Corte, transmite a concepção que Josephina Azevedo tinha do jornalismo: seu potencial transformador ainda não havia atingido a plenitude no Brasil, pois a população brasileira, com sua “acanhada educação”, ignorava a utilidade do desenvolvimento intelectual e, portanto, não sabia mensurar o valor do jornalismo.

O jornalismo seria, segundo a autora do editorial, um modo de disseminar saberes de forma rápida e acessível a “todas as bolsas”. Primeiramente, não se tratava de reparar somente a ausência de educação feminina, mas também a carência de toda uma população que não tinha acesso à educação mais básica, ampliando o escopo e o alcance do discurso feminista da época. Tal postura problematiza algumas críticas destinadas às feministas de fins do XIX e início do XX, de que estas seriam mulheres burguesas praticantes de um ativismo elitista.⁵

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o jornal apresentou textos mais assertivos sobre a atuação feminina na política, demonstrando a aptidão da mulher para o sufrágio e o exercício de cargos políticos. Com a ascensão do governo republicano e a Constituinte, Josephina Álvares de Azevedo não se contentou mais em travar seus combates exclusivamente por meio da imprensa periódica. A fim de direcionar suas opiniões a um público mais amplo e fortalecer a propaganda pelos direitos femininos, a escritora reuniu vários de seus artigos já publicados em *A Família* em um livro intitulado *A mulher moderna: trabalhos de propaganda* (1891). Além disso, a publicação contava com seus textos relativos ao voto e à educação feminina, bem como sua peça teatral “O Voto Feminino” (1890), escrita e publicada em meio ao caloroso debate da Constituinte republicana. Assim, de uma pauta feminista mais difusa, digamos, em vista da emancipação do sexo feminino pela educação e igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, Josephina passou a ser mais direta e reivindicar explicitamente o direito ao voto e a participação política da mulher como direito adquirido e assegurado na nova Constituição da República Brasileira.

Sua última obra publicada, *Galeria ilustre: mulheres célebres* (1897), consiste em uma coletânea de pequenas biografias sobre “heroínas”, mulheres de destaque na

5 Podemos conferir algumas dessas críticas sintetizadas em declarações do escritor Lima Barreto, no início do século XX, sobre as feministas e sufragistas Leolinda Daltro (1859-1935) e Albertina Bertha (1880-1953). Para maiores detalhes, ver Schwarcz (2017, p. 249 e 357-358).

história ocidental, o que, segundo a autora, cumpria “um subsídio à propaganda de emancipação que se universaliza” (AZEVEDO, 1897). A seleção das autoras parece algo aleatória, e a organizadora do volume não ofereceu nenhuma explicação para suas escolhas. Dentre as dez biografadas, figuram personagens como a santa francesa Joana D’Arc, a romancista francesa George Sand, a enfermeira britânica Florence Nightingale, a imperatriz Maria Thereza, da Áustria, a rainha egípcia Cleópatra, a imperatriz russa Catarina, a Grande e a nativa americana Pocahontas (a mesma que conhecemos da história infantil). A preocupação de Josephina em divulgar as trajetórias dessas personagens, que considerava ilustres, aponta para a percepção da necessidade de registrar a história das mulheres. Seu esforço foi compartilhado pela escritora Ignez Sabino, que em 1899 publicou o livro *Mulheres ilustres do Brasil*. Ao recuperar a obra de Josephina, atualizamos esse esforço, e agora é a própria escritora que figura na nossa seleção de mulheres célebres.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Como já observei em outra ocasião (SILVA, 2018b), ao pesquisarmos sobre os primeiros movimentos feministas que defendiam o direito ao voto feminino no Brasil, notamos que a grande maioria das pesquisas debruçou-se sobre a trajetória de mulheres que atuaram nas primeiras décadas do século XX, esquecendo-se de mencionar as predecessoras de Bertha Lutz (1894-1976), considerada como pioneira na luta pelo direito ao voto (BLAY; AVELAR, 2017, p. 15). Nesse sentido, é necessário recuar às últimas décadas do século XIX para abarcar as mulheres que participavam da imprensa carioca e que auxiliaram a moldar as demandas do século seguinte, dentre as quais, se destaca justamente Josephina Álvares de Azevedo.

Na segunda metade do século XIX, as demandas feministas foram desenvolvidas na imprensa dirigida por mulheres, composta por periódicos localizados majoritariamente no Rio de Janeiro, como demonstrou o levantamento realizado por Constância Lima Duarte (2016). A divisão proposta por Duarte (2016) entre imprensa feminina e imprensa feminista é compartilhada por Zahidé Lupinacci Muzart (2000) no livro *Escritoras brasileiras do século XIX*. A imprensa feminina apresentava como finalidade a condução da educação e da moral femininas para a conformação com as expectativas criadas por uma sociedade patriarcal, que reservava às mulheres uma posição subordinada e as confinava às esferas do lar, do casamento

e da maternidade. Por outro lado, os periódicos feministas buscavam justamente romper com a expectativa de dominação masculina, contestando a posição social de inferioridade das mulheres (DUARTE, 2016, p. 22-23).

As “ondas”⁶ do feminismo são um tema clássico na historiografia sobre o tema. Em *Feminismo e literatura no Brasil*, Constância Lima Duarte realiza um exercício interpretativo muito profícuo, ao relacionar os momentos mais decisivos do movimento feminista brasileiro à literatura de autoria feminina, como uma proposta de historicização do feminismo nacional na segunda metade do século XIX. Em sua proposta, Duarte afirma:

As décadas em que esses momentos-onda teriam obtido maior visibilidade [...], ou seja, em que estiveram mais próximos da concretização de suas bandeiras, seriam em torno de 1830, 1870, 1920 e 1970 [...]. Em cada um deles identifico algumas escritoras, à guisa de ilustração (DUARTE, 2003, p. 152).

A primeira onda tem como exemplo a educadora potiguar Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885). A pauta característica foi a alfabetização e educação das mulheres, denominada por Duarte (2003) como “as primeiras letras”, num contexto de primeiras aproximações entre mulheres e o universo da escrita. Com a segunda onda, marcada pela demanda de ampliação do acesso à educação e pelo direito ao voto, percebeu-se o aumento do número de jornais feministas, dentre os quais, podemos citar *O Sexo Feminino* (que se tornou *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* após a Proclamação da República), o *Echo das Damas* e *A Família*.

Já no início do século XX, a terceira onda também se caracterizou por pautar os direitos políticos das mulheres, por meio da atuação de figuras como Bertha Lutz (1894-1976) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945), sendo que a última reivindicava também o amor livre e a educação sexual. O tema da sexualidade estava presente nas obras de outras autoras da época, como a escritora Ercília Nogueira Cobra (1891-1938) e a poeta Gilka Machado (1893-1980), ambas desafiadoras da moral cristã e patriarcal. Todavia, a chamada “revolução sexual” só surgiria com a quarta onda nos anos 1960.

O apagamento de escritoras e feministas brasileiras do século XIX acompanha um longo movimento de interdição na história das mulheres. Zahidé

6 As chamadas “ondas” do feminismo funcionam como um recurso para a organização cronológica de algumas ideias, movimentos e ações políticas, nos permitindo elencar as principais demandas de uma dada geração de mulheres e compreender seus anseios mais imediatos. Não se trata de uma classificação rígida, e, como em toda classificação, muitas nuances se perdem, sendo preciso contextualizá-la com outros anseios e demandas características desses períodos.

Muzart (2000) ressaltou o caráter político do esquecimento e da marginalização de determinadas escritoras e o papel da crítica contemporânea a elas. Afinal de contas, as literatas do século XIX não foram excluídas e esquecidas *somente* por serem mulheres, mas, principalmente, por terem sido feministas ativas. Os exemplos citados por Muzart são, além de Josephina Álvares de Azevedo, Ana Aurora do Amaral Lisboa, Ildefonsa Laura César e Maria Firmina dos Reis.

Como contraponto, a pesquisadora traz o exemplo da romancista carioca Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). A escritora, autora de dezenas de livros e uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras, era elogiada como “um exemplo de mãe, em primeiro lugar”, e não como “uma feminista militante, embora em sua obra, nas entrelinhas, haja muita ideia ‘forte’ escondida” (MUZART, 2003, p. 3). Outras escritoras, jornalistas e defensoras da emancipação feminina, de ideias mais livres, sobretudo em relação ao sexo e ao divórcio, foram totalmente apagadas. Porém, no cômputo geral, “todas ficaram esquecidas, militantes ou colaboracionistas, senhoras ou cortesãs!” (MUZART, 2003, p. 3).

A atualidade da autora

Na recente coletânea de artigos organizada por Heloísa Buarque de Hollanda, intitulada *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*, ela inicia suas reflexões afirmando que

É curioso observar, embora com certa tristeza, que os estudos de gênero nas universidades e centros de pesquisa brasileiro são marcados fortemente por bibliografias e referências anglo-americanas e eurocêntricas. Mesmo hoje, em plena explosão feminista, ainda não é praxe que nossas pesquisas e estudos incluam como eixo teórico o pensamento feminista brasileiro (HOLLANDA, 2019, p. 9).

Ao acompanharmos o movimento historiográfico que resgatou a importância das lutas feministas do século XIX, protagonizadas por intelectuais, professoras e escritoras que se lançaram, via imprensa feminista, em debates sobre a educação igualitária para as mulheres, participação feminina no mercado de trabalho e na vida política do país, observamos que a contribuição de Josephina Azevedo foi muito importante.

Nesse âmbito, mostra-se fundamental recuperarmos as trajetórias, as obras, as redes de contato e as estratégias políticas adotadas pelas mulheres brasileiras do

século XIX. Trata-se de reconstruir, por meio da imprensa e da literatura, uma história nacional das ideias e das lutas feministas, a fim de combater o esquecimento e a desvalorização da produção intelectual de autoria feminina.

A ativa participação de Josephina na imprensa nos fornece subsídios para refletir sobre as acomodações das pautas e a formação dos movimentos feministas no Brasil como um longo processo, um contínuo de demandas, estratégias políticas e formação de conceitos. Para percebermos as idas e vindas desses temas ou demandas, retomamos a educação sexual como uma preocupação de Josephina nos seguintes trechos, que revelam ter sido essa questão um tema de relevância para as feministas de fins do século XIX no Brasil:

Antes de me casar fui durante algum tempo professora de meninas, e o que eu observava no pequeno mundo confiado a meus cuidados, junto às minhas convicções individuais me provavam que, com efeito, havia uma lacuna na educação, pior ainda, que havia um falso pudor que dava origem, entre muitas crianças, a uma perversão secreta, muito pior do que a mais profunda queda pública [...] (A FAMÍLIA, 1893, p. 2).

A professora, mãe e jornalista se preocupava com a forma pela qual ela ensinaria a sua filha “com tato e delicadeza”, trilhando um caminho diverso daquele que ela observou com as mães de suas alunas:

[...] Minha filha não tinha ainda três anos, quando eu principiei a resolver essa questão em meu cérebro, e compreendia que devia, desde logo, começar a sua educação sexual, porque um pouco depois seria tarde para essa criança de observação excessivamente viva e perspicaz (A FAMÍLIA, 1893, p. 2).

As reflexões desenvolvidas por Josephina Álvares de Azevedo, assim como por diversas mulheres de sua geração, nos ajudam a iluminar alguns debates atuais, nos mostrando o caráter histórico de reivindicações e lutas que travamos no presente. No Brasil do século XXI, o debate sobre a necessidade de oferecer educação sexual nas escolas ainda não encontrou um consenso, e nos últimos anos presenciamos uma verdadeira batalha moral e política sobre o que ficou conhecido pejorativamente como “ideologia de gênero”.⁷

Ademais, o tema do sufrágio feminino e a sua trajetória de conquista, desde a segunda metade do século XIX, continua relevante e encontra repercussão nas recentes manifestações de mulheres na política nacional, reivindicando maior

7 Para entender melhor a origem desse debate, cf. Morais (2018).

participação feminina nas esferas de poder e decisão. Isso se expressa, por exemplo, na constatação das desigualdades que ainda estruturam a política brasileira: mulheres ocupam apenas cerca de 10% das cadeiras do Senado e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015). Esse fosso referente à participação feminina na política institucional torna necessário retomar os motivos que impulsionaram nossas predecessoras na luta pela igualdade e cidadania, e isso tem relação intrínseca com as demandas pelo voto feminino e o ativismo literário tão potente de Josephina Azevedo.

Além disso, nas eleições presidenciais de 2018 acompanhamos uma grande mobilização popular, liderada por mulheres, contrária à candidatura de Jair Bolsonaro, notório por suas declarações machistas, homofóbicas e racistas. A campanha do “Ele Não” ou “#EleNão” tomou as ruas e as redes sociais, inspirando o pensamento crítico e o engajamento de mulheres, anônimas, intelectuais e artistas de vários segmentos. Nesse sentido, olhar para as lutas que as mulheres travaram e para as estratégias que foram mobilizadas, de acordo com as possibilidades históricas de cada período, nos auxilia, tanto a orientar nossa atuação no presente, quanto a não perder de vista que a arena dos direitos é um campo em permanente disputa, e as mulheres constituem uma força essencial nesse processo.

Referências

A FAMÍLIA. Rio de Janeiro, 1888-1894.

A MESSAGEIRA. São Paulo, 1897-1900.

AZEVEDO, Josephina Álvares de. O voto feminino. A FAMÍLIA: jornal literário dedicado à mãe de família, Rio de Janeiro, 1890.

_____. *A mulher moderna*: trabalhos de propaganda. Rio de Janeiro: Typ. A Vapor, 1897.

_____. *Galeria ilustre*: mulheres célebres. Rio de Janeiro: Typ. A Vapor, 1897.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970. 7 vols.

BLAY, Eva Alternan; AVELAR, Lúcia (org.). *50 anos de feminismo*: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2017.

BRASIL. Senado Federal. + *mulheres na política*. Brasília: Segraf, 2015.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.

_____. *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX: dicionário ilustrado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Recife: Tipografia Fidedigma, 1832.

HOLLANDA, Heloisa de Buarque (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

KARAWAJCZYK, Mônica. *As Filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LEPORE, Jill. *A história secreta da mulher maravilha*. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017.

MORAIS, Pâmela. Ideologia de gênero: o que é e qual a polêmica por trás dela? *Politize*, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>. Acesso em: 28 nov. 2020.

MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

_____. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, 2003.

SABINO, Ignez. *Contos e lapidações*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1891.

_____. *Mulheres ilustres do Brasil*. Florianópolis: Mulheres, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Laila Correa. ‘Amizades literárias’: Josephina Álvares de Azevedo e Ignez Sabino. *Horizontes ao Sul*, 18 jun. 2018a. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2018/06/17/amizades-liter%C3%A1rias-josephina-alvares-de-azevedo-e-ignez-sabino>. Acesso em: 28 nov. 2020.

_____. O direito ao voto feminino no século XIX brasileiro: a atuação política de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913). *Aedos*, v. 10, n. 23, p. 114-131, dez. 2018b.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O florete e a máscara: Josefina Álvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2001.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Capítulo 13

Pandita Ramabai

Verônica Toste Daflon

A vida

Pandita Ramabai nasceu em Maharashtra, Índia, em 1858, e teve uma vida marcada por tragédias, transgressões e deslocamentos, tornando-se uma figura altamente controversa no seu país e uma feminista *avant la lettre*. Ramabai era de origem brâmane, isto é, nasceu em um grupo social educado no sânscrito, detentor de *status* social elevado e praticante de hábitos e rituais de pureza religiosa estritos e rigorosamente observados. Para as mulheres, longe de ser um privilégio, ser brâmane significava fazer parte de um grupo social que impunha a elas formas de vigilância e normas de comportamento extremamente rígidas, pois as mulheres eram vistas como representantes da honra da família e da pureza ritual desse grupo (CHAKRAVARTI, 2018).

O fato de que seu pai era um erudito brâmane comprometido com a educação feminina, no entanto, foi um fator decisivo em sua vida. Seu pai educou e proporcionou às suas filhas e esposa acesso ao sânscrito e às escrituras sagradas, um saber que era monopólio de homens de uma pequena elite religiosa. Sob ameaças de exclusão e ostracismo, ele ensinou as mulheres da família e defendeu a educação feminina na frente de 400 eruditos e sacerdotes. Ramabai, enfim, recebeu, ao mesmo tempo, uma

criação religiosa ortodoxa e foi tratada pelo pai em pé de igualdade com o irmão (KOSAMBI, 2016).

Durante a infância, Ramabai teve uma vida confortável e próspera com sua família, com quem viajava intensamente, contando com hospitalidade e doações de figuras eminentes da comunidade. Nesse tempo, seu pai trabalhou com prestação de serviços educacionais e rituais, observando com devoção os hábitos de sua casta, o que frequentemente levava-o a desfazer-se de propriedades e bens em peregrinações religiosas. O declínio econômico e a trágica desintegração da sua família são narrados por ela no texto *Famine Experiences* (1897). Entre os séculos XVIII e XX, políticas econômicas e administrativas do Império Britânico agravaram as situações sazonais de seca na Índia. Entre 1860 e 1900, estima-se que 15 milhões de pessoas morreram em decorrência da fome (SIDDIQUI, 2020). A década de 1870, em que transcorre seu relato, foi particularmente dura e coincidiu com a velhice de seu pai e o empobrecimento da família, que conheceu a doença e a morte por inanição:

Minha própria família, entre muitas outras, foi vítima da terrível fome. Tínhamos conhecido dias melhores. Meu pai era um proprietário de terras e um sacerdote honrado, e havia adquirido riqueza com seu aprendizado. Mas, pouco a pouco, quando ficou velho, enfermo e cego nos últimos dias de sua vida terrena, ele perdeu todas as propriedades de uma forma ou de outra (RAMABAI, 2000, tradução nossa).

Aos 19 anos, Ramabai já havia perdido ambos os pais e a irmã, abatidos pela fome e pela doença. Conforme seu relato, sem posses ou um ofício seguro, ela e seu irmão passaram a viajar juntos, vivendo da recitação pública dos *Puranas*¹ e passando por situações de penúria extrema. Seu irmão, Srinivas, faleceu aos 21 anos. Ramabai casou-se e teve uma filha com um homem de uma casta considerada inferior, uma infração grave aos olhos da sua comunidade. Ao que parece, o casamento foi feliz, mas durou apenas dois anos, pois o marido morreu de cólera. Ramabai tornou-se então viúva e mãe de uma menina. A família do marido, que havia sido contra o casamento, negou qualquer apoio financeiro (KOSAMBI, 2016). Nesse momento, no entanto, Ramabai já vinha se tornando uma figura conhecida pela sua erudição, sua oratória afiada e sua capacidade de recitar de cor a literatura sobre mitos, lendas e cosmologia indiana. Ela foi recebida nos círculos de reformistas hindus de

1 Escritos sagrados hindus que compilam tradições e mitos populares. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/Purana>.

Maharashtra e Calcutá, interessados na agenda da educação feminina e na melhoria da situação das mulheres (KOSAMBI, 2016).

Ao longo da segunda metade do século XIX, os governantes britânicos aprovaram uma série de leis na Índia, como a proibição da prática de imolação de viúvas em 1829 e do infanticídio feminino em 1870, a legalização do casamento de viúvas em 1856 e a elevação da idade mínima para consentimento da consumação do casamento de dez para 12 anos em 1892, e assim por diante. Ao mesmo tempo, o Raj Britânico introduziu leis contra a “sodomia” e suas cortes judiciais puniam o crime de adultério e não reconheciam o estupro dentro do casamento, projetando a visão vitoriana sobre gênero e sexualidade inglesa no ordenamento legal da colônia.

Ao mesmo tempo em que se comprometiam a não interferir nas leis comunais locais, os britânicos, ao adotar medidas voltadas à elevação da condição feminina e à moralização dos costumes na colônia, posicionavam a Índia abaixo da Inglaterra numa hierarquia de civilizações, o que proporcionava justificativas para o imperialismo como uma missão civilizadora. Suas concepções de bem e de boa sociedade passaram a constituir uma fonte permanente de ideias e valores – isto é, de crítica interna – com que a Índia teve que lidar. Tudo isso motivou vários movimentos de reforma oriundos das elites hindus, preocupados em mostrar que a Índia era capaz de reformar-se por si mesma (NANDY, 1983).

Os laços de casta permitiram que a jovem viúva fosse apoiada por uma família local, do juiz, reformador e estudioso M. G. Ranade, um dos eruditos brâmanes mais ativamente envolvidos com a causa feminina. Ramabai proferiu inúmeras palestras públicas e obteve ascensão dentro do movimento por reformas. Nos primeiros anos, ela advogava pela educação das mulheres mantendo-se fiel à ortodoxia religiosa. Uma retórica amplamente aceita descrevia um suposto passado glorioso das mulheres hindus, que contrastava com sua degradação no presente (KOSAMBI, 1992).

A relação de Ramabai com essa comunidade, no entanto, era atravessada por tensões. Para os brâmanes, sobreviver ao marido era considerado uma prova de que a mulher teria cometido um crime terrível em uma vida passada, e, por esse motivo, a viúva deveria se submeter a privações, penitências e castigos até o fim da vida – o que Ramabai (1887) descreveu como uma verdadeira mortificação do corpo e da alma. Ao insistir em manter uma vida pública e não obedecer a determinadas regras e rituais da viuvez, Ramabai enfrentou muitas críticas, fofocas e tentativas de controle (CHAKRAVARTI, 1996). O próprio movimento reformista hindu era quase inteiramente masculino. Para a socióloga Meera Kosambi (1992), tais eventos

teriam-na levado a criar e estreitar laços com a Igreja Anglicana, que possuía diversas escolas e missões no território indiano, um processo que resultou posteriormente na sua conversão ao cristianismo e renúncia ao hinduísmo.

A obra

Antes de seguirmos em frente e nos aprofundarmos no restante da vida e obra de Pandita Ramabai, é importante situar-nos com relação às pesquisas e algumas controvérsias mais recentes sobre gênero e casta na Índia. Não se trata aqui de fazer uma revisão exaustiva, mas apenas de apontar o estado mais geral do campo. Para o senso comum, as relações de gênero dentro do sistema de castas são características essenciais da civilização indiana, remontando a tradições ancestrais imutáveis. No entanto, autores pós-coloniais têm afirmado que as castas teriam emergido das práticas coloniais de sistematização de informações e administração de populações do Raj Britânico, datando, portanto, apenas do século XIX (DIRKS, 2001).

Por conveniência e simplificação, os colonizadores interpelaram os indivíduos e os catalogaram como membros de “castas” em processos como o Censo, institucionalizando identidades. Foi também aos conselhos e à colaboração dos eruditos brâmanes que os britânicos recorreram, a partir do século XVIII, para codificar e homogeneizar leis. Isso teria feito com que generalizassem para o conjunto da sociedade uma série de preceitos, normas e códigos de uma pequena elite hindu. Assim, os colonizadores não apenas teriam construído as castas, mas também a própria supremacia brãmãne (DIRKS, 2001).

Entretanto, para historiadores como Sumit Guha (2013), dizer que o colonialismo afetou e modificou substancialmente formas de diferenciação social e relações de gênero no subcontinente indiano não é o mesmo que dizer que ele “inventou” ou introduziu a desigualdade onde ela não existia: na Índia pré-colonial, argumenta ele, existiam “[...] sistemas de ranqueamento [social] baseados em ideologias generificadas de honra e vergonha [...]” (GUHA, 2013, p. 5). As diversas levas de colonizadores – do Império Português ao Império Mogol,² assim como o

2 Dinastia de origem turco-mongol que governou a maior parte do norte da Índia entre os séculos XVI e XVIII. Embora fosse muçulmana, a dinastia governou uma população majoritariamente hindu. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Mughal-dynasty>.

Britânico – viram utilidade em interpelar populações, a partir das suas divisões entre grupos étnicos, assim como entre grupos ocupacionais endogâmicos e determinados por nascimento. Ao negociar e se relacionar com determinados grupos sociais, os colonizadores percebiam que as divisões étnicas poderiam ser um instrumento de poder e de exercício de autoridade. No século XVI, o Império Português introduziu o termo “casta”, enquanto o Império Mogol usava “qaum” para descrever comunidades étnicas (GUHA, 2013).

Sumit Guha (2013) mostra evidências históricas da existência significativa de grupos étnicos fechados, definidos por nascimento, dotados de identidade e de normas em torno de gênero, tabus alimentares e formas de se vestir e se portar no sul da Ásia pré-colonial. Diferenciados pelo tipo de trabalho que desempenhavam, os grupos sociais adotavam diferentes ideologias e estilos de vida, demarcando fronteiras e regulando-as, sobretudo, por meio do controle dos casamentos. A visão da historiografia tradicional é compartilhada pelos *Dalit Studies*, que criticam os pós-coloniais por desviar atenção de injustiças internas de gênero, classe, casta, etnia e sexualidade anteriores ao colonialismo e, assim, eximir as elites hindus de responsabilidade, sob o pretexto da crítica à colonização.

Onde os pós-coloniais e a historiografia tradicional se encontram é na percepção de que o regime colonial alterou profundamente as relações sociais na Índia: não apenas os oficiais do Raj Britânico se envolveram nos processos de definição social e de legalização de identidades, como o próprio aparato de Estado, das comunicações e do mercado aumentaram dramaticamente o escopo das fronteiras étnicas. Determinados fenômenos que eram regionalmente limitados ganharam outra dimensão com o processo de construção nacional, da expansão das comunicações, da informação e da interação entre Estado e comunidades étnicas (GUHA, 2013).

Contudo, as populações sob o domínio britânico não foram meras espectadoras passivas desses processos: setores das elites hindus educadas no sânscrito e, portanto, leitoras e produtoras de textos religiosos, se empenharam em criar e difundir uma tradição cultural local que justificasse sua posição social superior diante dos outros, manipulando, utilizando e controlando o poder de Estado conforme seus interesses (VEER, 2001). O resultado de todo esse processo foi ambivalente: ao mesmo tempo que enquadrou a complexa configuração social da Índia em esquemas classificatórios rígidos e simplistas – ou “castas” –, a administração britânica pôs em evidência as desigualdades, criou as primeiras medidas de ação afirmativa e forneceu bases legais para que grupos como *dalits*, *adivasis*, dentre outros, adquirissem um sentido

sociopolítico comum, o que originaria os diversos movimentos sociais do século XX (SHETH, 2002).

Outra forma de compreender o funcionamento e a manutenção de fronteiras impermeáveis no sistema de castas é a partir da análise das relações de gênero em seu interior. Uma das formas básicas de manter indivíduos em grupos sociais fechados é estabelecer interdições rígidas contra o casamento com pessoas de fora. Com “castas” rígidas e casamentos exclusivos, as mulheres têm suas capacidades reprodutivas controladas, e a “pureza” do grupo é mantida. André Béteille (1990) aponta as semelhanças entre “casta” e “raça” no que se refere ao gênero: onde há esse tipo de diferenciação e hierarquia, há preocupação com a “pureza” – seja ritual, racial ou ambas – das mulheres no topo. Há também, afirma ele, potencial exploração sexual das mulheres posicionadas nos níveis hierárquicos mais baixos pelos homens situados acima.

As castas são, por fim, um bom caso para pensar nas teorias de gênero que põem no centro a questão do “tráfico de mulheres” e a exploração das capacidades reprodutivas femininas como uma forma de extração de recursos. Isso não é uma especificidade da Índia, e, embora não seja uma invariante, é um desenvolvimento histórico constatado em diversas sociedades, inclusive, europeias, variando e mudando em sua estrutura e função (LERNER, 2019). Os casamentos nas castas altas envolviam transações econômicas entre as famílias, por meio da transferência de propriedades, dinheiro, presentes ou outros bens ao noivo, por ocasião do casamento de uma filha – prática conhecida como dote. Alianças políticas entre famílias também eram forjadas por meio do casamento e da sustentação de laços de consanguinidade. Dada uma verdadeira economia política de alianças e trocas econômicas familiares envolvida no sistema de castas, as regulações sobre as mulheres são um fator fundamental na sua construção e sustentação (CHAKRAVARTI, 2018). A relação entre casta e gênero aponta, enfim, para a necessidade de reconhecer gênero como uma força de intenso significado histórico e, a partir desse reconhecimento, tecer comparações com outras ordens sociais – um programa que está começando a ser desenvolvido na Sociologia histórica (ADAMS, 2007).

A época em que Ramabai viveu foi um momento crítico para a afirmação dos brâmanes como líderes do movimento de nacionalismo indiano, que nasceu misturado com o hinduísmo. Falamos aqui também de um momento de disputa pela formação de um projeto de nação indiana impulsionado pelo colonialismo. Para se afirmar como os legítimos detentores do poder daquela sociedade em construção,

os brâmanes precisaram justificar seu *status* ritual e moral superior com relação às outras “castas” – especialmente os xátrias, com quem disputavam o poder. Nesse jogo de legitimação, as mulheres desempenharam um papel fundamental. Isso porque os homens brâmanes reivindicaram um *status* moral e ritual superior ao dos outros, sob a alegação de que “suas mulheres eram mais virtuosas, puras e castas que as outras”. Por seguirem um ritual estrito de autoflagelo e reclusão, as viúvas brâmanes, por sua vez, forneciam demonstrações frequentes do quanto esse grupo era devotado e seguidor dos preceitos de pureza ritual da religião hindu (CHAKRAVARTI, 1996). A mulher indiana idealizada como pura e devota se tornaria depois ícone e representação da própria tradição nacional e autenticidade cultural da Índia (NANDY, 1983).

Ramabai deu início ao seu ativismo em prol das mulheres junto a reformadores hindus na Índia Ocidental. No entanto, como vimos, suas relações com a comunidade eram tensas. Ainda sob a proteção desse grupo, começou a estudar inglês com uma missionária cristã e se aproximou das irmãs da Comunidade da Virgem Maria. Por intermédio do contato com uma missão religiosa inglesa em Poona, viajou para a Inglaterra com a filha de três anos com a intenção de estudar Medicina. Uma vez lá, converteram-se ao cristianismo. Ramabai estava encantada pela possibilidade de salvação sem discriminação, como afirmou em suas memórias (KOSAMBI, 2016). Na Inglaterra, constatou que um problema de audição a impediria de seguir os estudos em Medicina. Assim, passou três anos estudando no Cheltenham Ladies College, um internato feminino pertencente à Igreja Anglicana (KOSAMBI, 2016).

Nesse período, conheceu os internatos cristãos para mulheres. Essas instituições, que existiram entre o século XVIII e o fim do século XX em diversas partes da Europa, alojavam mulheres com deficiência, mães solteiras, vítimas de estupro, mulheres julgadas desviantes ou prostitutas. Esses lugares ficaram conhecidos por internar mulheres contra sua vontade e sujeitá-las a trabalhos pesados, como forma de penitência por seus pecados. Em uma visita a Londres, no entanto, Ramabai viu essas instituições como lugares de acolhimento e reabilitação, sobretudo, se comparados à situação das mulheres hindus que eram expulsas da cidade ou mortas por ordem dos líderes religiosos (KOSAMBI, 2016). Os asilos de mulheres lhe serviram de inspiração para um projeto de construção de *Sharada Sadans* – casas de acolhimento e educação para viúvas na Índia. Da Inglaterra seguiu para os Estados Unidos em 1886, onde estabeleceu contato com o nascente movimento sufragista. Durante três anos, Ramabai fez uma turnê nacional, viajando e proferindo palestras sobre a condição das mulheres na Índia, a fim de recolher apoio e fundos

para seu projeto de criar *Sharada Sadans* (ALATAS; SINHA, 2017). Sua conversão ao cristianismo lhe dera acesso a uma ampla rede de apoio, suporte financeiro e possibilidades de ativismo jamais imaginadas.

Aos 30 anos, retornou à Índia munida de novas conexões e de doações significativas de dinheiro obtidas nos Estados Unidos e abriu a primeira das *Sharada Sadans*, em 1889, em Mumbai. Nos anos seguintes, muitas outras casas semelhantes seriam criadas. Seu novo lugar de filantropia facilitou sua acolhida na sociedade hindu, em especial, entre os reformadores, embora as reservas à sua figura, especialmente em razão da sua conversão religiosa, permanecessem (KOSAMBI, 2016). Ramabai dedicou os anos seguintes da sua vida às casas de acolhimento, que recebiam mulheres de diversas castas e condições sociais e lhes proporcionavam oportunidades de formação educacional e profissional. Se no início esses espaços eram seculares, com o passar do tempo foram ficando mais vinculados à Igreja Anglicana, ganhando, por fim, o novo nome de *Mukti Mission*. Sua filha, Manorabai, morreu inesperadamente em 1921. Um ano depois, Ramabai faleceu, aos 63 anos.

Em casa, em Maharashtra, Ramabai permaneceu uma figura tanto divinizada como demonizada por seus contemporâneos ideologicamente polarizados. Seu novo paradigma cristão coexistiu de forma tensa com seus antigos laços comunitários, até que finalmente se romperam, o que a forçou a se apoiar cada vez mais na evangelização cristã, que atraía as tão necessárias redes de suporte internacional, mas que também a alienavam permanentemente da sociedade hindu dominante e resultaram na sua marginalização e, eventualmente, seu apagamento da história social oficial documentada (KOSAMBI, 2016, p. 4, tradução nossa).

A obra

A agência humana e as ideias não são propriedades individuais, mas dependem das relações sociais, econômicas, culturais e institucionais concretas que as pessoas habitam, das suas possibilidades de falar a linguagem do poder e, sobretudo, das suas chances de falar sem sofrer sanções de sua comunidade. Ao afirmar que “o subalterno não pode falar”, Gayatri Spivak (2010) refere-se ao subalterno como aquele que sofre censura e que não tem acesso à cultura do imperialismo. Para ela, a única forma de produzir discurso é pela inserção do subalterno no circuito da hegemonia, o que já o retira, por definição, da condição de subalterno. Por isso, diz Spivak, é impossível “dar voz” ao subalterno, mas apenas trabalhar por ele, trabalhar contra a subalternidade.

Ramabai aprendeu os discursos do poder na Índia e no Império, desenvolvendo um “idioma eclético” (KOSAMBI, 2016). Além disso, deixou seu país, conectando-se a novos grupos e redes para fugir às coerções e pressões de sua comunidade. Sua leitura do sistema de castas e das relações de gênero é mediada pela sua conversão ao cristianismo, seu domínio de diversos idiomas (hindi, marathi, caranês, bengali, sânscrito, inglês e grego), assim como pelo conhecimento da literatura acadêmica dentro de seu campo de interesse: a Sociologia da religião.³ Seu feminismo, portanto, não é a expressão do “discurso do subalterno”, e não é possível tomá-lo como a “voz da subalternidade”. O que Ramabai produziu foram ações e operações críticas, a fim de combater a subalternidade. O repúdio à sua figura em seu próprio país veio não apenas de homens, mas também de mulheres. Assim, sua voz não é idêntica ou uma “expressão autêntica” da voz subalterna. Inserida em relações sociais, simbólicas, materiais e de poder marcadas pela violência epistêmica (SPIVAK, 2010), uma mulher hindu de casta alta poderia muito bem partir em defesa da sua própria subalternidade.

A partir de uma extensa análise de cartas, notícias de jornal e da autobiografia de Ramabai, a socióloga Meera Kosambi (1992; 2016) procurou caracterizar os meios sociais, as redes e os contextos intelectuais nos quais ela circulou. A partir daí, descreveu o seu feminismo como um resultado de estruturas complexas, contraditórias e intersectadas de patriarcado, religião, nacionalismo e internacionalismo. Sua conversão ao cristianismo e seus laços com a Igreja Anglicana e instituições ocidentais lhe forneceram uma comunidade e, sobretudo, acesso a redes e recursos para realizar seu ativismo. Essa relação também teve atritos, em um momento em que as mulheres eram, tanto objeto de reformas sociais promovidas pelos britânicos, quanto de esforços de cristianização (KOSAMBI, 1992).

Sua trajetória aponta para a série de ambivalências que caracterizaram a colonização britânica na Índia: exploração, violência, guerra, fome e destruição foram os aspectos mais marcantes do domínio colonial. Quando falamos da administração e das instituições, por outro lado, há uma série de processos ambíguos e contraditórios. Ao mesmo tempo que as missões religiosas e instituições educacionais dos colonizadores instruíram e prepararam as elites de casta alta para ocupar posições

3 Ramabai estava familiarizada com os trabalhos de Max Muller, Monier Williams, Wheeler Talboy, dentre outros. Além disso, leu e comentou o trabalho de Harriet Martineau, outra autora apresentada neste livro.

de poder, elas também ofereceram oportunidades para mulheres como Ramabai e homens de castas baixas ou *dalits* como Mahatma Phule e B. R. Ambedkar, que viriam a se tornar grandes lideranças políticas populares. As leis e as formas de classificação da população em censos deram ao estado colonial a legitimidade para arbitrar e fixar demandas de *status* das castas, mas, ao mesmo tempo que as essencializaram, puseram em evidência as desigualdades entre elas. O discurso missionário cristão, por sua vez, era um dos braços ideológicos da dominação colonial, e, no entanto, criticava desigualdades, hierarquias e incentivava a reforma social (KOSAMBI, 1992).

O sociólogo indiano Ashis Nandy (1983) faz uma reflexão profunda a respeito dessas ambivalências, argumentando que a eficácia do colonialismo britânico na Índia se deu pela sua capacidade de liberar determinadas forças na sociedade colonizada e modificar suas prioridades culturais de uma vez por todas: ao criar hierarquias seculares incompatíveis com a ordem tradicional, o colonialismo moderno abriu espaços antes inexistentes para a vocalização de demandas daqueles que eram explorados na antiga ordem. É por isso que Nandy chama o colonizador de “inimigo íntimo”. Ao atuar como ativista e reformadora social, Ramabai tornou-se, ao mesmo tempo, uma agente de “ocidentalização” da Índia.

Ramabai publicou diversos livros, panfletos, artigos de jornal, depoimentos e traduções, muitos dos quais intimamente ligados ao seu ativismo. Dentre as obras que deixou, se destacam *The Cry of Indian Women* (1883), *An Autobiographical Account* (1883), *Indian Religion* (1886) e *The Peoples of the United States* (1889). Este último é uma das raras observações publicadas no século XIX por um indivíduo colonizado a respeito de uma sociedade ocidental (ALATAS; SINHA, 2017). Contudo, seu trabalho mais conhecido e citado é *The High Caste Hindu Woman* (1887), um livro pequeno, de linguagem direta e didática, voltado para uma audiência estrangeira, anglo-saxã. Ele foi escrito com o intuito de sensibilizar potenciais apoiadores para as casas de acolhimento de viúvas.

Publicado nos Estados Unidos, o livro vendeu nove mil cópias em um ano (KOSAMBI, 2016). Por tratar de forma sofisticada questões de religião, gênero, casta, nacionalismo e colonialismo, o livro é considerado hoje uma incursão pioneira na sociologia da família e parentesco na Índia, um texto clássico sobre gênero e casta (CHAKRAVARTI, 1996), um manifesto feminista indiano (KOSAMBI, 2016) e um cânone alternativo da Sociologia clássica (ALATAS; SINHA, 2017). Organizado em capítulos curtos, Ramabai apresenta um relato sobre as diferentes fases da vida de uma mulher hindu de casta alta, apontando o que entendia serem os acontecimentos

típicos do nascimento, infância, casamento, viuvez e velhice das mulheres nessa condição. A autora também organiza explicações sobre determinadas regras sociais e religiosas que regiam a vida familiar e as associa à preterição das meninas em favor dos meninos. Além disso, elabora narrações detalhadas do cotidiano de homens e mulheres no interior da casa e do trabalho doméstico realizado pelas meninas desde a primeira infância. Nas suas palavras:

Desde o primeiro instante após o nascimento da filha, os pais se vêem atormentados por uma ansiedade persistente em relação ao futuro dela e às responsabilidades de sua posição. [...] A pobreza na Índia é tão grande que muitos pais não são capazes de assumir essa despesa; se houver mais de duas filhas em uma família, a ruína do pai é inevitável. É preciso lembrar que quem sustenta a casa na sociedade hindu não só tem de alimentar a própria esposa e filhos, como também os seus pais, os seus irmãos incapazes de trabalhar – por ignorância ou ociosidade – e suas famílias, assim como as viúvas mais próximas. Todos eles frequentemente dependem de um só homem para seu sustento [...] Mas isso não é tudo. A menina deve estar casada dentro de um período determinado, a casta do futuro marido deve ser a mesma que a sua, e o clã deve ser igual ou superior, nunca inferior, ao de seu pai.

[...]

[Assim,] o pai calcula quantas meninas é seguro deixar viver e depois se defende da tirania das castas e dos clãs matando logo após o nascimento aquelas que sobram. Isso é realizado de forma tão banal como se mata um mosquito ou outro inseto irritante. Quem pode salvar um bebê se os pais estão determinados a matá-lo e esperam ansiosamente por uma oportunidade conveniente? (RAMABAI, 1887, tradução nossa).

Ramabai aponta relações entre regras de parentesco, hábitos de casta, o sistema de dote e casamento na Índia e a posição social das mulheres hindus. Ela argumentou que a “tirania das castas” se vinculava a fenômenos como o infanticídio feminino e a negligência das famílias com relação à saúde e à alimentação das meninas. Muitos dos episódios relatados assemelham-se a experiências vividas por ela, sua mãe e sua irmã, e por situações testemunhadas em sua comunidade e nas suas extensas viagens pelo continente (KOSAMBI, 2016). Não se trata, portanto, de um estudo sociológico empírico, mas de um relato autobiográfico, restrito a um sujeito histórico específico, que deve ser lido no seu contexto de produção. Ainda assim, sua visão a respeito das relações entre as castas e aquilo que hoje chamamos de gênero é muito perspicaz, e aponta em direções que depois foram desenvolvidas pela Sociologia indiana. Outro aspecto fundamental é a sua narrativa acerca do tratamento dado às viúvas, muitas das quais frequentemente muito jovens ou até mesmo crianças.

À exceção das províncias do noroeste, por toda a Índia as mulheres são submetidas à mais severa das provações concebíveis após a morte dos maridos. [...] Entre os brâmanes de Deccan, todas as viúvas devem ter a cabeça raspada a cada quinze dias. Algumas das castas mais baixas também adotam esse costume de raspar a cabeça das viúvas e têm muito orgulho em imitar os irmãos das castas superiores. [...] A viúva deve se vestir com uma única peça rústica e mal acabada, de cor branca, vermelha ou marrom. Ela deve fazer somente uma refeição durante as 24 horas do dia. Ela nunca deve participar de festas familiares e jubileus com os outros. Ela não deve se mostrar às pessoas em ocasiões auspiciosas. Homens e mulheres acreditam que dá azar ver o rosto de uma viúva pela manhã antes de qualquer outra coisa. [...] A viúva é chamada de coisa “não auspiciosa”.

Não é incomum uma jovem viúva [...] escapar da casa onde é feita prisioneira. Mas quando ela foge, para onde ela pode ir? [...] A fome e a morte encaram o seu rosto; nenhum raio de esperança penetra a densidade sombria da sua mente. O que ela pode fazer? A única alternativa que ela tem é cometer suicídio ou, pior ainda, contentar-se com uma vida de infâmia e vergonha [...] (RAMABAI, 1887, tradução nossa).

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Dentre as diversas contribuições de Pandita Ramabai, se destacam a forma como tratou simultaneamente a opressão colonial, de casta e de gênero, além de sua perspicácia ao trabalhar com discursos e documentos na sua narrativa. Ramabai produziu uma leitura dos textos sagrados, dos sermões religiosos e provérbios populares relacionados à cultura bramânica, sob um enfoque exegético e crítico. Constantemente, ela comparava os ideais expressos nesses textos com o que percebia serem as práticas sociais concretas, descrevendo um mundo em transformação. Além disso, se apoiou no seu conhecimento da cultura brãmã e sanscítica para tentar dispor os diversos textos no tempo, argumentando que documentos e práticas mais antigas estariam sendo suplantados por novos códigos. Ramabai frisava que determinados textos só se tornavam canônicos por causa da ênfase que as autoridades religiosas davam a eles – e não por motivos espirituais ou transcendentais.

Ao comparar os textos sagrados e escrituras com as interpretações que religiosos e eruditos brâmanes vinham fazendo a respeito delas, Ramabai refletiu sobre a religião na sua dimensão social e política. Em *The High Caste Hindu Woman* (1887), a autora procurou apontar as apropriações seletivas, as falsificações maliciosas, as pequenas distorções, alterações e seleções dos escritos sagrados que estariam sendo

feitas por eruditos brâmanes para conferir justificativa religiosa às práticas de controle impostas às mulheres desse grupo. Ramabai argumentava, assim, que o monopólio do conhecimento e do acesso às escrituras por esses homens – sacerdotes, juristas, professores – facilitava a institucionalização de procedimentos.

Ao comparar supostas práticas sociais do passado e com as de seu presente, Ramabai sugeria que a reiteração de determinadas práticas no tempo as transformava em “tradições”. Ramabai não incluía a hierarquia das castas no interior de uma ordem divina que transcende a História. A esse respeito, chegou a dizer: “Embora a ‘casta’ seja admitidamente um produto da ordem social, ela hoje se tornou a primeira grande cláusula da crença hindu em toda a Índia” (RAMABAI, 1887).

Na década de 1960, o antropólogo francês Louis Dumont conduziu uma série de pesquisas etnográficas na Índia que resultaram no famoso livro *Homo Hierarchicus. O sistema das castas e suas implicações* (1997). A partir da observação de pequenas aldeias e da leitura exegetica dos textos sagrados hindus, Dumont propôs que a Índia era uma civilização unitária e que suas características centrais eram as castas, a hierarquia e o holismo – em contraste com o igualitarismo ocidental individualista.

Para ele, o sistema de castas se apoiava primordialmente no *status* ritual dos brâmanes e em uma interdependência consensual entre os desiguais. Dumont insistia frequentemente que tratar a Índia, a partir das temáticas do poder, das desigualdades materiais, dos interesses e aspirações individuais eram um equívoco, visto que o Subcontinente Indiano seria um “oposto simétrico” ao Ocidente moderno (DUMONT, 1997). A abordagem idealista e estrutural-funcionalista de Dumont colocou a religião no centro do processo da reprodução do sistema de castas e negou a importância das dimensões institucionais, materiais, do poder e do conflito na sua manutenção. Outra consequência da sua teoria foi a sugestão de que há duas maneiras básicas e opostas de pensamento e que uma delas é encontrada no Ocidente e outra no Oriente. Dumont trabalhou com uma Índia profundamente afetada pelo colonialismo e pela modernidade, pressupondo estar lidando com uma civilização pura, isolada e sem história.

Tanto Pandita Ramabai (1887), quanto Louis Dumont (1997) se apoiaram em textos sagrados para falar da religião hindu e dos temas da hierarquia e da desigualdade. No entanto, Dumont trabalhou com os textos sagrados e os depoimentos dos eruditos brâmanes, sob a premissa de que tais textos e discursos expressavam uma essência cultural que transcendia a História e o tempo. Além disso, Dumont lidou, sobretudo, com as visões idealizadas de consenso, estabilidade e harmonia

que seus informantes brâmanes tinham a respeito da sua própria sociedade e dos outros grupos sociais que a compunham. Diferente de Dumont e de sua perspectiva estática e funcionalista, Ramabai adotou a perspectiva da dinâmica e do conflito. A comparação entre os dois nos estimula a olhar criticamente para uma tradição das ciências sociais encantada com o holístico, com “o todo social” e com a comunidade.

A atualidade da autora

Teorias sociológicas são conjuntos de ideias, hipóteses, argumentos e explanações a respeito de como e por que sociedades humanas se formam, mudam e se desenvolvem – ou desaparecem – ao longo do tempo. Autores canônicos da Sociologia como Marx, Durkheim e Weber produziram excelentes teorias sobre o capitalismo e a modernidade, a partir do olhar para o contexto europeu. Ramabai também pode estimular uma visão das transformações e dos processos de longa duração, mas, a partir uma modernidade vista e vivida pela margem, narrando uma ordem social de gênero que mudava ao se entrelaçar às dinâmicas da colonização e da globalização.

Em *Orientalismo*, Edward Said (2003) chamou a atenção para a premissa de muitos europeus de que os “orientais” possuiriam uma essência humana distinta e imutável que resultaria em contrastes intransponíveis em relação ao Ocidente. Para os “orientalistas”, tal essência é paradoxalmente, tanto histórica, quanto sem história, pois resiste às mudanças e às forças que operam no campo da evolução histórica desde a sua fixação, ao contrário do que sucede com todos os “outros” seres, estados, nações, povos e culturas. Said aponta, sobretudo, que “Oriente” e “Ocidente” são construções teóricas e discursivas que não têm consistência ontológica. Pandita Ramabai oferece uma oportunidade de refletir sobre a construção do “Oriente” como o outro ao pensar como as transformações sociais em curso na Índia estavam intrinsecamente ligadas ao contexto da colonização britânica. Seu próprio ativismo, pleno de conflitos e contradições, dá testemunho do quão intrincadas e complicadas foram as lutas sociais de grupos como mulheres, pessoas de castas baixas e *dalits*. A trajetória do líder *dalit* B. R. Ambedkar,⁴ educado em instituições norte-americanas,

4 B. R. Ambedkar foi um jurista e economista que atuou pela causa dos *dalits*, tornando-se arquiteto da Constituição da Índia independente e um dos grandes responsáveis pela criação das primeiras políticas de ação afirmativa conhecidas no mundo, em favor de *dalits* e *other scheduled castes*. Disponível em: <https://globalcenters.columbia.edu/content/mumbai-bhimrao-ramji-ambedkar>.

dá exemplo da relação complexa entre uma colonização externa e as formas de assimetria internas à Índia.

Em um amplo balanço das transformações por que passou a Índia desde a independência em 1947, os economistas Amartya Sen e Jean Drèze (2015) ressaltaram a atualização e reinvenção das desigualdades de casta, gênero e religião. Apesar dos inegáveis avanços educacionais, que deram fim ao monopólio dos homens de casta alta sobre a educação, as divisões sociais entre castas persistem e determinam fortemente o acesso a poder e recursos. Dentre muitos grupos sociais, o tabu do casamento entre pessoas de castas diferentes também perdura. A isso se soma a discriminação contra os *dalits* e muçulmanos pobres. Quanto ao gênero, apesar das desigualdades terem diminuído em algumas dimensões, como é atestado pelos índices de alfabetização e pela presença de mulheres em setores profissionais de prestígio, diversos indicadores mostram que as assimetrias continuam sendo profundas.

Algumas das expressões mais visíveis dessa desigualdade são a baixa representação política feminina no Parlamento, a incidência mais elevada de mortes entre meninas em razão de negligência alimentar e de acesso à saúde, os abortos seletivos de fetos do sexo feminino, a violência doméstica, bem como diversas leis de propriedade, herança e domicílio conjugal que favorecem homens em prejuízo de mulheres. No entanto, outras manifestações das desigualdades intrigam os analistas: a participação feminina na força de trabalho permanece extremamente baixa se comparada à de outros países e, ao contrário do que se costuma esperar, mais prosperidade econômica e aumento da renda costumam diminuir – e não aumentar – essa participação (SEN; DRÈZE, 2015).

Além disso, a educação feminina não parece ter tido os efeitos esperados por Ramabai, que acreditava que a escolarização das meninas mudaria a sociedade: mesmo mulheres altamente escolarizadas tendem a permanecer fora do mercado de trabalho, além de praticar discriminação contra crianças do sexo feminino (SEN; DRÈZE, 2015). A educação tem se mostrado condição necessária, mas não suficiente, para mudar a situação social das mulheres na Índia. Tudo isso dá testemunho da força dos arranjos institucionais, econômicos e culturais e do entrelaçamento de formas de desigualdade que empurram a mulher indiana para o lar. Um aspecto a ser destacado é a falta de responsabilidade do Estado com relação aos cuidados de saúde e dos idosos, sendo a família aquela que cuida dos indivíduos nas diferentes etapas da vida. Isso estimula uma cultura familiar em que a interdependência é considerada mais valiosa do que a autonomia, e em que se

espera que metas e desejos pessoais sejam subordinados aos da família, sobretudo, para as mulheres (PANDE, 2014).

Como antecipado por Ramabai, as práticas das castas altas com relação às mulheres exerceram e continuam exercendo forte influência sobre todo o conjunto da sociedade. Sen e Drèze (2015) mostram, por exemplo, de que maneira a emulação dos hábitos das castas altas por pessoas de castas baixas contribui para a difusão de mecanismos de discriminação de gênero na sociedade, um processo que a literatura sociológica indiana denominou “sanskritização”:

[...] a prática do dote (que contribui para muitos problemas sociais relacionados a gênero, incluindo o conhecido fenômeno da preferência por meninos e o assédio de mulheres casadas sob o argumento de que elas trouxeram um dote inadequado) se espalhou rapidamente durante o século vinte para comunidades onde ela antes não existia. Uma razão possível para isso é que muitas dessas normas patriarcais, incluindo o dote, que costumavam ficar confinadas a partes dos grupos de casta alta, são vistas como marcadores de status e de mobilidade social (SEN; DRÈZE, 2015).

Esses processos atestam o caráter dinâmico – e não estático – da sociedade indiana e de suas múltiplas formas de desigualdade. Ao mesmo tempo que se identificam grandes disparidades de gênero no país, alguns estudos mostram também as diferenças entre norte e sul da Índia, com destaque para os estados de Himachal Pradesh, Kerala e Tamil Nadu e seus avanços acelerados em diversos indicadores relacionados à igualdade de gênero, relacionados a investimentos em infraestrutura pública, reforma agrária e programas de distribuição de renda e recursos (SEN; DRÈZE, 2015). Para cientistas sociais, o texto de Ramabai proporciona reflexões importantes, seja contra visões estereotipadas ou contra versões idealizadas e idílicas das relações sociais e de gênero na Índia e em outras sociedades. Sua leitura indica ainda que, nem a dominação masculina, nem o imperialismo explicam sozinhos a subordinação feminina. Seu texto, por fim, contribui para pensar como a ordem de gênero se transforma e muda em qualquer sociedade. Assim, longe de constituir mero registro histórico do passado, há no texto de Ramabai, *insights* fundamentais para a análise sociológica e para a compreensão das sociedades de hoje.

Referências

- ADAMS, Julia. *The familial state: ruling families and merchant capitalism in early modern Europe*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.
- ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. *Sociological theory beyond the canon*. London: Palgrave Macmillan, 2017.
- BÊTEILLE, Andre. Race, caste and gender. *Man*, v. 25, n. 3, p. 489-504, 1990.
- CHAKRAVARTI, Uma. The myth of “patriots” and “traitors”: Pandita Ramabai, brahmanical patriarchy and militant hindu nationalism. In: JAYAWARDENA, Kumari; ALWIS, Malathi de (eds.). *Embodied violence: communalizing women’s sexuality in South Asia*. London: Zed Books, 1996, p. 190-239.
- _____. *Gendering caste: through a feminist lens*. Nova Déli: Sage, 2018.
- DIRKS, Nicholas. *Castes of mind: Colonialism and the making of modern India*. Delhi: Permanent Black, 2001.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.
- GUHA, Sumit. *Beyond caste: identity and power in South Asia, past and present*. Boston: Brill, 2013.
- KOSAMBI, Meera. Indian response to christianity, church and colonialism: case of Pandita Ramabai. *Economic and Political Weekly*, v. 27, n. 43/44, 1992.
- _____. Indian response to christianity, church and colonialism: case of Pandita Ramabai. *Economic and Political Weekly*, v. 27, n. 43-44, p. 61-71, 2015.
- _____. *Pandita Ramabai: life and landmark writings*. New York: Routledge, 2016.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- NANDY, Ashis. *The intimate enemy: loss and recovery of self under colonialism*. New Delhi: Oxford University Press, 1983.
- PANDE, Rekha. Desafios para o feminismo no século XXI: uma perspectiva do sul da Ásia, focalizando especialmente a Índia. In: ASSIS, Gláucia; MINELLA, Luzinete; FUNCK, Susana (org.). *Entrelugares e mobilidades: desafios feministas*. Tubarão: Copiart, 2014, p. 35–62.
- RAMABAI, Pundita. *The high-caste hindu woman*. Philadelphia: J. B. Rodgers Printing Co., 1887. Disponível em: <https://digital.library.upenn.edu/women/ramabai/woman/woman.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.

_____. Famine experiences. In: KOSAMBI, Meera (ed.). *Pandita Ramabai: through her own words, selected works*. New Delhi: Oxford University Press, 2000. Disponível em: <https://scalar.lehigh.edu/kiplings/famine-experiences-pandita-ramabai>. Acesso em: 01 dez. 2020.

SAID, Edward. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEN, Amartya; DRÈZE, Jean. O predomínio da desigualdade. In: SEN, Amartya; DRÈZE, Jean. *Glória incerta: a Índia e suas contradições*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIDDIQUI, Kalim. The political economy of famines during the british rule in India: a critical analysis. *The World Financial Review*, 30 jul. 2020.

SHETH, D.L. Caste and class: social reality and political representations. In: SHAH, Ghanshyam (org.). *Caste and democratic politics in India*. New Delhi: Permanent Black, 2002, p. 209-233.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

VEER, Peter van der. *Imperial encounters: religion and modernity in India and Britain*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

Capítulo 14

Ida B. Wells

Cinthia Marques Santos

A vida

Em 1862, na cidade de Holly Springs, Mississippi,¹ nascia Ida Bell Wells² que veio a tornar-se uma ativista incansável na luta por direitos para a população afro-estadunidense e uma jornalista investigativa que pôs em pauta a brutalidade da supremacia branca que assassinou centenas de homens negros em linchamentos.

Filha de pessoas escravizadas, ela nasceu sob a mesma condição de seus pais, tendo obtido a liberdade com a promulgação do Ato de Emancipação pelo presidente Abraham Lincoln, em 1º de janeiro de 1863, cujo aspecto central foi a abolição da escravidão. Jim Wells, seu pai, era carpinteiro e sua mãe, Elizabeth Warrenton Wells, cozinheira. Seus pais compreendiam a importância da educação formal na vida de seus filhos. O senhor Wells foi curador de instituições de ensino, como Shaw

¹ O estado do Mississippi está localizado na Região Sul dos Estados Unidos e foi palco de muitas tensões raciais ao longo da história estadunidense.

² A apresentação da trajetória de Ida B. Wells é baseada em sua autobiografia *Crusade for justice* (1970) organizada por sua filha Alfreda M. Duster e que, segundo Patrícia Lengermann e Gillian Niebrugge (2019), é a melhor introdução ao seu pensamento.

University e Rust College, e a senhora Wells frequentou a escola com o objetivo de aprender a ler a Bíblia e acompanhar o desempenho escolar de suas crianças. Vale notar que o interesse de Ida B. Wells e seus pais pela educação³ indica a centralidade desta como possibilidade de emancipação e mobilidade social individual e coletiva. O senso de justiça, responsabilidade e compromisso com a luta pela emancipação do povo negro atravessou toda a experiência de vida de Ida B. Wells, reverberando em suas análises políticas e sociais.

Em sua autobiografia, a autora mostra como a tensão racial esteve presente em sua vida desde os anos iniciais, mesmo não tendo vivenciado conflitos raciais na cidade onde nasceu e passou a infância (WELLS, 1970). Ela registrou:

Não me lembro quando ou onde comecei a estudar. Minhas primeiras lembranças são de ler o jornal para meu pai e um grupo de amigos. Ele se interessava por política e eu ouvi as palavras Ku Klux Klan muito antes de saber o que elas significavam. Eu sentia, vagamente, que se tratava de algo assustador pelo modo como minha mãe andava, ansiosamente, de um lado para o outro quando meu pai saía para participar de alguma reunião política (WELLS, 1970, p. 9, tradução nossa).

Embora não compreendesse, até aquele momento, o significado daquelas iniciais, ela podia sentir o clima de apreensão instaurado pelo terror que os ataques da Ku Klux Klan (KKK)⁴ causavam. Além disso, Wells era bem jovem quando perdeu seus pais durante uma pandemia de febre amarela, tendo que assumir as responsabilidades sob seus irmãos mais novos. Em 1878, aos 16 anos, sendo a mais velha de oito irmãos, ela iniciou sua carreira de professora em uma escola rural para pessoas negras, a fim de obter os meios para sustentar sua família. No período em que lecionava se incomodou com a situação degradada dos prédios onde o ensino era ofertado às crianças negras. Ida B. Wells lecionou em alguns locais: “[...] no ano de 1886 eu havia ensinado um mês nos estados da Califórnia, Missouri e Tennessee. Quatro dias em Visalia, um dia em Kansas City e o restante do ano letivo em Memphis [...]” (WELLS, 1970, p. 31, tradução nossa). Sua circulação pelas escolas

3 A educação formal é pontuada nesse depoimento devido à importância que lhe é atribuída no acesso a melhores condições socioeconômicas. Sales Augusto Santos (2005) informa que a população negra brasileira assimilou o ingresso e permanência nas instituições de ensino a uma possível eliminação de condições desfavoráveis na qual se encontrava, desde o período escravagista. Assim, a valorização da educação formal foi um dos modos dessa população ascender de *status*.

4 A Ku Klux Klan é uma organização terrorista que surgiu nos Estados Unidos após a Guerra Civil Americana, ou Guerra de Secessão, ocorrida de 1861 a 1865. O grupo foi criado para promover os ideais do supremacismo branco, ideais racistas que promovem a segregação e o ódio contra negros.

deveu-se à insatisfação com o local, desconforto na relação com os colegas e ao não reconhecimento de sua dedicação. Assim, ela decidiu se dedicar ao jornalismo quando o reverendo William J. Simmons, presidente da State University of Louisville, Kentucky, e da Convenção Nacional Batista e editor da Associação de Imprensa Negra, lhe ofereceu um trabalho remunerado:

[...] Ele me queria como correspondente de seu jornal e me ofereceu a generosa soma de um dólar por carta por semana! Foi a primeira vez que alguém se propôs a me pagar pelo trabalho que eu gostava de fazer. Eu nunca sonhei em receber qualquer pagamento, pois eu também estava feliz com a ideia de que os jornais estavam me dando espaço (WELLS, 1970, p. 31-32, tradução nossa).

A carreira de Ida como jornalista estava oficialmente formalizada por meio da remuneração, notoriedade e das responsabilidades que adquiriria. O uso de um pseudônimo, Lola, permitia que ela escrevesse artigos denunciando questões caras ao povo negro. No entanto, com o impacto das críticas sociais que seus artigos continham, Ida B. Wells assumiu a titularidade de sua posição e a proporção do seu jornalismo investigativo, publicando seus artigos em revistas e jornais como *Free Speech*, *New York Age* e *Chicago Conservator*.

Destemida, ela posicionou-se diversas vezes contra a opressão branca que suprimia os direitos civis das pessoas negras. Em maio de 1884, durante uma viagem de trem, B. Wells foi abordada pelo condutor. Ele a informou que ela deveria seguir viagem no vagão para fumantes, destinado às pessoas negras em decorrência das divisões raciais vigentes em locais públicos. Ela recusou-se a trocar de vagão, uma vez que havia adquirido um bilhete para primeira classe, e foi forçada a se retirar, mas não sem resistir à ofensa:

[...] Ele tentou me arrastar do assento, mas quando ele pegou em meu braço eu mordi sua mão. Eu tinha apoiado meus pés na poltrona da frente e fiquei firme e como ele tinha sido mordido não tentou, novamente, me conter sozinho. Ele não parou e com a ajuda do carregador e outro homem, eles conseguiram me arrastar para fora. Eles foram encorajados pelas atitudes de mulheres e homens brancos que aplaudiam e até subiram nas poltronas para ter uma boa visão [...] (WELLS, 1970, p. 18, tradução nossa).

Aos 22 anos, ela processou a companhia ferroviária por discriminação racial, mas perdeu a ação, sob a alegação de que o vagão para fumantes era de primeira classe para pessoas de cor. B. Wells ficou desapontada, pois os juízes colocaram seus preconceitos na frente das evidências de discriminação racial. Sua indignação ficou registrada em seu diário do seguinte modo: “[...] Ó Deus, não há reparação, nem paz, nem justiça na terra para nós?” (WELLS, 1970, p. 1, tradução nossa).

Tal episódio nos leva a pensar nos efeitos duradouros da raça e nas formas de governar baseadas em discriminações raciais. O protagonismo de Wells na cena do vagão foi atualizado 71 anos depois por meio da resistência da ativista Rosa Parks. Em 1º de dezembro de 1955, em Montgomery, Alabama, Parks retornava de mais um dia de trabalho quando recebeu a ordem de ceder seu assento a uma pessoa branca. Ela se recusou, e sua prisão se tornou um símbolo de resistência para a população negra. Guardadas as devidas dimensões e peculiaridades de cada época, o posicionamento de Wells e Parks remete ao compartilhamento de uma experiência racial que, em tempo e espaço distintos, se deparou com o mesmo viés racista do Estado cristalizado nas leis segregacionistas.⁵

Em 1889, Ida B. Wells foi convidada para integrar os jornais *Free Speech* e *Headlight of Memphis*.⁶ Mas ela só aceitou o convite na mesma condição dos proprietários, reverendo F. Nightingale e J. L. Fleming. Eles aceitaram, e ela se tornou dona de um terço do jornal. No ano de 1893, a ativista juntou-se a outras lideranças afro-estadunidenses, como Frederick Douglass,⁷ apelando para que a *World's Columbian Exposition* fosse boicotada em virtude das representações estereotipadas da população negra. Nesse protesto foi elaborado um panfleto intitulado “O motivo pelo qual o estadunidense de cor não está na Exposição Universal”. No prefácio do texto, a autora questiona os motivos dessa ausência:

A mostra do progresso feito por uma raça em 25 anos de liberdade contra 250 anos de escravidão, teria sido o maior tributo à grandeza e progressividade das instituições americanas que poderia ter sido mostrado ao mundo. Os negros desta grande República somam oito milhões – mais de um décimo de toda a população dos Estados Unidos. Eles estavam entre os primeiros colonos deste continente, desembarcando em Jamestown, Virgínia em 1619 em um navio negreiro, antes dos puritanos, que desembarcaram em Plymouth em 1620. Eles contribuíram com uma grande parte para a prosperidade e civilização americanas. O trabalho da metade deste país sempre

5 As Leis Jim Crow foram um conjunto de leis que instauraram a segregação racial nos Estados Unidos da América. Tais leis definiram que as escolas públicas e a maioria dos locais públicos (dentre eles, trens e ônibus) apresentassem instalações distintas para brancos e negros. As leis de Jim Crow vigoraram entre os anos de 1876 e 1965, mas não antes de serem combatidas constantemente.

6 É interessante notar que apenas um ano após a Abolição da Escravatura no Brasil, em 1888, Ida B. Wells emergia como jornalista, editora e proprietária de um terço de um jornal no contexto dos Estados Unidos. É válido refletir sobre a atuação das mulheres negras nas produções de conteúdos pertinentes às definições dos rumos da população negra naquele período. Acerca da constituição da Imprensa Negra no Brasil, ver a pesquisa de Ana Flávia Magalhães Pinto (2006).

7 Frederick Douglass (1818-1895) é considerado um dos abolicionistas mais famosos da história norte-americana. Ele foi o primeiro homem a defender publicamente o direito ao sufrágio feminino. Seu discurso celebre é “O significado do 4 de Julho para o negro”, proferido em Rochester, Nova York, em 1852.

foi e ainda está sendo feito por eles. O primeiro crédito que este país teve no comércio com o estrangeiro foi criado por produções resultantes do seu trabalho. A riqueza gerada por sua indústria proporcionou aos brancos deste país o lazer essencial para seu grande progresso na educação, arte, ciência, indústria e invenção [...] (WELLS, 1970, p. 1, tradução nossa).

Em 1895, Ida casou-se com o advogado Ferdinand Lee Barnett (1859-1936), que também era proprietário de um jornal, o *Chicago Conservator*. Tiveram quatro filhos: Charles Aked, Herman Kohlsaat, Ida Jr. e Alfreda Marguerita. Durante os primeiros anos do casamento, ela dedicou-se integralmente aos afazeres domésticos e cuidados com sua família, até que Alfreda, sua caçula, completasse oito anos de idade. Ela acreditava na importância da mãe durante os anos de formação dos filhos e, desse modo, afastou-se das atividades jornalísticas e do ativismo. Mesmo voluntariamente, a decisão de dedicar tempo e energia à família e aos cuidados com a casa revelam as assimetrias de gênero nas relações afetivas e de trabalho.

Vigorosa é um dos adjetivos que podemos utilizar para pensar a atuação política de Ida B. Wells. A ativista se posicionou favoravelmente ao sufrágio feminino e se opôs criticamente ao racismo dentro do movimento pelos direitos das mulheres. As reivindicações pelo voto feminino, encabeçada por Susan B. Anthony,⁸ não incluíam o direito ao voto de mulheres negras. Embora não encorajasse o direito do povo negro ao voto, Anthony não abriu mão de seu apoio, e Frederick Douglas era lembrado por ela como o primeiro homem a concordar publicamente com o voto feminino (DAVIS, 2016).

Mesmo mantendo admiração pela luta de Anthony, Ida questionava e discordava de suas atitudes por não conseguir fazer com que seus valores pessoais antirracistas reverberassem na esfera pública do movimento sufragista. Ida B. Wells fez parte da primeira agremiação de sufragistas negras (DAVIS, 2016). A vida de Ida B. Wells foi dedicada a lutar pelos direitos civis da população afro-estadunidense e pelo sufrágio feminino. Ela arriscou a própria vida em defesa da verdade e da justiça social, fazendo a escolha de viver dignamente sua cruzada por seus ideais antirracistas. Vejamos seu registro, em maio de 1892, quando soube que o escritório de seu jornal *Free Speech*, e Memphis, havia sido destruído por supremacistas brancos:

8 Susan Brownell Anthony (1820-1906) foi uma ativista feminista e abolicionista. Ela participou de campanhas e convenções em favor do direito ao sufrágio feminino.

[...] Senti que era melhor morrer lutando contra a injustiça do que morrer como um cão ou um rato em uma armadilha. Eu estava determinada a negociar minha vida, o mais caro que pudesse, caso fosse atacada. Sentia que se pudesse levar um linchador comigo igualaria a pontuação um pouco [...] (WELLS, 1970, p. 62, tradução nossa).

No aniversário de centenário de Abraham Lincoln, em 1909, um grupo de intelectuais negros, como W. E. B. Du Bois,⁹ se reuniu em Nova York e preparou um documento sobre as demandas do povo negro. Desse encontro surgiu a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor (NAACP),¹⁰ entidade multirracial dedicada à luta pelos interesses políticos da população negra. Inicialmente, Wells foi deixada fora da associação, sendo posteriormente integrada ao seu comitê executivo. No entanto, decepcionada com as lideranças da NAACP, ela acabou se afastando da organização pouco tempo depois. Ida B. Wells se manteve ativa até sua morte e faleceu, em 25 de março de 1931, de doença renal, aos 69 anos.

A obra

Ida B. Wells possui uma densa produção intelectual, em que manejou análises que vinculavam gênero, raça e os desdobramentos dessas categorias na vida da população negra. Jornalista investigativa, ela revelou grande habilidade em examinar fenômenos sociais como os linchamentos,¹¹ que perpetuavam a supremacia branca. A partir de sua localização social de gênero e raça, mulher e negra, Wells anunciou a falsidade da noção de neutralidade no fazer científico. Se atualmente temos a compreensão de que o postulado da neutralidade axiológica não faz sentido, esse entendimento se deve, em grande parte, às teorias feministas, responsáveis por apontar que as categorias como raça, classe e gênero, dentre outras, compõem os modos de fazer e saber (HARAWAY, 1995). No período em que Wells iniciou suas análises, havia a crença de que o fazer científico era neutro. Ou seja, julgavam que

9 William Edward Burghardt "W. E. B." Du Bois (1868-1963) foi um sociólogo, ativista e escritor. Foi um dos fundadores e atuou por durante alguns anos como presidente da NAACP. Seu livro *As almas da gente negra* (1999) é um dos seus escritos mais conhecidos.

10 *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP).

11 Apresentaremos adiante as conclusões da ativista sobre os linchamentos, mas esclarecemos que o objetivo aqui não é fazer nenhuma espécie de genealogia dos linchamentos, seja nos Estados Unidos ou no Brasil. A ideia é apresentar minimamente o "objeto" de estudo, as conclusões e o aporte da produção de Wells. No Brasil, o fenômeno adquire contornos próprios e há uma literatura especializada sobre o tema. Ver, por exemplo, a obra *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*, de José de Souza Martins, publicada em 2015.

categorias sociais como raça, classe e gênero não possuíam qualquer influência sobre a realização das pesquisas e seus resultados. Ida B. Wells acenou para a compreensão de que nossos corpos estão implicados na produção intelectual.

A pertinência da literatura em sua formação é realçada a ponto de Wells classificar-se como “[...] uma leitora voraz.... Minha única diversão era ler, era o único jeito que tinha para esquecer meus problemas [...]” (WELLS, 1970, p. 21). Apesar disso, ela queixava-se:

Formei meus ideais lendo as melhores histórias de Dickens, e os livros de Louisa May Alcott's, Sra. A. D. T. Whitney e Charlotte Bronte, além dos romances juvenis de Oliver Optic. Eu tinha lido a Bíblia e Shakespeare, mas nunca tinha lido um livro escrito por negros ou qualquer coisa sobre negros (WELLS, 1970, p. 21).

Sua insatisfação com a ausência de uma literatura negra ou sobre o povo negro expressava uma crítica pertinente ao modo como a historiografia era constituída. Wells acreditava que a ausência desse registro era lamentável, uma vez que ele poderia ser motivo de orgulho para as(os) jovens negras(os), caso lhes fosse dado o direito de saber sobre os esforços e luta por melhores condições para a população negra. A autora também destacou o que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2019) chamou recentemente de “perigos da história única”, denunciando o fato de que os registros existentes sobre a população negra eram produzidos por homens brancos, a partir de suas compreensões de mundo enviesadas pela supremacia branca.

Essa constatação impulsionou Ida B. Wells a registrar a história do povo negro no período histórico do pós-guerra civil, da Ku Klux Klan (KKK) e dos assassinatos de negros que reivindicavam seus direitos de cidadania como homens livres.¹² O incômodo com a ausência de uma historiografia que apresentasse os aportes dos afro-americanos para a sociedade estadunidense a levou não apenas a questionar as narrativas produzidas por homens brancos, mas a elaborar uma contribuição para a história de afro-americanas(os). Ela enfatiza a relevância dos registros históricos dos atos do povo negro no período de reconstrução, pós-guerra:

12 O termo “homens livres” (*freeman*) é utilizado aqui conforme a autora utiliza em seus escritos, porém registramos que a utilização do termo homem livre ou homens livres está ancorada no pressuposto universalizante da categoria homem, e se refere, portanto, ao conjunto da população negra, incluindo mulheres e crianças. Isso não significa que o termo não fosse alvo de estranhamento e mesmo questionamentos por parte das mulheres. Decidimos mantê-lo, a fim de retratar o modo como a linguagem é reflexo da sociedade e seus períodos.

[...] A história deste período refletiu a glória da raça e deve ser conhecida. No entanto, a maior parte está enterrada e apenas a versão distorcida do homem branco do sul está nas bibliotecas públicas e livros escolares do país. Os homens negros que fizeram parte desta história eram muito modestos para escrever esta história ou não perceberam a importância da palavra escrita para a posteridade [...] (WELLS, 1970, p. 4, tradução nossa).

A construção de seu pensamento evidencia a preocupação com um projeto que não se restringia ao âmbito individual, mas que estava comprometido com uma comunidade. Quando, em 1889, tornou-se proprietária de uma parte do jornal *Free Speech*, Wells ainda lecionava e conciliou por um longo tempo as duas carreiras. Seu ativismo antirracista constituiu-se em boa medida por meio de seus escritos, onde denunciava as opressões raciais.

A autora publicou autobiografias, livros e diversos artigos em jornais, sobretudo, sobre o fenômeno dos linchamentos, um dos principais focos de sua obra. De sua produção escrita, podemos ressaltar duas autobiografias, *Crusade for Justice: the Autobiography of Ida B. Wells* (1970), organizada e publicada postumamente por sua filha, Alfreda M. Duster; e *The Memphis Diary of Ida B. Wells* (1995). As demais obras são *Mob Rules in New Orleans: Robert Charles and His Fight to Death, The Story of His Life, Burning Human Beings Alive (and) Other Lynching Statistics* (1900), *On Lynchings: Southern Horrors, A Red Record, Mob Rule in New Orleans* (1991) e *A Red Record: Lynching in the United States* (1894).

Embora seus artigos e análises acerca dos linchamentos possuam lastro em seu país de origem, no Brasil a autora é pouco conhecida, pois suas obras ainda não possuem tradução para o português. Por aqui, podemos conhecer um pouco de seu legado intelectual por meio de alguns artigos de Angela Davis (2016),¹³ nos quais são destacadas a atuação política de Ida B. Wells, tanto no associativismo negro, quanto no movimento sufragista, como veremos logo adiante.

13 A tradução da obra *Mulheres, raça e classe* para a língua portuguesa é de 2016, sendo que a obra original é de 1981. O intervalo de 35 anos para que o livro fosse acessível ao público brasileiro nos leva a refletir sobre como o acesso a produções em línguas estrangeiras é restrito, além de revelar uma defasagem no conhecimento de personalidades ativas na luta por justiça social.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Strange Fruit

*Southern trees bear strange fruit, blood on the leaves and blood at the root
Black body swinging in the Southern breeze, strange fruit hanging from the poplar trees.
Pastoral scene of the gallant South, the bulging eyes and the twisted mouth,
Scent of magnolia sweet and fresh, Then the sudden smell of burning flesh!
Here is fruit for the crows to pluck, for the rain to gather, for the wind to suck,
For the sun to rot, for the trees to drop, Here is a strange and bitter crop.*¹⁴

Ida B. Wells elaborou um pensamento sobre estereótipos de gênero e raça, violência racista, direitos civis e direitos das mulheres contribuindo para o surgimento de uma sociologia feminista negra. O *blues*¹⁵ de título *Strange Fruit* (Estranho Fruto) que abre esta seção foi interpretado por Billie Holiday e gravado em 1939. A cantora vinculou sua experiência racial ao ativismo antilinchamento iniciado por Wells por meio de sua postura política. Os ativismos de Wells e Holiday, mesmo que separados por algumas décadas, evidenciam problemas atuais como o extermínio e o encarceramento em massa de homens negros.¹⁶ As manifestações B. Wells e Billie Holiday ilustram o que Patricia Hill Collins (2019) aponta como uma constante no trabalho de ativistas e acadêmicas negras: a relação entre “experiência e consciência”. As experiências às quais Hill Collins se refere são experiências compartilhadas de gênero e raça. Ou seja, são as posições sociais que tornam sujeitos subalternizados ou não subalternizados nas relações, fazendo com que tenham consciências diferentes conforme suas vivências. Hill Collins enfatiza que a categoria social raça proporciona uma perspectiva singular para diversos grupos, e no caso das mulheres negras as situações sentidas individualmente podem indicar “experiências e ideias... como grupo” (COLLINS, 2019, p. 65).

14 “As árvores do Sul produzem uma fruta estranha, sangue nas folhas e sangue nas raízes/ Corpo negro balançando na brisa do Sul, estranha fruta pendurada nos álamos/Cena pastoril do sul valente, olhos inchados e boca torcida/Perfume de magnólia doce e fresca, e o repentino cheiro de carne queimando!/Essa é uma fruta para os corvos despedaçarem, para a chuva recolher, para o vento sugar, para o sol apodrecer, para uma árvore derrubar/Essa é uma colheita estranha e amarga”. O poema ficou mais conhecido na voz da cantora Billie Holliday (1915-1959), cantora e intérprete de *jazz* muito famosa nos Estados Unidos dos anos 1950.

15 O *blues* é um gênero musical e está associado também ao lamento comumente ligado a essa manifestação cultural.

16 Para saber mais sobre encarceramento em massa sugerimos o trabalho da ativista e pesquisadora Juliana Borges (2019).

Ida B. Wells relatou que foi a morte de três amigos – Thomas Moss, Calvin McDowell e Henry Stewart – que alterou o curso de sua vida, dado que ela se engajou num ativismo antilinchamento que a levou a percorrer várias cidades, dentro dos Estados Unidos da América, chegando, inclusive, a viajar para a Inglaterra, em 1893, com o propósito de obter apoio para essa causa. Sobre uma de suas experiências, em Aberdeen, ela nos conta que:

Além das reuniões organizadas para mim em Aberdeen, a Sra. Mayo me levou a uma reunião lotada com homens reunidos no *Pleasant Saturday Evening meeting*. Havia cerca de 1.500 homens lá e tínhamos assentos... Fiquei feliz em fazer isso e comecei contando sobre as condições no Sul desde a Guerra Civil, a Lei de Jim Crow, intimidação nas urnas e leis contra casamentos inter-raciais... Eu também falei das atrocidades físicas praticadas sobre minha raça e do fracasso dos brancos em permitir um julgamento justo para qualquer acusado (WELLS, 1970, p. 90-91, tradução nossa).

Suas denúncias do racismo que orientava os linchamentos a forçou ao exílio em Nova York, em decorrência de inúmeras ameaças à sua vida. Esses acontecimentos lamentáveis reconfiguraram sua vida devido às mudanças que fora forçada a fazer em favor da manutenção de sua vida e de seu ativismo.

O linchamento dos três amigos ocorreu em março de 1892, em Memphis, e a levou a dedicar-se a uma pesquisa que durou alguns anos. As vítimas do linchamento eram proprietárias de um mercado localizado no subúrbio da cidade, densamente habitado por negras(os), mas até instalarem seu negócio um homem branco era o dono de um único mercado que atendia toda a região. O primeiro evento que teria dado origem ao que culminou no linchamento dos três homens teria sido um jogo de bolinhas de gude. A disputa entre crianças negras e brancas teve como vencedor o grupo de garotos negros, o que teria levado um adulto, pai de uma criança branca, a açoitar um garoto negro.¹⁷ A reação extrema do homem branco deixou os homens negros em estado de alerta e vigília para o que pudesse ocorrer posteriormente. A tensão racial instaurada estava prestes a deflagrar. A jornalista destacou:

17 O racismo não poupa ninguém, e mesmo as crianças negras são vítimas, haja visto as mortes recentes ocorridas no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2019. Jenifer, Kauan, Kauã, Kauê, Ágatha e Kethellen são crianças que foram baleadas e mortas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em 5 de junho de 2020, por meio das mídias sociais, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) reativou a campanha "Por uma Infância sem Racismo", que visa "assegurar o respeito e a igualdade étnico e racial desde os primeiros anos de vida". Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-reativa-campanha-de-prevencao-ao-racismo-com-foco-em-criancas-e-adolescentes>.

O jornal da manhã de domingo saiu com manchetes sinistras que diziam como os oficiais da lei haviam sido feridos durante a execução de seus deveres, procuravam criminosos que haviam sido abrigados no mercado [...] “onde havia bebidas e jogos: um refúgio de bandidos e ladrões” [...] (WELLS, 1970, p. 49, tradução nossa).

As ações da imprensa branca foram relevantes nesse processo de espetacularização e reforço dos estereótipos de periculosidade dos homens negros, que foram descritos como criminosos e sua loja como “um refúgio para bandidos e ladrões”.¹⁸

A represália aos comerciantes negros foi endossada pela rixa que o comerciante branco mantinha com relação a eles. Moss, McDowell e Stewart foram levados à prisão. Após alguns dias do encarceramento, uma multidão de homens brancos invadiu a prisão, retirou e exterminou os três homens negros. De acordo com Wells, esse linchamento aparentou ter como pano de fundo a disputa por monopólio de mercado. Porém, por meio de suas pesquisas, ela percebeu que os linchamentos eram, para além de uma punição, um modo de proteger a supremacia branca e toda a sua suposta pureza racial.

Em suas conclusões havia dois motivos pelos quais os linchamentos ocorriam. Em primeiro lugar, existia a ideia de conter a possível ascensão social de negros, pois alguns homens negros estavam comprando propriedades. Ida B. Wells afirmou: “[...] Quanto mais eu estudava a situação, mais me convencia que o sulista nunca superou seu ressentimento que o negro não era mais seu brinquedo, seu servo e sua fonte de renda” (WELLS, 1970, p. 70, tradução nossa). Os homens brancos do Sul não conseguiram encarar os novos tempos e novas configurações proporcionadas pela liberdade para o povo negro. Em segundo lugar, o motivo no qual ela adensa mais suas análises é a tentativa de banir qualquer tipo de relação interracial entre homens negros e mulheres brancas:

18 “A resort of thieves and thugs”. Parece haver um tipo de reatualização das violências contra homens negros por meio dos “baculejos” (o termo é uma referência à revista ou inspeção pessoal feita por um policial ou agente de segurança diretamente no corpo do suspeito) e/ou auto de resistência (é a ação de policiais que matam supostos suspeitos, em sua maioria jovens negros, sob a alegação de legítima defesa e que houve resistência à prisão. Os policiais que participavam da ação são as próprias testemunhas e os crimes nunca são investigados), dentre outros jeitos de vigiar e atacar esses grupos utilizando o pressuposto de sua periculosidade. Nos Estados Unidos, o caso de George Floyd é o mais recente exemplo dos excessos de violência contra homens negros. Nesse caso, Floyd foi assassinado em Minneapolis no dia 25 de maio de 2020, estrangulado por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem por suspeita de utilização de notas falsas de dólar. O caso gerou grande comoção e desencadeou protestos por todo o país. Outro caso que mobilizou a comunidade afro-estadunidense foi a morte do adolescente Trayvon Martin, em 2013; a partir daí foi dado início a um movimento por meio do uso da *hashtag* #BlackLivesMatter em mídias sociais após a absolvição de George Zimmerman na morte a tiros. No Brasil, João Alberto Freitas foi espancado até a morte por agentes privados de segurança dentro do supermercado Carrefour, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O assassinato ocorreu no dia 20 de novembro - o Dia da Consciência Negra.

Então veio a lei do linchamento para sufocar a masculinidade negra que se defendia, e a queima viva de negros que eram fracos o suficiente para aceitar favores de mulheres brancas. As inúmeras torturas indizíveis e impublicáveis as quais foram submetidos os estupradores negros (?) de mulheres brancas tinham o propósito de infundir o terror nos corações de outros negros que pudessem estar pensando em se relacionar consensualmente com mulheres brancas (WELLS, 1970, p. 71, tradução nossa).

Nesse sentido, o pressuposto racista de que os homens negros eram perigosos se estendia, também, para a esfera da sexualidade e da manutenção da ideia de pureza racial. Homens brancos defendiam a feminilidade das mulheres brancas e coíbiam qualquer possibilidade de relacionamentos inter-raciais; para tanto, acionavam a ideia de estupros ancorada na construção de homens negros como portadores naturais de uma suposta hipersexualidade.

Ida B. Wells concluiu que proteger as mulheres brancas dos homens negros era o motivo pelo qual os linchamentos ocorriam. Tanto naquele período, quanto em tempos atuais as masculinidades negras são consideradas perigosas e estavam, como ainda são, sendo tomadas como alvo de controle, uma vez que, supostamente, colocam em risco a ordem social, logo precisam ser governadas. As atrocidades cometidas nos linchamentos utilizavam como justificativa o mito do estuprador negro, analisado didaticamente pela filósofa Angela Davis (2016).

Tal mito consiste na ideia de que homens negros são naturalmente violentos, descontrolados sexualmente, perigosos, maníacos sexuais e colocam em risco a sexualidade de mulheres brancas. Segundo Davis (2016, p. 187), “Quando Ida B. Wells fez a pesquisa para seu primeiro panfleto contra os linchamentos, publicado em 1895 com o título *A Red Record* [Um registro vermelho], ela calculou que ocorreram mais de 10 mil linchamentos entre 1865-1895”. Ainda segundo a autora, esse mito é utilizado “sistematicamente” nos momentos em que a violência contra a população negra requer justificativas que não deixem dúvidas sobre sua legitimidade: “Por mais ilógico que seja o mito, não se trata de uma aberração espontânea. Ao contrário, o mito do estuprador negro era uma invenção obviamente política” (DAVIS, 2016, p. 188).

Patricia Hill Collins (2019) utiliza o conceito de “imagens de controle” – formas negativas e estereotipadas de retratar mulheres negras – para afirmar que “[...] as opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade não poderiam continuar a existir sem justificativas ideológicas poderosas [...]” (COLLINS, 2019, p. 135). Aproximando o conceito de imagens de controle às conclusões de Wells sobre as motivações dos linchamentos, notamos que, no caso dos homens negros, tomados por estupradores, essa ideia ecoa produzindo como efeito a sua criminalização.

Nesse sentido, a suposta sexualidade incontrolável dos homens negros reflete convicções sobre o desejo sexual destes como perigo para a sexualidade de mulheres brancas. Diante de tal “perigo”, deve haver controle, que é realizado instaurando o medo nas mulheres brancas e pela punição dos homens negros. Ao analisar como homens negros pagam com a própria vida pela atribuição de uma hipersexualidade, Ida B. Wells preconiza um pensamento questionador quanto aos discursos produzidos pelo Eu, pensado como universal, sujeito constituído numa matriz eurocêntrica, sobre o Outro, aquelas(es) ocidentalizadas(os), sobre os quais a diferença é justificativa para hierarquização e produção de desigualdades. Os aportes de Ida B. Wells revelam a constituição da sociedade estadunidense por meio da consolidação de interdições sobre pureza e mistura racial.

A atualidade da autora

A coragem de Ida B. Wells é inspiradora na luta por justiça social. Seu compromisso com sua comunidade e com a elaboração de um pensamento antirracista lança luz sobre temas atuais que são vivenciados pela população negra, tanto nos Estados Unidos, quanto no Brasil. Os recentes casos de linchamentos e mortes de homens negros pela polícia evidenciam esquemas racistas de contenção destes via mortes por balas, asfixias, espancamentos ou encarceramento. Movimentos antige-nocídio do povo negro denunciam os abusos e violências que elevam a mortalidade.

A elaboração intelectual de Ida B. Wells é carregada de lucidez e sensibilidade ante injustiças sociais cometidas contra a população negra e contra mulheres. Nos Estados Unidos, surgiram ações civis como a campanha *Black Live Matters*. No Brasil, a campanha pioneira Reaja ou Será Morto e o Plano Juventude Viva¹⁹ ilustram a atualidade dos problemas enfrentados por Ida B. Wells, que apontou pioneiramente para as práticas de manutenção das assimetrias raciais. Ao escancarar a brutalidade

19 A campanha Reaja ou Será Morto/Reaja ou Será Morta foi lançada em 2005 e tem como uma das principais lideranças o ativista Hamilton Borges. O movimento tem como premissa denunciar e pôr na pauta política o genocídio do povo negro, seja por violência policial ou por violência doméstica. É necessário lembrar que em 1989 o Movimento Negro Unificado (MNU) assumiu como palavra de ordem e bandeira de luta as frases “Porões, prisões até quando?” e “Reaja à violência policial”. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/revista2/revista2-i89.pdf>. O Plano Juventude Viva, uma iniciativa do governo federal, foi lançado em setembro de 2012, em Alagoas. O plano é uma ação interministerial e possui como objetivo de prevenção a violência contra a juventude. Foram priorizados os estados com mais altos índices de homicídios que afetam especialmente jovens negros. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdn.gov.br/jspui/handle/192/45>.

dos linchamentos cometidos contra homens negros, Wells anunciou as preocupações e o compromisso dos feminismos negros para com os homens negros, dado que a raça é uma experiência que atravessa ambos. Devemos considerar que os homens negros vitimados pela brutalidade do racismo são pais, irmãos, amantes, filhos, companheiros, parentes de mulheres negras. Logo a violência que vitima homens negros afeta diretamente essas mulheres e seus projetos pessoais de relacionamentos afetivos.

Suas contribuições deixaram marca nos movimentos pelos direitos civis de afro-americanos, mas devemos considerar que seu empenho na luta antirracista estava atrelado à luta antissexista ao considerar o exercício do voto um direito legítimo das mulheres negras. Nesse sentido, Ida B. Wells é uma das protagonistas, junto a Sojourner Truth, também presente nesta coletânea, do movimento de mulheres negras e do questionamento da universalidade da categoria mulher. Ao reivindicar os direitos das mulheres negras ao sufrágio, ela demonstrou os problemas em considerar gênero como a única forma de opressão, uma vez que ignora que há mais clivagens que compõem categorias de identidade e que, em virtude de suas especificidades, trazem demandas distintas.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1984.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.
- LENGERMANN, Patricia; NIEBRUGGE, Gillian. *Fundadoras de la sociología y la teoría social 1830-1930*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2019.
- MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1899)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. *A Lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

WELLS, Ida B. *Crusade for justice: the autobiography of Ida B. Wells*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

Capítulo 15

Marianne Weber

Giulle Vieira

A vida

No dia 2 de agosto de 1870, nascia na pequena cidade alemã de Orlinghausen, sob a proteção do nome Schnitger, Lucie Dorette Marianne. Quando ela tinha apenas dois anos e meio, sua mãe e irmã morreram devido a complicações no parto. Viúvo, o pai de Marianne deixou-a aos cuidados da avó paterna. A menina foi deliberadamente afastada da família materna, especialmente do abastado avô Carl David Weber, tio daquele que viria a ser seu futuro marido, o renomado sociólogo alemão Max Weber.

Marianne casou-se aos 23 anos, com um homem sete anos mais velho, desempregado, psiquicamente instável, que ainda vivia na casa dos pais. Cuidou durante toda a sua vida de casada desse marido atormentado pelo que, talvez, hoje chamássemos de “síndrome de Burnout”. Ao enxergarmos Marianne nesse lugar, vemos uma mulher vividamente atraída pelo que esse homem poderia lhe oferecer: reconhecimento na prática de seu direito à autonomia.

Vivendo com ele [Max], alguém muito à minha frente, portador de um nível intangível de conhecimento, lentamente desenvolvi minhas próprias habilidades, voltei a mim mesma; ele me possibilitou crescer de acordo com minha própria lei, apreciou meu

esforço e incentivou cada ruflar de minhas asas. Eu segui meu próprio caminho, que só voltou para ele e por anos a fio depois de sua morte (WEBER, 1948, p. 53).

Como podemos ver, Max era o “tipo ideal” de Marianne. Corresponhia ao que, desde muito cedo, ela havia elegido como centro gravitacional da própria existência: o desdobramento de sua personalidade, seu interesse pelo cultivo da própria “existência espiritual”, como ela gostava de dizer. “Para casamento não havia pressa; eu queria continuar crescendo e me desenvolvendo espiritualmente. Pois forte era o desejo de ir além da esfera do feminino na direção do humano geral” (WEBER, 1948, p. 47).¹

Muito cedo descreveu a “labuta doméstica” reservada à mulher, na condição de esposa e mãe, como uma condenação. De forma semelhante a Hannah Arendt (1991), descrevia o serviço doméstico como uma espécie de tarefa de Sísifo: uma labuta maçante que impede o investimento da mulher no desdobramento da própria personalidade, pois:

[...] o servir não pode e não deve realizar plenamente a existência de uma mulher. Sem dúvida, o trabalho doméstico diferenciado, que exige intelecto e habilidade, oferece por sua natureza uma satisfação muito mais moderada a uma pessoa prática do que, digamos, o trabalho mecânico em uma fábrica ou escritório. Afinal, as panelas são, antes de tudo, cápsulas que armazenam a nossa capacidade de produzir, tanto que o preparo de pratos pode ser elevado à condição de arte muito valorizada. [...] Todavia, não há qualquer possibilidade de se alcançar a emancipação que cada pessoa em algum momento almeja face à estrutura de um espaço doméstico que não é o seu. [Nesse lugar] é sempre a “dominação” [*Herrschaft*] que determina a medida e o ritmo. [...] A perspectiva de submeter toda uma vida ao serviço da minha, por exemplo, só me faz sentir culpa (WEBER, 1948, p. 60).

No que dizia respeito à ação de cuidar, de educar e de cultivar relações, sobretudo, as de amizade,² Marianne pensava diferente. Longe de significar “labuta”, esse tipo de ação implicava “parceria”. Nela, o indivíduo reconhece aquele com o qual interage como igualmente digno e, por isso, os envolvidos têm a chance de desdobrar a própria personalidade. Marianne investiu nos três tipos de ação. Adotou os quatro filhos da cunhada que tirara a própria vida depois da morte do marido em

1 As palavras constam da autobiografia de Marianne, período de sua juventude, pouco tempo antes de ir para Berlim a convite dos pais de Max (1890-1891). Ou seja, ela tinha 20 anos. Todas as traduções aqui são livres.

2 A amizade, a parceria, a coexistência das liberdades aparecem como sinônimos, o ideal que orientou, tanto a vida, quanto a obra de Marianne e que impõe à sua análise sociológica da interação social a consideração da pergunta política por excelência: como organizar a convivência garantindo que a perda da liberdade individual seja a mínima possível?

combate (1920), amparou a sogra, tias, amigos, jovens mesmo enfrentando limitações econômicas. Trabalhou ainda pela educação política, sobretudo, das mulheres. Em 1897, fundou, em Heidelberg, uma filial do centro de “Formação e estudos sobre a condição feminina” [*Frauenbildung-Frauenstudium*]. Em 1926, apresentou uma série de conferências sobre métodos de ensino, a partir da perspectiva da formação das mulheres. Emprestou seu nome a uma escola e foi uma das primeiras mulheres a frequentar a universidade alemã. Marianne deixou claro em seus escritos o quanto valorizava o direito de usufruir da condição de aprendiz. Ela se colocava à disposição para conversar com todo tipo de audiência e cruzou o país para encontrar pessoas e ouvir suas ideias. Nos debates, se apoiava – e assim divulgava – no trabalho de várias intelectuais, suas contemporâneas.

Essa necessidade de acessar a maior diversidade possível de pontos de vista sobre a realidade, com objetivo de alcançar algum esclarecimento sobre sua vasta complexidade, também parece ter impulsionado a iniciativa de Marianne em seu “Círculo de Estudos”. As atividades do círculo [*Kreis*] tiveram início em 1911 e sobreviveram à sua curadora, ou seja, o *Marianne Webers Kreis* tornou-se uma verdadeira instituição acadêmica da cidade de Heidelberg (ROTH, 2003). As “lendárias jornadas”, organizadas por Marianne nos fins de semana em sua casa, reuniam especialistas dos mais diversos lugares e áreas do conhecimento para palestras e discussões. Para Marianne, essa era a forma por excelência de investir no fortalecimento do próprio espírito.

O mesmo propósito guiou a cidadã [*Bürgerin*] Marianne Weber. Destacada ativista da “Associação alemã de mulheres”, chegou a assumir sua direção entre 1919 e 1923 e teve que lidar com “as três correntes de pensamento [que] influenciaram o movimento feminino” (WEBER, 1907, p. 403). Definiu como “mistura de direito natural com relativismo histórico”, a posição daqueles que acreditam na teoria do matriarcado com os olhos “no passado”. Já o “puro historicismo” estava na base da concepção moralista de casamento como “a mais nobre forma de coabitação sexual” que “prevaleceu e foi fomentado” em todo lugar e tempo. Aquelas que queriam emprestar “força retórica às demandas do movimento” defendiam o tornar-se “igual ao masculino”. A perspectiva materialista, por sua vez, estabeleceu como ponto de partida a promoção e sustentação do valor social da mulher via valorização econômica, mais precisamente, via aumento de seus rendimentos (WEBER, 1907, p. 403). Em meio às três fileiras, Marianne decidiu-se pela “ética da moderação” no sentido de Berger e Zijderveld (2012). Consciente dos “altos e baixos” da condição

feminina ao longo do desenvolvimento do direito, ela cotejou os argumentos moderando a crítica à medida que defendia uma estratégia de ação no campo da produção do conhecimento, na política e no ativismo:

No que diz respeito à mulher, o individualismo ético de Kant e Fichte não foi pensado até as últimas consequências [*bis zum Ende*], e até hoje tem sua voz abafada seja através do relativismo histórico e naturalista, seja do materialismo histórico (WEBER, 1907, p. 403).

As palavras parecem enigmáticas uma vez que não dominamos o conceito. Em outro escrito, a importância desse individualismo para o pensamento liberal de Marianne aparece de forma mais clara.

Quem se coloca como ambição tornar-se personalidade e ser humano pleno em algum momento da vida tem necessariamente que procurar *aprender a viver da própria força*, atribuir por si mesmo sentido e conteúdo à própria existência. Para isso prescreve-se a superação de toda sorte de acomodação – seja ela econômica, espiritual ou também de tipo pessoal. Ou seja, qualquer tipo de escora na vida de outros, sobretudo a débil dependência impotente em relação ao homem, que no passado inclusive foi tomada como virtude por parte de mulheres consumidas pela falta de discernimento ético. [...] Quem deseja alcançar o resplendor da existência [moralmente] autônoma e a potência do próprio feito tem que tomar o atalho que leva ao mundo da intersubjetividade [*ausserpersönlich*]. [...] Não é um problema se o caminho até lá signifique normalmente um trabalho mais árduo ao longo da juventude e no caso da incompletude do destino pessoal daquelas mulheres que não são dotadas de dons e talentos específicos. A juventude é o momento de investir dura e insistentemente na própria humanidade (WEBER, 1919, p. 200-201, grifo da autora).

É preciso compreender também que o conceito de indivíduo no individualismo ético é “conceito recíproco”, porque apoiado no reconhecimento do outro como igualmente digno. Se o individualismo ético remete a uma *intersubjetividade necessária*, uma comunidade da qual se espera o reconhecimento recíproco dos indivíduos como personalidades igualmente livres,³ a tarefa científica, política e jurídica deveria ser, segundo Marianne, fomentar compreensão e práxis do direito humano a autodeterminar-se. Nas palavras da autora:

As exigências derivadas logo após [o surgimento de] a ideia de liberdade de consciência no que tange à relação do indivíduo com o Estado, com o grupo social, com seus

3 “La permanencia y la sustancialidad en el reconocimiento que reclama la noción de individuo sólo es posible si está apoyada, como contrapartida, por el hábito de reconocimiento del otro” (VILLACAÑAS BERLANGA, 1994, p. 53).

semelhantes, encontraram sua formulação mais bem acabada na doutrina da liberdade ética do Idealismo Alemão segundo Kant: enquanto portador da razão, o ser humano é destinado a determinar a si mesmo conforme a lei moral, ou seja, a agir, não segundo o arbítrio de seus instintos, mas segundo seu entendimento. Enquanto portador dessa capacidade para a “autonomia”, ele detém uma dignidade específica, que o distingue de todos os outros seres: ele tem como reivindicar ser fim em si mesmo. A isso se segue o princípio fundamental válido para instituição de todas as [formas de] interação humana: que cada um deve identificar em cada pessoa a destinação enquanto fim em si mesmo, que ninguém deve tomar o outro como mero meio para os próprios objetivos. De onde se conclui que para a mulher também se coloca a tarefa ética de desenvolvimento da própria personalidade ética, autônoma. Para ela também é antiético se dobrar a uma força externa [quando] ao arrepio do próprio entendimento. Por isso ela também não deve ser tomada como mero meio para os objetivos do homem. Desses pressupostos básicos pode-se derivar o princípio positivo de instituição do casamento, onde em lugar de submissão da mulher, passa a valer sua fundação na *parceria* dos cônjuges (WEBER, 1919, p. 146).⁴

Nessas palavras identificamos o programa de investigação de Marianne e sua proposta de reforço da estratégia de ação do Movimento Feminino: lutar pela reforma do Direito em função da liberdade da pessoa, porque

na ausência de algum tipo de proteção externa, não existe direito, apenas questão de poder – poder e direito parecem tão mais idênticos à medida que o dominador pode exercer seu domínio sem qualquer [necessidade de] contenção do próprio interesse (WEBER, 1907, p. 17).

Como ativista, Marianne pautou o conjunto de normas e regras que autoriza e garante a total submissão da mulher,⁵ uma vez que “ela mesma não possui nada, nenhuma esfera própria de direito” (WEBER, 1907, p. 50). Todas as suas ações permanecem sob tutela de seus respectivos senhores da casa, sem “condições de agir segundo o próprio entendimento, orientando seu agir no mundo sobretudo pelo julgamento do patriarca e da multidão” (WEBER, 1907, p. 300). Sua constatação, a partir do estudo dos diferentes ordenamentos jurídicos relativos à vida a dois ao longo da história humana e em sua sociedade, é a de que “não existe nenhum direito matrimonial no mundo” que tenha “desqualificado com firmeza”, ou seja, de maneira

4 Para a compreensão da noção de liberdade ética no Idealismo Alemão, indica-se a leitura do pequeno texto de Kant *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento* (1784).

5 “Casada ou solteira, ela é propriedade do homem: do seu pai, do seu irmão ou do seu marido” (WEBER, 1907, p. 49).

a tornar “moralmente superável e inofensiva”, a forma patriarcal de instituição do vínculo conjugal (WEBER, 1907, p. 500).

Marianne defendeu também sua concepção de que o individualismo ético “por si só” revelava “um estreito vínculo interno” com as ideias-base do movimento, além de viabilizar a crítica necessária do direito alemão vigente.

Na Alemanha, dentro do movimento feminino de caráter não confessional, predomina a ampla unidade das visões em torno da ideia de que a mulher deve ser sim considerada, tanto dentro quanto fora do casamento, como um ser destinado à autonomia [*Selbstverantwortlichkeit*] no que se refere ao pensamento e à ação além de que, por isso mesmo, em lugar da submissão feminina como fundamento do casamento é a ideia de plena parceria [*Kameradschaftlichkeit*] entre os cônjuges que foi elevada [no movimento] à condição de princípio irrenunciável na relação matrimonial (WEBER, 1919, p. 80).

No que se refere à produção do conhecimento, ela defende as “ciências da cultura” como espaço privilegiado para expressão do “ponto de vista feminino” na tessitura do conhecimento precisamente porque, ao contrário das ciências “naturais”, sua singularidade “consiste no fato de que a análise da realidade está ancorada em pontos de vista orientados por valores e ideais culturais” (WEBER, 1919, p. 5). E o ideal cultural moderno por excelência, segundo Marianne, é o da liberdade na convivência com os outros. Um ideal que se firma no horizonte de expectativas também da mulher, ela também um “ser humano moralmente autônomo” (WEBER, 1948, p. 18), uma personalidade sedenta por possibilidades de moldar a existência (no casamento, na profissão, na participação política, nas ciências, nas artes) para desdobramento da faculdade humana de conferir sentido. Marianne fez dessa liberdade de ação da mulher o núcleo duro de sua Sociologia do direito; uma sociologia que discute a liberdade da personalidade feminina em uma sociedade organizada para a liberação do masculino à medida que defende uma racionalização do direito matrimonial e de família.

Dedicando-se à *práxis*, Marianne filiou-se ao Partido Democrata Alemão (DDP) em 1919, num momento em que o sistema partidário respondia à pressão por representação política feminina. Em suas memórias, temos acesso à descrição do que significava ser “a única mulher no partido” (WEBER, 1948, p. 92). Ela também foi a primeira representante feminina em uma Constituinte, em Baden. Na política, revelou tenacidade do espírito como intelectual completamente lúcida e vigilante quanto aos efeitos nefastos de campanhas contra a dignidade da pessoa. Defendeu o fundamento do Estado de Direito idealizado, a partir das premissas do Iluminismo

Político Alemão em todas as dimensões da sua vida.⁶ Declarava-se liberal no sentido político, corrente ainda forte em seu ambiente intelectual, visto que as pessoas se preocupavam com as formas de evitar a tendência de concentrar poder e de proteger o indivíduo contra arbitrariedades, inclusive, por parte de coletivos e mesmo do Estado. Um tipo de liberalismo⁷ que viria a orientar a reconstrução da Alemanha no pós-guerra e que Marianne assumiu como ponto de partida para descrever e analisar o patriarcalismo estrutural que definiu a Alemanha de Wilhelm II (1871-1918), foi sustentado na República de Weimar (1919-1933), para atingir seu ápice com a instalação do regime de terror.

Marianne morreu aos 84 anos, acompanhando as iniciativas de institucionalização do Estado de Direito em seu país e pontuando a especificidade da demanda feminina a esse Estado. Faleceu no dia 14 de março de 1954. Ao seu lado, no leito de morte, estava sua grande amiga, Else Jaffé, uma das duas amantes de seu falecido marido.⁸ Uma amizade que atesta na prática a relação entre coexistência das liberdades, institucionalização jurídica da conjugalidade e o ideal de pleno desdobramento da própria personalidade que unem vida e obra de Marianne Weber.

A obra

A obra de Marianne Weber gravita em torno de três temas em especial, que aqui aparecem subdivididos.⁹ O primeiro é a maneira como a autonomia do feminino é restringida por meio das diversas instituições (direito, religião, ciência, economia...) quando elas se orientam pelo ideal de dominação patriarcal. O segundo tema explorado é o casamento. Marianne toma essa instituição em sua concepção e estrutura como ponto de partida para estudar a constante e feroz negociação sobre os limites da esfera de livre ação do feminino que define a relação em um casamento patriarcal. Já o terceiro tema pode ser dividido em dois subtemas. O primeiro é a consideração sociológica do

6 Para os conceitos de Iluminismo Político e Estado de Direito na tradição alemã, cf. Martin Kriele (1983).

7 Tipo particular em relação a outros liberalismos. Agradeço à colega Roberta Soromenho pela leitura cuidadosa que me permitiu frisar aqui a importância de se reforçar o caráter plural desse conceito.

8 A mais detalhada cronologia da vida da autora pode ser encontrada no livro *Marianne Weber: vida e obra*, da socióloga alemã Bärbel Meurer (2010).

9 Para a distinção dos temas abordados por Marianne e para os termos adotados aqui, conferir a *World Heritage Encyclopedia* (WEBER, 2017).

impacto sobre a construção e reprodução da personalidade e do mundo social que aquele que se encarrega das tarefas cotidianas de manutenção da vida e das relações sofre. O segundo, a definição das relações no espaço doméstico, sobretudo, as conjugais, como fenômeno que demanda análise sociológica. O espaço doméstico é descrito por ela como lugar onde se confirma a indispensabilidade do esforço humano para subordinar seus impulsos e inclinações à consciência em nome da dignidade do outro. Segundo Marianne, nesse ambiente fica mais clara a distinção a ser feita entre reação e ação. Se, no primeiro caso, temos o agir desconsiderando a dignidade do outro, no segundo, temos a ação *racional* no duplo sentido que a socióloga atribui ao termo: primeiro porque *autonomamente submetida ao próprio entendimento* e segundo, porque *orientada pelo ideal de coexistência das liberdades*.

O terceiro tema também pode ser subdividido: primeiro, a tarefa de descrição dos vetores externos (institucionais) que condicionam o treino (resultado do cultivo mais que da moral individual) dessa habilidade de converter a reatividade em ação; segundo, a descrição de como a referida habilidade pode ser fomentada, a partir das instituições quando elas renunciam à dominação como fim. O exemplo mais bem acabado, segundo a autora, do treino dessa habilidade é *a vida a dois*. Para Marianne, se é no relacionamento íntimo que se localiza a “área em que a ‘lei’ e o ‘dever’ exigem ao feminino os sacrifícios mais visíveis” (WEBER, 2003, p. 427), por que então negligenciar a importância das formas de organização da interação na investigação sociológica? Seria possível criar formas de conjugalidade congruentes com o ideal de coexistência das liberdades para moldar o mundo e a própria existência?

Em sua reflexão sobre *formas possíveis*, Marianne considera a necessidade de se promover a eticidade [*Sittlichkeit*] das formas institucionais que emolduram a interação humana. Segundo sua tese, as instituições que orientam “o comportamento do indivíduo e sua relação com os outros e consigo mesmo” se tornam éticas sempre que essa orientação se dá, a partir de postulados “iguais para todo ser humano” (WEBER, 1900, p. 248). De onde a autora depreende a tese de que, como instituição – no sentido de conjunto de normas e regras que orientam a conduta¹⁰ –, o direito matrimonial é eticizado à medida em que é instituído como “guardião da liberdade do indivíduo, protetor da individualidade e de seus valores éticos” (WEBER, 1900,

10 Para esse conceito de instituição em particular, cf. Arnold Gehlen (1984).

p. 254). Eticização implica, assim, em reforma para a “promoção das condições de desenvolvimento dos indivíduos” (WEBER, 1900, p. 255), “a começar pela satisfação das necessidades humanas básicas” (WEBER, 1900, p. 258), mas sem esquecer a “exigência ética” que corresponde ao “direito de todo ser humano à ocupação significativa em relação ao mundo externo, já que é através dessa ocupação que o indivíduo moderno alcança autonomamente a dignidade e a liberdade inerentes ao ser portador da razão” (WEBER, 1900, p. 259).

Quando o marido morreu, Marianne já havia publicado 39 artigos e três livros, mas decidiu assumir outra frente de trabalho acadêmico: construir a base para o que hoje conhecemos como *Weber Studies*. Ela editou e garantiu a divulgação de nada menos do que dez volumes da obra póstuma de Max. Em meio a um disputado processo de (re)classificação dos intelectuais (IBARGÜEN, 2011, p. 198) no que concerne aos campos disciplinares, se apresentou como guardiã: assumiu a liderança na definição dos termos da Sociologia do marido, sobretudo, por ocasião do trabalho de edição dos fragmentos. Por causa desse trabalho, Marianne passou a viver o que Stephan Buchholz (2004, p. 170) denomina acertadamente como “existência de nota de rodapé”; um meio para se chegar ao mito Max Weber. Uma existência que não faz justiça ao seu legado.

Marianne publicou ao todo nove livros e cerca de 90 artigos, sem contar a edição das obras do marido. Seu tema central: a condição feminina na modernidade e o papel do direito no estado de coisas vivido pelas mulheres em nossa sociedade. Ela se concentrou nos vários os exemplos de violações, no caso da mulher, do preceito da igualdade perante a lei. Mas também destacou os inúmeros exemplos ao longo da história de reformulação da lei para colocá-la em função da coexistência das liberdades dos indivíduos em interação. A maior parte das conquistas femininas deu-se via direito e todo o material levantado pela autora dá mostras do quanto podemos avançar, na teoria e na prática, em relação à função positiva da lei na proteção da mulher em face das investidas arbitrárias contra sua autonomia, especialmente por ocasião da formalização jurídica do compartilhamento da vida.

Os dois livros mais significativos a esse respeito são *Ehefrau und Mutter in der Rechtsentwicklung* (Esposa e mãe no desenvolvimento do Direito), publicado em 1907 e *Frauenfragen und Frauengedanken* (Questão feminina e reflexões sobre o feminino), publicado em 1919 e composto por artigos escritos por Marianne Weber desde 1904. Em *Frauenfragen und Frauengedanken* encontramos uma compilação de seus artigos mais conhecidos: “A participação da mulher na ciência” (1904), “Autoridade

e autonomia no casamento” (1912), “A mulher e a cultura objetiva” (1913), “Ideal de casamento e direito matrimonial” (1914), “As tarefas culturais específicas da mulher” (1918) e “As formas do trabalho parlamentar” (1919). Quinze artigos ao todo compõem o livro e sete tratam diretamente do tema casamento em relação à autonomia da esposa e mãe, direito matrimonial e as possibilidades objetivas de desenvolvimento da personalidade dos cônjuges, o tema central do *Ehefrau und Mutter*.

No seu mais importante livro, Marianne considera que “o casamento em seu sentido nobre pode ser precipuamente retratado como a comunidade onde o domínio do homem em relação à mulher encontra seus limites” (WEBER, 1919, p. 67). Essa definição está baseada no ideal de vínculo conjugal vigente segundo seus estudos. Sua tese consiste em defender a importância sociológica desse ideal para análise, seja da vida de casado, seja do direito matrimonial em si. Isso, apesar das dificuldades com a redução conceitual do que se (re)conhece por “casamento”.

É difícil vencer a nebulosidade que separa o significado do casamento de sua concepção predominante no direito matrimonial e na vida conjugal da maioria. Ele [o casamento] é, para grande parte das pessoas, não mais que mera oportunidade para suprimento automático e recíproco de bem-estar, renda, segurança econômica, ordem, sustento, boa alimentação, *status* ou similar. Ele é, como toda forma de vida, recipiente que pode ser preenchido pelas pessoas com os mais diversos tipos de conteúdo. E evidentemente corresponde ao conteúdo valorativo interno de todo casamento na prática, a disposição das pessoas para cultivar a relação conjugal. Mas seja qual for a insuficiência empiricamente constatada, nada abala seu significado. Ele impõe tarefas consideradas difíceis e importantes. [Enquanto objeto de estudo] há que primeiro aprofundar a concepção média do casamento através da análise da extensão de seu conteúdo significativo, além de explicitar em que medida os cônjuges assumem um em relação ao outro a conduta conforme as normas. Também cabe trabalhar na reforma do direito matrimonial, ali onde ele contraria o ideal moderno de casamento e impede assim o desenvolvimento de uma atitude conjugal em conformidade com seu significado. [...] A mulher precisa, tal qual o homem, também no casamento, ser reconhecida enquanto personalidade jurídica e pessoa plenamente responsável (WEBER, 1919, p. 229-230).

Em *Ehefrau und Mutter*, Marianne procura vencer, uma a uma, essas dificuldades. Aprofunda a concepção média do casamento, analisando sociologicamente sua extensão e significado; descreve em que medida a conduta se orienta pela lei; apresenta uma análise que recupera a relevância do direito em relação à relevância atribuída na modernidade à “possibilidade da liberdade” em meio à comunidade de vida.

Constituir um casamento pleno só é possível quando os cônjuges, para além da sagrada esfera da vida doméstica, que em sua impenetrável exclusividade determina a forma de pertencimento mútuo, fazem valer reciprocamente a liberdade para a própria vida pessoal. [...] pois sem uma tal liberdade individual para o desígnio da própria vida em meio à vida em comum, o casamento ao longo dos anos só leva a “uma pobreza a dois no que se refere à própria alma”, inibição das possibilidades de desdobramento interno e de justo gozo da existência (WEBER, 1919, p. 229-231).

Segundo a tese de Marianne, o problema central é a relação entre a forma jurídica concreta e o ideal de casamento. Tal como nos outros tipos de relações pessoais, na modernidade o ideal seria o de interação organizada para a coexistência das liberdades. Mas como cultivar formas que garantam que o prejuízo à liberdade necessário para manter a interação seja mínimo também para a mulher, e não apenas para o homem? A equação é simples. Seja em virtude do entendimento próprio (quer dizer, de forma “racional”, autodeterminada), seja por constrangimento (quer dizer, de forma “irracional”, porque obrigado a partir de fora), impomos limites à nossa esfera de livre ação quando refreamos nossa intenção de submeter o outro à nossa variação de humor, aos nossos desejos, interesses, impulsos, às nossas necessidades ou inclinações. Se esse movimento se dá de forma errática, avançamos contra a autonomia moral daquele com quem estamos interagindo.

Marianne deixa claro que o tema para a Sociologia é a limitação da arbitrariedade, a partir de fora da consciência moral individual. E é aqui que entra sua perspectiva sobre o direito: quando a lei impõe limites à arbitrariedade de um – no caso, o marido e pai –, favorece a liberdade do outro – no caso, a autonomia da esposa e mãe. Quanto maior o poder patriarcal, menor a esfera de livre ação da esposa, da mãe, da filha. Marianne entende que, para que essa equalização tenha lugar na *práxis*, é preciso que as mulheres sejam consideradas igualmente dignas, detentoras do igual direito a reivindicar direitos. Nas palavras de Marianne sobre a constituinte em Baden:

Mais uma vez se confirma [o fato de] que todas as instituições humanas trazem a marca de nossa [humana] imperfeição. Por outro lado, de acordo com minha impressão, a concessão de direitos políticos fundamentalmente iguais a todos os cidadãos, incluindo as mulheres, poderia ser considerada com certeza um progresso (WEBER, 1948, p. 101).

Uma vez reconhecido esse direito na lei, o que se verifica, segundo Marianne, é a prova sociológica de que parte do problema se encontra no ideal de dominação patriarcal que orienta o legislador. Se o casamento patriarcal como ideal fosse

substituído, a função do direito poderia ser alterada. Ele deixaria de se orientar pelo ideal de dominação tradicional com o objetivo de manter a “unidade da família”, para se orientar pelo ideal liberal ético de proteção do indivíduo contra arbitrariedades dentro da família. Uma vez orientadas pelo ideal de coexistência das liberdades, as leis relativas ao casamento e à família assumiriam a função instrutiva do direito em geral. Qual seja, para Marianne, o direito pode ser reformado para ser usado como instrumento cultural fundamental na luta contra a dominação masculina. O casamento como instituto jurídico e mesmo o código civil como um todo guardariam vasto potencial para proteger a mulher nos lugares institucionais que ela ocupa contra as outras formas de convivência cujo objetivo continua a ser livrar o homem da responsabilidade e assim ampliar sua arbitrariedade nos vários papéis institucionais que ele exerce nas relações domésticas.

O interesse de Marianne pela investigação da importância do direito para a proteção da mulher contra o “bárbaro arbítrio do marido” (WEBER, 1919, p. 68) se manifestou oito anos antes da publicação de *Esposa e mãe no desenvolvimento do direito*. Trata-se de um livro de 573 páginas que lida com a relação entre a estrutura legal do casamento nas mais diversas coordenadas de tempo e espaço e a condição da mulher na vida a dois. O livro revela a consciência táctica da autora no combate ao “patriarcalismo matrimonial” – conceito criado por ela. Segundo suas próprias palavras, “a trágica ironia do patriarcalismo matrimonial na prática” ignoraria “seu produto”: por um lado uma mulher passiva e resignada, atrofiada na força de julgamento e na vida intelectual e que por isso se torna “desinteressante”, mero “meio para satisfação das necessidades físicas do homem”, que só vale como “mãe dos filhos dele e sobretudo como fonte de agrado”, incapaz de estabelecer parceria, “dividir ao modo de companheira interesses espirituais decisivos”; por outro lado, um homem que “se deixa admirar por ela”, que gosta de “encontrar prontamente nela ‘eco’ de suas próprias opiniões”.

O que se vê quando a “possibilidade da liberdade” não se coloca é “a espessa poeira da monotonia cotidiana se espalhando”, dominando todo relacionamento, “tornando cinza o que era para ser multicolor e iluminado”, precisamente porque entre os cônjuges se abre um “imensurável abismo espiritual”. Mais triste ainda a situação da mulher prestativa, interessada, aberta, mas “espiritualmente” alijada, “passiva, intelectualmente subdesenvolvida, que se vê inerte diante da cultura objetiva” ou, “na melhor das hipóteses”, em ação conformada pela “visão do homem”. A visão que essa mulher terá do próprio problema é superficial, porque “sua viseira só lhe permite demandar ‘paciência’ do outro”. Nada mais substantivo; nenhum reconhecimento

na prática (WEBER, 1907, p. 501). Nenhuma possibilidade de escapar sozinha à brutalidade da dominação tradicional. Se não trabalha fora então, nenhuma chance de “desencadear a gama de sensibilidades que relaxa a amarração da mulher ao casamento e dilacera o patriarcalismo matrimonial” (WEBER, 1907, p. 395).

Outro dado importante é o conceito de cultura no livro *Ehefrau und Mutter. Kultur* – (mantenhamos o termo em alemão) assume um sentido mais processual que a cultura com “c”, pois em seu sentido mais profundo, “significa a realização da alma humana”, seu *cultivo* “para o pleno desdobramento de seu cerne” por meio das possibilidades técnicas, legais e dos costumes, da arte, da ciência e da religião, de tudo que se coloque função da emancipação do indivíduo “em sua validade intemporal” (WEBER, 1919, p. 138).

Esse conceito de *Kultur* implica na “transformação do mundo externo”, em seu cultivo, sempre que se observa “o valor ético das ações que são praticadas segundo exercício continuado de autocontrole dos impulsos e da autonomia” (WEBER, 1907, p. 304). Um conceito que tem consequências teóricas muito interessantes. Exige que a tese de Marianne se apoie em um dado que a filosofia por trás de sua sociologia define como antropológico: a dependência humana da interação como condição para o desdobramento da personalidade livre na medida do “exercício autodeterminado de participação na tarefa cultural” (WEBER, 1907, p. 307). Para Marianne, “aquele que deseja desenvolver um espírito autônomo e o próprio poder de ação precisa buscar participar do mundo objetivo” (WEBER, 1919, p. 201), pois é “a dedicação ao mundo objetivo, sobretudo, ao desempenho teórico”, que exige do indivíduo “um posicionamento subjetivo totalmente diferente em relação à esfera do serviço à sobrevivência” (WEBER, 1919, p. 195). Exige cultivo de si.

Mais especificamente: cautela do eu diante do desgastante enredamento em histórias e sofrimentos dos outros, capacidade de isolamento de toda influência que prejudique a concentração, a reclusão do espírito, a obsessão pela objetividade da tarefa que se cumpre, obsessão pela obra que deve ganhar forma (WEBER, 1919, p. 195).

Ao distinguir cultura em suas porções objetiva e subjetiva, Marianne adota o vocabulário de seu tempo aproveitando o ensejo para, com base na “diferenciação” entre pessoal e impessoal, analisar o paradoxo constitutivo das teorias em relação ao feminino, além de se envolver em dos embates mais relevantes para se pensar a importância da perspectivação dos problemas sociológicos, a partir do gênero: a polêmica com Georg Simmel. Em 1913, Marianne foi a primeira mulher a publicar na renomada revista *Logos*. O artigo “A mulher e a cultura objetiva” consistiu em

uma reação crítica a Simmel, que, à época, já contava com uma pequena legião de “seguidores” encantada precisamente pelo “dualismo radical” que marca sua análise da relação entre a forma feminina e a forma masculina de cultivo de si e do mundo (WEBER, 2011a). Segundo Simmel, a mulher estaria ordenada ao cultivo da intersubjetividade, portanto, enredada “em histórias e sofrimentos dos outros”, condenada a ser uma forma de vida estritamente relacional, excluída do mundo objetivo impessoal e moderno, dos homens. Marianne critica duramente essa sinonímia entre objetividade e masculinidade, classificando a abordagem simmeliana como uma “metafísica dos sexos”, cujo efeito prático era o de reforçar a liberdade de movimento do homem à custa da liberdade da mulher.

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Não se pode dizer que Marianne tenha defendido ingenuamente a lei como instrumento suficiente para realização da moralidade. Seu objeto de investigação foi o casamento como lei no que concerne aos efeitos práticos da legislação sobre a liberdade da mulher no espaço doméstico, ressaltando a posição institucional como mãe e/ou esposa.¹¹ Ao levar a sério seu ponto de vista, consideramos a importância do ideal ao lado do problema da estrutura e da agência humana na análise sociológica da “mudança social” (LENGERMANN, 2007). Ela frisa a importância da orientação da ação por um ideal, mesmo que esse ideal nunca venha a ser alcançado.

É o caso da orientação, seja do compartilhamento da vida, seja da lei matrimonial, pelo ideal de coexistência das liberdades no casamento. Marianne afirma que um código civil pensado para defender os indivíduos contra as arbitrariedades um do outro se orienta pelo ideal de “casamento de parceria” [*Kamaradenehe*]. Se, ao contrário, o ideal que orienta a lei é o de concentração de poder, o que se institui é o patriarcalismo matrimonial. Em conformidade com o primeiro tipo de ideal, o direito

11 Marianne se posiciona em favor das mães solteiras, do direito ao divórcio, a se casar perante o Estado, do direito da mulher casada ao trabalho e à profissão, à remuneração pelo “trabalho doméstico” e à autonomia financeira. Quanto à discriminação jurídica positiva em favor do regime de trabalho diferenciado para a mãe, de uma política educacional para neutralizar o processo endógeno de deseducação das mulheres em geral (sobretudo, quando conjugado com a desigualdade de classe), bem como de estratégias para fomento da participação feminina na política, Marianne não poderia ter sido mais assertiva. Defendeu a abolição, a necessidade de se olhar pela situação das “mulheres em fuga” no contexto de guerra e migração forçada, a perspectiva feminina na produção do conhecimento e, sobretudo, a inclusão jurídica da mulher como ser igualmente digno.

direciona a atenção da sociedade como um todo para a necessidade de assegurar juridicamente aos cônjuges o igual direito de reivindicar do outro a limitação da própria arbitrariedade. Nas palavras de Marianne Weber (1907, p. 304):

Promover o autocontrole do desejo personalista e egoísta de domínio; este deve ser o fio condutor para a forma de ordenação legal da interação humana, seja ela de qual tipo for. Formas de regulação devem partir do dever de garantir ao indivíduo oportunidades de tornar-se uma personalidade moral e espiritualmente livre, em condições de participar, a partir de sua especificidade, da reordenação do mundo conforme conceitos morais partilhados. Este é o direito primeiro, o direito dos direitos de todo indivíduo, aquele que toda comunidade de direito deve, enquanto tarefa irrenunciável, proteger e promover.

Ao identificar a vida a dois como “ponto fulcral de todos os problemas”, uma vez que condena a mulher a uma “vida em que o serviço aos outros não produz realizações objetivas” (WEBER, 2003, p. 175), Marianne destaca a necessidade de se investigar sociologicamente as formas objetivas de proteger a mulher nesse lugar regido por todo tipo de arbitrariedade, precisamente porque o ideal que orienta a interação é o de manutenção do domínio patriarcal. Isso se levamos em consideração o casamento na prática, embora a mesma lógica valha para o direito matrimonial. A ideia de direito ao desdobramento da própria personalidade coloca o “casamento de parceria” como antípoda do “casamento patriarcal”. O quadro abaixo permite identificar melhor a diferença que faz um direito orientado pelo ideal de coexistência das liberdades expresso no conceito de “casamento de parceria” desenvolvido por Marianne Weber.

Quadro 1 – Casamento patriarcal x Casamento de parceria

Ideal: Casamento patriarcal	Ideal: Casamento de parceria
Função coercitiva do direito	Função instrutiva do direito
Legalidade do casamento	Legitimidade do casamento
Objetivo: manutenção do sistema de dominação, do “todo social”	Objetivo: fomento da cidadania, do direito a reivindicar direitos
Como: liberando o marido e pai de considerar as expectativas éticas inerentes ao compartilhamento da vida	Como: colocando limites à arbitrariedade do marido e pai em favor da autonomia da esposa e mãe

Fonte: Elaboração própria.

Marianne parte da constatação sociológica da existência do ideal de coexistência das liberdades como orientador da visão das pessoas sobre a vida a dois. Demonstra como esse ideal se mostra resiliente mesmo diante dos discursos inflamados em favor do relacionamento íntimo “livre” de formalidades (LICHTBLAU, 1996). Ela reagiu apontando como unidade política que interessa na análise sociológica o indivíduo (a integridade e autonomia moral da pessoa, especialmente da mulher) em lugar da comunidade (a manutenção da unidade orgânica de homem e mulher como fim último do casamento).

Essa posição certamente incomodou muito Émile Durkheim, canonizado como pai francês da Sociologia, e que escreveu uma extensa resenha do principal livro de Marianne quase imediatamente após a sua publicação. Como bem aponta o sociólogo do direito, Helmut Schelsky (1971), Durkheim também se ocupou do direito como instituição, mas o colocou em função do “todo social”. Um direito em função da liberdade da pessoa seria considerado, do seu ponto de vista, um sinal de anomia social. Já a forma como Marianne trata o tema nos sopra para a direção oposta. Parafraseando os termos do sociólogo alemão Hans Joas (2012), podemos dizer que a autora evita descolar o agente de sua posição institucional, de seu contexto de interação, e assim aponta para uma teoria da ação. No caso, trata-se da situação institucional da mulher como esposa e/ou mãe (solteira ou casada), mas também como filha, trabalhadora, intelectual, imigrante, estudante, parlamentar e amiga.

Contudo, a julgar pela recepção de sua obra, a centralidade que ela conferiu à lei nesse estado de coisas se perdeu em meio aos escombros gerados quando da autonomização da Sociologia em relação às premissas da *Aufklärung* [Iluminismo Alemão]: foi então que o campo optou por deixar o Direito sob a guarda da Filosofia¹² para priorizar o todo social em prejuízo da liberdade da pessoa.

12 A ideia é de Schelsky (1980, p. 256) que prossegue: “[...] Mesmo em Max Weber surge [o Direito] apenas sob a forma de uma *Spezialsoziologie*, sem constituir-se fundamento de sua sociologia geral”.

Atualidade da autora

A primeira atitude que a postura intelectual de Marianne nos convida a adotar diz respeito ao lugar da análise histórica na investigação sociológica: descrever o “veio a ser” como condição para análise “do que aí está”. Na sequência, demanda de nós disposição para desconfiar do que o cânone diz a respeito de conceitos como o de individualismo ético e de iluminismo político. Na tradição do pensamento social alemão esses conceitos assumem outra dimensão, nitidamente ameaçadora para a convicção reinante de que o Iluminismo (não importa qual) e o individualismo (não importa como) estão por trás da decadência e mal-estar da modernidade. Ao fim e ao cabo, fica o convite de Marianne para avaliarmos melhor o impacto da preferência da Sociologia por uma análise do direito em função do “todo social”. Se tem faltado imaginação sociológica para identificar e analisar o direito em função da liberdade da pessoa,¹³ podemos afirmar com certeza que esse não é o caso da Sociologia do direito de Marianne.

Tanto é assim que, apesar do desacordo em relação à classificação de sua obra – ora entendida como uma “história do direito feminino”, ora como uma “proto-sociologia”, ora como um “programa científico feminista” em favor da união de interesses práticos do gênero com ciência objetiva (MEURER, 2010) –, pode-se dizer que, além de organizadora da sociologia de Max Weber (HANKE, 2009), os equívocos na recepção que ajudaram a condenar Marianne a um “não lugar” no campo disciplinar vêm sendo superados, mesmo que a passos lentos. À medida que cresce a comunidade de intelectuais interessados em redimensionar a importância do direito na defesa da dignidade e da liberdade também da mulher, o nome de Marianne como socióloga do direito tem se firmado. Sua análise do “significado prático do direito matrimonial” para a condição feminina no casamento presenteou a Sociologia com o conceito de “patriarcalismo matrimonial” (BUCHHOLZ, 2004, p. 162, 169) e com um exemplo de aplicação de uma metodologia francamente weberiana.

13 Para verificar mais de perto como os sociólogos vêem o direito, indico a raríssima tradução de um texto do sociólogo do direito alemão, também ele negligenciado apesar de ter sido o mestre de Niklas Luhman e, portanto, fazer parte da história da Sociologia do direito reconhecida pelo cânone. Falo da tradução de cerca de 80 páginas de *System-Functional, Anthropological, and Person-Functional Approaches to the Sociology of Law*, publicada na década de 1970. Para o conceito sociológico de direito, cf. o esclarecedor artigo de Werner Krawietz (1994).

A complexificação da função do direito no Ocidente também colabora para o reconhecimento de seu legado. Atualmente, parece prevalecer a concepção de que o direito pode, sim, ser colocado em função da dominação patriarcal, mas que isso não impede sua reorientação em favor da coexistência das liberdades. Apesar de o direito não ser instrumento cultural suficiente para garantir a concretização na prática da igual dignidade e autonomia da mulher no casamento, ele não deve ser negligenciado pela Sociologia como vetor cultural tão mais importante quanto mais forte o ideal de Estado de Direito. Vejamos o caso do da luta pelo casamento igualitário, cujo lema é “mesmos direitos com os mesmos nomes” (BIMBI, 2013). A discussão não avança enquanto se obedece à tendência a priorizar a dimensão moral em detrimento da dimensão institucional (jurídica) do casamento.

O que essa valorosa intelectual propõe, afinal, é uma retomada do objetivo originário da disciplina, pelo menos do ponto de vista da sociologia weberiana, qual seja, *cultivar formas de atenção a partir da promoção de encontros* entre o maior número possível de pontos de vista sobre uma mesma realidade.

Referências

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- BERGER, Peter; ZIJDERVELD, Anton. *Em favor da dúvida: como ter convicções sem se tornar um fanático*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- BIMBI, Bruno. *Casamento igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- BUCHHOLZ, Stephan. Marianne Webers bedeutung für die rechtsgeschichte. In: MEURER, Bärbel (ed.). *Marianne Weber: beitrag zu werk und person*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2004, p. 157-172.
- GEHLEN, Arnold. Instituições. In: GEHLEN, Arnold. *Moral e hipermoral*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 96-122.
- HANKE, Edith. ‘Max Weber’s Desk is now my Altar’: Marianne Weber and the intellectual heritage of her husband. *History of European Ideas*, v. 35, n. 3, p. 349-359, 2009.
- IBARGÜEN, Maya Aguiluz (ed.). *Marianne Weber: ensayos selectos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011.
- JOAS, Hans. *A sacralidade da pessoa: nova genealogia dos direitos humanos*. São Paulo: EdUnesp, 2012.

KRAWIETZ, Werner. *El concepto sociológico del derecho y otros ensayos*. México: Distribuciones Fontamara, 1994.

KRIELE, Martin. *Libertação e iluminismo político: uma defesa da dignidade do homem*. São Paulo: Loyola, 1983.

LENGERMANN, Patricia Madoo. Marianne Weber on social change. In: RITZER, George (ed.). *The Blackwell encyclopedia of sociology*. Malden: Blackwell, 2007.

LICHTBLAU, Klaus. *Kulturkrise und soziologie um die jahrhundertwende: zur genealogie der kultursoziologie in Deutschland*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996.

LÜBBE, Hermann. Über die Moralisierung des lebens in der wissenschaft-technischen zivilisation. In: LÜBBE, Hermann. *Modernisierung und folgelasten: trends kultureller und politischer evolution*. Berlin: Springer, 1997, p. 131-146.

MEURER, Bärbel (ed.). *Marianne Weber: beitrags zu werk und person*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2004.

_____. *Marianne Weber: leben und werk*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2010.

ROTH, Gunther. Marianne Weber e seu círculo. In: WEBER, Marianne. *Max Weber: uma biografia*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003, p. xi-lxv.

SCHELsky, Helmut. System-functional, anthropological, and person-functional approaches to the sociology of law. *International Journal of Sociology*, v. 1, n. 4, p. 336-414, 1971.

_____. *Die soziologen und das recht: abhandlungen und vorträge zur soziologie von recht, institution und planung*. Opladen: Westdeutscher, 1980.

STERNBERGER, Dolf. Aspekte des bürgerlichen charakters. In: STERNBERGER, Dolf. *Ich wünschte ein bürger zu sein: neun versuche über den staat*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1967, p. 10-27.

VILLACANÑAS BERLANGA, José Luis. *La filosofía del idealismo alemán: del sistema de la libertad en Fichte al primado de la teología en Schelling*. Madrid: Sintesis, 1994.

WEBER, Marianne. *Fichtes sozialismus und sein verhältnis zur Marx'schen doktrin*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1900.

WEBER, Marianne. *World Heritage Encyclopedia*, 2017. Disponível em: http://self.gutenberg.org/articles/eng/Marianne_Weber. Acesso em: 03 fev. 2022.

_____. *Ehefrau und mutter in der rechtsentwicklung*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1907.

_____. *Frauenfragen und frauengedanken: gesammelte aufsätze*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1919.

_____. *Lebenserinnerungen*. Bremen: Johs Storm, 1948.

_____. *Weber: uma biografia*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 2003.

_____. La mujer y la cultura objetiva. In: IBARGÜEN, Maya Aguiluz (ed.). *Marianne Weber: ensayos selectos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011a.

_____. Acerca de los principios de la ética sexual. In: IBARGÜEN, Maya Aguiluz (ed.). *Marianne Weber: ensayos selectos*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2011b.

Capítulo 16

Alexandra Kollontai

Anna Bárbara Araújo

A vida

Alexandra Mikháilovna Kollontai (nascida Alexandra Domontovich) foi uma das figuras revolucionárias mais importantes do socialismo russo e uma defensora aguerrida da emancipação das mulheres trabalhadoras. Nasceu em março de 1872,¹ em São Petersburgo, na Rússia, um dos principais centros industriais do país, onde se concentrava um enorme contingente de trabalhadores e, portanto, era foco do movimento operário russo (TOLEDO, 2007). Seu pai era um oficial militar que vinha de uma família de origem aristocrática, rica há muitas gerações. Sua mãe tinha conquistado posses mais recentemente: o avô materno de Kollontai era um ex-servo,² que se tornou rico vendendo lenha. A mãe de Kollontai divorciou-se do primeiro marido, com quem tinha três filhos – o que era muito incomum na época –, para viver

1 Pelo calendário juliano, vigente até 1918, na Rússia, sua data de aniversário era 19 de março. Pelo calendário gregoriano, adotado depois e mais utilizado em todo o mundo, a data passa a ser 31 de março.

2 A servidão vigorou na Rússia até 1861. Por esse sistema de produção, os servos deveriam entregar parte de sua produção agrícola e prestar serviços para seus senhores em troca de proteção e uso da terra destes.

com o pai de Kollontai. A casa onde Alexandra cresceu tinha muitos empregados, e ela tinha uma posição social muito privilegiada.

Desde pequena aprendeu diferentes línguas: francês, inglês e alemão, por exemplo. Kollontai lia bastante e ainda na juventude teve contato com o pensamento socialista de origem francesa, alemã e russa. Aos 21 anos, se casou com um primo distante, Vladimir Kollontai, um engenheiro que inspecionava fábricas. Sua família foi contra o casamento, dada a situação financeira de Vladimir, considerada inferior (PORTER, 1980).

Logo Kollontai teve um filho e passou a se ressentir da vida doméstica, que descrevia como uma jaula (KOLLONTAI, 2007). Apesar de amar seu filho e seu marido, Kollontai tinha o desejo de fazer outras coisas. Em 1894, começou a dar aulas noturnas para trabalhadores. Nesse período, já se via um potente movimento operário na Rússia, com greves constantes e forte repressão aos militantes (PORTER, 1980). Junto ao seu marido, Alexandra visitou uma fábrica e diante do que viu,³ perdeu as esperanças em reformas sociais, interessando-se cada vez mais pela via revolucionária e pelo marxismo:

Uma visita à grande e famosa fábrica têxtil Kregolm, que empregava doze mil trabalhadores de ambos os sexos, decidiu minha sorte. Eu não poderia levar uma vida feliz e pacífica enquanto a classe trabalhadora estava tão terrivelmente escravizada (KOLLONTAI, 2007, p. 35).

Em 1898, Alexandra foi para Zurique, na Suíça, estudar Economia, deixando na Rússia seu marido e filho. No ano seguinte, se divorciou e se filiou ao recém-formado (e inicialmente ilegal) Partido Operário Social-Democrata Russo, passando a estar mais comprometida com a revolução socialista. O partido reunia diferentes organizações revolucionárias russas de inspiração socialista-marxista. Em 1903, o

3 Cathy Porter (1980, p. 47-48, tradução nossa) faz uma longa descrição dessa visita, e vejamos alguns trechos: "[Os trabalhadores jovens] contaram a ela [Alexandra] como trabalhavam de 12 a 16 horas por dia. Confinados aos muros da fábrica, era permitido que saíssem apenas uma vez por semana, aos domingos [...]. A maioria dos trabalhadores vivia nos dormitórios das fábricas: famílias, bebês, pessoas solteiras e crianças todas empilhadas em beliches, apertadas ou no chão [...]. A grande ansiedade que lhes afligia era a poluição do ar. Muitos deles eram acometidos de tuberculose depois de três ou quatro anos trabalhando em meio ao ar pesado das fibras têxteis, e eles rapidamente se sentiam apáticos e nauseados. Poucos viviam mais do que 30 anos [...]. [Chegando ao dormitório da fábrica], ela o encontrou vazio, exceto por algumas crianças pálidas brincando no chão e um menino da idade de Misha [filho de Alexandra] cuidado por uma garotinha. Quando ela se abaixou para pegar o bebê, ficou terrivelmente claro que ele estava morto. 'Às vezes acontece de eles morrerem durante o dia', explicou a pequena babá [...]'".

partido se dividiu entre bolcheviques e mencheviques,⁴ e Alexandra atuou nas duas facções, pendendo de uma à outra em diferentes momentos, até se estabelecer como bolchevique (PORTER, 1980; HOLT, 1978; KOLLONTAI, 2007).

A militância de Kollontai incluía dar palestras para trabalhadores fabris e convidá-los a ingressar no partido, além de discursar nas reuniões de uma recém-criada organização feminista (a União Russa para Equidade das Mulheres) para dizer que as promessas de liberação feminina (centradas na luta pelo direito ao voto) eram vazias, se descoladas de uma revolução socialista (veremos mais sobre isso na seção seguinte). Kollontai queria, ao contrário, organizar um movimento de mulheres dentro do seu partido e o fez, em 1906, mesmo sem muito apoio. No ano seguinte, participou como representante russa do Primeiro Congresso Internacional de Mulheres Socialistas, organizado por Clara Zetkin,⁵ de quem se tornaria uma boa colega (PORTER, 1980; KOLLONTAI, 2007).

Perseguida, se exilou na Alemanha em 1908, onde atuou como jornalista e oradora, discursando em fábricas, sedes do partido e onde fosse convidada sobre questões socialistas. Entre 1914 e 1917, viveu na Suécia, Dinamarca e Noruega e viajou duas vezes para os Estados Unidos, para uma série de palestras e para acompanhar seu filho, já adulto, que havia decidido se mudar para lá. De volta à Rússia, no início de 1917, após a queda do czar,⁶ estreitou seu apoio a Lenin (que havia conhecido em 1905) e passou alguns meses presa, acusada de ser uma infiltrada do governo alemão⁷ (PORTER, 1980).

Foram meses de intensa crise social na Rússia: um governo provisório assumiu o país, mas atendia os interesses dos grandes capitalistas e da aristocracia. Em resposta, ocorreram greves, motins e protestos generalizados. Os bolcheviques conquistaram o apoio de grande parte dos operários e militares, que, juntos, formaram

4 Os bolcheviques defendiam a imediata revolução proletária na Rússia e tinham como líder, Lenin. Já os mencheviques acreditavam que a sociedade chegaria ao socialismo como parte natural da evolução e que a classe operária deveria conquistar o poder político institucional. Eram, portanto, mais moderados que os bolcheviques.

5 Clara Zetkin (1857-1933) é uma das principais referências dentro do movimento socialista alemão da virada do século XIX para o XX. Sua militância se dava principalmente para defender o sufrágio feminino, direitos para as mulheres e para a classe trabalhadora e a luta contra a ascensão do fascismo. Para saber mais sobre sua obra, ver <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/index.htm>.

6 Até o início do século XX, a Rússia era controlada por uma espécie de monarquia absolutista, sendo governada por czares (ou tzares). Esse modelo de governo foi se desgastando por pressões sociais relacionadas ao empobrecimento da população e demandas operárias. Tornou-se uma monarquia constitucional em 1906. Com isso, os soviets (trabalhadores do campo e da cidade) adentraram o Parlamento e continuaram sua pressão por mudanças sociais. Estas culminaram na Revolução de 1917. Para saber mais sobre o contexto dos czares e a revolução, veja o livro do historiador francês Marc Ferro, *A revolução russa de 1917* (1967).

7 Nesse período, Rússia e Alemanha estavam em lados opostos na Primeira Guerra Mundial.

um exército organizado, se insurgindo contra o governo provisório e tomando o poder, sob a liderança de Lenin, para formar o primeiro Estado socialista do mundo.⁸

Assim, em novembro de 1917 (pelo calendário ocidental) Lenin assumiu o posto de presidente do governo soviético e Kollontai foi nomeada comissária de Assistência Pública (algo como Ministério da Saúde e da Assistência Social) e se tornou a primeira mulher a integrar o Comitê Central do governo, contribuindo para a aprovação de normas legais avançadas para a época, como 16 semanas de licença-maternidade remunerada, regras que limitavam a jornada de trabalho de mulheres que amamentavam a, no máximo, quatro dias por semana e ainda normas que estipulavam que as fábricas deveriam dispor de creches e espaços para amamentação.

Nos primeiros anos da revolução se desenrolaram muitos debates e polêmicas dentro do partido, sobretudo, a respeito do papel reservado aos sindicatos e aos soviets dentro do novo Estado (SERRA, 2016, p. 46). Nesses anos, a posição crítica de Kollontai às diretrizes do partido demonstrava insatisfações com a política soviética, e ela começou um trabalho de oposição interna, saindo de seu posto como comissária ainda em 1918. No mesmo ano, organizou o Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras e Camponesas da Rússia. No ano seguinte, se tornou diretora de um recém-criado órgão do partido dedicado às questões femininas (Zhenotdel). Seu trabalho nesse órgão envolvia a criação de cozinhas e lavanderias coletivas e de creches para as crianças, além de conseguir a aprovação de uma lei de liberação do aborto (posteriormente revogada). Nesse período, intensificou seu trabalho de oposição à política soviética, o que lhe rendeu ameaças de expulsão do partido (PORTER, 1980).

Em 1923, iniciou sua carreira diplomática no exterior (Noruega, México e Suécia), vista como uma forma de exílio e de abafar sua oposição (PORTER, 1980). Novamente, Kollontai se tornou uma pioneira, dessa vez, como uma das primeiras mulheres diplomatas e embaixadoras. Em 1945, voltou à Rússia e morreu em 1952, de ataque cardíaco, às vésperas de completar 80 anos.

8 Para saber mais sobre o período que culminou na revolução, veja o livro escrito pelo jornalista norte-americano John Reed, *Dez dias que abalaram o mundo* (2016).

A obra

Durante toda a sua vida adulta, Kollontai foi uma profícua escritora: foi autora de 34 livros e panfletos e 190 artigos (KOLLONTAI; HOLT, 1978), a maioria deles jornais socialistas de várias partes do mundo. Dentre seus livros, destacam-se uma autobiografia publicada em português como *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*, de 1926 e *Os fundamentos sociais da questão feminina* (1907),⁹ em que ela descreve a situação das mulheres e a agenda e as atividades de várias organizações de mulheres na Rússia e em outros países da Europa. Segundo Kollontai (2007, p. 43), a obra apresentava uma grande crítica às feministas sufragistas, ao mesmo tempo em que buscava criar bases para criar um movimento de mulheres na Rússia. Esse livro catapultou Kollontai ao ciclo das principais intelectuais marxistas sobre a questão das mulheres (CLEMENTS, 2012).

No panfleto “A mulher trabalhadora e mãe” (1916) Kollontai discorreu, de maneira bastante didática e prática, sobre as agruras da maternidade para as mulheres trabalhadoras. Escreveu também sobre temas considerados “morais”, enfatizando questões relacionadas ao amor, família e sexualidade: publicou em 1921, na revista *Kommunistka*, o artigo “Teses sobre a moralidade comunista na esfera das relações conjugais” e em 1923, “Abram caminho para o Eros alado!” (uma carta para a juventude operária). Kollontai também se aventurou pela literatura, tendo publicado alguns romances, como *Um grande amor* (1985). Ela falava diversas línguas e era uma excelente tradutora, tendo sido responsável pela tradução de textos de Lenin. Além disso, também se destacava como uma exímia oradora pública.

Na Rússia, as mulheres operárias viviam uma situação particularmente difícil no início do século XX. Nos 1910, elas já eram quase 40% da força de trabalho das fábricas (PORTER, 1980) e sofriam com salários mais baixos que os homens, falta de proteção à maternidade e investidas sexuais de seus patrões. Os salários mais baixos pagos às mulheres aumentavam os lucros dos donos das fábricas, e Kollontai argumentava que era fundamental exigir igualdade salarial. Para ela, a demanda feminista de salário igual para trabalho igual deveria ser abraçada pelo movimento operário (KOLLONTAI; HOLT, 1978).

9 Um pequeno trecho do livro está disponível em português em Kollontai (1907).

Kollontai estava atenta para as desigualdades entre homens e mulheres e escreveu sobre esse tema e, especialmente, sobre as diferenças entre a vida dos operários e das operárias (KOLLONTAI, 1907; 1920). Essas diferenças são perceptíveis, por exemplo, quando considerado o peso, ou a sobrecarga, do trabalho doméstico para as operárias:

Hoje em dia, desde as primeiras horas da manhã, até soar a sirene da fábrica, a mulher trabalhadora corre apressada para chegar a seu trabalho; à noite, de novo, ao soar a sirene, volta correndo à casa para preparar a sopa e cuidar dos afazeres domésticos indispensáveis. Na manhã seguinte, depois de breves horas de sono, começa novamente para a mulher sua pesada carga (KOLLONTAI, 1920).

Kollontai acreditava que essa sobrecarga produzia desigualdades entre homens e mulheres e que poderia ser superada com a socialização do trabalho doméstico: este deveria deixar de ser uma questão resolvida de modo privado, pelas mulheres, na família, para tornar-se uma responsabilidade coletiva em um Estado socialista. Deste modo, Kollontai propunha políticas públicas específicas para as mulheres, colaborando para que questões usualmente consideradas privadas e supostamente naturais fossem construídas como problemas coletivos e políticos.

A observação das desigualdades entre os sexos não levou Kollontai a adotar, no entanto, uma postura feminista. Na virada do século XIX para XX, na Rússia, assim como em vários países ocidentais, as feministas estavam adentrando a arena política e se colocando como representantes da questão das mulheres. Trata-se da chamada primeira onda do feminismo. A luta dessas mulheres centrava-se na conquista do direito ao voto, à educação e à propriedade. Embora houvesse notáveis exceções, o movimento era liderado por mulheres burguesas e propunha reformas que não colocavam em xeque o sistema capitalista.

Já a obra de Kollontai se desenvolveu no âmbito de sua militância socialista, que priorizava o debate sobre a emancipação feminina e a reflexão sobre a posição das mulheres trabalhadoras no regime revolucionário e na luta de classes. Essa posição levou Kollontai a desenvolver uma dupla oposição: contra as feministas burguesas e sua agenda considerada reformista e também contra vários de seus companheiros de partido. Estes não viam a “questão feminina” como central para o projeto socialista, achavam que esta dividiria a classe trabalhadora (PORTER, 1980) ou ainda que seriam assuntos secundários ante as necessidades de reconstrução do Estado e da economia (LOKANEETA, 2001). Infelizmente, Kollontai pouco escreveu sobre essa oposição dentro do partido (HOLT, 1978; PORTER, 1980).

As diferenças na vida da mulher proletária e da mulher burguesa são o foco de inúmeros escritos da autora, como *A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea* (2017) e *Mulher trabalhadora e mãe* (1916). Observando o crescimento da participação da mão de obra feminina no mercado mundial de trabalho, por exemplo, Kollontai afirmou:

O capital precisa de mão de obra barata e cada vez mais atrai para si novas forças de trabalho femininas. No entanto, enquanto a mulher burguesa passa orgulhosa e de cabeça erguida pela porta das profissões intelectuais que se abre diante dela, a mulher proletária se curva ao destino e entra na linha de produção industrial. [...] Na época em que estas permaneciam no conforto de suas conchas domésticas, vivendo bem por conta de pais e maridos, aquelas há longos anos carregavam a pesada cruz do trabalho assalariado (KOLLONTAI, 2017, p. 151).

Os escritos de Kollontai sobre emancipação feminina constituíam uma análise da situação das mulheres construída através da lente da classe, de inspiração marxista. Assim como para outras mulheres socialistas de sua geração (SCHNEIDER, 2017), como a já citada Clara Zetkin ou Nadiéjda Krúpskaia,¹⁰ para Kollontai a luta pela emancipação proletária era indissociável da luta pela emancipação das mulheres, daí a centralidade dessa pauta na revolução: “A história da luta das trabalhadoras por melhores condições de trabalho, por uma vida tolerável, é a história da luta do proletariado por sua libertação” (KOLLONTAI, 2017, p. 153).

Em um de seus textos mais famosos, *Mulher trabalhadora e mãe*, publicado em panfleto em 1916, Kollontai contou a história de quatro mulheres que partilham o mesmo nome (Mashenka/Masha): a esposa de um diretor de fábrica, uma lavadeira, uma empregada doméstica e uma tintureira. A partir desses exemplos, Kollontai refletiu sobre as desigualdades materiais que impactavam as experiências de vida das mulheres e como experimentavam a maternidade de maneira distinta.

Kollontai via na revolução socialista uma solução para o problema da maternidade e para a dissolução das desigualdades entre as mulheres. Ela argumentava também que questões relativas ao amor, sexualidade e família precisavam ser alteradas para a construção de uma nova sociedade. Discutir temas de “intimidade” não era

10 Nadiéjda Krúpskaia (1869-1939) foi escritora, crítica literária e militante do movimento operário. Ela participou ativamente da militância socialista de sua época e foi casada com Vladimir Lenin. Após a revolução assumiu cargos no Partido Comunista na área da educação e elaborou políticas públicas para a erradicação do analfabetismo. Além disso, também lutou intensamente pela emancipação das mulheres proletárias. A tradução de alguns textos de Krúpskaia – assim como de Alexandra Kollontai – pode ser encontrada na coletânea *A revolução das mulheres – Emancipação feminina na Rússia Soviética*, publicada pela Editora Boitempo em 2017.

uma agenda comum aos teóricos socialistas da época, muito mais preocupados com temas da economia, salvo algumas exceções.

Kollontai enxergava a família e o casamento como estruturas opressivas e desenvolveu uma teoria sobre o amor despidido das amarras do pensamento burguês. A autora se interessou pelo tema da sexualidade, a partir de leituras, tanto marxistas (August Bebel, Friedrich Engels e Karl Marx),¹¹ quanto de psicólogos (Havellock Ellis). Kollontai defendia que o casamento legal indissolúvel deveria ser substituído por uma união livre entre dois membros considerados iguais perante a lei (KOLLONTAI, 1920).

Sua produção sobre família e casamento refletia dilemas de sua vida pessoal. Em uma carta para seu segundo marido, escreveu: “Eu não sou a esposa que você precisa. Eu sou uma pessoa antes de ser uma mulher. Isso resume tudo” (KOLLONTAI; HOLT, 1978, p. 18). Sua experiência pessoal, aliada à observação da vida de outras mulheres, a levou a construir uma reflexão teórica e um programa político sobre a posição social da mulher na família e no casamento. O que Kollontai oferece de mais valioso nesses escritos é uma análise sobre a moralidade na esfera da vida cotidiana.

Kollontai argumentou que a moralidade de seu tempo reduzia o amor romântico ao formato da família e do casamento burguês, que tendiam a reproduzir relações de propriedade, onde as mulheres não seriam plenamente reconhecidas como sujeitos, mas como coisas e seus papéis (mãe, esposa). Kollontai afirmou ainda que o modelo familiar burguês tinha como finalidade a concentração do capital, na medida em que restringia a legitimidade das relações amorosas ao casamento, que seria antes de tudo um acordo de propriedade privada (KOLLONTAI, 1911; 1921). Concluiu ainda que o casamento burguês significava a posse masculina não apenas do corpo da mulher, mas também de sua vida emocional (KOLLONTAI, 1921).

Assim, Kollontai defendia que uma sociedade revolucionária deveria imperar outra forma de amor, o “amor camarada”, que se basearia na ideia de igualdade entre os participantes da relação, ausência de sentimento de posse/propriedade e empatia e cuidados recíprocos, o “amor camarada” seria essencial, assim, à libertação das mulheres. A autora não argumentou que tais mudanças na esfera do amor e das relações afetivas seriam automaticamente adotadas como consequência da revolução socialista, mas que haveria espaço para serem questionadas e superadas nesse novo

11 Para saber sobre a contribuição desses autores ao tema da família, ver o Capítulo 3 do livro de Andrea Nye (1995).

modo de vida (KOLLONTAI, 1920). Assim, para Kollontai, era preciso que uma revolução psicológica acompanhasse a revolução econômica (LOKANEETA, 2001)

Olhando mais de perto: temas e contribuições

Ainda que hoje em dia a autora seja considerada uma pioneira do feminismo, Kollontai rejeitava o termo, julgando-o específico das mulheres burguesas. Ao feminismo burguês, ela opunha a luta das mulheres trabalhadoras: “‘A questão feminina’, dizem as feministas, ‘é questão de direito e justiça’. ‘A questão feminina’, respondem as proletárias, ‘é questão de um pedaço de pão’” (KOLLONTAI, 2017, p. 150). A autora acreditava que não era possível uma luta das mulheres descolada de outros problemas sociais. Em suma, as mulheres deveriam lutar por sua libertação, inclusive, em organizações próprias, desde que inseridas nos esforços revolucionários socialistas e nos movimentos proletários.

Essa rejeição ao feminismo representava antes um desconforto e desconfiança com as possibilidades de articulação e aliança entre mulheres burguesas (expoentes do movimento feminista russo) e a massa de mulheres operárias ou camponesas, pobres. Kollontai questionava se seria possível que as líderes feministas russas tivessem as mesmas aspirações das trabalhadoras que empregavam em suas casas e que pudessem se unir em torno de uma agenda política comum. Essa aliança lhe parecia impossível, já que os interesses de classe desses dois grupos seriam opostos e inconciliáveis, no escopo das relações sociais capitalistas (KOLLONTAI, 1907).

A perspectiva de Kollontai é pioneira, nesse sentido, ao lançar luz sobre as desigualdades entre as mulheres: em especial, entre as burguesas/patroas e as operárias/trabalhadoras domésticas. Kollontai acreditava que a libertação das mulheres estava intrinsecamente ligada à libertação da humanidade do capitalismo, rejeitando as propostas de reformas políticas e sociais (como aquelas centradas na luta pelo direito ao voto) das feministas da época. Essa é uma das principais contribuições de Kollontai.

Ao marxismo, sua contribuição está na análise de temas considerados íntimos ou pessoais, indicando que a subordinação da mulher tem uma dimensão psicológica e emocional, e não se resume apenas à questão econômica. Contribuiu, assim, no escopo marxista, para a análise das chamadas bases ideológicas da opressão feminina, ao mesmo tempo em que apontava para um futuro alternativo e igualitário.

A atualidade da autora

As ideias sobre moralidade de Kollontai foram duramente criticadas pelas forças conservadoras russas dos anos 1910 e 1920, que a acusavam de querer destruir a família (HOLT, 1978). Também eram vistas com desdém por parte dos socialistas (KOLLONTAI, 2007) que as consideravam progressistas demais (como Lenin e Trotsky), ou fruto da própria frustração sexual de Kollontai (como o sociólogo Pitirin Sorokin) (HOLT, 1978).

Com o stalinismo dos anos 1930, a União Soviética reforçou padrões de gênero tradicionais (NYE, 1995; STUDER, 2015), o que certamente contribuiu para que a obra de Kollontai sofresse um apagamento histórico e fosse considerada extremista (HOLT, 1978). Com o ressurgimento do feminismo nos anos 1970, a obra de Kollontai foi resgatada¹² (HOLT, 1978). Esse movimento se deu, especialmente, pelo feminismo marxista (LIND; WARSZA; MASUCCI, 2020).

Em um momento em que a teoria feminista se encontra cada vez mais interessada em discutir as diferenças e desigualdades entre as mulheres, resgatar o pensamento de Kollontai parece um esforço profícuo. Isso porque o pensamento dela foi muito vigoroso em mostrar como as experiências sociais das mulheres são diferentes, conforme sua posição econômica e determinadas condições sociais de sua existência. O debate sobre trabalho doméstico, que apareceu em Kollontai, é aprofundado na obra de feministas de inspiração marxista importantes como Mariarosa Dalla Costa e Selma James (1975) e Christine Delphy (1984).

Ao mesmo tempo, Kollontai antecipou um debate que viria a ser central na chamada “Segunda Onda” do feminismo, qual seja, o da opressão das mulheres no casamento e na família. O chamado “amor camaradagem” ou “amor camarada”, defendido pela autora (KOLLONTAI, 1923), renunciou discussões atuais sobre amor livre ou poliamor.¹³ A autora mostrou que “o pessoal é político” muito antes desse *slogan* se tornar tão caro ao movimento e à teoria feministas. A respeito do casamento, por exemplo, escreveu:

12 Na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, três biografias de Kollontai são publicadas: *Alexandra Kollontai: a biography* (1978), de Cathy Porter, *Bolshevik Feminist: The Life Of Aleksandra Kollontai* (1979), de Barbara Clements e *Aleksandra Kollontai: Socialism, Feminism and the Bolshevik Revolution* (1980), de Beatrice Farnsworth.

13 A temática do amor em Kollontai é objeto de uma coletânea recentemente publicada em inglês (LIND; WARSZA; MASUCCI, 2020).

É inexplicável e injustificável que o vital problema sexual seja relegado, hipocritamente, ao arquivo das questões puramente privadas [...]. A ideia da propriedade inviolável do esposo foi cultivada com todo o esmero pelo código moral da classe burguesa, com sua família individualista encerrada em si mesma, construída totalmente sobre as bases da propriedade privada (KOLLONTAI, 1911).

A linguagem por ela utilizada em seus textos, por vezes metafórica, por vezes imprecisa,¹⁴ traz alguns desafios à leitura, mas seu pioneirismo e atualidade justificam o reconhecimento de sua obra e suas ideias.

Referências

BÁDUE, Ana Flávia. Amor e revolução. *Marxismo Feminista*, 2 set. 2020. Disponível em: <https://marxismofeminista.com/2020/09/02/amor-e-revolucao/>. Acesso em: 14 out. 2020.

CLEMENTS, Barbara. *Bolshevik feminist: the life of Aleksandra Kollontai*. Bloomington: Indiana University Press, 1979.

_____. *A history of woman in Russia: from earliest times to present*. Bloomington: Indiana University Press, 2012.

DALLA COSTA, Mariarosa; JAMES, Selma. *The power of women and the subordination of the community*. Bristol: Falling Wall Press, 1975.

DELPHY, Christine. *Close to home: a materialist analysis of women's oppression*. London: Hutchinson, 1984.

FARNSWORTH, Beatrice. *Aleksandra Kollontai: socialism, feminism and the bolshevik revolution*. Stanford: Stanford University Press, 1980.

FERRO, Marc. *A revolução russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1967.

HOLT, Alix. Introduction. In: KOLLONTAI, Alexandra; HOLT, Alix. *Selected writings of Alexandra Kollontai*. Westport: Lawrence Hill and Company, 1978.

KOLLONTAI, Alexandra. *Os fundamentos sociais da questão feminina*. 1907. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1907/mes/fundamentos.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.

14 Como quando trata da diferença entre o "Eros sem asa" e o "Eros alado", para discutir diferentes padrões de relacionamentos afetivos, que corresponderiam a diferentes estruturas sociais (KOLLONTAI, 1923).

_____. *As relações entre os sexos e a luta de classes*. 1911. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1911/mes/luta.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. *Mulher trabalhadora e mãe*. 1916. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1916/mes/90.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. *O comunismo e a família*. 1920. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm. Acesso em 14 out. 2020.

_____. *Teses sobre a moralidade comunista na esfera das relações conjugais*. 1921. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1921/mes/90.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. *Abram caminho para o eros alado! (uma carta para a juventude operária)*. 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1923/mes/90.htm>. Acesso em: 14 out. 2020.

_____. *Um grande amor*. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1985.

_____. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina da Rússia Soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 150-159.

KOLLONTAI, Alexandra; HOLT, Alix. *Selected writings of Alexandra Kollontai*. Westpost: Lawrance Hill nad Company, 1978.

LIND, Maria; WARSZA, Joanna; MASUCCI, Michele. *Red love: a reader on Alexandra Kollontai*. Stockholm: Sternberg, 2020.

LOKANEETA, Jinee. Alexandra Kollontai and marxist feminism. *Economic and Political Weekly*, v. 26, n. 17, p. 1405-1412, 2001.

NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PORTER, Cathy. *Alexandra Kollontai: a biography*. London: Virago, 1980.

REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Penguin, 2016.

ROBERTSON, Mavis. Alexandra Kollontai: an extraordinary person. *Australian Left Review*, v. 68, p. 1-10, 1979.

SCHNEIDER, Graziela. Apresentação: as vozes da revolução das mulheres. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *Emancipação feminina da Rússia Soviética*: artigos, atas, panfletos, ensaios. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 11-14.

SERRA, Yolanda Marco. Prólogo. In: KOLLONTAI, Aleksandra. *Mujer y lucha de clases*. Barcelona: El Viejo Topo; Ediciones de Intervención Cultural, 2016.

STUDER, Brigitte. Communism and feminism. *Clio, Women, Gender, History*, v. 41, n. 1, p. 139-152, 2015.

TOLEDO, Cecília. Apresentação. In: KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007.

Sobre as autoras

Anna Bárbara Araújo

Doutora e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero (Neseg/UFRJ) e ao Laboratório de Estudos de Gênero e Interseccionalidade (Labgen/UFF). Tem interesse nos seguintes temas: cuidado, trabalho doméstico, interseccionalidades, teoria feminista.

Carolina Castellitti

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Fez doutorado na mesma instituição e cursou o bacharelado em Sociologia na Universidad Nacional del Litoral, em Santa Fe (Argentina), sua cidade de nascimento. Foi professora substituta de Sociologia na Universidade Federal Fluminense e também trabalhou com consultoria. Seus interesses de pesquisa entrecruzam temas como carreiras, bifurcações biográficas, memórias, relações de gênero e interseccionalidade.

Cátia Cristina Bocaiúva Maringolo

Educadora popular e tradutora. Doutora em Letras: Estudos Literários pela UFMG, e mestre em Estudos Literários pela Unesp/FCL, com bacharelado em Letras com habilitação em Tradução pela Unesp/IIBILCE. Áreas de interesse: educação popular; feminismo negro; crítica literária feminista negra; arquivo; literatura comparada.

Cinthia Marques Santos

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e mestra em Antropologia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é consultora na Fundação Carlos Chagas como especialista em relações étnico-raciais. Seus interesses de pesquisa são feminismos negros, políticas das identidades, relações raciais, ações afirmativas.

Eliana Debia

Doutoranda em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de Buenos Aires. Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, concentração em Sociologia, pela Universidade Nacional de Quilmes. Foi professora adjunta encarregada do curso de Teoria Social I na Licenciatura de Sociologia da Universidad Nacional de Tierra del Fuego. Suas áreas de interesse são teoria sociológica e estudos de gênero.

Giulle Vieira

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Suas áreas de interesse são sociologia do direito, sociologia política, sociologia da família e ensino de sociologia.

Hildete Pereira de Melo

Doutora em Economia, professora da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, pesquisadora sênior do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Laila Thaís Correa e Silva

Doutoranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas, onde desenvolve a pesquisa Dos projetos literários dos “homens de letras” à literatura combativa das “mulheres de letras”: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX, na linha de pesquisa História Social da Cultura, com Bolsa Fapesp. Seus interesses de pesquisa são imprensa feminista e literatura de autoria feminina no Brasil.

Luciana Diogo

Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP), mestra em Estudos Brasileiros (IEB-USP), doutoranda em Literatura Brasileira (FFLCH-USP). É editora do portal Memorial de Maria Firmina dos Reis e editora da *Revista Firminas – pensamento, estética e escrita*.

Lucilene Morandi

Doutora em Economia, professora associada da Faculdade de Economia, coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Gênero e Economia (NPGE) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Luna Ribeiro Campos

Professora de Sociologia no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ). Mestra em Sociologia e Antropologia pelo PPGSA-UFRJ e doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e Interseccionalidade (Labgen/UFF) e do grupo de pesquisa Mulheres de letras: escritoras dos séculos XIX e XX, Brasil, Europa e África (Unicamp). Áreas de interesse: socialismo, viagens, teoria social, história intelectual, biografias, pensamento social, teorias feministas.

Maria Abreu

Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Ippur, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autora de diversos estudos e artigos nas áreas de teoria política e estudos de gênero. É colíder do Núcleo de Pesquisa em Espaço, Gênero e Políticas Públicas - Nugepp, do Ippur/UFRJ.

Raquel Gryszczenko Alves Gomes

Professora de História Contemporânea no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. É autora do livro *Uma feminista na contramão do colonialismo: Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana, 1800-1902* (Annablume, 2013) e uma das coordenadoras das atividades do grupo de pesquisa Mulheres de letras: escritoras dos séculos XIX e XX, Brasil, Europa e África, interessado em mapear redes de produção, edição e circulação de obras literárias produzidas por mulheres.

Raquel Simas

Professora de Sociologia da Educação Básica e da Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica (Ecseb) do Colégio Pedro II. Atualmente, é doutoranda em Antropologia na Universidade Federal Fluminense (UFF). Suas áreas de interesse são gênero, movimentos sociais, parto e nascimento, antropologia do corpo e dos esportes, educação.

Verônica Toste Daflon

Mestre em Sociologia pelo Iuperj, doutora em Sociologia pelo IESP-Uerj. É professora adjunta do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da UFF, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição e coordenadora do Laboratório de Estudos de Gênero e Interseccionalidade (Labgen/UFF). Suas áreas de interesse são sociologia das relações de gênero, sociologia das relações étnico-raciais, gênero e organizações, gênero e teoria sociológica.

Formato: 16 x 23cm

Tipologia: Adobe Devaganari, 11 pt/15 pt

Número de páginas: 274